



UNICAMP

Universidade Estadual de Campinas

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Departamento de Antropologia

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

Camila Sobral Barra

Mário Lago encontra Terra Sem Males

A produção do Outro em acampamentos sem-terra

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Departamento de Antropologia Social
do Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Estadual de
Campinas sob orientação da Profa. Dra.
Emília Pietrafesa de Godoi.

Banca Examinadora:

Emília Pietrafesa de Godoi (Orientadora) – IFCH/UNICAMP

Mauro William Barbosa de Almeida – IFCH/UNICAMP

John Cunha Comerford – CPDA/UFRRJ

Campinas, 2007

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

B27m **Barra, Camila Sobral**
 Mário Lago encontra Terra Sem Males: a produção do Outro
em acampamentos sem-terra / Camila Sobral Barra.
 - - Campinas, SP : [s. n.], 2007.

Orientador: Emilia Pietrafesa de Godoi.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra.
2. Acampamentos. 3. Assentamentos humanos. 4. Movimentos
sociais. I. Godoi, Emília Pietrafesa de. II. Universidade Estadual
de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
III. Título.

Título em inglês: Mário Lago meets Terra Sem Males. The production of the
Other in a landless encampment

Palavras – chave em inglês (Keywords): Encampment
Human settlements
Social movements.

Área de concentração : Antropologia Social

Titulação : Mestre em Antropologia

Banca examinadora : Emilia Pietrafesa de Godoi, Mauro William Barbosa de
Almeida, John Cunha Comerford

Data da defesa : 20-08-2007

Programa de Pós-Graduação :- Antropologia

CAMILA SOBRAL BARRA

**Mário Lago encontra Terra sem Males.
A produção do Outro em acampamentos sem-terra**

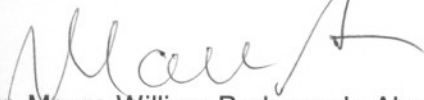
Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação da Profa. Dra. Emília Pietrafesa de Godoi.

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 20/08/2007

Banca Examinadora:



Profa. Dra. Emília Pietrafesa de Godoi



Prof. Dr. Mauro William Barbosa de Almeida



Prof. Dr. John Cunha Comerford

Profa. Dra. Vanessa Rosemary Lea – Suplente

Prof. Dr. Fernando Antonio Lourenço - Suplente

**Campinas
Agosto 2007**

200750694

RESUMO

O presente trabalho acompanha a trajetória de um acampamento *sem-terra* do MST originado em 2002 na região de Campinas, interior de São Paulo e revela as redes de relações constituídas neste espaço, as disputas, conflitos e as negociações, assim como sua interação com as populações locais e com as famílias dos acampados.

As orientações prévias dos sujeitos e a intenção de conquistar uma nova condição de vida através do assentamento têm que ser negociadas com as diretrizes do movimento para que seja definido o formato do assentamento e as funções dos sujeitos nesse novo lugar social.

A dinâmica das condições presentes no acampamento – *acampados e militantes* – mostra as dificuldades e inventividades dos sujeitos para permanecerem na “luta” a despeito da pouca infra-estrutura e dos conflitos e divergências de projetos que se apresentam.

ABSTRACT

This work follows the trajectory of a “MST” landless workers camp, initiated in 2002 at the Campinas country area, in the State of São Paulo, Brazil. It describes the web of relationships built on the camp territory and shows the disputes, conflicts and negotiations which took place there. It also describes the interactions between squatters on the one hand and neighbors and relatives on the other.

We conclude that the previous orientations of the subjects and their intention to improve their life condition must be negotiated with the movement's leadership so as to decide on the definitive shape of the settlement and on the subject's functions on this new social place.

The dynamics of the squatters and cadres *conditions* at the settlement shows the subject's difficulties as well as their inventiveness when trying to stay in the “struggle” in spite not only of the lack of basic services, but also in face of conflicts and divergences between projects of different actors present there.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
1. EM BUSCA DA TERRA SEM MALES.....	25
1.1. Os nomes da terra: produzir para fazer sentido.....	29
1.2. Trajetória da pesquisa e do <i>Terra Sem Males</i>	39
1.2.1. Evento 1: Racha da Comuna da Terra.....	48
1.3. Encontrando <i>Mário Lago</i>	66
2. O “OUTRO” MORA NO BARRACO AO LADO.....	83
2.1. Evento 2: MST, MLST e Índio Galdino.....	87
2.1.1. Evento 3: Acusação de Feitiçaria.....	99
2.2. <i>Découpage</i> : esses outros companheiros.....	109
2.2.1. Trajetos entrecortados na teia da <i>luta</i>	127
2.2.2. Evento 4: Reunião Suspeita.....	140
2.3. Regionalidades, rituais, regras e projetos: produções de uma luta.....	144
2.3.1. O <i>ritual-ocupação</i> : a instauração da <i>communitas</i>	150
2.3.2. Cooperação e <i>Organicidade</i>	160
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	171
ANEXOS.....	177

ILUSTRAÇÕES

Dossiê Fotográfico (Camila Sobral Barra).....	111 a 125
---	-----------

Figuras

Figura 1. Mapa com ordem cronológica das ocupações do <i>Terra Sem Males</i>	63
Figura 2. Mapas com a localização da Fazenda da Barra no município de Ribeirão Preto.....	64
Figura 3. Foto aérea do <i>Mário Lago</i>	66
Figura 4. Mapa do <i>Mário Lago</i>	67
Figura 5. Distribuição das famílias do <i>Terra Sem Males</i> no <i>Mário Lago</i>	72
Figura 6. Fluxograma da Organicidade.....	74
Figura 7. Rede de relações das famílias do <i>Terra Sem Males</i> no <i>Mário Lago</i>	109

BIBLIOGRAFIA.....	180
-------------------	-----

SIGLAS

CEB – Comissão Eclesiástica de Base

CMP – Central de Movimentos Populares

CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil

CPA – Cooperativa de Produção Agropecuária

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CUT – Central única dos Trabalhadores

DCE – Diretório Central dos Estudantes

FEAB – Federação de Estudantes de Agronomia do Brasil

FETAPE – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pernambuco

FERAESP – Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

MLS – Movimento de Luta Socialista

MLST – Movimento de Libertação dos Sem-Terra

MLST de Luta – Movimento de Libertação dos Sem-Terra de Luta

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

MST-PE – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra de Pernambuco

MT – Movimento dos Trabalhadores

MTB – Movimento dos Trabalhadores Brasileiros

MTBST – Movimento dos Trabalhadores Brasileiros Sem-Terra

MTL – Movimento Terra, Trabalho e Liberdade

MTRUB – Movimento dos Trabalhadores Rurais e Urbanos do Brasil

OLC – Organização de Luta no Campo

PT – Partido dos Trabalhadores

SCA – Sistema Cooperativista dos Assentados

Para os acampados do *Terra Sem Males*,
que me acolheram com tão sincera amizade e compreensão
permitindo-me viver um pouco do seu movimento e de suas trajetórias.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) e ao CNPq, pelo apoio institucional e o financiamento de ambos que viabilizaram esta pesquisa e, principalmente, possibilitaram a realização de uma pesquisa de campo extensa.

À Profa. Emília Pietrafesa de Godoi, minha orientadora, serei eternamente grata por seu apoio e estímulo que me acompanharam desde a graduação até o mestrado, investindo não só neste trabalho, como na minha formação.

Aos professores Mauro William Barbosa de Almeida e Sônia Maria Pereira Pessoa Bergamasco um agradecimento especial pela leitura cuidadosa do texto de qualificação para esta dissertação, cujos comentários, ressalvas e discussões foram indispensáveis para concluí-lo.

À Nashieli Rangel Loera, com quem partilhei uma temática e alguns locais de campo, com quem pude contar para refinadas leituras, sugestões e indicações bibliográficas.

À minha turma de mestrado, pela leitura do projeto que deu início a esta pesquisa e por tantas discussões que, de certa maneira, aqui se apresentam. Em especial ao colega de mestrado Guilherme Mansur Dias pelas discussões antes e durante o mestrado e pelas suas leituras e contribuições para este texto.

Ao colega André Luiz Martini preciso agradecer muito mais do que suas leituras incansáveis e discussões instigantes desde a primeira pesquisa de iniciação científica. Sua paixão pela antropologia e sua postura crítica sempre foram contagiante até mesmo quando não havia muitas certezas. Sua companhia, seu amor e sua paciência tornam a vida mais alegre e também tornaram este e muitos outros desafios possíveis.

Ao meu irmão Leandro Sobral Barra, agradeço pelo carinho, pelo esforço e pelo seu talento impressos neste trabalho através da sua arte gráfica nos mapas aqui utilizados.

À amiga Daiane Cavalheiro pelo apoio e pela transcrição das fitas com as trajetórias gravadas.

Ao amigo César Capabianco por ter cuidado de minhas mãos. Sem sua habilidade e prontidão eu não poderia ter escrito esta dissertação.

Sem o apoio dessas pessoas especiais, da minha família e de meus amigos, sempre compreendendo a ausência muitas vezes necessária, esta pesquisa não aconteceria.

No entanto, é aos acampados do *Terra Sem Males* que devo a satisfação de ter conseguido finalizar este trabalho, pois foram eles que deram sentido a tudo isso, à minha trajetória durante esta pesquisa. Dentre eles, destacam-se os amigos Neide e Nilton que me levaram para dentro de seus barracos, de suas vidas e, cada um a sua maneira, me mostraram “o que é o movimento”. Não posso deixar de agradecer ao apoio solícito da Secretaria Regional do MST de Campinas, o qual nem sempre pude retribuir, pois nem sempre podia estar presente.

O martírio do homem, ali, é o reflexo de tortura maior, mais ampla, abrangendo a economia geral da Vida” (Cunha, E. 2001:147).

Introdução

Inicialmente o presente trabalho visava dar continuidade e aprofundamento às questões e metodologias desenvolvidas em dois anos de pesquisa durante minha graduação¹. No entanto, o campo trouxe não só uma nova situação – a qual requeria uma abordagem metodológica diferenciada – como trouxe outras indagações, inclusive, questionando se “identidades”, era uma categoria heurísticamente boa para se compreender a multiplicidade de atores identificados na pesquisa de iniciação científica.

A investigação se propunha a desvendar os aspectos da identidade *sem-terra* e os enfrentamentos da mesma. A opção pela discussão baseada em “identidades” era considerada fundamental uma vez que o grupo em estudo, ao menos parte dele - os *militantes* do MST - reivindica enquanto legítima esta categoria e investe na criação de meios e espaços para reproduzi-la. Um dos aspectos mais recorrentes é a afirmação de um passado comum, uma luta pela terra que data de quinhentos anos e que justificaria a existência dos *sem-terra*, legitimando sua demanda e colocando-a ao lado de questões históricas como as disputas por territórios indígenas e quilombolas.

Nos discursos do MST que serão analisados, a partir de textos e documentos produzidos pelo *Movimento*², pode-se identificar o uso de duas noções de “identidade” operadas pelo grupo. A primeira aproxima-se de uma noção de identidade como foi trabalhada por M.Carneiro da Cunha (1986), ao discutir “identidade étnica”, assumindo-a enquanto uma linguagem que permite comunicação entre grupos, articulada em função de interesses políticos. O exercício da autora é inspirado em F.Barth (1998), que se propõe a pensar a identidade enquanto organização política, sendo esta primeira clivagem o ponto de partida para que os grupos recorram a elementos culturais no intuito de estabelecer

¹ “Identidades, conflitos e negociação. Escolhas e trajetórias de ‘companheiros’ do MST”, pesquisa fomentada pelo Pibic/CNPq, sob orientação da Profa. Dra. Emília Pietrafesa de Godoi de julho de 2003 a abril de 2005.

² No decorrer deste texto o termo *Movimento* referir-se-á à organização política estruturada em regras e ideais e aos seus representantes diretos: os militantes. Tal distinção é aqui utilizada por ser esta mesma feita pelos acampados com quem conversei. Fica claro, portanto, o que um membro do MST quer dizer quando fala “eu não sou do *Movimento*”.

fronteiras mais claras entre eles. A terra e suas representações destacam-se enquanto elementos de disputa material e também simbólica, quando se tenta impor uma simetria entre os conflitos demandantes de terra³ na história do país. A segunda noção trabalhada pelo *Movimento* centra-se na construção de uma consciência de classe englobante, sob a qual todas as minorias e populações marginais podem abrigar-se: negros, índios, quilombolas, pobres e trabalhadores são excluídos e despossuídos, assim, de certa forma, seriam todos *sem-terra*.

Ainda durante a pesquisa de Iniciação Científica percebeu-se, contudo, que estes *sem-terra* não se reconheciam enquanto tais, enquanto membros de um grupo homogêneo que partilha de um passado comum ou de uma “classe de excluídos”. Esta não identificação com a identidade proposta pelas lideranças, por parte dos *acampados* não exclui o reconhecimento e a reprodução desta identidade pelos *militantes* e muito menos impede que estes mesmos *acampados* que não mencionam “*eu sou um sem-terra*”, “*eu sou MST*” ou que não partilham dos mesmos projetos desenvolvidos pelo *Movimento* produzam a sua referência do que é o MST, mesmo que essa se restrinja ao movimento que de fato conhecem: o seu acampamento e as redes estabelecidas a partir dele. O próprio sentido do que é o *Movimento* está em disputa. Os *acampados* fazem parte desse movimento e têm um projeto para ele, em detrimento do projeto dos dirigentes.

No *Terra Sem Males*, acampamento no qual esta pesquisa iniciou-se (município de Cajamar, São Paulo) e onde pude observar este desencontro, muitos *acampados* estendiam em seus barracos a bandeira do MST, cantavam as músicas e o hino do *Movimento* e gritavam de punhos erguidos as palavras de ordem, em especial, a palavra de ordem de seu acampamento: “*Terra Sem Males, Povo feliz!*”. O uso e a apropriação destes símbolos demonstrava a existência de uma identificação não com a organização política estruturada nacionalmente em um projeto de Reforma Agrária, mas entre eles *acampados*, a Secretaria Regional do MST de Campinas, as igrejas, padres e sindicatos que colaboravam com a infra-estrutura do acampamento, os assentados da região e em relação aos signos e ritos que faziam parte da rotina do seu acampamento⁴.

³ Como Canudos e Contestado, por exemplo.

⁴ Esta relação estabelecida entre os *acampados* do *Terra Sem Males* é importante pois ela irá opor-se às relações estabelecidas no acampamento *Mário Lago*, onde o *Terra Sem Males* foi finalmente assentado em agosto de 2006.

Muito além da estrutura organizacional estabelecida pelo *Movimento*, com suas *regionais* e *coordenações*, há uma rede que o suporta através de apoio político e financeiro por parte de entidades religiosas, sindicatos, partidos políticos e dos próprios assentados do MST que além de doarem alimentos e participarem das atividades de mobilização – ocupações, marchas e atos –, representam o objetivo, são a referência do sonho que movimenta os “novos acampados”.

Quando perguntados sobre os motivos de terem entrado para o MST ou quando decidiram participar do movimento as respostas eram semelhantes: “*Eu estou no movimento desde o começo, desde a primeira ocupação em Bragança*”⁵. Para a grande maioria dos *acampados* que não participava de cursos de formação ou estudos sobre a “história da luta pela terra”, o MST existia no momento em que passava a ser a história daquele acampamento, a história da movimentação daqueles sujeitos.

Assim, para compreender as motivações e escolhas destes sujeitos – que mesmo não se identificando com o modelo de *Movimento* proposto pelas lideranças, permaneciam no MST - a proposta que primeiramente coloquei pretendia acompanhar a trajetória do acampamento *Terras Sem Males*, criado em 2002 na região de Campinas, São Paulo, através do fluxo de seus *acampados* – dentro e fora do acampamento, assim como as relações estabelecidas com parentes e a comunidade no entorno –, para compreender como este “movimento” de sujeitos organizava-se e era organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.

A partir de então, lançaria mão de uma dimensão comparativa, analisando de que forma o processo de “construção identitária” proposto era posto em prática e como, de fato, relacionava-se um grupo *sem-terra* num acampamento e num assentamento do MST. Tal procedimento seria adotado com o intuito de observar a diferença que o tempo das relações e o tempo de *Movimento* poderiam ocasionar.

A observação das relações diádicas⁶ presentes num acampamento e num assentamento *sem-terra* - seus processos de formação, manutenção e ressignificação – seriam tratados a partir da discussão dos projetos de assentamento e da colocação em

⁵ Cidade onde ocorrera a primeira ocupação do *Terra Sem Males*.

⁶ Segundo A.R.Radcliffe-Brown (1973), relações diádicas são relações pessoa-a-pessoa que ultrapassam fronteiras culturais, formando uma rede, a estrutura social. Tal conceito é muito importante aqui, pois colabora com a noção de Joan Vincent (1983) de que as fronteiras são artificiais e o que une os grupos e indivíduos são os fluxos, através das redes estabelecidas em suas relações interpessoais.

prática dos mesmos. Tal escolha permitiria analisar os argumentos acionados para a definição dos projetos e de que forma ambos representam interesses e aspectos particulares às então reconhecidas “categorias” em constante negociação: *acampados* e *militantes*⁷.

No entanto, com um novo contexto⁸, e não podendo desconsiderar o projeto de construção de uma identidade *sem-terra* por parte do *Movimento*, a situação presenciada em campo exigiu a associação de três metodologias: o acompanhamento e análise das trajetórias das famílias do *Terra Sem Males*, a discussão de alguns eventos e a análise dos rituais presentes nos acampamentos.

Desta maneira foi possível tratar dos projetos destes sujeitos, de que maneira eles vêm sendo colocados em prática, como se dá o encontro destas histórias e projetos e quais as conseqüências dessas relações em uma organização como o MST.

O uso das trajetórias pode revelar não somente as motivações que levaram as famílias a ingressar no MST em busca de um pedaço de terra, mas também as relações que elas estabeleceram: quem são os seus *companheiros* no cotidiano e nas atividades necessárias à organização no acampamento. A partir dos depoimentos foi possível ainda identificar o que as fez permanecer e o que as fez mudar de acampamento ou deixar a *luta*.

Um dos aspectos mais importantes identificados nas trajetórias é, por exemplo, o momento em que o *sem-terra* deixa de acreditar que, mesmo com a solidariedade de sua família, de seu vizinho, amigo ou até mesmo de seu *coordenador*, a permanência na “luta” o levará à conquista da terra e da dignidade que ali buscava, ou quando em seu horizonte de possibilidades ele começa a enxergar a cidade enquanto propiciadora da vida que almejava, então, este abandona o acampamento. Há uma percepção de que a rede social na qual está inserido pode se esgarçar.

Essas redes - identificadas em seus depoimentos e observadas em campo - se dão através da circulação de parentes e pessoas de laços diversos, de alimentos, de cursos, festas e encontros. Pode ser uma rede interna ao *Movimento* e/ou uma ligação entre o “campo” e a “cidade”: uma rede que começa dentro do acampamento, entre os acampados, se amplia com a participação de assentados e outros *sem-terra* até chegar à cidade, aos

⁷ Os termos ênicos serão grifados em itálico no decorrer deste texto, quando utilizados pela primeira vez, sendo depois escritos sem grifos. Manter-se-ão grifados em itálico apenas termos que serão tomados enquanto categorias de análise.

⁸ A mudança do *Terra Sem Males* para a cidade de Ribeirão Preto onde juntar-se-ia a um outro acampamento já existente.

parentes e amigos que lá trabalham para sustentá-los, aos habitantes do entorno do acampamento e do assentamento, assim como interessados em conhecer e colaborar com o MST: estudantes, sindicatos, partidos e igrejas. Definitivamente, trata-se de um “fluxo organizado” (J. Vincent, 1987).

As trajetórias das famílias do *Terra Sem Males* e o acompanhamento das relações estabelecidas entre elas, o compadrio, a amizade e até mesmo as possibilidades de negócio que se iniciaram a partir do acampamento e em muitos casos estendem-se para as proximidades do mesmo nas cidades e bairros ao seu redor, o suporte de parte da família que permaneceu na cidade, a relação com outros acampamentos e assentamentos, assim como o apoio de entidades que colaboram e muitas vezes financiam a alimentação dos acampados, representam o fluxo de pessoas e bens que tornam o acampamento possível, ou muitas vezes – como o caso das famílias divididas entre o acampamento e a antiga morada na cidade – a razão da desistência.

Talvez mais do que isso, mais do que este fluxo que se organiza em torno das famílias acampadas e assentadas e daqueles que demonstram simpatia à “luta pela terra” ou dos que efetivamente dela participam, mesmo não sendo *sem-terra*, essas redes precisam que o *Movimento* se movimente. O que quero dizer é que a condição itinerante coloca os *acampados* numa certa dependência uns dos outros, muitas vezes tendo somente aos seus companheiros, nos momentos de maior dificuldade e de precisão imediata quando os auxílios externos não chegam a tempo.

Ao afastá-las das relações sociais anteriores, a itinerância provoca mudança, a partir das novas relações que são construídas. As expectativas geradas muitas vezes funcionam enquanto um contraponto para que os acampados consigam, a partir destas, construir novas relações que resultem em solidariedade e reciprocidade.

O deslocamento constante “afrouxa as malhas” dessas famílias em relação aos seus parentes mais próximos e às redes de relações que mantinham em suas antigas moradas, sem que estes laços se rompam completamente, mas o distanciamento coloca a família em tal situação que seus membros necessitam muito mais uns dos outros. No entanto, em muitos dos casos, a família nuclear não consegue ir unida para o acampamento na dependência de que um ou mais membros permaneçam trabalhando na “cidade” para garantir o sustento de todos. É neste momento que a convivência no acampamento, numa

situação de precariedade e sem apoio, longe dos parentes e com a família nuclear separada, inicia-se a construção de uma nova rede de relações, uma “malha estreita”.

Em seu estudo sobre a interdependência entre as malhas de relacionamento (frouxa ou estreita) e a divisão de papéis conjugais, E.Bott (1976) analisa de que forma o intercruzamento das redes de relações do casal influencia na segregação ou comunhão das atividades desempenhadas pelo mesmo. A situação de acampamento, a princípio, tem que lidar com o afastamento da parentela e de seus referenciais o que, em muitos casos, é um processo recorrente por se tratar de famílias cujas trajetórias são marcadas por migrações em busca de uma melhor condição de vida.

Um exemplo de M.Gluckman no prefácio de E.Bott (1976:14) trata deste primeiro momento de separação que muitas vezes se dá com a constituição do casamento:

“(...) se pensarmos numa família que se muda do campo para a cidade, para longe de seus parentes e vizinhos de longa data, percebemos que o marido e a esposa tendem a ficar isolados daqueles que inicialmente os ajudaram e ofereceram uma amizade no dia-a-dia, passando a ser pressionados a depender um do outro e a ajudar um ao outro cada vez mais”.

Encontrando-se sob uma “malha frouxa” de relações, o casal vê-se numa relação de interdependência muito maior ao passo que não sofrem mais as mesmas pressões da teia de parentesco. No entanto, com o passar do tempo, é possível que o casal constitua novas redes de relação e, até mesmo, uma nova malha tão estreita quanto a que possuíam anteriormente. A organização do acampamento baseada na família e na intensa relação entre elas, entre os moradores do acampamento, pode apresentar-se enquanto essa nova rede de relações mais “estreita”, trazendo consigo novos elementos com os quais estes sujeitos aprendem a lidar. Assim, apesar do afrouxamento da malha de relacionamento primordial desses sujeitos, sua família mais extensa, há, em contrapartida, a constituição de uma “malha estreita” entre os *acampados* não só pela convivência, mas pela própria *organicidade* instituída no acampamento para que participem da gestão do mesmo, assim;

“Quando muitas pessoas que alguém conhece interagem entre si, ou seja, quando a rede desta pessoa é de malha estreita, os membros desta rede tendem a alcançar um consenso sobre normas e exercem uma pressão informal consistente uns sobre os outros para que se conformem às normas, para que mantenham um contato uns com os outros e, caso necessário, para que se ajudem uns aos outros” (E.Bott, 1976:77).

Apesar da teoria desenvolvida por E.Bott colocar que o afrouxamento e estreitamento das malhas influenciam casais e famílias de quaisquer classes sociais, a situação de acampamento e o próprio contexto de marginalização social dessas famílias chamam a atenção para uma maior facilidade de estreitamento das malhas, proporcional às carências financeiras e sociais dos sujeitos em questão.

Cria-se uma rede de relações mais estável, apesar da instabilidade do acampamento e, principalmente, por causa das necessidades implicadas em uma situação de acampamento.

É neste momento que o acampado tem de lidar com as cobranças de sua família que não o acompanha e de seus companheiros de acampamento que requerem sua presença nas atividades do grupo. A tensão criada pelo possível conflito entre os projetos de vida da família do *acampado*, do *próprio acampado* e de seus companheiros é um fator importante que pode definir a permanência ou não no acampamento.

Considerando esta condição itinerante que desestrutura e reestrutura relações, as trajetórias singulares das famílias do *Terra Sem Males*, acampadas há mais de quatro anos após dez mudanças e uma considerável redução do seu grupo, as noções de “fluxo organizado” de J.Vincent (1987) e a noção de “rede” sugerida por E.Bott (1976) serão fundamentais na discussão desta característica móvel e incerta do acampamento. Apesar da esperança renovada em relação à conquista da terra quando se realiza uma ocupação, a cada mudança, com o passar dos dias, meses, sem resposta das autoridades, a nova possibilidade torna-se incerteza: não se sabe mais ao certo onde se está, até onde será preciso ir e o que será posto em risco.

Em relação às “redes” é importante lembrar o trabalho de M.A.deMenezes (2002) que trata das migrações de populações do interior de Pernambuco em direção à zona

canavieira e ao Rio de Janeiro em busca de trabalho. A autora conclui que esta movimentação dava-se de forma a permitir a reprodução da “condição camponesa” das famílias.

As cartas trocadas pelas famílias analisadas, mostram que não é somente a remessa de dinheiro de quem foi para quem ficou que mantém laços entre o migrante e sua família, mas a intenção sempre exposta de voltar, o trabalho em função da renda que permitirá a construção da casa e a manutenção da plantação, ou até mesmo o dinheiro que será guardado para comprar um terreno ou um sítio nas proximidades da terra de seus familiares. As trajetórias colhidas pela autora revelam a dinâmica de grupos de famílias diversas, entretanto, expressando um movimento comum de preservação e reprodução de sua condição.

Os argumentos de M.A.deMenezes (2002) procuram mostrar movimentos espaciais e sociais marcados pela busca da autonomia familiar. A autora faz ainda referência direta ao trabalho de A.R.Garcia Jr. (1989), uma literatura que - juntamente com outros - demonstra a migração enquanto problema sociológico, pois antes de migrarem, os sujeitos pertencem a um grupo cuja condição não é abandonada em trânsito. Ao contrário, é a manutenção desta condição que está em foco, afinal, como sugere o título desta sua obra, “*O Sul: caminho do roçado. Estratégia de reprodução camponesa e transformação social*” a migração dá-se em um conjunto de atitudes e atividades organizadas.

Esses trabalhos que ressaltam formas inventivas para manutenção da condição camponesa e de tessituras de redes, mostram que essa criatividade tem no seu alicerce e funciona em função da *família*: é ela, em geral, o núcleo de órbita destas tantas idas e vindas.

M.W.B.deAlmeida (1986:68) cita algumas dessas estratégias: a intensificação do trabalho com a inserção precoce dos membros, a dispersão da unidade de trabalho em busca do assalariamento ou até a redução do consumo. Ainda como estratégias de longo prazo, ocorre a migração dos filhos, o controle de natalidade, a tentativa de não dividir demasiadamente o patrimônio e o surgimento de *famílias* agregadas: cunhados, genros e sogros.

Todas essas alterações nas dinâmicas usuais dessas *famílias* ocorrem, em geral, como resposta a situações externas adversas que as atingem:

“Dessa forma a família se autoproduz, em face de restrições que não pode controlar (...) Estamos falando, então, de um processo de microprodução da família que ocupa uma unidade doméstica, processo esse afetado por graus de liberdade várias: disponibilidade da terra, taxa de exploração. Unidades domésticas respondem com variações na intensidade, no ciclo e na divisão de trabalho, e recrutando/expulsando membros na qualidade de parentes ou empregados, bem como com variações no consumo” (M.W.A.deAlmeida, 1986:74-76).

Ainda segundo o autor, a preocupação, como ele mesmo diz, a “racionalidade de camponeses”, é a busca de uma maximização do bem-estar, seguindo padrões culturalmente dados nos quais se engloba o trabalho, a terra e as técnicas.

A atenção ao foco de análise destes estudos na família e nas formas de reprodução de uma condição camponesa são indispensáveis aqui por estes aspectos exporem-se repetidamente nas entrevistas com as famílias do *Terra Sem Males* e serem ainda características da morfologia do acampamento: sujeitos que nasceram no campo, viveram lá parte de sua vida “tocando roça” ou fazendo trabalhos para terceiros em chácaras, sítios e fazendas – ou que, ainda pequenos, seguiram para a cidade com seus pais ou parentes por não conseguirem mais sobreviver “da terra”. Na cidade, com o passar dos anos, torna-se difícil arrumar emprego e então decidem tentar “voltar para a terra” de alguma maneira.

Este percurso não está isento de tensões e, muitas vezes, implica em novas perdas. A busca por este pedaço de terra, por esta nova condição de vida, ou pela retomada de uma condição outrora perdida, ocasiona o distanciamento e até mesmo a ruptura de relações. Estas ocorrem no próprio grupo doméstico - quando uma parte da família nuclear permanece na cidade enquanto um ou mais membros vão viver no acampamento – ou no esgarçamento das redes familiares – quando o contato com irmãos, tios, cunhados e primos quase se perde com a distância. O paradoxo da itinerância consiste em buscar uma conservação ou restauração de condição de vida, que, no próprio processo de busca, acarreta o desagregamento da família que se quer preservar.

Muitos dos *acampados* do *Terra Sem Males* já haviam se afastado de seus familiares há muitos anos, mudando de cidade e até mesmo de estado em busca de emprego. Em suas novas residências outras redes formaram-se, agregando vizinhos e amigos que substituíam o suporte que antes as redes familiares proporcionavam. Uma vez mudando de acampamento em acampamento estas redes também se esgarçam e, além delas, o próprio núcleo familiar se desagrega quando apenas um membro permanece na cidade para garantir o sustento dos que guardarão o lote de terra através da espera no barraco de lona preta. A nova rede que então será estabelecida no acampamento dar-se-á muitas vezes a partir de uma situação de desestruturação extrema.

As trajetórias das famílias do *Terra Sem Males* são importantes para compreender as relações e estratégias construídas no acampamento.

O texto acompanhará a reorganização do acampamento *Terra Sem Males* em 2005 - sendo levado para uma fazenda na qual já existia um outro acampamento também do MST, o *Mário Lago*⁹, em Ribeirão Preto -, o que implicou não somente numa mudança espacial, mas colocou uma nova problemática nas relações interpessoais de seus acampados na medida em que teriam de lidar com a separação do grupo que convivia há quatro anos, novas regras de organização do espaço e das relações, e ainda com um outro grupo possuidor de uma outra história que habitava aquele espaço há mais tempo com sua maneira de pensar o *Movimento* e a si mesmo enquanto “*sem-terra*”.

Para complexificar ainda mais a situação no acampamento *Mário Lago*, neste habitavam *famílias* provenientes de outros três acampamentos, de três diferentes regiões (Batatais, Campinas e São Paulo) – ou seja; três diferentes histórias, trajetórias e formas de organizar-se enquanto um acampamento. Além disso, as famílias ocupantes daquele espaço encontravam-se divididas em três “bandeiras”: MST, MLST (Movimento de Libertação dos Sem-Terra) e *Índio Galdino*¹⁰.

⁹ Dramaturgo, compositor e letrista brasileiro, foi militante do PC (Partido Comunista) e faleceu em maio de 2002, ano de criação do acampamento.

¹⁰ Nome de um membro da delegação indígena Pataxó (Galdino Jesus dos Santos) que morreu queimado em Brasília. A delegação encontrava-se na cidade alguns dias após a chegada da marcha do MST à capital em abril de 1997.

A história do *Terra Sem Males* será contada até este momento em que se fundiu com este outro acampamento, *Mário Lago*, de uma outra *secretaria regional* do MST¹¹.

O caminho dessas famílias até Ribeirão Preto foi tratado em minha monografia de conclusão de curso e será retomado aqui para compreender as situações surgidas no “novo” acampamento. Uma vez no *Mário Lago*, as famílias do *Terra Sem Males* e eu – durante minha pesquisa de campo do mestrado, de abril a setembro de 2006 – vivenciamos algumas das relações possíveis em um acampamento do MST, as quais se apresentaram de uma maneira muito mais intensa do que conhecíamos em outros acampamentos .

Assim, apresentado o contexto de formação dos acampamentos, serão tratados quatro eventos emblemáticos: um *racha* ocorrido no antigo *Terra Sem Males*; a divisão do *Mário Lago* em três bandeiras, a curiosa acusação de feitiçaria que responsabilizou os *militantes* pelo acidente ocorrido com as famílias que deixaram o *Mário Lago* para juntar-se a um outro acampamento e, finalmente, a suspeita de que uma reunião não informada pudesse ser o embrião de um novo *racha*.

A partir destes eventos, das opiniões e justificativas sobre eles, bem como da importância que estes tomaram especialmente nas trajetórias das famílias do *Terra Sem Males*, especialmente, e em depoimentos de alguns *acampados* do *Mário Lago*, é possível desvelar as características do processo de marcação de diferenças e posterior afastamento com o estabelecimento de categorias mais marcadas: *acampados* e *militantes*.

Apesar de serem categorias êmicas de classificação no grupo, e de guardarem uma relação estrutural, *acampados* e *militantes* são muito mais *condições fluidas* em constante ressignificação e cujo significado apresenta-se de forma particular em cada regional do MST e de forma ainda mais específica em cada acampamento e assentamento.

A própria noção de militância, por exemplo, assume nuances diferenciadas nos contextos em que se coloca, principalmente, quando em oposição ao outro grupo: os *acampados*. Estes termos existem e são anteriores ao acampamento. Ainda durante o trabalho de base quando o *sem-terra potencial* é convidado para uma ocupação ele conhece os *militantes* do MST e quando de fato ele realiza sua primeira ocupação ele conhece sua nova condição, a condição de *acampado*. O papel de um *militante* e de um *acampado* são

¹¹ Existem hoje no estado de São Paulo 10 regionais do MST subordinadas à Secretaria Estadual que, assim como nos outros estados, possui membros que compõem a Coordenação Nacional. Essa divisão propõe-se a assegurar as especificidades locais sem desconsiderar as “linhas políticas” nacionais.

definidos em seus aspectos funcionais por aqueles que, de alguma forma, controlam a situação: os dirigentes e coordenadores regionais, estaduais e nacionais.

No processo de trabalho de base, ocupação e estabelecimento do acampamento, os *dirigentes regionais*¹² fazem o trabalho de “formação” dos novos *acampados*, ensinando-lhes o que é um *sem-terra*, o que é *reforma agrária*, o que é o MST, como o acampamento deve ser organizado e como eles podem e devem participar desta *luta*.

Indiscutivelmente, detentores de status e de um certo poder, os dirigentes são os responsáveis pela “formação” dos “novos” *sem-terra*, logo, formadores da própria noção do que é ser *sem-terra*. Essa noção, apesar de seguir as “diretrizes” da direção nacional do *Movimento*, vai assumindo características locais de acordo com as situações e sujeitos envolvidos. Não era incomum ouvir os *acampados* do *Mário Lago* dizerem em seu cotidiano que não queriam ser *sem-terra*, porque não queriam fazer “política”, apenas desejavam ter um pedaço de terra para reconstruir a vida. Ao passo que em contextos que se expressava prioritariamente a demanda pela terra, como em marchas ou atos fora do acampamento - ocupações em frente ao fórum ou à prefeitura de Ribeirão Preto, por exemplo – os *acampados*, quando entrevistados, diziam estar lá porque eram *sem-terra*.

Os *acampados* provenientes do *Terra Sem Males* quando chegaram ao *Mário Lago* foram considerados desde “militantes experientes” a “ameaça” e “novatos”. Quando convidado a juntar-se ao *Mário Lago*, o *Terra Sem Males* era tido como uma ajuda para a organização do acampamento considerando seus mais de quatro anos de experiência. A maioria dos *acampados* que resistiu a esse tempo de espera já havia assumido coordenações de setores no antigo acampamento e alguns até fizeram cursos de formação do MST e trabalharam como *militantes* realizando trabalho de base.

No entanto, no *Mário Lago* não bastava ser coordenador de setor de acampamento ou fazer trabalho de base para ser *militante*, era preciso participar dos estudos da regional de Ribeirão Preto e fazer parte do projeto que eles tinham para a região. Assim, logo os *militantes* do *Terra Sem Males* foram considerados uma “ameaça” ao questionarem os projetos da regional, baseados na forma de organização de seu antigo acampamento.

¹² Os *dirigentes* são os *militantes* responsáveis pela “articulação política” e pelas diretrizes do *Movimento*. Eles são os coordenadores e diretores regionais, estaduais e nacionais que, na maioria das vezes, trabalham todo tempo dando suporte aos acampamentos e assentamentos sem necessariamente morar em um deles.

Na perspectiva dos *acampados* do *Mário Lago*, inicialmente, o “povo de Campinas” era apenas mais um grupo de “novatos” em seu acampamento e que teria menos direito do que eles sobre a terra conquistada.

A produção desse Outro - que poderia ser o mesmo -, o distanciamento entre *acampados* e *militantes*, a diferenciação entre *acampados* e *acampados*, entre *militantes* e *militantes* e o estabelecimento da condição de inimigo nos casos mais extremos está ligada à necessidade de manutenção de um projeto de *Movimento* que, quando posto em prática, tem de lidar com suas próprias incongruências e com as atitudes e trajetórias de diversos sujeitos também dispostos a lutar por seus projetos.

O objetivo primeiro deste trabalho centra-se, pois, na discussão da sociogênese (N.Elias, 2000) das *condições – acampados e militantes*¹³ - produzidas em um acampamento do MST a partir dos olhares dos sujeitos envolvidos, tomando como perspectiva comparativa a trajetória do acampamento *Terra Sem Males*, em especial, sua mudança de *regional* e sua forma última de organização no *Mário Lago*: um acampamento de lotes provisórios onde as famílias organizam-se como se já estivessem no futuro assentamento¹⁴, convivendo com sujeitos de diversas regiões do estado, com outras trajetórias de acampamento e ainda dividindo o espaço com outros movimentos.

A opção pelo uso do termo *condição* inspira-se na discussão realizada por P.Bourdieu, que o define enquanto a relação entre as posições dos sujeitos.

A noção de condição é indispensável para o estudo que se apresenta em tela, pois este possui como foco uma análise comparativa entre acampamentos a partir da compreensão da “estrutura específica” destes, “isto é o sistema de relações que se estabelecem entre suas diferentes partes” (P.Bourdieu, 1998:13), para então pensar estes universos a partir da semelhança e diferença de suas singularidades.

Primeiramente, não se pode tratar um acampamento como um universo fechado e dentro do qual haveria classes ou posições sociais demarcadas a tal ponto que produziriam uma estrutura social outra. Mas, este grupo delimitado, faz parte de uma estrutura social e

¹³ Os termos *acampado* e *militante* serão tomadas como categorias de análise a partir das quais suas tensões e clivagens serão discutidas para dar conta de suas multidimensionalidades. Sempre que no texto for mencionado o conflito *acampado/militante* ou os termos enquanto categorias êmicas, ainda assim eles serão tomados enquanto uma condição multifacetada.

¹⁴ Os lotes provisórios caracterizam-se por uma pequena extensão de terra onde a família pode trabalhar e às vezes morar, construindo seu barraco dentro do lote. No caso do *Mário Lago* o barraco encontrava-se no lote de aproximadamente 1,5 hectares.

uma vez deslocado de muitas das relações que habitualmente estabelecia, desenvolve e transforma relações outras que, muitas vezes, reproduzindo as relações de oposição já conhecidas, produz um pequeno universo estruturado a partir de *condições* estabelecidas com as relações subjetivas as quais se encontram expostos.

Não é possível estabelecer uma homogeneidade para “os *sem-terra*”, muito menos determinar uma única forma de organização encontrada em seus acampamentos e assentamentos. Mas, considerando os objetivos do MST em organizar essa população segundo projetos e ideais de sustentabilidade a partir da Reforma Agrária, e observando preferencialmente a maneira como a prática ocorre, são identificados papéis e posições determinados no grupo. Essa pequena estrutura tem suas próprias classificações, oposições e transformações. Partindo disto, analisarei estes papéis e posições observados em acampamentos e assentamentos enquanto *condições* fluidas em uma estrutura que se pretende orgânica.

A estruturação do *Mário Lago* permitia que as famílias produzissem para seu próprio consumo e realizassem uma pequena produção para ser vendida para a população próxima ao acampamento e a pequenos comerciantes. Em alguns atos realizados pela regional de Ribeirão Preto para requerer água da prefeitura ou exigir resolução do processo de desapropriação da área, houve doação de alimentos produzidos no acampamento. Uma relação que a princípio era comercial, acabou permitindo que parte dos bairros no entorno conhecessem um pouco da realidade do acampamento e terminassem por construir uma outra rede de relações mais positiva do que até então.

Contudo, havia a preocupação da regional em relação à institucionalização do comércio individualizado por parte dos *acampados*, o que era contrário ao projeto de execução de uma cooperativa no *Mário Lago*. Ocorria um certo controle em relação às vendas as quais proporcionavam um fortalecimento dessas redes fundamentais para a existência do acampamento, ao passo que se desenvolvia um processo de separação interna no acampamento.

A situação *sui generis* encontrada na pesquisa de campo engloba problemáticas vivenciadas em acampamentos *sem-terra* em todo o território nacional: divergência de projetos; dificuldade de diálogo; expulsões e classificação de inimigos (construção e

rejeição); disputa por legitimidade do movimento; conflito com parte da população local, governo e justiça; dependência de apoio externo ao acampamento e desistências.

No entanto, a hipótese que ora se apresenta é que grande parte destes problemas inicia-se ou agrava-se devido à não identificação ou ao distanciamento entre *acampados* e *militantes*, um problema estrutural em acampamentos e assentamentos, contrariando as conclusões de J.deS.Martins que afirma que:

“Não há conflitos visíveis, estruturais, no acampamento. Ali, todos os valores e normas duráveis perderam o sentido. Trata-se apenas de reconstituir as referências sociais mínimas para assegurar a coexistência provisória. Ali, não há ganhos sociais efetivos, apenas perdas sociais. Já na situação de assentamento, os trabalhadores têm pela frente o desafio do permanente, do estrutural, do definitivo” (2003:45).

No entanto, o próprio autor considera que *“sabe-se pouco sobre os acampamentos e a experiência que neles obtêm seus moradores”* (J.deS.Martins, 2003:50) e talvez por isso ele desconsidere que o tempo de acampamento - muito além de representar um processo de “perda social e cultural” ou uma transição do vazio para a “identificação do outro” a partir da convivência forçada -, é o momento em que as relações se iniciam e onde delinea-se as estruturas que sedimentar-se-ão no futuro assentamento.

J.deS.Martins se foca no acampamento enquanto espaço e tempo de uma dessocialização dos sujeitos, da *“decomposição da sociabilidade anterior para começar de novo”* (2003:42), então indispensável para a politização dos *acampados* e a partir do qual apenas dão-se relações circunscritas na residualidade de uma *“sociabilidade tradicional do comunitarismo territorial dos trabalhadores rurais”* (2003:43) e na provisoriedade do acampamento.

No entanto, é no acampamento que se estabelecem as relações e os núcleos de afinidade que organizarão o futuro assentamento e é também no acampamento que se iniciam os projetos e as discussões de como será feita a *reforma agrária*, raramente iniciados no *trabalho de base*. É neste tempo que se colocam as propostas de reconstrução

da vida desses sujeitos e efetivação do projeto de *reforma agrária* do *Movimento*, que, ao contrário do que afirma J.deS.Martins, não se colocam no vazio de uma memória fragmentada.

O autor ainda complementa dizendo que:

“O MST não está em conflito com um ‘projeto de agricultura familiar’ derivado do passado. Ao organizar acampamentos o MST procura dar visibilidade e consciência ao vazio que o desenraizamento criou, dar-lhe consciência, definir contornos, tornar visível a falta de perspectiva, de horizontes” (2003:45).

Contudo, na maioria dos acampamentos do MST, a própria aplicação dessa pedagogia é falha e o que se apresenta é sim a disputa entre um projeto de vida e de produção centrados na família e um projeto de *reforma agrária* que visa a instituição de formas coletivizadas de produção e comercialização. Apesar dos diversos contextos particulares e das diferenciadas graduações de conflito e negociação entre *militantes* e *acampados* no que concerne à organização e estruturação do acampamento, quanto mais longo é o tempo dessa vivência mais sedimentam-se as relações que se reproduzirão no assentamento.

Mesmo desenraizados ou desagregados, os *acampados* não se encontram num “vazio” com suas referências estruturais completamente perdidas no passado. O que se apreende a partir das trajetórias dessas famílias é que a aposta no acampamento encontra-se justamente na possibilidade da reprodução de um modo de vida, das próprias redes e relações que se dão no entorno da família e é a partir dessa família que se pretende preservar que se encontram os projetos e sonhos a serem disputados na estrutura de um acampamento do MST. As tensões, então, se estabelecem.

Por mais que se alcance um equilíbrio entre os diversos interesses encontrados em único acampamento, há ainda que se negociar com as diferentes instâncias do Estado, em especial, o governo e o Judiciário. Assim, mais uma vez o tempo apresenta-se enquanto fator decisivo do aprofundamento ou rompimento de relações, quando a demora e o sofrimento levam à desistência, ao desgaste e aos *rachas*.

Portanto, esta produção do Outro será analisada à luz dos eventos e trajetórias que aqui serão transcritos, de forma que possamos conhecer todo o processo de construção desta diferenciação.

A importância destes eventos é que eles permitem visualizar de que forma o contexto e as tensões de um acampamento, seu histórico no decorrer dos anos e o despreparo dos sujeitos para lidar com as mais diversas situações geram um abismo entre estes mesmos sujeitos, seus sonhos e projetos.

Além das relações mais específicas e locais expressas nestes eventos, especialmente os que se referem aos rachas e expulsões, eles carregam em si características rituais na medida em que são reincidentes em acampamentos - e às vezes em assentamentos - operando sempre da mesma maneira: identifica-se um problema, uma ameaça, em geral contrária aos princípios organizativos do *Movimento* - sejam eles ligados aos projetos pretendidos para a área, ao formato de organização ou até mesmo ao *regimento interno* – e então o grupo é convocado para decidir sobre o caso.

De fato, as expulsões são decididas em assembléias e caracterizam um rito no qual se reiteram os valores produzidos pelo *Movimento* e reforça-se o que deve ou não ser feito com a aprovação de todos para tornar-se legítimo.

Uma importante contribuição para esta discussão está no trabalho de C.de A.Chaves (2000) que escreveu sobre a *Marcha Nacional dos Sem-Terra*, ocorrida em 1997. Inspirada por S.Tambiah¹⁵, C.deA.Chaves concentra-se na abordagem do autor cuja postura toma

“(...) os rituais como eventos em acepção ampla: atos, proferimentos, interações e práticas – eventos que aliam semântica e pragmática” (2000:19).

De forma que, segundo C.de A.Chaves, o evento *marcha nacional dos sem-terra* foi capaz de expressar as “*características da ação política do MST, suas potencialidades e limites*” (2000:11). É a partir desta possibilidade que C.deA.Chaves busca demonstrar ao

¹⁵ Segundo M.Peirano (2001:24), os ensaios de S.Tambiah – diretamente influenciado por E.Leach - possibilitaram à teoria dos rituais “*combinar os postulados estruturalistas de Lévi-Strauss com os ideais etnográficos de Malinowski*” acrescentando ainda a noção de eficácia de Mauss.

longo de seu trabalho o capital simbólico produzido pela *marcha*, o qual teria sido conquistado no decorrer da caminhada: uma peregrinação que tinha em si um poder de agregar e transformar simbolicamente e cuja eficácia seria encontrada no seu reconhecimento pelo público.

Segundo C.de A.Chaves, trabalhar a “teoria em ação” tem nos rituais objeto de foco porque estes

“(...) podem concorrer para construção de novas legitimidades, ao simbolicamente conectarem convenções consagradas a arranjos inusitados, indicando a possibilidade de outros ordenamentos (...) Assim, os rituais podem ser utilizados como formas legítimas de manifestação do dissenso, tornando-se instrumento de construção de novas legitimidades, âncoras de ordenamentos sociais alternativos”
(2000:20).

No entanto, dentro desta “manifestação do dissenso social”, ela mesma representa um ritual que reifica e reitera a ordem da própria marcha e do MST. O que inicialmente apresentava-se enquanto um rito que requeria mudança e reconhecimento por parte da sociedade, ao final obteve seu maior sucesso no fortalecimento de sua própria estrutura. No caso da marcha, o ritual conseguiu manter o grupo coeso, apesar do sofrimento no percurso e das expulsões. Mas em grande parte dos episódios de expulsões e rachas, considerando as relações mais intensas devido ao tempo e à convivência no acampamento, as seqüelas destes rituais podem ser contrárias ao objetivo de neutralizar as tensões e reagregar o grupo: dissemina-se a insatisfação e intensificam-se as tensões.

Neste sentido é fundamental a discussão de M.Sahlins (1990) que trata da “reavaliação funcional de categorias” enfatizando que, sendo as representações historicamente reproduzidas na ação, é nesse mesmo termo que elas podem ser alteradas. E é justamente na aquisição de novas conotações que palavras (e ritos) representam riscos, onde a mudança pode se dar. Assim, nos ritos operados pelo *Movimento* o significado e os próprios valores no momento reafirmados podem ser colocados em cheque e alterados; as próprias condições de *acampado* e *militante*, e o que é ser *sem-terra* são postos a prova.

Para complementar a idéia de mudança na ação, J.de Pina Cabral (1996) ao retomar a teoria dos rituais ressalta a noção de liminaridade de V.Turner enquanto “marginalidade central”, ou seja, é o terreno sobre o qual a estrutura se constrói, a condição constante a partir da qual a hegemonia estabelece centralidades. O autor sugere que a condição liminar (aspecto noturno), então não mais apenas um momento, mas uma constante fundante da vida social é também a possibilidade ininterrupta de transformação, estando os processos de estruturação da hegemonia (aspecto diurno) sempre expostos. Assim,

“Se aceitarmos que a centralidade é algo construído sobre a marginalidade, que os aspectos diurnos e noturnos da vida social não se anulam mutuamente, pelo contrário, relacionam-se conflituosamente nessa dialética de escondimento e revelação de que fala Marilyn Strathern, então, a contradição é uma condição inevitável de toda vivência sócio-cultural. Trata-se agora, porém, de uma noção de contradição que não presume a existência de estruturas auto-reguladoras” (1996:41).

No entanto, mesmo não se tratando de estruturas auto-reguladoras, é inegável a existência de mecanismos de regulação do poder e de manutenção da hegemonia, afinal, como cita o próprio autor:

“A dominação simbólica nega alguns significados, dificulta alguns processos, torna alguns objetos invisíveis, silencia certas pessoas” (J.de Pina Cabral, 1996:36).

M.Gluckman (1987) já sugerira o uso de eventos para pensar a vida social, um método para fazer etnografia em “sociedades complexas”, um recorte que permite ter uma visão ampla das relações em questão. A assim denominada análise situacional almejava a análise dos conflitos inerentes a situações nas quais diferentes atores e interesses se confrontavam.

Segundo o autor, a dominação que existe concomitante a diversas clivagens torna quase impossível a transformação da situação e de seus conflitos. De certa forma é possível tomar aqui a relação conflituosa de *acampados* e *militantes* enquanto uma contradição incorporada ao processo que se reproduz nas multidimensionalidades que ambas as categorias podem assumir: novos e velhos *acampados*, *acampados-militantes*, *militantes-acampados*, *militantes formados* e *militantes não-formados*.

Portanto, reside aqui a preocupação em identificar as relações de poder envolvidas no acampamento e, a partir da análise de eventos, precisar em que momento e de que forma o conflito inerente torna-se uma contradição mais profunda ocasionando ruptura.

Por mais enriquecedora que possa ser a contradição, a assimetria de forças consiste em uma prisão de difícil fuga. Se *acampados* e *militantes* aprendem e crescem no processo de negociação intrínseco à vivência em um acampamento, eles também amarram-se às expectativas de atuação de suas posições e, no limite, as disputas entre estas podem culminar na insustentabilidade de suas condições.

Além da utilização das trajetórias das famílias enquanto ferramentas valiosas para pensar os eventos selecionados será percorrido um segundo caminho para compreender também as motivações e os valores sustentadas pelo *Movimento*: a análise de textos produzidos pelo MST e a observação de conceitos trabalhados pela militância, aplicados em um momento singular da proclamada *luta pela terra*: a ocupação.

O próprio trabalho de C.de A.Chaves (2000) chama a atenção ao fato do MST buscar não só em suas marchas, mas em suas ocupações e acampamentos, operar uma organização e uma expressão ritualizadas que pretendem construir e representar opiniões.

Assim, para fechar o procedimento que pretende identificar as condições de *acampados* e *militantes*, a partir das diversas perspectivas sobre o acampamento em si, realizar-se-á uma discussão da *ocupação* (gênese do acampamento), enquanto momento de instauração da “*communitas*” (V.Turner, 1974) que inevitavelmente e de forma breve exaure-se.

“(...) *consiste em uma relação entre indivíduos concretos, históricos, idiossincráticos. Estes indivíduos não estão segmentados em função e posições sociais, porém, defrontam-se uns com os outros mais*

propriamente à maneira do ‘Eu e Tu’ (...) juntamente com este confronto direto, imediato e total de identidades humanas, existe a tendência a ocorrer um modelo de sociedade como uma ‘communitas’ homogênea e não estruturada, cujas formas coincidem idealmente com as da espécie humana (...) A ‘communitas’ em pouco tempo se transforma em estrutura, na qual as livres relações entre os indivíduos convertem-se em relações governadas por normas, entre pessoas sociais.” (V.Turner, 1974, 161).

A partir da análise do *ritual-ocupação*¹⁶ pode-se perceber a busca por este modelo que se funda na utopia de uma conexão entre igualdade e ausência de propriedade privada. Os discursos reproduzidos pelo MST em suas cartilhas de estudo da militância e em encontros de “formação” tentam sustentar a idéia de que a propriedade e a apropriação coletiva da terra através da cooperação na produção são as saídas para a transformação da sociedade que o *Movimento* aspira com a *Reforma Agrária*¹⁷.

Esses procedimentos – análise de trajetórias, eventos e rituais - evidenciam o processo de produção do Outro cuja discussão será central neste trabalho e será feita acompanhando o mesmo caminho que as trajetórias dos acampamentos e seus *acampados*, pois, de fato, foi assim que este Outro foi produzido.

Para auxiliar nesta empreitada, considerarei a semelhança entre as características dos contextos do *Mário Lago* e *Winston Parva* – *locus* da pesquisa de N.Elias (2000) –, nos quais a população possui uma origem muito similar, mas termina por sofrer uma distinção baseada no tempo de moradia no lugar o que posteriormente define uma cisão entre o grupo mais antigo e os novatos, respectivamente: os “estabelecidos” e os “outsiders”.

¹⁶ Apesar de existirem alguns formatos diferentes de ocupação - dos quais alguns são apenas atos políticos efêmeros que não almejam o estabelecimento de um acampamento na área -, a maioria visa o prolongamento da ocupação e a conquista da terra. Outros, ainda, são apenas a concretização de um preparo intenso dos *sem-terra* potenciais após meses de trabalho de base, mas, de qualquer maneira, o formato ocupação é, em última instância o ato fundador, o momento ritual em que a *luta* se inicia. E é esse ato fundador, esse momento em que o *sem-terra* potencial vai, de fato, atuar enquanto *sem-terra* que tomo como esse *ritual-ocupação*.

¹⁷ A noção de *Reforma Agrária* aqui tratada é êmica no sentido de que tomo como análise o termo requerido pelo próprio MST. Ou seja, é a reforma agrária nos moldes do *Movimento* que discuto. Quando tratar-se de um projeto ou uma noção de Reforma Agrária expostos pelo Governo Federal, através de suas agências que tratam da questão da terra ou por outros sujeitos, estes serão devidamente citados.

Apesar de tratar as categorias “estabelecidos” e “outsiders” enquanto identidades sociais, N.Elias ressalta que antes de mais nada elas representam a condição básica de diferenciação entre dois grupos que podem vir a utilizar de “reforços”, de sinais distintivos como raça ou língua, mas o fato é que antes da qualificação, da materialização da diferença, a classificação que os difere está dada.

“O problema é saber como e porque os indivíduos percebem uns aos outros como pertencentes a um mesmo grupo e se incluem mutuamente dentro das fronteiras grupais que estabelecem ao dizer ‘nós’, enquanto, ao mesmo tempo, excluem outros seres humanos a quem percebem como pertencentes a outro grupo e a quem se referem coletivamente como ‘eles’” (N.Elias, 2000:38).

Esta é a preocupação deste trabalho: desvendar em que medida e de que forma *acampados* e *militantes*, em um dado momento enxergam-se uns aos outros enquanto diferentes e, de que maneira, com o passar do tempo, os elementos e aspectos que os distanciam apenas aumentam. Mesmo que as fronteiras destes grupos não sejam muito claras e não constituam identidades em si, a problemática é a mesma e a operatória é inclusive semelhante, pois enquanto os habitantes de Winston Parva utilizavam-se da “fofoca” para reproduzir e manter a separação entre estabelecidos e outsiders, nos acampamentos do MST, em especial no *Mário Lago*, a *picuinha* é o meio conhecido e também o mais eficaz de disseminar a diferença.

Segundo N.Elias:

“A sociodinâmica da relação entre as condições de estabelecidos e outsiders é determinada por sua forma de vinculação” (2000:32)

É justamente através das trajetórias que pretendo identificar a vinculação construída entre estas *condições*, entre *acampados* e *militantes* e, a partir dos eventos presenciados em campo e dos rituais produzidos pelo *Movimento*, será possível verificar a sustentação e reprodução deste vínculo. As relações de poder, de interdependência e a coesão

diferenciada dos grupos são aspectos importantes a serem analisados e que definem, em última instância, a potencialidade do conflito.

No capítulo I, “*Em busca da Terra Sem Males*”, será demonstrada a sociogênese dos acampamentos *Terra Sem Males* e *Mário Lago*, tratando desde a escolha do nome e os sujeitos que delas participaram, de suas sucessivas mudanças e desistências até o momento em que estes se fundiram. A partir do encontro destes dois grupos, tratarei do estranhamento surgido deste contato, produzindo um “outro”, muitas vezes, interpretado enquanto um “inimigo”. O primeiro evento, o “racha da Comuna da Terra” será descrito ainda no primeiro capítulo durante a trajetória do *Terra Sem Males*.

Compreendida a trajetória do acampamento e dos seus sujeitos, os outros eventos escolhidos serão descritos no capítulo II, “*O Outro mora no barraco ao lado*”. Neste, analisarei os significados e representações que, além destes episódios, produz-se em relação ao MST. Ao passo que serão analisados os aspectos que aparentemente colocam-se, *a priori*, enquanto orientações culturais dos grupos, a discussão fará sempre o uso das trajetórias para, a partir delas, reconsiderar em que momentos estes “grupos” distinguem-se e, mais do que isso, o quanto permanecem semelhantes a despeito de seus projetos e aquém de seus desencontros.

Utilizarei as trajetórias das famílias do antigo *Terra Sem Males* que permaneceram no *Mário Lago* até agosto de 2006, de algumas que deixaram a “luta pela terra”, e outras que foram “buscar a terra” em outros territórios do próprio MST. Desta maneira nunca será retirado o foco de análise da dimensão micro que dá vida e movimento aos cenários de acampamentos e assentamentos.

Para finalizar a compreensão da dinâmica do MST será discutido o *ritual-ocupação* e alguns dos princípios construídos nestes 22 anos do MST. Aqui, centrar-se-á uma atenção especial no caráter ritual de manifestações do MST, pois a produção dos “termos da luta” não se faz apenas em textos e cursos de militantes, mas coloca-se na sua máxima potencialidade em rituais nos quais pretende-se reproduzir estes termos, e é exatamente nestes espaços que os termos então pressupostos são ressignificados, reapropriados e novos então são criados.

Para pensar o caráter performático destes rituais, discutirei a noção de *communitas* (V.Turner, 1974) presente no ideal das ocupações e acampamentos e sua transformação de um formato espontâneo para um formato normativo e ideológico.

Este item pretende recuperar as especificidades analisadas nos eventos descritos e pensar, a partir deste modelo genérico *ritual-ocupação*, de que maneira se estabelecem as *condições* em um acampamento.

De alguma maneira a minha opção metodológica de seguir em busca do *Terra Sem Males*, de percorrer seus caminhos e descaminhos através da referência de pessoas que permaneceram junto ao núcleo original do acampamento ou das que seguiram novos rumos é nada mais do que uma reprodução do sistema nativo de busca, a busca incansável destes sujeitos por uma terra sem males, por um lugar onde a vida faça sentido: a minha busca pelos sentidos que esta procura assumiu através dos fluxos e redes que se estabeleceram nos lugares onde estiveram e ao longo do tempo de acampamento.

Capítulo I - Em busca da Terra Sem Males

“Quando as coisas, os signos, as ações são libertadas de sua idéia, de seu conceito, de sua essência, de seu valor de sua referência, de sua origem e de sua finalidade, entram então numa auto-reprodução ao infinito. As coisas continuam a funcionar ao passo que a idéia delas já desapareceu há muito. Continuam a funcionar numa indiferença total ao seu conteúdo.”
(J.Baudrillard, 1990:12)

Há diversos relatos em nossa história acerca de grupos de populações rurais que migram por grandes extensões territoriais em busca de um “lugar social” que abrigue não somente a terra em si, mas a possibilidade de continuar seus projetos.

M.A.daC.Vieira (2001), tratando de movimentos sócio-religiosos no sul do Pará, descreve uma peregrinação de mais de 30 anos de camponeses que buscavam as *Bandeiras Verdes*, a mata, o lugar geograficamente definido, mas não determinado, onde a abundância os esperava para salvá-los do “fim dos tempos”. Este lugar havia sido aclamado em uma profecia do Padre Cícero e teria levado milhares de nordestinos a migrar em busca das “Bandeiras”.

No entanto;

“O deslocamento em direção à fronteira se constitui, para os camponeses, numa possibilidade de se desvencilhar das relações de dominação dadas pela grande propriedade, ainda que para isso eles devam, em alguns contextos, recorrer a esta estratégia de forma recorrente.” (M.A.daC.Vieira, 2001:115).

O imaginário acerca da “terra cativa”, do cativo em oposição à liberdade e à autonomia encontra-se presente em narrativas de diversos trabalhos acerca de populações camponesas, como um fator que contribui para a mobilidade espacial, como uma estratégia em busca da terra livre disponível para ser apropriada.

Ao analisar a noção de “besta-fera” encontrada nas falas de camponeses na situação de fronteira, O.Velho (1995) retoma a noção bíblica do cativo da besta-fera, como

ausência de liberdade e de libertação, um mal exterior que explica o cativo, muitas vezes referido como a ausência de reciprocidade e cumplicidade.

O autor critica a idéia de alguns analistas que tomam a busca por libertação do cativo como uma busca estrita por autonomia. Assim, as muitas justificativas para migrar, em função dos “males” de um lugar, baseiam-se não somente nas experiências do sujeito, mas também no imaginário de uma tradição bíblica que associa o deslocamento à fuga do cativo.

“O receio do mau-olhado, a dúvida quanto a salubridade de um local, a crença difusa de que o pobre jamais será deixado em paz por muito tempo, ou histórias fantásticas sobre as riquezas de outras terras, como a das bandeiras verdes das profecias do Padre Cícero – são essas algumas das razões invocadas para se deslocar. Todas, evidentemente, baseadas em experiências muito reais, mas ao mesmo tempo expressando a desconfiança e uma vontade de testar a possibilidade (ainda) de exercitar a liberdade” (O.Velho, 1975:29).

A itinerância mostra-se como uma saída, um caminho em busca de um lugar longe dos males conhecidos, longe do cativo de onde se está. Mas nesta busca, obviamente, espera-se encontrar esse lugar. M.A.daC.Vieira sugere que a população que acompanhou caracterizava-se por ser um “campesinato de fronteira”, portador de uma “cultura bíblico-católica” (2001:153), o qual teria saído em busca de um lugar prometido pelas forças espirituais.

Ora, fato é que estes sujeitos encontravam-se em busca, à procura de um lugar longe dos aspectos que eles mesmos consideravam representantes do mal, mas, antes de transformarem a escatologia da tradição cristã; reeditando o dilúvio, o êxodo hebreu e o fim do mundo, como ressaltou O.Velho (1995), estes sujeitos tiveram experiências reais que justificaram a classificação do cativo do qual deveriam buscar libertar-se, eles viveram o desencantamento de seu mundo.

Historicamente, segundo P.Bourdieu (1979), a “sociedade camponesa” viveu uma forte mudança de contexto quando inseriu-se na sua economia o mercado. Permeada pela

tradição, na qual não se visava um cálculo econômico e os valores éticos e relações de reciprocidade e solidariedade regiam as práticas sociais, a economia capitalista trouxe desapropriação de terras, lógica de crédito e uma racionalidade diferente daquela que estes sujeitos antes conheciam.

O autor enfatiza a existência de um *ethos camponês* que reproduziria o mundo, o faria ausente da noção de produtividade, ou seja, por mais que o modo de produção se alterasse, não se tratava, necessariamente, da passagem para uma lógica capitalista, pois ainda restariam suas disposições culturais incorporadas através de gerações partilhando experiências e práticas sociais e a busca pela manutenção das mesmas.

Assim, este sujeito que em muitos contextos viu-se obrigado a migrar para a cidade em busca de emprego, de um lugar onde pudesse viver longe da situação em que se encontrava naquele momento, pode ser o mesmo sujeito que optara por buscar um lugar específico, onde ouvira outrora que as terras são férteis, não têm donos, onde há fartura e há a possibilidade de reproduzir seu modo de vida. Eventos como as *Bandeiras Verdes* ressaltam as invocações e justificativas a esse movimento inevitável à procura da sobrevivência não só físico-social, mas de uma concepção de mundo.

Este episódio é importante por ser ele mesmo referência de uma das noções bíblicas aqui citadas em relação à itinerância, o que termina concedendo à migração um significado de salvação, a única saída possível ao fim do mundo, ou ao fim de um projeto de mundo.

M.A.daC.Vieira, trabalha com um movimento que ela mesma qualifica de sócio-religioso devido às circunstâncias em que encontrava-se a população em questão – expropriados da terra e assalariados - e pelas invocações religiosas a partir das profecias do Padre Cícero. A autora questiona ainda as motivações de movimentar-se uma vez que:

“as situações de mudança não levam, necessariamente ao desencadeamento de movimentos religiosos, o que indica que para compreendê-los, outros elementos precisam ser levados em conta”
(2001:81).

Assim, para tratar do movimento sócio-religioso que analisa, ela incorpora as contribuições de V.Turner no que concerne às discussões de “liminaridade” e processo

ritual, uma vez que a liminaridade apresenta-se tanto na conjuntura histórica em que o movimento se insere quanto na vivência dos sujeitos que não encontram simbolicamente um lugar. Assim, o movimento em si caracteriza a superação ritual na qual os sujeitos rompem com o mundo ordinário buscando um lugar no qual possam reinterpretar o mundo e atribuir-lhe novos sentidos (M.A.daC.Vieira, 2001:85).

V.Turner em sua análise de ritos de passagem, discute a liminaridade enquanto um momento representativo de uma anti-estrutura, que pode ainda apresentar-se momentaneamente fora dos rituais, num modelo igualitário, a *communitas*. O autor ressalta que movimentos religiosos são “manifestações extraordinárias” da *communitas*, na tentativa de estabelecer uma nova condição de igualdade para a sociedade ou o grupo, mas,

“Na prática, naturalmente, o ímpeto logo se exaure, e o próprio ‘movimento’ se torna uma instituição entre outras instituições, freqüentemente mais fanático e militante que os restantes, por julgar-se o único possuidor das verdades humanas universais. Muitas vezes tais movimentos ocorrem durante fases da história que sob vários aspectos são homólogas a períodos liminares de importantes rituais em sociedades estáveis e rotineiras, quando os mais importantes grupos ou categorias sociais naquelas sociedades estão passando de um estado cultural para o outro. São essencialmente fenômenos de transição. Talvez seja esta a razão pela qual em tantos desses movimentos muito da mitologia e do simbolismo que possuem é tomado de empréstimo dos mitos e símbolos de tradicionais rites de passage, quer nas culturas em que se originam, quer nas culturas com as quais estão em contato dramático” (1974:137).

Embora com percursos e resultados distintos, o contexto “desestruturante” descrito por V.Turner não difere em muito do apresentado por P.Bourdieu (1979) e o vivido por esta e outras populações de características camponesas, cada uma a seu tempo e a seu modo, possibilitando que não só as tradições sejam assimiladas, reapropriadas e ressignificadas, mas também que movimentos como esse das bandeiras verdes ou outros que surgiram na

itinerância, na busca por um lugar, a solução para uma situação não mais sustentável sejam tomados como referência. Numa espiral infinita estes movimentos tomam de empréstimo um dos outros, acrescentando e ressignificando simbologias que justifiquem e legitimem suas demandas, que as insiram em um contexto sempre maior do que o seu.

Portanto, não é de admirar-se que mesmo as migrações Tupinambá nos séculos XVI e XVII que partiram do Nordeste para o Maranhão contribuíram, segundo M.A.daC.Vieira, para o imaginário das profecias acerca das “Bandeiras Verdes”, uma vez que, assim como os seguidores das profecias, o povo Tupi-Guarani procurava por um lugar além de um grande rio no qual encontrariam fartura e abundância (2001:151).

A apropriação feita pelas “Bandeiras Verdes” do mito da “Terra sem Mal”¹⁸ revela uma operatória recorrente que pretende valorizar e legitimar essa busca. Não é de hoje que categorias, classificações e conceitos são atribuídos a grupos segundo uma certa analogia, uma aproximação de alguns aspectos ou pela situação semelhante em que se encontram.

Defendo a idéia de que esta apropriação está longe de ser uma “ideologia” ou falsa consciência, pois, mesmo sendo arbitrária, é carregada de sentido e operada de forma a dizer muito sobre as representações de si que têm esses grupos, assim como as representações que produzimos sobre eles.

Assim como fizera o movimento pelas “bandeiras verdes”, o “profetismo” Tupi-Guarani foi acionado pelo MST enquanto exemplo de uma “luta simétrica” à sua, foi usado ainda para nomear a expressão mais forte da “luta pela terra” do MST, um acampamento *sem-terra*, o acampamento *Terra Sem Males*.

1.1. Os nomes da terra: produzir para fazer sentido

Além do uso do mito da terra sem mal para justificar a busca pela terra como uma antiga demanda, há um outro elemento comum às “bandeiras verdes” e ao MST que pode, inclusive, explicar porque estes dois movimentos itinerantes apropriam-se da história Tupinambá: a Igreja Católica.

¹⁸ Sobre o mito, Cf. M.Carneiro da Cunha e E.Viveiros de Castro (1996), H.Clastres (1978), P.Clastres (2003 e 2004), A.Metraux (1979), C.Nimuendaju (1987).

As CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) foram os primeiros “*espaços de socialização política*” dos “camponeses” que formaram o MST, estes *sem-terra* eram migrantes, viveram o êxodo rural e tiveram seu primeiro contato com o *Movimento* ouvindo sobre o êxodo dos hebreus que retomariam a terra prometida (B.M.Fernandes, 1999:117-118). Esta operação produtora de um imaginário da peregrinação, faz um percurso ainda mais longo do que o retorno ao século XVI quando o povo Tupi-Guarani migrava pelo país em busca da terra sem mal: citar o êxodo permite associar a terra prometida à terra a ser conquistada pelos *sem-terra*.

“Por mais que falasse em assistência social, em promoção humana, em despertar os trabalhadores para os problemas sociais, a Igreja, com todos os seus organismos intermediários, chegou ao campo com uma sempre confessada preocupação anticomunista ou de defesa do rebanho” (J.deM.Pessoa, 1999:54).

No entanto, foi através das Comissões Pastorais da Terra (CPT), em 1975, que a Igreja progressista de Dom Pedro Casaldáliga colocava-se contra o latifúndio redimensionando a idéia de missão, colocando no centro das preocupações o problema da terra e os conflitos no campo (J.deM.Pessoa, 1999:80).

Desta maneira, a CPT operava como uma Igreja de “*posseiros, peões e índios*”, criada com o intuito de realizar trabalhos de evangelização em defesa da terra e autodeterminação dos povos indígenas (J.deM.Pessoa, 1999:81). Segundo o autor, as CEBs tiveram papel fundamental neste processo como forte “mediadora” na evangelização do mundo rural, fomentando o “comunitarismo” quanto ao uso da terra e sugerindo neste modelo a reconstrução do modo de vida dos primeiros cristãos (J.deM.Pessoa, 1999:84).

Iniciado este processo, somou-se a ele uma ideologia socialista ou de coletivização, a experiência cotidiana do trabalho organizado e a reprodução de modelos sugeridos pela militância.

Assim, as famílias de agricultores e seus descendentes, desiludidos com a migração para as grandes cidades, ou até mesmo com o trabalho assalariado no campo, quando

compelidos a buscar uma mudança, moveram-se em busca de uma melhora de vida real e não apenas imaginária.

Não só os índios, um dos sujeitos preferenciais de expressão de uma “identidade nacional” desde o Brasil oitocentista¹⁹, mas outros grupos marginalizados cujas lutas tornaram-se símbolo de resistência, sempre foram citados e ainda são referência para legitimar a *luta pela reforma agrária*²⁰. Como ocorre com Canudos, tantas vezes apropriado pelo próprio MST em seus discursos e nomes de acampamentos, assim como o foi por outros movimentos no sertão do Nordeste (I.da Costa Sales, 2000).

E.Brenneisen (2004) fala brevemente em seu trabalho desta mesma operação, porém sem dar-lhe muita atenção. O assentamento que ela acompanhou em seu trabalho chama-se *Sepé Tiarajú*, localizado em Santa Tereza do Oeste, no Paraná.

Em um livro editado pelo próprio MST consta um breve histórico que pretende contar a história de Sepé Tiarajú:

“Havia no século XVIII, na região fronteira entre o Brasil e o Uruguai, missões jesuíticas espanholas onde viviam povos guaranis, cada qual em seu povoado e com populações entre 1.500 a 12 mil habitantes. Este espaço, além de ser disputado por Portugal e Espanha, era constantemente atacado por bandeirantes apresadores de indígenas.

Quando Portugal e Espanha assinaram o tratado de Madri, em 1750, a região onde hoje se situa o Rio Grande do Sul passou para o domínio de Portugal. Pelo acordo, todos os habitantes da região deveriam transferir-se para o outro lado do rio Uruguai, que pertencia a Espanha. Os guaranis se recusaram a deixar suas terras, onde plantavam e criavam gado, e deram início a uma guerra que durou de 1753 a 1756.

O líder guarani dessa guerra foi Sepé Tiarajú, um cacique educado pelos jesuítas e que, em carta aos inimigos, deixou clara a

¹⁹ Inesquecíveis na obra de José de Alencar, os personagens indígenas jamais foram meros mitos, “*Mais que isso, era nesses primeiros habitantes que se deveria buscar a marca de singularidade da nação brasileira*” (P.L.M.L.Esteves, 1998).

²⁰ Contestado, Ligas Camponesas, Quilombos, Canudos e “heróis” indígenas são os mais citados.

decisão de seu povo não deixar a terra. A resistência contra as tropas portuguesas e espanholas durou até a exaustão, em fevereiro de 1756, quando Sepé e outros 1500 guerreiros foram massacrados.

Derrotados, os guaranis sobreviventes e os padres abandonaram a região e foram viver no Paraguai. Sepé personificou a tragédia do índio americano e constituiu um símbolo da luta contra a expropriação exercida pelos colonizadores de ontem e de hoje.” (M.Morissawa, 2001:60)

A história contada desta maneira foca a motivação da população guarani em questão em manter-se na área para preservar suas atividades agropecuárias e ainda sugere que o apoio da missão jesuítica que trabalhava no local fora indispensável até mesmo para a comunicação entre o “índio” e o “colonizador”. Desconsiderando completamente a cosmologia guarani e a real importância de seu território, a apropriação da história de Sepé Tiarajú e da guerra guarani reinterpreta um conteúdo - avesso a sua própria idéia - de forma que ele possa fazer sentido à “luta pela terra” empreendida pelo MST.

O nome *Sepé Tiarajú*, segundo E.Brenneisen (2004:72), constava em um documento do INCRA como uma homenagem a um “companheiro indígena” guarani que morrera lutando pela terra contra os portugueses. Assim, segundo a autora, as *lideranças* poderiam justificar o seu projeto de assentamento, cujo formato assemelhava-se à organização das missões jesuítas na região: todos trabalhavam para o bem da comunidade, tudo era dividido e os líderes eram escolhidos pelos próprios índios. Neste mesmo documento haveria ainda referência a uma suposta semelhança das missões em relação a quilombos e Canudos.

Alguns estudiosos reproduzem este discurso que insere a atual “luta pela terra” do MST num contínuo em relação a outros demandantes por terra em nossa história.

I.da Costa Sales (2000) organizou depoimentos dos moradores de um assentamento chamado *Canudos*, na Paraíba. Além da direção do *Movimento* ter escolhido o *locus* da pesquisa, decidiu também quem seriam os narradores, na sua maioria *dirigentes* do assentamento. Os depoimentos mais espontâneos referem-se ao local do assentamento

como ex-Fazenda Maraú e pelo primeiro nome escolhido *Nossa Senhora do Desterro*, nome da igreja que ficava dentro da fazenda e que foi por eles reformada.

Quando falavam do novo nome *Canudos*, logo em seguida reforçavam a importância histórica do nome e a “semelhança da luta”, diziam que em ambas havia capatazes e uma “luta pela reforma agrária”. A decisão pelo nome veio após assistirem ao filme *Guerra de Canudos*. Todos teriam gostado da escolha, mas muitos ainda referiam-se ao assentamento pelo nome da antiga fazenda, segundo os depoentes, por não estarem acostumados ao novo nome.

O autor, após os depoimentos, partilha da noção de uma única *luta pela terra* no país desde 1500:

“A história do Assentamento Canudos, contada pelos trabalhadores e trabalhadoras nela envolvidos, forma um importante capítulo da história geral de lutas e conquistas, no terreno da Reforma Agrária, em todo o Brasil. Ela vem se associar a essas lutas por terra, dignidade e justiça que, desde a invasão do Brasil e através do processo de colonização, vêm sendo travadas: da resistência dos índios aos quilombos; de Canudos às Ligas Camponesas e hoje pelo MST e outros parceiros e aliados” (I.da Costa Sales, 2000:87)

L.M.S.Romão (2002) analisa os discursos e contra-discursos no MST e afirma que, de certa forma, estes discursos são simétricos a partir do momento em que o MST requer o reconhecimento de sua luta como a mesma luta pelas terras de negros, índios e camponeses ao passo que a imprensa usa dos mesmos termos para qualificar as lideranças do movimentos como o fizera com Antônio Conselheiro, por exemplo.

Segundo a autora, é possível que o discurso que se apresenta de forma simétrica em sujeitos e contextos diferentes seja conscientemente construído e escolhido. Ou seja, L.M.S.Romão assume a tese de que a *luta pela terra* data do descobrimento do Brasil e, portanto, as palavras - possuidoras de memórias, portadoras de um encadeamento histórico dos sentidos – são reutilizadas em todos os movimentos e levantes posteriores.

Ainda segundo a autora, os negros teriam sido os primeiros *sem-terra* a lutar no país num modelo de “protocampesinato” nos quilombos, o que apresenta-se como uma noção eminentemente evolucionista do processo social. Eles eram chamados de quadrilheiros, falava-se em desobediência, agressividade e violência, eram transgressores da lei e ameaçavam a civilidade, assim como, após alguns anos, classificou-se o levante de Ibicaba, Canudos, Contestado, as Ligas Camponesas e o MST.

Não questionando o fato destes movimentos demandarem terras, tratam-se de demandas bem diferentes em contextos ainda mais diversos. Um dos aspectos mais importantes que os diferencia, por exemplo, é a motivação e o histórico que originou tais movimentos.

Ora, claro está que uma vez demandando um bem, uma propriedade de interesse de uma classe detentora dos meios de comunicação, não se espera que estes grupos sejam tratados ou qualificados por termos melhores do que “baderneiros”, em nenhum momento da história do país. O que não significa, necessariamente, que esta semelhança guarde simetria²¹.

As primeiras ocupações de terra no sul do país se deram em território indígena na década de 70, chegando a desencadear uma guerra entre o povo caingangue e mais de duas mil famílias que viviam em Nonoai em 1978 (S.Branford e J.Rocha, 2004:27).

Curioso pensar que apenas alguns anos depois, com a formação do MST, os índios já se tornariam companheiros de luta e, junto com eles, todo um aparato ideológico seria trabalhado para aproximar toda e qualquer forma de resistência popular da “luta pela terra” então empreendida:

*“Che, Zumbi, Antonio Conselheiro. Na luta por justiça somos todos companheiros!”*²²

Os exemplos aqui colocados demonstram a importância política de efetuar estas reavaliações simbólicas de forma a produzir uma conexão entre nomes e histórias que não possuem ligação nenhuma para que um projeto ideológico faça sentido. Trata-se de uma

²¹ J.deS.Martins (2004:108) descreve os equívocos de atribuir à Canudos uma luta pela terra, quando tratava-se de uma guerra religiosa e um enfrentamento do povo com as elites, o Estado e a Igreja.

²² Palavra de ordem do MST.

escolha política que gera um conjunto de idéias cujos vínculos sustentam-se em uma história esvaziada de conteúdo, para que as formas anteriores sejam apropriadas: índio genérico, negro genérico e pobre genérico.

Além de buscar “des-demonizar” os sem-terra, de encaixá-los entre as minorias injustiçadas no passado que hoje requerem seus direitos, esse procedimento pode incluir os *sem-terra* nas políticas públicas voltadas para minorias.

Um desses processos que aqui me interessa diretamente refere-se à escolha do nome do acampamento *Terra Sem Males*.

A cada ano a Igreja Católica organiza uma “campanha da fraternidade” com uma temática específica. Em 2002, ano de criação do acampamento *Terra Sem Males*, o tema da campanha era: Fraternidade e Povos Indígenas – Por uma terra sem males.

No sítio virtual da CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil) consta o cartaz da campanha²³ e um breve texto falando da “motivação” da escolha:

*“O tema da Campanha da Fraternidade de 2002: ‘Fraternidade e Povos Indígenas’; e o lema: ‘Por uma terra sem males’. Hoje, no Brasil, a população indígena é superior a 330 mil pessoas, pertencentes a 215 nações, que falam mais de 180 línguas diferentes. Em 1500, esta população ultrapassava cinco milhões e, 970 povos. Refletir sobre os povos indígenas é mais do que lamentar os povos desaparecidos, a opressão, a violência, a condição de miséria e exclusão. Esta reflexão convida a lembrar a histórica luta de resistência dos povos indígenas ao longo destes cinco séculos, a resistência e a esperança dos povos negros, forçados a fazer do Brasil a sua pátria, dos imigrantes pobres que trouxeram em sua bagagem os sonhos de uma vida nova em uma terra farta e livre. É fortalecer os fios que tecem a rede da solidariedade cotidiana, que se manifesta na prática de todos, e no apoio a causa dos oprimidos”*²⁴

²³ Ver cartaz da campanha no anexo I.

²⁴ Fonte: www.cf.org.br

Ao utilizar-se de um mito indígena para questionar a opressão de minorias e focar-se na necessidade de estabelecer solidariedade entre as pessoas em busca de uma “terra sem mal”, a Igreja sugere que todas as minorias do país, novamente um conceito genérico, passaram pelo mesmo processo de exclusão e violência independentemente de suas histórias específicas, logo, todos os povos ou grupos despojados de suas condições culturais devem unir-se enquanto “oprimidos”.

De fato, a Igreja Católica, através da CPT, participou ativamente da fundação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e ainda hoje é uma das mais presentes colaboradoras em termos materiais e ideológicos. Talvez seja, até mesmo, a grande inspiradora neste processo de apropriação de outras “lutas pela terra”.

Os textos do MST são produzidos com a colaboração de intelectuais “amigos do Movimento” e por estudos realizados pelos próprios *militantes* durante cursos de formação. A discussão acerca dos modelos de assentamento encontra-se na ordem do dia no MST, e é central desde a sua fundação por representar, segundo os *militantes*, o formato de reforma agrária desejado pelo *Movimento*. Uma cartilha publicada há alguns meses, foi desenvolvida a partir de um trabalho apresentado por um de seus *militantes* ao término de um curso²⁵ que buscava propor um novo modelo de assentamento baseado nos ideais do *Movimento* e no “histórico das lutas pela terra no Brasil”:

“(...) foi contra o processo de acumulação de capital que se iniciou a história de resistências, lutas e enfrentamentos do povo brasileiro em defesa da posse e uso das terras. Como não podia ser diferente os primeiros a resistir foram os povos indígenas. Suas lutas eram não só de resistência em defesa das terras, mas também de sua liberdade” (D.Matheus, 2003:11-12).

O autor enumera os exemplos que considera ilustrativos destas lutas: a Confederação dos Tamoios, a Guerra dos Bárbaros – envolvendo os povos Cariris no

²⁵ Vários cursos intitulados “Realidade Brasileira” são ministrados com apoio de algumas universidades brasileiras e/ou professores ligados ao Movimento Sem Terra e à “Escola Nacional Florestan Fernandes”, fundada pelo MST com intuito de investir na formação de *militantes*. Este trabalho de D.Matheus é especialmente interessante por ser nele que se propõe o modelo “*Comuna da Terra*”.

Nordeste – e a Guerra dos Guaranis comandada por Sepé Tiarajú. Este último é um dos mais reincidentes nomes de heróis indígenas em acampamentos *sem-terra*.

Na maioria das vezes são os *dirigentes* que sugerem os nomes e mesmo eles encontram certa dificuldade em justificar ao grupo o significado destes. Alguns *militantes-acampados* não sabem fazê-lo, por também não conhecerem, assim como grande parte dos *acampados*, a história de *Sepé Tiarajú*, ou *Chico Mendes*, *Canudos* e até *Rosa Luxemburgo*.

A resignificação destes eventos opera no sentido de tentar encontrar um meio, um símbolo, uma identidade, no caso *sem-terra*, a partir da qual seria possível estabelecer diálogo com o grupo apesar de sua heterogeneidade. A opção por tomar a terra como símbolo é tentativa, muitas vezes não concretizada, de produzir uma identificação de classe entre povos oprimidos. De certa forma, leva em consideração tanto o fato da terra possuir importância, consideravelmente diferenciada, para índios, negros e “camponeses”, quanto pelos grupos em questão encontrarem-se em situação marginal na sociedade.

No entanto, como bem ressalta J.deM.Pessoa (1999:112), torna-se complicado exigir deste “campeinato”, que nem se reconhece como tal, que ele assuma para si a questão da transformação da sociedade nacional a partir da *Reforma Agrária*, afinal:

“(...) *eles não surgem desse movimento, muito menos de uma sigla. Eles surgem do seu próprio processo de exclusão social, e essa somatória de excluídos é também, por sua vez, um momento de eclosão da experiência exclusão*” (1999:111).

O que as etnografias acerca de acampamentos e assentamentos mostram é que as tentativas de aproximar os milhares de acampados e assentados em torno de uma identidade produzida a partir de um histórico da luta pela terra empreendida por outros povos em outros contextos dificilmente gera uma efetiva identificação. Assim sendo, os mitos, nomes e histórias acessados e principalmente reproduzidos em *místicas*²⁶ são tocantes e chegam até a fazer sentido, naquele momento. O que se mostrou a partir da pesquisa de campo é que por mais eficaz que a mística se apresente em alguns contextos - como para os

²⁶ Momento ritual de abertura e encerramento de reuniões, festas e encontros no qual símbolos, músicas e histórias são reproduzidos e reinventados para significar a pertença ao *Movimento*.

acampados do *Terra Sem Males* que reproduziam músicas, poemas e palavras de ordem dentro e fora das reuniões com o mesmo entusiasmo -, esta eficácia não restringe-se ao formato ritual e à função ideológica das místicas, ao contrário, esta necessita de uma abertura anterior do grupo para cumprir seu papel. No *Mário Lago*, as místicas eram escassas, assistida por poucos e, na maioria das vezes, não eram reproduzidas ou até mesmo lembradas pela sua platéia: *acampados*.

Esta operatória que busca produzir um sentido histórico na luta pela terra empreendida pelo MST busca também uma identidade *sem-terra* homogênea e de caráter nacional assim como o seu projeto de *reforma agrária*. Esta identidade englobante tenta funcionar de forma semelhante ao mito da Virgem de Guadalupe no México discutido por E.Wolf (2003). Neste texto, o autor analisa de que forma o mito foi usado para comunicar uma nação. No caso, a virgem representava interesse aos grupos que compunham a nação por ser ela mesma uma forma de incluir tanto mexicanos quanto indígenas. A virgem tornou-se uma representação coletiva na medida em que estabeleceu comunicação entre os grupos:

“(...) como um conjunto de referentes heterogêneos tirados de várias tradições de etnicidade, classe e religião, combinados numa unidade multifuncional por meio de signos que se cruzam” (2003:219).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, busca congregar sob uma “identidade” *sem-terra* todos aqueles que se encontram debaixo dos barracos de lona preta dando efetivo sentido à *luta pela terra*.

O que se apresentou na pesquisa de campo é que a maioria destes “*sem-terra*” não está buscando identificar-se com os aspectos proclamados pelos dirigentes e *militantes* enquanto formadores de uma identidade *sem-terra* ou, até mesmo, não se preocupam em preencher os requisitos necessários para serem considerados “do Movimento”.

O mito da terra sem mal quando escolhido para nomear o acampamento carregava em si o mesmo significado que o fez *Canudos*, *Sepé Tiarajú*, *Chico Mendes*, *Zumbi dos Palmares* e tantos outros aclamados “companheiros revolucionários”: buscava conferir ao

grupo em questão uma “luta” comum ao mesmo tempo em que reforçava a presença de alguns ideais do *Movimento*, fossem estes de origem política ou religiosa.

1.2. Trajetória da pesquisa e do *Terra Sem Males*

O acampamento *Terra Sem Males* se constituiu na madrugada do dia 13 de abril de 2002, após meses de *trabalho de base* efetuado pelos *militantes* da secretaria regional do MST de Campinas, ao ocupar a Fazenda Capuava entre os municípios de Atibaia e Bragança, no estado de São Paulo, próximos à Campinas.

Minha primeira ida ao campo, ao *Terra Sem Males*, ocorreu no mês de julho de 2003 através de um “Estágio de Vivência” organizado pela Secretaria Regional do MST em Campinas e pelo Núcleo de Apoio à Reforma Agrária Carlos Marighela, composto basicamente por estudantes da Unicamp ligados ao Movimento Estudantil e, principalmente, à então gestão do DCE (Diretório Central dos Estudantes) da Unicamp.

A idéia do estágio surgiu a partir de atividades muito semelhantes, já intituladas “estágios de vivência”, desenvolvidas por estudantes de cursos agrários em São Paulo e Mato Grosso com a ajuda da FEAB (Federação de Estudantes de Agronomia do Brasil). Porém, a intenção dos idealizadores do projeto desenvolvido no acampamento *Terra Sem Males* visava diferenciar-se dessas experiências de vivência em acampamentos ou assentamentos rurais, como dito pelos próprios organizadores, e expresso no título do estágio - o que diz muito sobre a estruturação e os resultados intencionados - “Estágio de Comunicação, Vivência e Formação Política em áreas de Acampamentos Rurais”.

Há várias gestões o DCE encontrava-se composto por alunos ligados ao PT (Partido dos Trabalhadores) e no ano em que se organizou o estágio, alguns destes diziam-se *militantes* do MST. Estes *militantes-estudantes* em geral participam de cursos de formação e contribuem com as secretarias regionais na organização de atos, ocupações e até mesmo cursos e estudos em acampamentos e assentamentos. Nesta época era comum ocorrer na universidade campanhas de arrecadação de roupas e alimentos para levar para o *Terra Sem Males*.

O estágio compreendeu cinco dias de “capacitação” dos “vivos” no Centro de Formação do MST de São Paulo e 15 dias de vivência no acampamento. Após o estágio, que representou o começo da pesquisa de iniciação científica, fiz outras visitas a campo nas localidades onde o *Terra Sem Males* esteve. Uma vez estabelecida uma relação com os *acampados* e com a própria regional de Campinas, o trabalho fluiu sem grandes dificuldades de acesso ao campo²⁷.

Após a “vivência” em julho, nos dias 18 e 19 de outubro de 2003 participei da mudança, da ocupação em Sumaré. Na semana seguinte retornei ao local onde fiquei por 3 dias. No dia 8 de novembro acompanhei o ato realizado pelo acampamento, no momento hospedado no assentamento Sumaré II. No ano seguinte, em 2004, nos dias 16 e 17 de maio participei da festa de 19 anos do assentamento Sumaré II. No segundo semestre retomei as visitas ao *Terra Sem Males* nos finais de semana de setembro e outubro quando o acampamento encontrava-se no município de Itú. Em uma dessas viagens segui com alguns *acampados* que iam visitar parentes no assentamento *Carlos Lamarca*, em Sorocaba. Ainda em outubro de 2004, passei um final de semana em Americana, onde os ex-coordenadores do *Terra Sem Males* estavam implantando uma sub-regional do MST de Campinas. No ano de 2005, as idas a campo encerraram-se devido às disciplinas do mestrado, tendo sido retomadas em 2006 quando permaneci no *Mário Lago* em Ribeirão Preto nos meses de abril e maio, de 7 de julho a 3 de agosto e por último 15 dias em setembro para acompanhar a discussão dos *acampados* sobre os projetos de assentamento após receberem a notícia, em 30 de agosto, de que a terra onde estavam seria de fato desapropriada.

A regional de Campinas foi efetivamente criada com o surgimento do acampamento *Terra Sem Males*. Para compor o seu “quadro orgânico” foram chamados *militeres* da regional de Iaras e membros da direção estadual, dos quais a maioria, com grande colaboração das regionais de São Paulo e Sorocaba, realizou o trabalho de base: as visitas e reuniões em bairros da periferia das cidades de Limeira, Campinas, Sumaré, Sorocaba, São Paulo e nas pequenas cidades no entorno dessas regiões.

Neste processo de trabalho de base os *militeres* procuram visitar bairros e vilas das periferias onde grande parte da população encontra-se desempregada ou descontente com

²⁷ Em alguns momentos fez-se mais clara uma certa cobrança de minha participação, de minha presença e de meu trabalho enquanto militância. Após muitas conversas esclareci que minha forma de participar, de alguma maneira, era através da pesquisa e que eu não poderia e não pretendia tornar-me *militer*.

sua situação de trabalho e com sua vida. Em geral com apoio de associações de bairro, vereadores e igrejas a aproximação com a população e sua posterior recepção tornam-se mais fáceis.

Com o *Terra Sem Males* foi possível ainda perceber um outro fator de extrema importância para conquistar a confiança dos *sem-terra* potenciais: a presença de assentados nas reuniões e, mais ainda, de amigos, parentes ou vizinhos que já faziam parte de um acampamento ou assentamento.

A maior parte dos acampados com quem conversei conhecia ao menos uma família assentada, sendo que muitos destes eram parentes ou amigos. A participação de alguns membros dos assentamentos *Sumaré I e II* foram essenciais tanto para a criação quanto para a “sobrevivência” do *Terra Sem Males*.

N.R.Loera (2006: 50) relata esta “espiralidade” das ocupações, movimento no qual *militantes, assentados ou acampados* de outros lugares empenham-se em “convidar” os “novos sem-terra” para uma ocupação, estes, centram forças em áreas nas quais já possuem alguma influência, sejam bairros onde já moraram, onde conhecem sindicatos e associações ou possuem parentes e amigos. A força deste procedimento centra-se, como diz a autora:

“No convite que se faz durante o trabalho de base para ocupar uma terra, a circulação de informação se mostra como o elemento principal. Não circulam somente recursos materiais, mas também, retomando o próprio discurso dos nativos, sonhos e objetivos” (2006:51-52).

Esta rede que se estabelece desde a origem do acampamento é fundamental mesmo depois de assentados; para agilizar e viabilizar a construção da infra-estrutura, o recebimento de créditos, o apoio de técnicos agrícolas e a ajuda de outros assentados com mais tempo de experiência.

Na primeira ocupação, segundo a regional de Campinas, o *Terra Sem Males* contava com 450 famílias²⁸. Pouco mais de um ano depois, em julho de 2003, quando realizei

²⁸ Esses números nunca são exatos por não haver um controle rigoroso e atualizado da quantidade de famílias acampadas. Em geral, os dirigentes do MST os aumentam enquanto as mídias os diminuem. Tomo aqui como fonte da população habitante dos acampamentos os dados das secretarias regionais.

minha primeira inserção em campo, havia pouco mais de cem famílias acampadas em uma área no município de Cajamar, região da Grande São Paulo.

Após a primeira ocupação na Fazenda Capuava em Atibaia, o *Terra Sem Males* realizou algumas “mudanças”, sendo a primeira em pouco mais de dois meses para o outro lado da mesma fazenda que se situava no município de Bragança. Esta se deu com um acordo entre a regional de Campinas e o proprietário da fazenda enquanto providenciavam uma outra área para as famílias. Em agosto de 2002, duzentas e cinquenta (250) famílias ocuparam uma área em Franco da Rocha próxima à penitenciária *Mário Moura Albuquerque* onde permaneceram por sete meses.

A partir dos depoimentos, nesta segunda localidade, eles estavam contribuindo para um outro assentamento organizado pelo Padre Lavinho²⁹. Ao narrar suas trajetórias os *acampados* referiam-se com tristeza a esta fase, pois não se imaginavam assentados próximos a um presídio e, além disso, sabiam que poucos ficariam ali, enquanto a grande maioria seguiria para uma nova área.

Quando saíram de Franco da Rocha em direção a Cajamar em março de 2003, os *acampados* do *Terra Sem Males* o fizeram sem ordem de despejo deixando para trás alguns companheiros assentados, outros que desistiram e à sua frente uma nova ocupação longe de suas casas, em uma área onde já havia outros dois acampamentos e que teriam prioridade no caso de serem assentados. Mais uma vez o *Terra Sem Males* seguiu uma trajetória de “apoio numérico” para que outras terras de outros *acampados* fossem conquistadas.

Alguns referiam-se com alegria ao fato de poderem colaborar com a realização de um assentamento, afinal, desde sua primeira ocupação, assentados de Sumaré doavam³⁰ alimentos e roupas quase todos os meses para que pudessem permanecer *acampados*. Mas a grande maioria desistira no meio do processo.

“Entrei no movimento no dia 13 de abril de 2002. Primeira ocupação foi na Fazenda Capuava, Bragança Paulista. Depois a gente passou... na mesma

²⁹ Padre da regional da Comissão Pastoral da Terra de São Paulo situada no bairro do Brás em São Paulo, capital, próxima ao Centro de Formação do MST.

³⁰ A cesta básica doada pelo INCRA aos *acampados* não é uma obrigação por parte da agência estatal, o que concorre para constantes atrasos ou ausência. A necessidade de permanecer no acampamento, exigida pelo *Movimento*, dificulta a situação daqueles que não possuem uma renda ou pensão para sustentar suas famílias. Sem as doações dos assentamentos, igrejas e sindicatos, assim como as arrecadações de alimentos efetuadas pela regional, seria inviável a permanência da grande maioria.

fazenda teve um acordo que diz que o fazendeiro é ruim, fiquei admirado, falei bondade desse fazendeiro... porque essa fazenda Capuava ela pega de Bragança Paulista até Atibaia, que é o município e o fazendeiro simplesmente fez com a gente igual boi dele, que leva de um lado pro outro com o acordo que teve com o Movimento, colocou a gente do outro lado e com a promessa que ia resolver o problema de cada um da gente, o Movimento falou isso. E deu 70 dias, acho que a gente ficou lá uns 90 dias por lá e falou que com 15 dias a gente ia sair e ia voltar com 15 dias. Não teve tropa de choque, não teve nada porque teve o acordo, que esse acordo beneficiou não sei quem e levaram a gente pra fazenda São Roque, interior de São Paulo também, mas fica no... agora esqueci. E dali da fazenda São Roque a gente saiu pra Cajamar, e a gente foi pra Polvilho, onde a gente lutou por uma área e conseguiu fazer um assentamento, da Irmã Alberta e o assentamento São Luís também, que era o antigo Casa Branca, agora é o São Luís. E ajudando também aquele lá da fazenda São Roque que é o Tomás Balduino, a gente ajudou e a gente está aqui lutando até hoje por um pedaço de terra” (Nilton)³¹.

“Aí nós estávamos organizando o assentamento “Terra Sem Males”. A Regional de Campinas já estava com estrutura, quem coordenava na época era um rapaz por nome de Teco. A Regional de Campinas mandou ele pra lá e a gente acabou trabalhando junto. Aí nasceu o “Terra Sem Males”, aí eu assumi a Secretaria do “Terra Sem Males” na época. Aí fomos fazendo nossas andanças né. Começamos em Atibaia e Bragança, uma parte da fazenda tava numa área, outra parte tava...

(É dividindo a cidade, não é?) É, era a mesma fazenda, só que ela tava em dois municípios.

(Primeiro vocês ficaram em qual lado?) Primeiro em Atibaia, depois Bragança. Aí depois nós fomos pra Franco da Rocha. Teve uma negociação lá da área, nós saímos sem nem ter visto a liminar porque foi negociado por fora. Aí nós saímos, fomos pra Franco da Rocha. Ficamos em Franco da Rocha debaixo do presídio lá mais uma temporada. Participamos da marcha do assentamento do Dom Tomás Balduino, que é lá de Franco da Rocha, São Paulo. Aí ajudemos a fazer a ocupação da Irmã Alberta, em Polvilho. Lá também ajudemos na ocupação... Lá também continuava na Secretaria e fizemos também ocupação de mais um acampamento lá da região que era o... É muita coisa pra lembrar! Aí foi mais outro acampamento que saiu ali... Nós tínhamos ultimamente naquela região de Polvilho quatro acampamentos: “Terra Sem Males”, “Irmã Alberta”... Tem mais dois acampamentos que estavam na mesma área.

(Quando vocês foram, vocês foram o acampamento inteiro pra lá, pra Polvilho?) É, já não foi todo o acampamento porque cada mudança, parte do acampamento ia ficando pra trás né, cada mudança ia tendo desistência. Mas ainda nós chegemos lá em Polvilho com 243 famílias ainda.

(Mas as pessoas sabiam que elas estavam indo pra lá, pra uma área que não ia ser delas?)

³¹ Com exceção de Ariovaldo, um jovem de 25 anos, a população entrevistada encontra-se na faixa etária de 40 a 50 anos.

Isso. Isso aí a gente tinha consciência que não ia ter, que estávamos participando de uma luta, tal, mas só que o processo, o jeito de colocar é que o pessoal não entendia: Não, nós estamos indo pra ajudar, mas nós vai ser assentado, nós vai ser assentado, nós vai ser assentado. Mas só que não sabia se assentado aonde. Era uma coisa que nunca ficou claro... Onde você vai ser assentado? Nós fomos deixando as pessoas assentadas e nós continuávamos a andar até Polvilho” (Zé Antônio).

Em Cajamar, vizinhos ao bairro do Polvilho, os *acampados* do *Terra Sem Males* dividiam a área com o acampamento *Irmã Alberta* – da regional de São Paulo – e vivenciaram dois momentos em sua relação com a população local: o primeiro caracterizado por uma grande rejeição e um receio do aumento da criminalidade local, a qual já era elevada, principalmente por ocuparem uma área abandonada onde regularmente encontravam-se carros queimados e corpos humanos e por serem vistos como uma população majoritariamente de desempregados.

No entanto, com a permanência dos *sem-terra* no lugar o resultado foi oposto ao esperado: a economia local foi aquecida com as compras realizadas pelos *acampados* – aposentados, pensionistas e por aqueles que recebiam alguma ajuda da família que permaneceu trabalhando para garantir que um de seus membros ficasse no acampamento – muitos integraram-se no mercado de trabalho informal local desempenhando atividades como catadores, recicladores, ajudantes de obra e empregados domésticos.

A horta coletiva desenvolvida pelos dois acampamentos tornou-se mais um elo entre os *acampados* e a população do entorno, uma vez que parte da produção que não era consumida pelo próprio acampamento era comercializada a baixo custo e muitas vezes doada. Além da própria produção dos acampamentos muito do que era trazido pelo assentamento *Sumaré II* para as atividades realizadas em Cajamar e para o consumo das famílias era repartido com a vizinhança, seja pelo convite para que esta participasse dos atos e festas ou da doação em si.

Em contrapartida, mesmo sendo uma população de baixa renda que vivenciava dificuldades muito semelhantes às dos *acampados*, a população de Polvilho por diversas vezes supriu as necessidades dos *acampados* atendendo prontamente às arrecadações de alimentos não perecíveis quando a distribuição das cestas básicas do INCRA ou as doações de assentamentos, sindicatos e igrejas não aconteciam.

A rede que se estabeleceu entre a população de Polvilho e os *acampados* configurou-se em um aspecto fundamental para a persistência no local na medida em que além de representar fonte de renda e consumo para ambos os grupos, era também a partir da qual construía-se relações de amizade e compadrio.

Estas redes ainda estão entrelaçadas às teias que existem entre os *acampados* e também entre os acampamentos e assentamentos, como mostrou-se na trajetória do *Terra Sem Males*. Mesmo J.deS.Martins não considerando que as relações e a organização do acampamento consolidem estruturas, ele sugere que a vivência do acampamento pode estabelecer relações mais duradouras:

“Certamente, esses momentos são momentos que incrementam a solidariedade grupal e estimulam inovações nos relacionamentos (...) É muito pouco provável que essa experiência emergencial e transitória não semeie as bases de relacionamentos mais duradouros em situações de normalidade, através, por exemplo, do compadrio e dos casamentos entre famílias” (2003:37).

As relações construídas nessa condição de itinerância são, muitas vezes, mantenedoras dessa condição na medida em que permanecer na *luta* os mantêm juntos. As dificuldades do acampamento amenizam-se quando não se está sozinho e a possibilidade de realização de um projeto de vida a partir de relações de afeto e confiança torna-se ainda mais real. O exemplo da trajetória de Ariovaldo mostra que as novas redes do acampamento podem definir a permanência inclusive quando o resto da família decide deixar a *luta*. E com a constituição do casamento e de relações de afinidade e amizade a possibilidade de ficar no acampamento é renovada.

“(...) veio a idéia do meu irmão, o mais velho, se minha mãe num queria ir pro MST. Ele que deu a idéia, hoje em dia ele critica, hoje em dia ele num gosta.

(Mas como que ele teve essa idéia?) Não sei. Acho que ele assistiu e viu pela televisão o pessoal lutando pela terra, acho que surgiu na cabeça dele, ele passou pra minha mãe essa idéia e minha mãe aceitou. E eu sempre era o mais apegado, o mais novo, o caçula, aí minha mãe chegou em mim e falou: Você aceita ir pro acampamento do MST? Aí eu pensei um pouco, falei: Ah, vamos lá

né. Vamos ver esse negócio aí, vamos ver o quê que dá. Aí aceitei. Aí ela conseguiu conversar com a direção do MST, se informou como é que era, como que fazia pra ir lá acampar, o quê que precisava. Aí ela passou pra mim, falou: Ó, é assim que faz, eu conversei com uma pessoa, eu achei com quem a gente deve falar. Aí ela falou: você está decidido mesmo a ir? Falei: Estou, estou decidido. Vamos lá. Aí a gente foi. Lá em Sumaré. Teve lá a reunião lá, teve várias reuniões pra organizar primeiro. Porque pra entrar tem que tá organizado, porque se for querer entrar de qualquer maneira acaba dando mal, porque normalmente tem jagunço na fazenda. O horário tem que ser um horário que eles estejam dormindo, isso a gente sabe. Mas quem participou mais da reunião não fui eu, foi minha mãe. Eu tava trabalhando no assentamento lá, ajudando um colega.

(Você trabalhava no assentamento?) Nesse dia eu tava ajudando, colher umas laranjas, umas coisa, pro pessoal levar, tava ajudando colher. E a reunião quem participou mesmo foi minha mãe, ela que saberia dizer melhor, eu num participei naquela hora. Aí as reuniões foram naquela escola lá em Sumaré, no assentamento. Teve uns bolinhos, alguma coisa pra tomar. Teve duas, três reuniões.. uns três dias antes, depois uns dois dias antes. Aí no dia 12, teve a última reunião à noite (...) Eu, hoje eu num sei se eu teria coragem de voltar, eu gostei, mas eu num sei se eu teria coragem de repetir tudo de novo porque teve muito sofrimento também.

(Você já conhecia a Sandra ou não?) A Sandra, eu conheci ela no acampamento. Foi assim, a gente ficou oito dias nesse primeiro local que a gente entrou e depois mudamos pro outro lado da fazenda. O dono da fazenda mesmo indicou nós pra ir pro outro lado por causa que tinha os bois ali e era perto da sede, tinha até um casarão grande que era a sede da fazenda. Aí ele pediu pra gente mudar pro outro lado. Aí do outro lado a gente ficou um mês e alguns dias. Depois num sei o que aconteceu, que a gente teve que sair de lá. Pessoal ainda não tinha muita experiência, acho que num tinha aquele espírito de resistência mesmo, pessoal ia mais pelas idéias de quem sabe mesmo ajeitar as coisas, então o pessoal aceitou. E lá já estava bom, fizemos encanação de água da mina. Tinha muita água, uma mata muito bonita. Aí ficamos lá, ficamos 21 dias se eu num me engano. Não foi nem um mês que nós ficamos lá. Franco da Rocha. Nós ficamos 21 dias. Aí limpamos tudo, carpimos tudo, de lá nós mudamos de novo... Nem um mês..Polvilho..Franco da Rocha é um lugar muito feio, eu achei muito feio ali, aquela mata é muito fechada, aquele cadeião do lado também, parecia um castelo de filme de terror.. Tudo escuro, uma mata fechada, muito feio.. Aí de lá nós mudamos pra Polvilho, lá você conhece... Aí em Polvilho passou uns três meses que a gente tava lá, já tinha feito barraco, aí eu conheci a Sandra. Ai em Polvilho, eu num lembro que mês nós chegamos, foi Julho ou agosto. Chegamos em Julho, aí organizamos lá, fizemos barraco..

(E vocês saíram de Franco da Rocha com polícia? Como é que foi?) Não, só falaram que a gente tinha que sair de lá, porque lá num era pra nós, lá já tinha sido conquistado. Eu não gostaria de ficar nem de graça, de jeito nenhum... Ah, ali não, ali sinceramente pra mim num ia dar não. Apesar que eu era sozinho, solteiro ainda, solteiro num tem muita responsabilidade, mas mesmo assim eu num gostaria de ficar ali não, um lugar muito feio, muito fechado e tinha umas

fábricas de tecido do lado que passava uma água muito poluída no Corguinho lá, muito perigoso, muita química jogada ali. Mas teve gente que foi pra lá e ficou lá. Depois que a gente mudou pra Polvilho, teve gente que foi pra lá porque lá já estava certinho a terra pra quem quisesse, principalmente famílias que tinham mais filhos. Foi o que eles falaram, num sei qual o motivo, de escolher famílias que tinham mais filho. Muita dificuldade e outra, pra ficar num lugar daquele tem que ter coragem e um pouco de recurso também, porque ali, eu num gostaria de ficar ali não. Fora isso, depois que a gente estava em Polvilho, que tava tudo mais certo pra nós, tava com as barraquinhas, todo mundo animado, fizemos ainda marcha, fizemos um monte de manifestação, a gente foi em todos os lugares, no Incra, no Ministério da Fazenda, fizemos um monte de manifestação. Subimos no pico do Jaraguá, fomos em um monte de lugar.. de lá dá pra ver a cidade de São Paulo bem ampla mesmo, muito alto. Aí, passou uns dias, dia 09 de setembro eu conheci essa aí. Uma fase boa, talvez num possa contar detalhado porque a gente esquece muito as coisas.. Quem saberia contar melhor de verdade seria a dona Maria Baiana, acho que elaalaria muita história. Ela saberia contar. Um ano e três meses em Polvilho. Aí eu conheci ela dia 09 de setembro. Ela falou que já queria me conhecer, mas eu passava e nem olhava, que era muito tímido. Hoje não, hoje eu estou mais maduro, não tenho essa timidez toda, até porque eu já sou casado com ela, agora estou sossegado, tem a neném aí. Aí dia 9 de setembro eu conheci ela, dia 30 de novembro a gente casou. Ligeiro demais, foi rápido demais. Ela é de Sorocaba, aí dia 30 de novembro casamos. Aí depois de um certo tempo, depois de completar esse ano e três meses, a gente mudou de lá, de Polvilho, mas aconteceu muitas coisas né.

(Teve um pessoal em Polvilho que foi embora pra Andradina) Teve, isso. Exatamente. Foi cinqüenta e poucas famílias. Só que tinha vindo um pessoal que ia fazer, montar um acampamento, aí foi mais um tanto deles, uns 20 e poucos, então foram setenta e poucas famílias, juntando com o pessoal da nossa turma e o pessoal que veio montar acampamento. Então foram setenta e poucas famílias mesmo, foram uns dois ônibus bem lotados.

(Vocês não tiveram vontade de ir?) A gente sempre procurou pensar bem antes de fazer uma mudança, porque uma mudança é sempre dolorosa, é sempre sofrida. Uma mudança, ainda mais na nossa condição assim que você vê como é, é sempre doloroso. A gente tem que organizar muito bem, arrumar muito bem as coisas e é muito cansativo. E tem muitas dificuldades, às vezes a gente passa por um momento de necessidade, às vezes até água a gente demora pra conseguir, quando fica muito com sede. Isso tudo é normal pra uma mudança de acampamento. E Andradina, ela é meio distante, se caso a gente se arrependesse de ficar lá, num ia ter como se arrepender de ficar lá, a gente ia ter que ficar, porque pra voltar num ia ter jeito. A não ser que a gente largasse tudo as nossas coisinhas lá e voltasse só de bolsa na mão mesmo. E teve quem voltou. Voltou porque não gostou de lá ou não agüentou a condição que era lá, mas parece que hoje eles estão assentado lá, ouvi falar que estão assentado e estão bem. Se a gente estivesse lá a gente estava assentado hoje também (...) A novidade que a gente espera acontecer é essas terras passarem pra nosso direito mesmo. Deus queira que aconteça. Aí vai ficar melhor ainda, porque aí

a gente vai poder construir mais, plantar melhor, vai ter recurso. Pra gente melhorar nossa vida. E eu agora também eu estou mais parado, que tem minha filha né, que nasceu, então a gente vai ficando mais parado, cuidando mais da família. Porque antes eu e ela a gente saía, andava junto, fazia caminhada, marcha, a coitada emagreceu um pouco até. É uma pessoa especial, ela que me deu toda a força que eu preciso. (Ariovaldo)

Assim como muitos que desistiam com o tempo de espera, a mãe de Ariovaldo não conseguiu ficar no acampamento com o filho. Enquanto o *Terra Sem Males* esteve em Cajamar, eles dividiram apoios e problemas com a secretaria regional de São Paulo. No começo da ocupação conjunta desde a divisão de cestas básicas do INCRA até a divisão de tarefas no acampamento era difícil, pois, sendo a área considerada região de São Paulo, capital, era prioridade do *Irmã Alberta* – por suas famílias serem provenientes dessa mesma região - e o número de acampados já superava em muito a capacidade da área, o que significava que os acampados do *Terra Sem Males* não poderiam ficar ali.

Além dessas redes e do suporte familiar para a persistência no acampamento é preciso a mínima indicação de que a área em questão poderá ser desapropriada. O prolongamento da espera e a certeza de que o *Terra Sem Males* não seria assentado na área de Cajamar começavam a tornar a situação de acampamento insustentável. As tensões agravaram-se naquele momento quando os dirigentes apresentaram qual seria o projeto de assentamento: o modelo *Comuna da Terra*, o qual deveria começar a ser implementado na estrutura organizativa do acampamento.

1.2.1. Evento 1: Racha da Comuna da Terra

Durante minha pesquisa no antigo *Terra Sem Males*, em julho de 2003, os “Estudos sobre a Comuna” aconteciam todos os dias às duas horas da tarde. Aproximadamente três meses antes, fora decidido em assembléia que o acampamento *Terra Sem Males* tornar-se-ia um acampamento já nos moldes do projeto *Comuna da Terra* para que o assentamento mantivesse este mesmo formato, medida comum no Movimento Sem Terra que procura definir ainda em acampamento tanto a forma de organização das famílias quanto o foco da

produção. O projeto da *Comuna da Terra* foi sistematizado por D.Matheus (2003)³², militante do MST.

Durante conversas no *acampamento* o projeto *Comuna da Terra* era definido enquanto uma forma de organização do *assentamento* em cooperativa, no qual a maior parte da terra seria do *coletivo*. Este formato possibilitaria que juntos conseguissem melhores financiamentos, meios de produção de alto custo, como tratores, e que, produzindo mais teriam lucros maiores do que se estivessem nos lotes individuais dos *assentamentos* tradicionais. Esta equação levava em conta o fato de estarem mais próximos da cidade e não precisarem de atravessadores. Ainda assim o projeto previa um pequeno lote individual. Segundo o que foi comentado nos “estudos” e por muitos *acampados*, a *Comuna*, isto é, um formato de cooperativa, facilitaria também o acesso a infra-estruturas necessárias ao bem-estar, como energia elétrica, água, escola, meios de transporte e bens de consumo, como eletroeletrônicos.

Na assembléia de decisão pelo projeto, a coordenação do acampamento e alguns *militantes* presentes (dirigentes regionais e estaduais) colocaram para os *acampados* duas alternativas:

A primeira, serem assentados com os alqueires de terra (de 8 a 10) de um assentamento tradicional aos moldes do Incra, mas no interior do Estado (no caso em Andradina), onde haveria terra nestas proporções. A desvantagem do assentamento nesta área oeste do estado seria uma dificuldade de assistência e infra-estrutura por estarem muito distantes das cidades.

A segunda, ficariam na região de Campinas, com lotes muito menores e precisariam se organizar em cooperativa para produzir e vender.

De acordo com Neide, na época coordenadora do acampamento, os *acampados* que queriam “mato”, ter uma vida mais reservada e ficar longe das cidades foram para Andradina (extremo-oeste paulista). Os que ficassem para “lutar” pelo assentamento na região de Campinas estariam conseqüentemente optando pela Comuna da Terra, a qual, segundo os *militantes*, já havia sido discutida em diversos estudos realizados no

³² D.Matheus na época um militante em formação, é hoje membro da Diretoria Estadual do MST de São Paulo e seu trabalho transformou-se numa das mais importantes cartilhas de discussão e organização de projetos de assentamentos do Estado de São Paulo.

acampamento. Segundo a coordenação, era a melhor e a única maneira de conseguir plantar e gerar alguma renda em menor extensão de terra.

Durante a assembléia e nas discussões posteriores, em ambas as situações, sendo assentados próximos ou distantes à cidade, os *acampados* expressavam a necessidade de manter seu padrão de convivência e de desenvolver um projeto de vida que permitisse um maior bem-estar da família.

A maioria dos que optaram por mudar para Andradina encontravam-se acampados com todos os membros da família e possuíam alguma renda ou garantia de sobrevivência enquanto não fosse definido o assentamento. O distanciamento da cidade representava para eles a solução para essa equação, pois garantiria um grande lote onde toda a família poderia morar e produzir e viver longe das cidades, lugar que então representava violência e ausência de oportunidades.

Já os acampados que permaneceram em Cajamar, em tese, aceitando o projeto da *Comuna*, grande parte deles tinha emprego, família e tratamentos de saúde em andamento os quais não poderiam ser abandonados. No entanto, dentre eles, muitos gostariam de ter lotes maiores e viver “no mato”, mas encontravam-se em uma forte relação de dependência com a cidade e a infra-estrutura que esta lhes proporcionava.

O problema que então teria surgido, é que alguns acampados começaram a discutir no acampamento que esta organização em cooperativa era “*uma forma do MST escravizar os assentados*”, pois a terra não seria deles, “*teriam que trabalhar como funcionários*” e não poderiam escolher o que plantar, entre outros comentários. Assim, enquanto este grupo articulava-se contra a proposta da *Comuna*, logo, contra as “decisões do coletivo”, a maioria dos coordenadores encontrava-se no Rio Grande do Sul em um curso para *militantes*. O “Grupo do Racha”, como foi posteriormente nomeado, teria então convocado uma “reunião extra” para “falar mal do *Movimento*”.

Ao retornarem do curso, os coordenadores convocaram uma outra assembléia na qual foi decidido que ninguém poderia “falar mal” do *Movimento* fora das reuniões e/ou assembléias, principalmente as “pessoas do Racha”. Quem quisesse discutir qualquer assunto deveria levá-lo aos espaços reservados para tal. Em função disto, quando eu cheguei e me interessei em saber mais sobre a *Comuna*, muitos *acampados* não se sentiam à vontade para falar e nem mesmo se sentiam à vontade com a própria *Comuna*.

Muitos dos comentários gerados pelas “picuinhas do racha” eram tachados de “comentários individualistas”, como, por exemplo, aqueles que diziam que queriam “*plantar e poder colher a hora que desse vontade*” ou “*ter a terra, plantar e criar o que quero sem dar satisfação pra ninguém*”.

Quando perguntei a alguns *acampados* que se mostravam insatisfeitos com o projeto, estes colocaram que tiveram vontade de ir para Andradina, mas teriam dificuldade de sair de lá e ir para longe de suas famílias, mas também não queriam trabalhar em cooperativa.

Durante as reuniões de estudo no mês de julho, as únicas perguntas que surgiram foram sobre a possibilidade de aumentar o número de hectares do assentamento³³.

A justificativa dos coordenadores para tantas dúvidas seria o fato dos *acampados* não procurarem conhecer o projeto, pois, segundo o coordenador do acampamento: “*só quem não conhece é que reclama e fala mal*”. Havia, e ainda há, um julgamento negativo por parte da militância em torno do posicionamento contrário ao projeto *Comuna* ou a qualquer projeto do MST. Contrariar iniciativas como o cooperativismo é tida pelo *Movimento* como uma postura conservadora, segundo eles, característica de “populações camponesas” que visam somente a posse e o trabalho centrado na família.

Em conversa com o autor do projeto da *Comuna*, Delwek Matheus, ele comentou que o MST estava preocupado em realizar novas discussões sobre campesinato e ressaltar que os *sem-terra* são trabalhadores rurais e não camponeses, pois a propriedade não pode ser o foco do grupo. Segundo os dirigentes, grande parte dos problemas e conflitos gerados nos acampamentos fundamentam-se nessa “característica individualistas” dos sujeitos que vão para as ocupações com o objetivo da posse da terra, enquanto a proposta de assentamento do *Movimento* baseia-se na organização em cooperativas.

Mesmo sendo estes projetos conflitantes a princípio, na experiência de acampamentos a rede de solidariedade que se desenvolve estimula muitos acampados a organizarem-se em grupos com pessoas com quem possuem afinidades, isto é, pequenas associações e até mesmo cooperativas entre pessoas que pretendem produzir produtos semelhantes a partir de relações de confiança e reciprocidade.

³³ No projeto, a proposta sugeria de 2 a 5 hectares para cada família.

Se a coordenação de um acampamento, por exemplo, consegue visualizar essa organização espontânea, o investimento nesta tende a multiplicar projetos e iniciativas entre os sujeitos, resultando em um considerável sucesso da produção e do comércio.

No entanto, quando a disputa pelos projetos não é negociada e os grupos decidem impor suas idéias, a possibilidade de um equilíbrio entre a autonomia da família e uma organização entre diferentes famílias no assentamento torna-se quase impossível e a tendência a uma ruptura é eminente, como terminou ocorrendo no *Terra Sem Males*. Ao final de julho de 2003, Chicão, o “líder”³⁴, e outros *acampados* que mobilizaram o “racha” foram expulsos do acampamento. Eles foram considerados “inimigos do MST”³⁵.

De certa maneira, episódios como esse demonstram a dificuldade de se construir uma “identidade” *sem-terra* como desejada pelo MST, ao contrário do que sugerem afirmações com as de J.deS.Martins, que colocam a suposta residualidade dessas populações como o maior empecilho para a construção de uma identificação entre os sujeitos:

“Na reserva de terras para uso coletivo, na obrigatoriedade da co-participação em certas atividades e em certas opções também coletivas, na criação de superestruturas ideológicas e políticas baseadas em valores comunitários e coletivos (...) Por não serem comunidades autênticas, essas comunidades residuais tornam-se vulneráveis justamente no estarem abertas ao estranho, na motivação limitada da busca de terra que não chega a constituir um filtro poderoso de identificação ou de afirmação de identidade” (J.deS.Martins, 2003:25).

³⁴ Chicão fazia as famosas “garrafadas” do acampamento, preparados naturais de ervas para tratar de doenças simples. A conseqüente popularidade de Chicão e sua melhora de vida contribuíram para o imaginário, apoiado pelos coordenadores, de que ele era um “enviado” do governo para desarticular o MST com o “racha”. Chicão reapareceu nos depoimentos das famílias do antigo *Terra Sem Males* três anos após o ocorrido enquanto um personagem marcante das coisas ruins que viveram. É como um personagem que ele será retomado nas análises das trajetórias com apoio do texto de M.S.Kofes (2001).

³⁵ Como ocorreu durante a *Marcha Nacional dos Sem-Terra* (C.deA.Chaves, 2000), em contexto mais tensos, a indisciplina não é só dada como ameaça, mas efetivamente interpretada enquanto tal.

J.deS.Martins não considera que estes sujeitos em dado momento possam construir uma pertença a uma comunidade pela efemeridade do acampamento e que apesar dos interesses em comum não conseguem também construir um eixo, por isso, a família seria então “revigorada” enquanto referencial de uma unidade de trabalho. Contudo, a família enquanto unidade de trabalho é motivo da busca inicial pela terra, ela não é consequência de um não-entendimento em acampamentos, mas o objetivo que leva ao acampamento.

É durante o que o autor nomeia “busca limitada pela terra” que estes sujeitos superam todos os limites ao conseguirem permanecer anos em acampamentos e é neste tempo e na busca comum de diversas famílias que elas se encontram, se conhecem e aprofundam relações. É a partir dos projetos que as levaram para a ocupação que essas relações são construídas, que as afinidades se estabelecem e que esta nova rede passa então a colaborar com a permanência no acampamento.

“Porque não tem emprego pra mim, aí eu comecei a analisar, minha filha, quando chegou a época dela começar a entrar no mercado de trabalho, ela teve problema de saúde e não conseguiu entrar no mercado de trabalho e o jovem, quando ele passa aquela fase de entrar no mercado de trabalho depois fica difícil e às vezes nem entra mais. Foi o que aconteceu com minha filha, meu neto, tá aí com seis anos aí eu comecei a analisar assim: se hoje já está difícil aqui na cidade pra mim, como vai ser pro meu neto? Daqui a dez anos quando ele estiver entrando no mercado de trabalho? E até os 15 anos, o que a gente vai fazer com ele aqui na cidade, sem ter nada pra ocupar a cabeça? Então foi quando eu resolvi vir pro acampamento em busca de um pedaço de terra pra poder ter assim uma tranquilidade maior pro meu neto, até porque minha filha já está com a personalidade formada, mas o meu neto ainda não está no total da personalidade dele, não tá formado ainda. Então se a gente não traz ele pra um ambiente legal, ele pode ir pra um caminho ruim, mesmo se a gente fica ali, no dia-a-dia conversando, mas na cidade tem muita influência ruim. E na terra hoje, eu acho que ainda é um caminho pra gente salvar nossas crianças, porque eles vão ter alguma coisa pra fazer.” (Dona Maria de Souza)

“Então, pra gente criar os filhos na cidade, do jeito que as coisas tá tão cara, tão difícil, né? Irauto, você vê, com aquele problema que ele tem no joelho já não consegue mais serviço bom... ele já trabalhou em firma boa, tudo, mas quê que adianta? Agora ele já não consegue mais. Pela idade, você vê, o Irauto é mais novo de que eu dois anos, mas ele já chegou em local de serviço e o pessoal ‘Nós não te pega por causa da sua idade... se você fosse mais novo...’ Quer dizer, a idade já está começando a atrapalhar. Então a gente tem que pensar sim no pedacinho de terra, se não, como é que você vai sobreviver, criar os filhos, acabar de criar os filhos? Meu caçulinha só tem quinze anos, o meu bebê.” (Cleonice)

Enquanto apresenta-se a possibilidade da conquista da terra, do espaço onde a família encontra uma alternativa à vida na cidade, uma melhor condição de criar os filhos e mesmo de sobreviver sem depender de emprego, o *acampado* permanece. O receio de perderem a autonomia de viver e trabalhar em família ao serem apresentados a projetos de produção coletiva ou cooperativista, por exemplo, é motivo de rachas, expulsões e desistências. No entanto, a demora e a constante incerteza da conquista da terra é o que mais comumente leva muitos desses *acampados* a desistirem e retornarem para suas casas, casas de parente ou amigos.

É nesse momento, quando a espera vence as possibilidades, quando a opção por viver e trabalhar na terra com a família é ameaçada que suas perspectivas são zeradas. Quando isto acontece, quando não há mais um referencial, um projeto viável no lugar e na condição de *acampado*, as crises ocorrem.

No dia 18 de outubro de 2003 acompanhei a mudança do *Terra Sem Males* para Sumaré. Sem saber ao certo para onde iam, os *acampados* mostravam-se ansiosos pela possibilidade de partirem, finalmente, para seu *pré-assentamento*³⁶.

“Acho que eu vou falar uma coisa que não tem nada a ver, mas eu vou falar: A gente ta doidinho logo pra ser pré-assentado pra gente saber o que vai fazer na vida, porque a gente tem o terreno pra terminar de pagar, entendeu? A gente fica aqui contando, dependendo de doação, quando não tem doação você passa necessidade, você passa apertado, fica feia a coisa aqui. Eu falo porque eu já passei por isso, não é toda vez, não é todo mar que é flores, né? No começo é ótimo, depois tem época que está ótimo, tem época que está furado, não vem nada pro almoxarifado, outra época está bom, outra época você passa naquela pior, entendeu? Se sair logo esse pré-assentamento é uma mão na roda. Você sabe por quê? Por que só não se vira quem não tiver mão e nem coragem, porque eu acho, eu acho, eu imagino, que toda pessoa que quer realmente mexer com a roça, as que têm coragem de chegar lá e plantar um pé de mandioca, tem coragem de fazer uma hortalíça boazinha, bem boa mesma pro seu sustento, plantar uma mandioca, uma batata pro seu sustento, um pouco de feijão, não precisa ser muito. (...) Eu vou fazer umas hortalíças boas e vou plantar mandioca, batata, tudo que eu tiver vontade de plantar e nem que eu tenha só um pedacinho de terra, pra mim está ótimo e eu vou plantar, entendeu? Só não planta quem não tem coragem e nem mão, porque se eu tiver

³⁶ Área definitiva na qual, assinado o decreto de desapropriação e a venda da propriedade ao INCRA, o acampamento aguarda os processos de corte e distribuição da terra. Mais do que um lugar, o pré-assentamento representa uma certeza: serão assentados.

num local que eu ver que tem um pedaço de terra que dá pra mim fazer alguma coisa, pra nós mesmo, poxa! Eu vou fazer com o maior orgulho” (Cleonice)

Cleonice desistiu de sua *luta* ainda em Cajamar, algumas semanas antes da mudança para Sumaré. Decidiu voltar pra Hortolândia porque seu filho conseguiu um emprego após tanta demora e sofrimento. O emprego próximo à antiga morada, aos antigos vizinhos e à família representava, naquele momento, uma certeza muito maior do que a espera no acampamento, numa terra onde não poderia começar a construir nada, pois ela jamais seria sua.

O clima no acampamento, ainda em Cajamar, era de ansiedade e tensão, comum a todo processo de ocupação no qual os acampados podem ser presos por “formação qualificada de quadrilha” e terem seus bens confiscados. Quase três meses após o estágio de vivência muitas pessoas haviam abandonado o acampamento e “desistido da luta”³⁷.

No entanto, a ocupação implica em uma mudança, a qual reforça a esperança ao sugerir, justamente, a possibilidade daquela ser a última mudança, ou seja, a chegada à terra definitiva, o pré-assentamento. Os acampados do *Terra Sem Males* estavam “cansados de ficar parados num lugar só”, diziam precisar movimentar-se, “fazer barulho e incomodar alguém”, pois ali, “de favor” na área de pré-assentamento do acampamento *Irmã Alberta*, nada conseguiriam, uma vez que a área em questão já havia sido conquistada.

Nem todas as famílias tiveram condições de preparar sua mudança para participar da ocupação naquele dia. Mas, como de costume, um grupo iria à frente realizar a ocupação enquanto os outros, em seguida, juntar-se-iam a eles. Ao chegarem e saberem que estavam em Sumaré, os comentários eram alegres e citavam a proximidade com suas casas e famílias que ficaram para trás quando decidiram tentar conquistar um pedaço de terra. Os *militantes* ressaltavam a importância de estarem novamente próximos aos seus apoios políticos, pois, uma vez em Franco da Rocha e Cajamar, dependiam bastante da atuação da regional de São Paulo.

³⁷ Após o estágio, algumas famílias continuaram a deixar o acampamento e o MST por conta deste projeto e algumas delas saíram expulsas por terem fomentado o “racha”. Além da decepção com a forma com que o assentamento seria organizado, muitos acampados encontravam-se cansados após tantas mudanças e, para muitos, as oportunidades de emprego que surgiam definiam o fim da *luta pela terra* e a real possibilidade de uma outra qualidade de vida.

Na mesma hora em que chegaram à área, quando o sol raiava, os antigos acampados do novo lugar começaram a subir seus barracos, mas logo após o almoço coletivo a tropa de choque chegou com uma ordem de despejo.

Ao reencontrá-los, duas semanas após a *ocupação*, no dia 1º de novembro, estavam todos muito magros e abatidos; quando expulsos daquela área caminharam dois quilômetros com seus pertences para alojar-se no assentamento *Sumaré I* - de onde também foram retirados alguns dias depois e levados para uma outra área próxima ao assentamento *Sumaré II*.

Os *acampados* foram ameaçados pela Prefeitura de Sumaré a qual alegava não haver mais espaço na cidade para *sem-terra* e por assistentes sociais que moviam uma ação para retirar a guarda das crianças de seus pais com a justificativa de “exposição ao perigo”.

Enquanto isso, a Prefeitura proibiu a matrícula das crianças na escola e o atendimento médico aos *acampados*. O *Terra Sem Males* apenas conseguiu permanecer em Sumaré por conta da ajuda de um “companheiro³⁸” do assentamento *Sumaré II*, que cedeu uma parte de seu lote para que montassem seus barracos. Ainda sob ameaça de ações de despejo, os *acampados* estavam desanimados e sem saber, por exemplo, quando e como se juntariam aos *companheiros* que ficaram em Cajamar.

Cansados, apesar do apoio e das constantes visitas de vereadores, estudantes e padres, os *acampados* do *Terra Sem Males* encontravam-se mais uma vez em uma terra que não poderia ser deles, da qual teriam de sair, em algum momento, para uma nova ocupação.

No dia 8 de novembro de 2003 os coordenadores do acampamento *Terra Sem Males*, ainda ocupando a área em *Sumaré II*, realizaram um ato para tentar fortalecer sua resistência perante a sociedade mostrando a esta suas articulações e apoios presentes, e dentro do próprio grupo, o qual começava a desacreditar que o “sofrimento estava valendo a pena”.

Neste ato foram convidados: o Superintendente do INCRA do Estado de São Paulo; o assentado que cedeu o espaço que estava sendo ocupado; um vereador que apoiou as negociações com a prefeitura e conseguiu um caminhão pipa para levar água ao local; um

³⁸ O Segura era marido de Cida Segura, falecida no período do estágio de vivência era uma amiga dos acampados do *Terra Sem Males* que estava presente em quase todas as atividades do acampamento e costumava levar consigo alimentos produzidos no assentamento.

padre que os ajudara e alguns estudantes da Unicamp e da PUC-CAMP ligados ao Movimento Estudantil.

O ato foi rápido: resumiu-se a uma pequena celebração feita pelo padre com o intuito de abençoar a estadia deles em Sumaré e a "*luta*"; uma fala breve do Superintendente dizendo que o INCRA trabalhava incisivamente, mas que se encontrava "amarrado" pela ação de outros órgãos, especialmente o Poder Judiciário; uma fala do vereador dizendo que a cidade de Sumaré iria apoiá-los e um encerramento feito por Roni, então coordenador do acampamento *Terra Sem Males*, que agradecera a todos pela presença e apoio. O ato que reunia, simbolicamente, a voz do governo, de um *sem-terra* e a benção de um padre, tinha como função ritual dizer que o acampamento ainda estava em *luta* e que precisava de apoio para continuar. No entanto, quanto a seu objetivo de reunir o grupo, fazê-lo sentir-se apoiado pela "ajuda que vinha de fora", pela sociedade que se mostrava presente, o sucesso não foi o mesmo. Os *acampados* estavam mais uma vez em uma área de terceiros e sem perspectivas quanto ao assentamento. O *Terra Sem Males* novamente foi esvaziado.

Em fevereiro de 2004, seguindo uma sugestão do INCRA, o *Terra Sem Males* ocupou uma área do INSS em Americana, município da região de Campinas. No entanto, a prefeitura local não queria a permanência dos *sem-terra* em seu município, colocando o acampamento em quarentena cercado pela polícia vinte e quatro horas por dia não permitindo que ninguém entrasse ou saísse. Nem mesmo o Padre Jansen, um senhor de 85 anos, amigo dos *acampados*, pôde levar as doações de alimento que conseguira. Novamente com o apoio do INCRA, em abril de 2004 as famílias que resistiram ao cerco da polícia ocuparam uma área em Itu, município próximo à Sorocaba. Segundo a direção regional de Campinas e os próprios *acampados*, o INCRA havia prometido que ficariam ali temporariamente, por poucos meses até que conseguissem negociar uma área definitiva para o *Terra Sem Males* tendo em vista duas áreas: uma em Descalvado e outra em São Carlos.

Numa das visitas que fiz ao acampamento quando este ainda encontrava-se em Itu, em setembro de 2004, muitos barracos estavam vazios, o que preocupava a militância. No entanto, isolados numa faixa de terra entre uma estrada e uma linha férrea, na qual não havia condições de plantio e nem mesmo condições de executar trabalhos temporários em

vilas ou bairros próximos, muitos acampados retornaram para suas casas onde pretendiam conseguir trabalho, principalmente no período de eleições³⁹.

Segundo a militância, o trabalho de base além de levar a proposta de uma nova condição de vida através da *reforma agrária*, deve comunicar aos *sem-terra* potenciais que além de ter de esperar pelo assentamento morando em barracos de lona preta e executando atividades em setores de organização do acampamento, não há como garantir quando ou onde eles serão assentados.

Por mais que as informações sejam passadas de forma clara, o que nem sempre acontece, resta sempre, ao menos à maioria, a esperança de poderem construir sua nova vida bem próxima à casa de seus pais, filhos ou irmãos. Assim, com o passar do tempo, principalmente para aqueles que a terra seria somente uma nova aposta para melhorar de vida, a luta se encerra. Sem questionar as dificuldades de saúde, a impossibilidade de uma família inteira permanecer no acampamento sem nenhuma renda, pensão ou ajuda financeira externa, as complicações com o distanciamento do acampamento em relação aos familiares que ficaram para trás; os assentados após uma trajetória conturbada como a do *Terra Sem Males* não vêem na terra apenas uma alternativa ao desemprego, mas para muitos deles este é o projeto de uma vida que só pode concretizar-se a partir de alguma *reforma agrária* e a opção que tiveram lhes foi dada pelo MST.

L.Sigaud (2000) coloca que, efetivamente, a grande massa que inicia os acampamentos o faz em busca – e uma busca de certo ansiosa – de uma possibilidade de reprodução da vida que não era mais encontrada nas cidades, uma aposta como qualquer outra. No entanto, a trajetória do *Terra Sem Males* nos permite repensar o significado que a terra, em si, tem para muitos que entram e permanecem nesta “luta”.

Em um texto mais recente, L.Sigaud (2005) analisa as primeiras ocupações na Zona da Mata em Pernambuco para mostrar que a ocupação de um engenho para obter uma parcela de terra não fazia parte do “horizonte de possibilidades” dos trabalhadores rurais da região. Mesmo com o desemprego existente nas entressafras e com o agravamento da crise na indústria canavieira, segundo a autora, estes nunca foram motivos para manifestações

³⁹ É comum vereadores e deputados simpáticos ao MST contratarem acampados, assentados e militantes para trabalharem em suas campanhas e, até mesmo, executando trabalho de base para sua candidatura.

espontâneas no sentido de levar os trabalhadores a almejarem mais do que a “*utopia do engenho liberto, no qual poderiam cultivar seus sítios e roçados*” (2005:263).

Assim, o conflito de terras e a própria demanda, segundo L.Sigaud, foram criados pelos movimentos e sindicatos que apresentaram essa nova alternativa, a ocupação de terras com o intuito de desapropriá-las.

“Foram os movimentos que, ao promoverem a entrada nos engenhos e os acampamentos, produziram uma inflexão no rumo dos acontecimentos: criaram um conflito de terra ali onde ele não existia e solicitaram ao INCRA a desapropriação (...) foi por meio da forma acampamento que problemas passíveis de uma solução costumeira foram transformados em um conflito de terra. O INCRA, por sua vez, aceitou a legitimidade dos procedimentos: reconheceu os movimentos como representantes autorizados a solicitar desapropriações, acatando suas demandas, e os participantes das ocupações como pretendentes legítimos à terra, dando-lhes uma parcela” (2005:267).

Como colocado, a grande “massa” que irá compor um acampamento o faz a partir de convites e reuniões que oferecem aos *sem-terra* potenciais uma outra possibilidade de viver e criar os filhos. E reside aí, ao meu ver, a fundamental importância de um movimento com a magnitude e organização do MST: propor uma nova saída àqueles que vivem em condições subumanas nas periferias do país e, ainda, levar à tão sonhada terra os camponeses ou filhos de camponeses que migraram para as cidades e jamais, sozinhos, ocupariam uma terra para requerê-la ao governo.

Esta é uma grande diferença entre o universo pesquisado pela autora e a minha experiência em acampamentos no estado de São Paulo: os trabalhadores rurais dos engenhos de Pernambuco encontravam-se ainda em seu lugar social e, mesmo que restrito, tinham acesso a terra. As famílias do *Terra Sem Males* que persistiram às mudanças e despejos o fizeram não somente por ser esta uma alternativa como qualquer outra, mas por verem na ocupação de terras a única maneira de deixarem suas casas na cidade e um estilo de vida para conquistarem um sonho, um projeto de viver a partir da terra.

Isto não quer dizer que as famílias que moravam nos engenhos estivessem mais próximas de uma “posse da terra”, mas ainda tinham acesso a ela. No entanto, esse acesso dependente encontrou-se ameaçado com a falência dos engenhos e o desfacelamento da relação personalista e paternalista que as famílias tinham com seus patrões. Essa relação pode ser um dos fatores prováveis para que nunca lhes tenha surgido a idéia de requerer a terra para si, ou até mesmo acreditassem que fosse possível tal conquista, até o momento em que essa relação não mais se sustentava.

“(...) o estabelecimento do grande fazendeiro implica a implantação do poder político, que o fazendeiro controla, e ante o qual o caboclo necessita de proteção. A relação é eminentemente personalista (...) Cria-se uma relação diádica assimétrica que envolve a totalidade das pessoas e que implica, de um lado, prestação de serviços, pagamento em espécie e lealdade; de outro, proteção político-administrativa e fornecimento de terra.” (E.Durham, 2004a:163)

De fato, quem cria o conflito é o movimento, mas isso não quer dizer, necessariamente, que muitos dos *sem-terra* que vivem em acampamentos hoje não desejassem o acesso à terra simplesmente por nunca terem acreditado que tal feito seria possível. A demanda não é totalmente “criada” pelos movimentos, mas é certamente organizada e posta em prática por eles.

Pois, como a própria autora colocou:

“Em meio à tamanha diversidade compartilhavam, no entanto, uma crença: a de que uma vez debaixo da lona preta poderiam, no curto prazo, melhorar suas condições de vida; ter terra para plantar e criar animais, e crédito do governo para construir uma casa e produzir e, sobretudo, poder estabelecer-se por conta própria sem depender de um patrão” (L.Sigaud, 2005:265).

De que outra maneira se não com a posse da terra seria possível viver independentemente de um patrão? Além da autonomia, a possibilidade de deixar uma herança para os filhos era unânime não apenas na Zona da Mata como também entre as famílias do *Terra Sem Males*. No entanto, o desejo de construir essa nova condição de vida não é suficiente para fazer com que as famílias consigam superar as dificuldades de viver “debaixo da lona preta” e, até mesmo, de sobreviver na espera pela desapropriação. A redução nos acampamentos já tornou-se parte do processo, selecionando aqueles que resistem ao tempo, às dificuldades e adequam-se também aos formatos organizacionais do próprio acampamento o qual exigia desde a participação em atividades do movimento à proibição do álcool. O não cumprimento das regras muitas vezes culminava em expulsão.

Ainda em Itu o *Terra Sem Males* foi mais uma vez esvaziado e em seguida recebeu novas famílias da região e de São Paulo. Estas foram convidadas, em sua maioria, com a ajuda do mesmo padre que fora impedido de ajudá-los durante a ocupação em Americana. Ele foi homenageado por estes “novos acampados” que escolheram o seu nome para alcunhar o novo *núcleo de famílias*: Padre Jancem⁴⁰.

Os antigos “grupos de famílias” - nos quais o acampamento era dividido espacialmente e a partir de algumas poucas relações parentais, de afinidade ou amizade -, foram reformulados para que os *acampados* se reorganizassem em “grupos de afinidade” nos quais decidiriam, junto com as famílias com quem tinham boas relações, como iriam viver no futuro assentamento e o que iriam produzir, uma vez que morariam em um mesmo núcleo.

Aí depois quando foi em dois mil... final de 2001, aí a gente começou a ir pras reuniões do movimento lá em Campinas, no Sindicato. Nós conhecemos o Gordo, aí nós participamos da reunião seis meses. Aí o Gordo falou pro Luís assim: ‘Ó, Luís, se você quiser ir pra Andradina, nós te leva essa semana’, aí o Luís falou: ‘Olha, não dá pra mim ir’, porque eu tinha que fazer uma cirurgia e eu precisava da Unimed. Aí eu peguei, o Luís falou: ‘Não, num dá pra ir, você vai fazer a cirurgia’. Aí a gente não foi. Aí ele pegou e falou assim ‘Ó, então nós vamos levar vocês pra Polvilho. Assim que ela fazer a cirurgia, daí a gente leva você pra Polvilho’. Aí eu fiz a cirurgia, ele saiu da firma, aí nós fomos pra Polvilho. De Polvilho nós viemos pra Americana (...) O Gordo contava tudo

⁴⁰ Esta é a grafia do nome do padre utilizada pelos acampados e a que manterei neste trabalho, apesar de, corretamente, o padre chamar-se José Jansen.

real pra gente e a gente conhecia ele e a gente já tinha mais ou menos uma base que a gente esteve na fazenda Caíque.

(Quando vocês estiveram lá?) Na fazenda Caíque... Na época que eu estive eu num estava nem com esse marido meu... Ele também esteve, só que nós num tinha nada um com o outro não. Foi em 97, nós estivemos na fazenda Caíque. Aí com três meses que nós saímos de lá, aí cortou. Eu tive numa marcha que foi pra São Paulo, que saiu do trevo da Bosch e foi pra São Paulo.

(Mas porque que vocês saíram da fazenda?) Ah, eu saí por causa da Raiane e ele saiu porque desistiu mesmo. Eu tava com ela lá. Aí ela tava muito doente, ficando muito doente por causa do pó. Aí eu resolvi sair. Aí nós pegamos e fomos pra Polvilho, de Polvilho um dia nós fomos... levaram nós pra Americana e quando nós chegamos em Americana, a liminar de despejo já tava pronta. Antes de tirar as coisas do caminhão, já estava eliminado pra nós. Aí nós fomos pra Itu. Aí Itu nós ficamos três anos, aí de lá nós viemos pra cá. [Ribeirão Preto]

(E quando chegou aqui, foi tudo bem?) Não, tanto eu como meu marido odiou isso aqui. Eu nunca gostei daqui. Nunca, nunca gostei. O primeiro dia que nós chegamos aqui, nós chegamos dia 11 de fevereiro de madrugada, duas horas da manhã, quando o dia amanheceu, menina, que o meu marido olhou esse mundo, falou ‘Não, num pode. Eu num fico aqui’.

(Quantas pessoas vieram?) Nós viemos 140 família pra cá. Veio o Seu Marcos, o Telino e teve uma outra pessoa também, o Nilton, vieram na frente. Vieram um dia antes... pouquinhos dias antes da gente. Nós ficamos, nós dormimos três noites lá nas pedras, debaixo daquelas árvore, chovendo menina, mas uma chuva de dar medo. Aí nós viemos aqui pro núcleo Padre Jancem aqui, que não tinha ele né, nós que fundamos.

(Como que dividiram os núcleos, vocês nos núcleos?) Não, porque tinha os pedaços já cortados. Não, os outros núcleos já tinha, porque já tinha gente aqui quando nós viemos. Aí o Padre Jancem não tinha e lá onde nós estávamos vindo tinha o Padre Jancem, o núcleo Padre Jancem, nós chegamos aqui e colocamos o mesmo nome. (Como funcionava lá em Itu?) Lá em Itu tinha o Terra Sem Males e tinha o Padre Jancem, era um só, só que o Padre Jancem entrou mais por último e foi o Padre Jancem que levou a gente né, aí em homenagem a ele puseram o nome” (Maria).

Em fevereiro de 2005, o *Terra Sem Males*, ainda sem nenhuma resposta do INCRA sobre uma nova área para onde poderiam ir, recebeu um convite da regional de Ribeirão Preto, no noroeste do estado, para juntar-se a um acampamento numa fazenda cujo decreto de desapropriação já havia sido assinado e, portanto, logo seriam assentados.



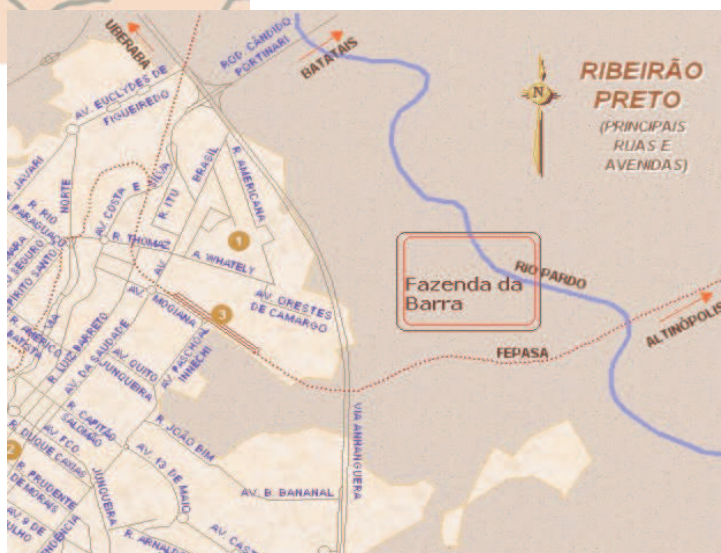
- Ordem cronológica das ocupações do *Terra Sem Males*

Fonte do mapa: www.igc.gov.br/copimapas

No entanto, não tendo outra opção, muito menos uma que fosse próxima da região de Campinas, muitos desistiram após quase três anos de acampamento, e voltaram para suas casas. Considerando os “novos acampados” do núcleo Padre Jancem, permaneciam em Itu pouco mais de cem famílias, mas apenas 70 foram para Ribeirão Preto, no acampamento *Mário Lago*.

Das 70 famílias que foram para Ribeirão Preto, 12 foram direto para o assentamento *Sepé Tiarajú*, em Serra Azul, situado a oito quilômetros do *Mário Lago*. Estas 12 famílias foram escolhidas pela regional de Campinas, junto com os *acampados* do *Terra Sem Males*, dando prioridade para quem estava desde o início no acampamento, em abril de 2002, para famílias que tinham mais filhos, pessoas mais velhas e que “contribuíram” nos então quase quatro anos de *luta*.

- Localização da Fazenda da Barra no município de Ribeirão Preto. Fonte dos mapas: www.fcfrp.usp.br



“O pessoal que foi no assentamento é aquelas famílias que foram escolhidas pela própria coordenação nossa lá de Campinas, que escolheu, falou: ‘Vai Seu Antônio, vai Seu Luís, vai Dona Lourdes’ e eu fiquei pra cá, mas não é por causa disso que eu vou ficar numa coisa descontente, porque nós queríamos a terra que fosse pra plantar” (Benedito é irmão de Lourdes e pai de Sandra, mulher de Ariovaldo).

Pela primeira vez os *acampados* do *Terra Sem Males* podiam plantar em mais de um hectare de terra de qualidade. Apesar da distância do novo acampamento e das primeiras dificuldades que se apresentaram e de encontrarem-se numa região de muitos conflitos, a qualidade do solo e a extensão da fazenda ofereciam uma outra possibilidade para estes *acampados*, principalmente porque tinham a garantia de que estavam, finalmente, em uma terra que poderia ser deles de fato: seu pré-assentamento.

“Daí quando foi 2001, apareceu o William do assentamento de Iperó e fez o trabalho de base lá e nos interessamos de novo. Mas daí fomos em Atibaia, já a primeira ocupação de 2001, dia 21 de abril de 2001. Só que daí foi “Terra Sem Males” acompanhar no Franco da Rocha e continua até hoje sendo “Terra Sem Males” só que já num tem aquele número que já ficou uma boa parte lá assentado junto lá com o Balduino, em Franco da Rocha, Irmã Alberta. Irmã Alberta é uma madre. E daí nós fomos, nós viemos em Sumaré. Sumaré foi aquela andança até de noite, nós num tinha sossego. Eu sei que as polícias pegavam e num davam sossego, mas nós já estávamos acostumado já, nós já sabemos que aqui no estado de São Paulo, graças a Deus até agora num tem acontecido violência. E daí pegamos e fizemos, três mudança dali, até nós pararmos na beira da pista, aí paramos lá num lugar emprestado lá, do próprio acampamento e ficamos. Mas daí uma coisa que não era pra nós também, uma coisa que num tinha o futuro que nós queríamos. E entramos em reunião, falou ‘gente nós precisamos ter um lugar destinado que nós tenha esperança do futuro’ e daí nós saímos de lá e viemos em Americana. Daí em Americana nós tivemos futuro, esperamos que a turma tenha futuro, mas é começo nosso ali. Nós ficamos até duas hora sem comer um bocado de nada... Apareceu o superintendente do INCRA, pegou e ofereceu o local de Itu pra nós, que a gente até hoje num podemos jogar que é lugar ruim, não pode falar mal do local, que um dia a gente precisa, a gente volta lá de novo. Daí ficamos lá, daí aparece a proposta pra nós que nós íamos ter a terra pra plantar, até que tem mesmo, tem tirado milho, mandioca, batata doce. Então acho que tenho ficado contente então. Só que você espera que tenha surpresa maior que você tenha, um dia falar ‘gente nós estamos assentados’. É uma esperança que tem né?” (Benedito).

1.3. Encontrando *Mário Lago*

Mesmo tendo realizado diversas “mudanças”, ocupando áreas em outras regionais do MST que não a de Campinas – como São Paulo e Sorocaba -, o *Terra Sem Males* sempre foi “dirigido” pela regional de Campinas, mas, ao tornar-se apenas um núcleo dentro do acampamento *Mário Lago*, o *Terra Sem Males* tornou-se então parte da regional de Ribeirão Preto.

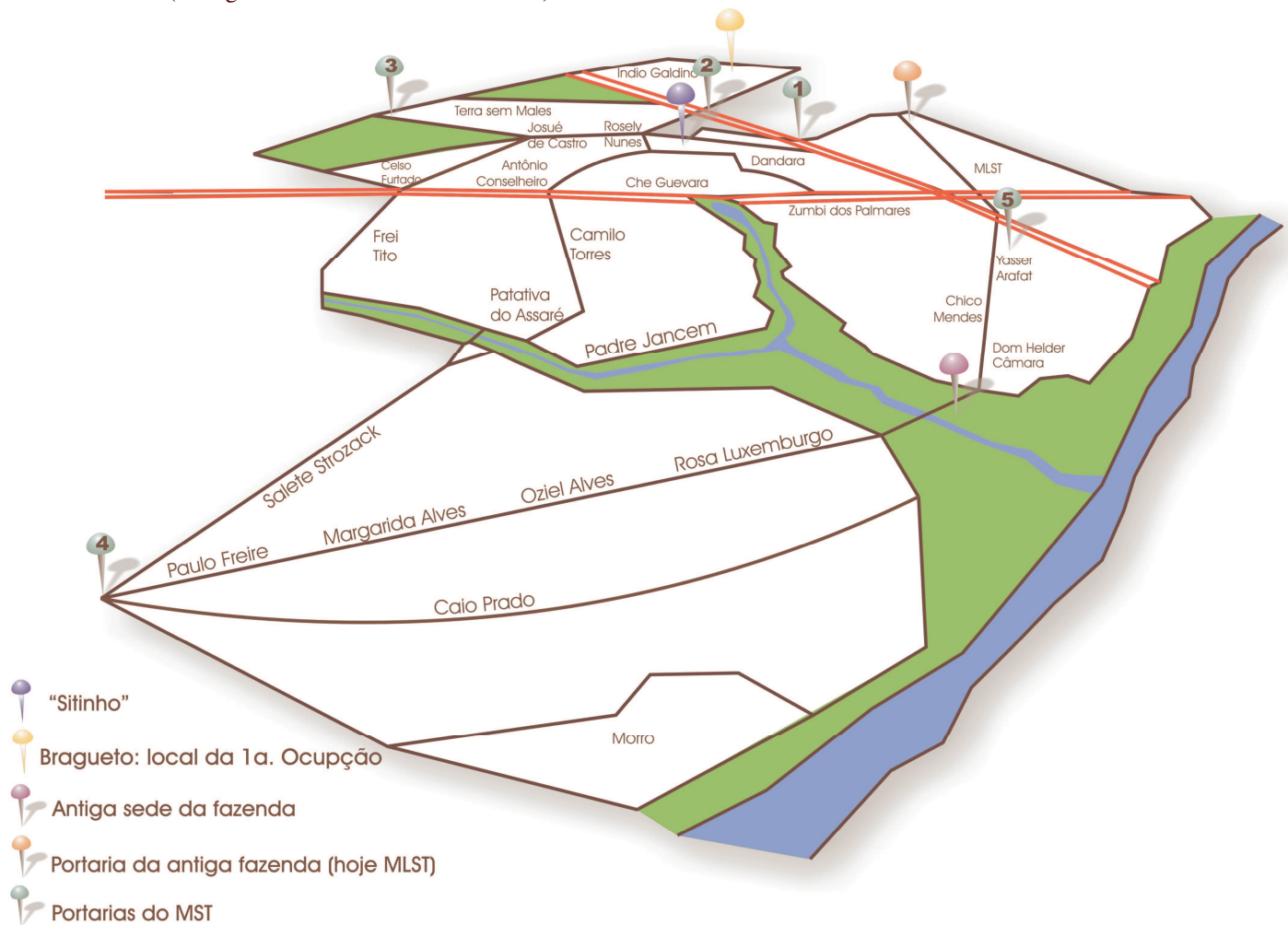
O acampamento *Mário Lago* teve início com uma primeira ocupação do lado de fora da Fazenda da Barra, no município de Ribeirão Preto, no dia 2 de agosto de 2003.

A fazenda em questão tinha seus quase 1.800 hectares arrendados para o plantio de cana-de-açúcar numa cidade que se alcunha “a capital do agronegócio”. Sua ocupação representava a colocação da *reforma agrária* enquanto alternativa a este modelo de agricultura. Propriedade utilizada por uma das famílias mais ricas da região, a Fazenda da Barra, numa área limítrofe ao perímetro urbano, com um solo de alta qualidade para o plantio e sendo ainda uma área importante de preservação do meio ambiente por situar-se na região de recarga do aquífero Guarani, tornou-se o acampamento modelo do MST.

- Foto aérea do *Mário Lago* (fonte: EMBRAPA, material cedido pela Secretaria Regional de Ribeirão Preto)



- Mapa do *Mário Lago*
(Arte gráfica de Leandro Sobral Barra)



- O "Sítinho" é um terreno, parte de um dos sítios do entorno da fazenda, onde os acampados ficaram quando tiveram que desocupar a fazenda.
- O "Bragueto" é um terreno abandonado de uma antiga fábrica onde ocorreu a primeira ocupação da Fazenda da Barra.
- A antiga portaria da fazenda, marcada em azul, é a portaria do MLST e dá acesso direto ao bairro Ribeirão Verde.
- A portaria 1 é a principal do *Mário Lago*, onde fica a secretaria do acampamento. Ela dá acesso a uma vila de chácaras, mas há uma *van* gratuita municipal que liga o acampamento ao bairro Ribeirão Verde.
- A portaria 3 dá acesso ao bairro Flamboyant.
- A portaria 4 dá acesso à estrada municipal que vai até Serrana e Serra Azul (onde está o assentamento *Sepé Tiarajú*) e no decorrer da qual há condomínios de chácaras.
- As portarias 2 e 5 foram criadas para separar os movimentos: MST e MLST, sendo hoje a portaria 2 separação entre MST e *Índio Galdino*.

A fazenda aos poucos foi dividida em 21 núcleos de 20 lotes provisórios em média: lotes de 1,5 hectares para cada família postos lado a lado e de frente para pequenas ruas. Os barracos encontravam-se nos seus respectivos lotes. Em alguns núcleos havia lote dos dois lados da rua, um de frente para o outro.

A história do acampamento *Mário Lago* foi contada durante uma longa conversa com Dona Nalva e Mariinha – vizinhas no núcleo *Chico Mendes*, presentes desde a primeira ocupação.

Nalva – *Na história do acampamento teve muito sofrimento, mas parece que não foi, que foi alegria... Tem muita história divertida! A gente entrou na fazenda tava fazendo 30 dias, veio a polícia e mandou a gente sair e nós corremos pro sitinho e de lá viemos pra cá e estamos até hoje. E eu tinha feito um fogão de barro... (risos) O nome do acampamento foi tirado desde o Bragueto [nome de antiga fábrica ao lado da fazenda, local da primeira ocupação].*

Mariinha – *De lá nos fomos pro Flamboyant [nome de um dos bairros que cerca a fazenda], ainda fora da fazenda, aí acampamos do outro lado da ponte, do outro lado da sede, ficamos duas semanas e o juiz pediu pra sair e fomos pro sitinho.*

Nalva – *Não, do Flamboyant fomos pra fazenda, veio a polícia e fomos pro sitinho. Era tudo encostado uns nos outros, os barracos... não tinha corredor. Aí de lá fomos pro outro lado da ponte. A polícia veio e ficamos duas semanas, o juiz pediu pra tirar e fomos pro sitinho. De lá, quando a poeira baixou, depois de oito meses, a gente voltou. Vai e volta e pau na cabeça! Desmancha o barraco, veio a tropa de novo pra tirar a gente, mas o acampamento tava cheio e não tinha onde levar a gente e não conseguiram quebrar a liminar.*

A brincadeira foi essa! (risos) Quando a gente saiu do sitinho já foi nucleando de lá pra cá [a partir da sede] e o povo montando os barracos. A gente não discutiu isso de núcleo, foi tirado o nome e foi passado em reunião o número de famílias e o nome do núcleo. Foram cercando a fazenda toda pra não deixar os fazendeiros entrarem, depois foram ajeitando no meio quem chegou depois, foram tomando as porteiras. Foi engraçado, se você estivesse aqui ia ver, só vendo gente com pau na cabeça e lona voando com o vento e a chuva. Parecia até filme aquele povo correndo pra lá e depois voltando pra cá! Eles foram tirando os mais novatos do sitinho e colocaram mais pro outro lado da ponta, a turma de Campinas também. A gente que é mais velho ficou pra cá da sede. A maior parte dos mais velhos saiu, foi pro ML do Marquinhos. Eu nem sei direito o porquê, uns falam que é por causa de desvio de cesta básica, outros falam que é por causa de rixa da militância. Eu sei que pra gente chegar até aqui, levou muito trupicão. Hoje a gente deita e dorme. No começo não dava pra dormir não.”

Dona Nalva e Mariinha são membros de duas das poucas famílias que estão no acampamento desde a primeira ocupação. Como exposto nos relatos delas, os mais “velhos” estão concentrados na primeira parte da fazenda que foi ocupada. Dona Maria dos Anjos, também moradora do *Chico Mendes*, quando perguntada sobre a escolha do nome do acampamento *Mário Lago* deu várias justificativas: na primeira ocupação eles estavam perto de um córrego, porque esse seria o nome do proprietário e coincidia com o nome de um “lutador”. No entanto o nome do acampamento não fora escolhido pelos *acampados*. Dona Maria disse que quando chegou pra montar seu barraco o núcleo também já tinha nome, mas Dona Cleuza, moradora do *Dandara* e escolhida como coordenadora do seu núcleo pelos companheiros desde o início, disse que os nomes dos núcleos teriam sido votados em reuniões, nas quais deveriam ser escolhidos nomes de “companheiros revolucionários”, seguindo sugestão dos dirigentes regionais de Ribeirão Preto.

Segundo depoimentos e matérias de jornais da região⁴¹, um dos diretores da regional de Ribeirão Preto apareceu na televisão, durante uma entrevista sobre a ocupação, convidando a todos aqueles que gostariam de ter um pedaço de terra a irem para a Fazenda da Barra. Inicialmente com 80 famílias, com a massificação da ocupação através dos meios de comunicação, em pouco mais de um mês somava-se 400 famílias na área.

Após pouco mais de um ano do surgimento do *Mário Lago*, em setembro de 2004, quando iniciava-se a nucleação com a saída dos acampados do *sitinho* houve uma série de troca de acusações entre *militantes* por causa da distribuição de cestas básicas do INCRA. Alguns *acampados* dizem que esta discussão era só mais um motivo dentre outros desentendimentos o que culminou na expulsão de um dos coordenadores, Marquinhos. Ele já havia participado de atividades em sindicatos, mas juntou-se ao MST participando da ocupação da Fazenda da Barra. Esta expulsão foi tomada como injusta por vários *acampados* que consideraram a decisão da coordenação do acampamento abusiva. Em torno de 15 famílias ocuparam junto com Marquinhos o portão da fazenda que a liga diretamente ao bairro Ribeirão Verde. Este ex-coordenador decidira procurar apoio político com alguns dirigentes do MLST que atuavam num assentamento próximo a Ribeirão Preto, o *Boa Sorte*. Este assentamento é formado pelas duas siglas: MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra) e MLST (Movimento de Libertação dos Sem-Terra).

⁴¹ Ver matérias no anexo II.

Em pouco tempo as *famílias acampadas* do MST ocuparam o outro lado da rede elétrica que corta a fazenda e a região próxima à mata – local da primeira ocupação na Fazenda da Barra -, no intuito de ocupar os espaços vazios antes que o “outro movimento” o fizesse. Rapidamente, o MLST somou cerca de 80 famílias na Fazenda da Barra. Em depoimento, *acampados* e *milитantes* disseram que a divisão da fazenda pela rede elétrica foi feita a partir de uma intervenção do INCRA com intuito de amenizar as tensões no acampamento.

O MLST surgiu em Pernambuco, em 1997, com iniciativa de Bruno Costa de Albuquerque Maranhão⁴², um dos fundadores do PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário), em 1967. Então atuante no PT (Partido dos Trabalhadores) através da corrente *Tendência Brasil Socialista*, editava trimestralmente a revista “*Brasil Revolucionário*”, uma publicação do *Instituto de Estudos Políticos Mário Alves*. O *militante* investiu na criação de um movimento a partir dos mesmos ideais de sua corrente no PT.

O MLST era o antigo “MST-PE” (Pernambuco) que surgiu na década de 80 quando o grupo que havia participado do Congresso de fundação do MST, liderado por Bruno Maranhão e outros filiados ao PT de Pernambuco discordou da metodologia do novo movimento principalmente, segundo alguns dirigentes, por esse demonstrar não conhecer a realidade nordestina e não ter idéias verdadeiramente socialistas. O grupo manteve o nome do movimento, mas atuava de forma independente em relação às diretrizes do MST⁴³.

Segundo relatos, a escolha do MLST pelos acampados seria pelo fato do MST “ser político demais”. Os *acampados* “do outro lado” com quem conversei dizem não ter suportado a “pressão”. Estes, ao contar também sua história do acampamento se colocam como “companheiros de uma mesma luta” em relação ao MST, mas não concordam com a maneira com que o *Movimento* organiza o acampamento. Uma estrada municipal que corta a fazenda dando acesso ao bairro passa pelo MLST, mas os dirigentes do *Mário Lago* proibiram os *acampados* de usá-la, ameaçando-os de expulsão.

⁴² O MLST foi denominado por ele de “*projeto político e social*” e adotou o lema “*ocupar, resistir e viver feliz*”. O documento de fundação do MLST recebeu o nome: “*MLST – Rompendo Cercas, Construindo a Liberdade*”.

⁴³ Para saber sobre a história do MST-PE e do MLST no contexto pernambucano Cf. M.C.Rosa (2004).

Dona Elza, acampada no MLST, disse que “*todos se dão bem e a gente não se importa que passem pelo acampamento, somos todos sem-terra*”. Também presente desde a primeira ocupação, disse que não ficou no MST porque não gostava da “política deles”, mas que todos poderiam ficar na fazenda; “*Eles com a política deles e a gente com a nossa*”. Dona Elza falou que não gostava da idéia de “produzir no coletivo”, pois tem um ritmo devagar e não daria certo trabalhar com os outros, também não aceitava acusação injusta como ocorreu com o coordenador expulso e que a gota d’água foi quando seu filho ficou doente e mesmo assim ela teve que “fazer guarda” na portaria. Quando houve a última ameaça de despejo, Dona Elza disse que todos sabiam, mas não lhe contaram. Depois de passar a noite em guarda ela ainda teria que mudar seu barraco de lugar: foi nesse momento que decidiu reerguer seu barraco “do outro lado” da fazenda.

Quando lhe perguntei se o acampamento dela também tinha nome ela me contou que Seu Juarez foi quem escolheu: *Santo Dias da Silva*, que morreu lutando pelos trabalhadores em uma “revolução”, uma greve que ele mesmo começara. Dona Elza disse que já havia escolhido o nome do seu sítio para quando fosse assentada: *Sítio Aventura*, para provocar as filhas que disseram que depois de velha a mãe resolveu entrar em “aventuras loucas”.

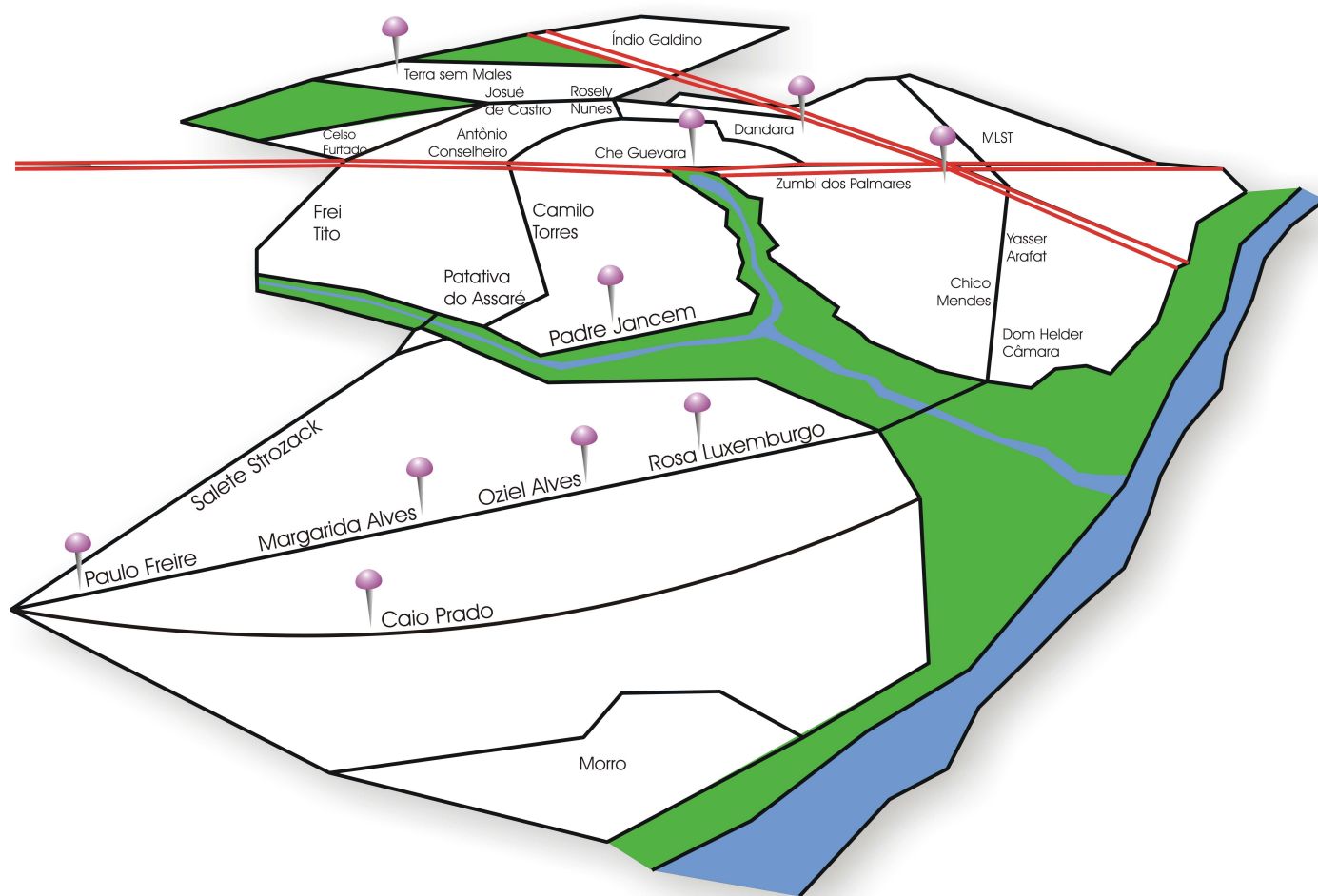
Após a separação dos sujeitos em grupos políticos, as tensões agravaram-se a tal ponto que iniciou-se um processo de esvaziamento do acampamento. Logo após atingir a cifra de quase 500 famílias o *Mário Lago* reduziu sua população para algo em torno de 100 após um ano e meio de ocupação. A chegada do *Terra Sem Males* deu-se justamente neste quadro, quando ocorreu uma “reabertura” para *renucleação* do acampamento.

Em julho de 2006 apenas 34 famílias do antigo *Terra Sem Males* encontravam-se no *Mário Lago*. Dentre elas, treze reunidas num mesmo núcleo de famílias – por elas nomeado *Terra Sem Males* – e outras seis formando o Padre Jancem, enquanto as outras mantinham-se dispersas em 10 dos 21 núcleos do acampamento.

Tal dispersão se deu por uma decisão da reunião da coordenação a qual determinou que a inclusão de famílias seria feita no acampamento respeitando um rodízio entre os núcleos que ainda teriam lotes vagos. O que significava que não seriam permitidos “ajeitamentos” em função de relações de *parentesco* ou de *afinidade*. Enquanto grande parte dos *acampados* preferiria estar próxima aos barracos de seus irmãos, primos ou

antigos vizinhos, a decisão pela dispersão visava, segundo alguns *militantes*, evitar a criação de “panelinhas” dentro de um mesmo núcleo.

- Distribuição das famílias do *Terra Sem Males* no *Mário Lago*
(Arte gráfica Leandro Sobral Barra)

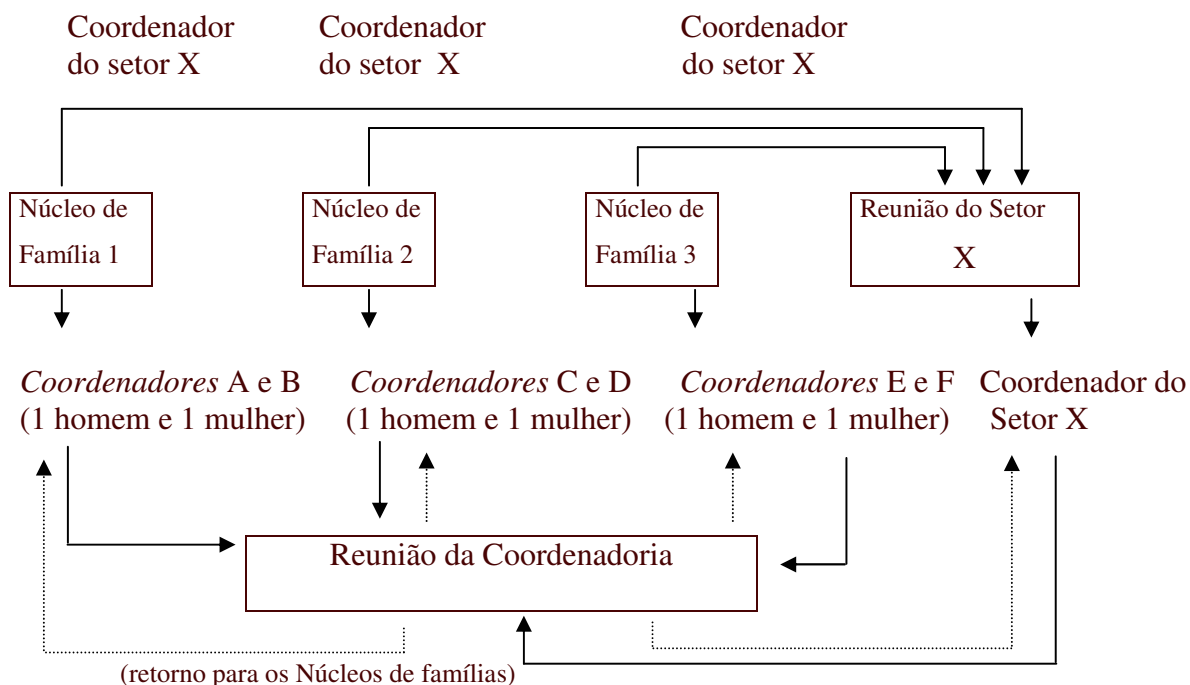


Assim, mesmo as famílias do *Terra Sem Males* que conseguiram permanecer organizadas em um único núcleo, quando chegaram ao *Mário Lago* foram colocadas em uma das pontas da fazenda, próximo à região da mata, da portaria principal e dos “velhos acampados”, isoladas do resto do acampamento e do resto de seus companheiros de anos de luta.

Até mesmo esta dispersão, não permitindo que o antigo acampamento se mantivesse unido - desconsiderando que estas famílias foram “convidadas” enquanto um acampamento estruturado para colaborar na “luta do *Mário Lago*” e lá serem assentadas – simboliza a preocupação dos dirigentes do acampamento em relação à organização dos núcleos por “afinidade”.

A noção de afinidade tem um foco para o *Movimento* e outro para os *acampados*. Nos projetos e cartilhas do MST a principal afinidade que deve existir, para viabilizar os projetos que incentivam a produção ou comercialização coletiva e até mesmo as cooperativas é a afinidade de produção, famílias que desejam produzir o mesmo produto, produtos de cultivo semelhante ou criação de um animal. Para as famílias, a escolha da produção está diretamente ligada às relações e redes que elas estabelecem no acampamento, ou seja, para produzir algo com outra família é preciso que haja uma relação de confiança e reciprocidade, pois elas não querem arriscar sua produção e o seu trabalho dividindo-os com quaisquer pessoas. O costume de trocar produtos, ajudar na preparação da terra, plantio e colheita, a troca de favores e os projetos comuns para um futuro assentamento acontecem de forma espontânea entre famílias que já estabelecem *relações de afinidade*. Os pequenos conflitos de relacionamento existentes no antigo *Terra Sem Males* foram consideravelmente reduzidos quando a regional de Campinas propôs, ainda em Itu, que eles se organizassem em *núcleos de afinidade* ao invés dos “núcleos de famílias” em que se encontravam. Mesmo o INCRA, no momento do assentamento, favorece a permuta de lotes para que parentes sejam assentados mais próximos.

Apesar das diversas dificuldades enfrentadas pelo *Terra Sem Males* durante seus quase três anos de acampamento na regional de Campinas, durante o trabalho de base os *sem-terra* potenciais souberam que, uma vez no acampamento, deveriam participar das atividades de organização do mesmo e, de fato, havia um esforço para colocar em prática a *organicidade* assim como concebida nos *Cadernos de Formação* do MST: todos deveriam participar e ter alguma “formação” do *Movimento*, ao menos, através das reuniões de núcleos de famílias e de setores do acampamento, como o exemplo abaixo:



Após reunirem-se em setores, os *coordenadores* de cada setor discutiam as questões abordadas na reunião geral da coordenadoria, junto com as questões levantadas por cada um dos coordenadores dos núcleos de família. Além dos representantes de cada setor e dos coordenadores do acampamento, participavam da reunião somente os coordenadores dos núcleos de família. Terminada a reunião cada coordenador dirigia-se à área do seu núcleo, e, gritando por entre os barracos, chamava uma reunião na qual comunicava ao seu grupo o que fora discutido na reunião geral.

Esta metodologia de participação “orgânica” era também aplicada na regional de Ribeirão Preto, mantendo as instâncias, setores⁴⁴, organização de núcleos e a realização de cursos e estudos visando a formação de *militantes*.

⁴⁴ Os setores reúnem-se semanalmente para discutir seu funcionamento, possíveis problemas e atividades especiais. Eles são formados por um representante de cada núcleo, em geral divididos da seguinte forma: Educação – responsável pela matrícula e manutenção das crianças na escola e também pelas escolas do próprio Movimento (Ciranda, espaço para crianças de 0 – 7 anos, Supletivo e alfabetização de adultos); Saúde – medicina alternativa e articulação de serviços comunitários para o acampamento, assentamento ou ocupação; Segurança – cuidado com a portaria e com o resto da área; Alimentação – arrecadação e distribuição de alimentos; Produção – alimentação e “manutenção da coletividade” ao tentar não dispersar o trabalho na terra em função do trabalho na cidade; Esporte, Cultura e Lazer – “resgate da cultura” e animação (noites culturais, místicas e festas); Secretaria – organização interna do acampamento, cadastro de documentos, saída e entrada dos acampados e ponte com a secretaria regional (no caso, de Campinas); Estrutura – manutenção da boa condição dos barracos e também organização espacial do acampamento; Coordenação Geral – um homem e uma mulher responsáveis pelos problemas internos dos grupos, são também os agentes que relacionam o acampamento com as outras instâncias do *Movimento*.

No entanto, a maioria dos *acampados* não soube antes que deveria exercer atividades dentro e fora do acampamento – participando de marchas, protestos e fazendo número em outras ocupações -, ou preferiam dizer que não sabiam a dizer que não concordavam, pois, como exposto na história contada por Dona Elza, a necessidade de realizar guarda nas cinco portarias do acampamento, por exemplo, desagradava a maioria dos *acampados*, mas estes mesmos não expunham sua opinião com medo de serem expulsos.

Teoricamente o sistema da *organicidade* deveria proporcionar que todos, participando de reuniões de setores ou do próprio núcleo, colocassem suas opiniões e discutissem sobre as regras e projetos para o acampamento. Porém, a forma como esta é posta em prática gera problemas a partir do momento em que conversar fora das reuniões significa *picuinha* (fofoca), mas, nos espaços reservados para as discussões, os que falam são poucos, e o fazem com tanta propriedade que inibem outras manifestações.

J.Comerford (2001) em sua análise sobre as reuniões camponesas, ressalta que este evento em si é ritualizado e que com sua estrutura burocrática, sua organização em “pautas”, “mesa” e “fala limitada” coloca a própria fala neste espaço enquanto forma de autoridade e hierarquia. Os *militantes* estudam, preparam-se para suas tarefas, inclusive, a de “conscientizar os outros”. Esse processo nem sempre é muito democrático, pois mesmo acontecendo, em geral, com a presença de todos e permitindo a palavra a quem quiser manifestar-se, a forma com que se fala e a estrutura da reunião excluem a participação da grande maioria que não está acostumada com esta performance.

Ou, até mesmo, inibe aqueles que mesmo acostumados com o sistema burocratizado das reuniões com suas pautas e encaminhamentos, não fazem parte ou discordam do grupo que organiza e define as reuniões, os modelos, os projetos e as políticas do acampamento.

Os *acampados* do *Terra Sem Males* que seguiram para Ribeirão Preto, na maioria *acampados* (que eram também *militantes*), vivenciaram mais uma cadeia de desentendimentos entre *acampados*, *militantes* e seus projetos, como no episódio da Comuna da Terra: só que, dessa vez, quem foi colocado como inimigo do *Movimento*, contra a *regional* e os *militantes* foram aqueles que há três anos expulsaram o Chicão do acampamento.

Os membros do *Terra Sem Males* não eram reconhecidos pelos dirigentes do *Mário Lago* enquanto *militantes*, mesmo tratando-se de sujeitos “formados” em cursos de militância do MST. As tentativas de participarem das discussões, expressarem suas opiniões e discordâncias, seus projetos e sugestões eram tidos como afrontamentos e, por vezes, suas propostas em reuniões de fato eram contrárias e opunham-se às medidas e regras do *Mário Lago*. Em resposta, como era feito com qualquer *acampado* do *Mário Lago*, repetia-se a constante ameaça de expulsão por discordarem das decisões tomadas. Este contexto levou as famílias do núcleo *Terra Sem Males* - desacreditadas da real possibilidade de serem assentadas no *Mário Lago* e insatisfeitas com a forma de atuação dos dirigentes do acampamento – a colocarem uma “bandeira branca” no dia 3 de maio de 2006, separando-se do *Mário Lago*, nomeando-se novamente Acampamento *Terra Sem Males*.

Apesar de procurarem discutir suas opiniões nos espaços reservados para discussões, evitando fomentar a famosa “picuinha”, a manifestação dos *acampados* do núcleo *Terra Sem Males* caracterizou um racha no acampamento, uma das coisas mais temidas por seus dirigentes. Contudo, mesmo representando uma ruptura, o ato visava a resolução do conflito através de uma conversa com as direções regionais de Ribeirão Preto e Campinas para discutir a situação das famílias vindas de Campinas e da organização do *Mário Lago* como um todo.

No entardecer, chegaram ao “núcleo-acampamento” diretores das regionais de Campinas e Ribeirão Preto para reunirem-se com os “revoltosos” do *Terra Sem Males*. Os *acampados* cobravam informações e perguntavam se seriam realmente assentados ali e como poderiam acreditar nisso com a postura dos dirigentes do acampamento, que em qualquer discussão ameaçavam os *acampados* de expulsão, ou sugeriam que eles se mudassem para o “outro lado”: “*se não está satisfeito, vai para o ML*”.

Além de questionarem a postura da regional de Ribeirão Preto, perguntaram aos diretores da regional de Campinas porque foram assentadas 100 famílias na área de Americana⁴⁵ onde tanto sofreram, enquanto eles continuavam ali em suspense sem saber onde, ou se seriam assentados.

Após quatro anos de organização, mudanças pelo estado de São Paulo e muitos estudos e cursos de formação, os *acampados* do *Terra Sem Males* conseguiram discutir e resolver muitos de seus problemas e, inclusive, organizarem-se em projetos e grupos de afinidade nos quais seria possível, considerando a rede estabelecida, o desenvolvimento de formas alternativas de produção entre as famílias mais próximas.

Mas, ao mudarem para Ribeirão Preto e, conseqüentemente, mudarem de regional, a situação mudou, pois neste novo lugar havia outros projetos e outras formas dos próprios *acampados* relacionarem-se entre si, outra relação com os *milитantes* locais e outra relação com o entorno do acampamento também. Em Ribeirão Preto, considerando uma maior tensão com a política municipal e um menor apoio, ou menor articulação de apoio com entidades civis, havia um controle muito maior de entrada e saída de pessoas do acampamento inclusive proibindo quem quisesse apenas conhecer o local sem ter o nome e o “endereço” de um *acampado* a ser visitado ou a companhia de pessoas da regional de Ribeirão.

“Aqui tem uma questão política. Nós estamos numa área aqui que ela é complicada porque nós estamos num berço muito forte da elite. E a maior parte dos juízes tão dentro dessa elite. E outra coisa que afasta muito esse assentamento da sociedade que é o seguinte: eles separaram o acampamento da cidade. Eles criaram um acampamento e uma sociedade paralela. Pra você ter uma idéia, aqui, vamos supor, se eu falar que eu vou conversar com a vereadora tal de outro partido, eles pedem pra mim desmanchar meu barraco. Num aprendi isso no Movimento. Fica meio difícil. E cada vez aqui a gente foi aprendendo algumas coisa que se a gente for seguir, amanhã ou depois eu fico doido. Mas é bom, isso é aprendizado. Porque daí quando você muda de um lugar pro outro, com a experiência que você viveu, você tem melhor raciocínio sobre as coisas. Quando começar uma coisa, você já começa a ter a idéia: ‘Opa! Para aí. Alguma coisa lá no passado foi meio parecida’. [Comparando o acampamento em Minas Gerais, para onde pretendia ir, e o Mário Lago] Tem

⁴⁵ Uma ocupação organizada pela regional de Campinas conquistou, em tempo recorde de 2 meses a desapropriação e o início dos procedimentos de assentamento de 100 famílias na área do INSS em Americana onde o *Terra Sem Males* ficara cercado pela polícia durante dois meses. O Assentamento *Milton Santos* encontra-se discutindo os projetos de assentamento e recebendo os primeiros fomentos do governo.

uma relação entre a sociedade civil da cidade e os acampados. Não é essa coisa aqui que o acampado é o acampado e a cidade é a cidade. Aqui nós tivemos uma separação literal mesmo. Quem mora da chácara pra baixo é um, que mora pra dentro da fazenda é outro. A gente consegue fazer esse relacionamento, mas não com a coordenação aprovando isso, ele num tem essa aprovação. Lá não, é o contrário. O pessoal da cidade joga bola dentro do acampamento, os forrós, as festas que têm, a cidade vem pro acampamento. Não é o acampamento que vai pra cidade. Então lá tem essa diferença muito grande. E isso é muito bom. Que você consegue conhecer mais gente. Você consegue ter melhor relação porque as pessoas conseguem te olhar melhor. Agora.. eu vou pra cidade, um olha pra mim de um jeito, mas dez olha já de outro. Agora..quem vem pra cá, já tem outra visão. Ele está vendo, eles já vêm: ‘opa, o pessoal é esse’. Porque eles estão participando com você. Porque quando você vai pra cidade, você não participa. Você pode ir lá bater um papo, tomar uma cerveja, uma cachaça com alguém, mas você tá separado. Agora, quando eles vêm, não, a gente não separa. Eles já passam a participar junto no barraco, já passam a ir lá na roça ver: ‘ó, aquela abóbora, como é que planta?’ Então já começa... É completamente diferente as coisas” (Zé Antônio).

É compreensível a dificuldade que estes sujeitos encontram em entender como podiam estar acampados há mais de 4 anos, tendo realizado mais de 9 ocupações, colaborado para a conquista de pelo menos 3 assentamentos, encontrarem-se numa área cujo processo judicial era passado de um juiz para o outro e o número de famílias acampadas era maior do que o assentamento comportaria e ainda serem ameaçados de expulsão por não concordarem, por exemplo, com a separação de famílias em núcleos distantes dentro do acampamento.

A pedido das famílias do *Terra Sem Males* confirmei aos dirigentes que durante minha pesquisa pude perceber que grande parte da insatisfação exposta naquela reunião era partilhada por quase todos do acampamento. Assim, com a “revolta do *Terra Sem Males*” os diretores da regional de Ribeirão Preto prometeram realizar uma avaliação no acampamento para ouvir todos os *acampados*. Mas, para tal, os dirigentes pediram que antes de considerar as críticas precisavam ter certeza de que o *Terra Sem Males* ainda estava “sob a bandeira do MST”.

Indignados, alguns acampados, *militantes* há mais de 10 anos em acampamentos, ocupações e trabalhos de base, falaram que jamais pensaram em mudar de movimento, que haviam sido convidados pelos seus “vizinhos” do MLST, mas o que eles desejavam era permanecer no *Movimento*, por isso reivindicavam que fossem feitas algumas discussões no

Mário Lago. Os *acampados* envolvidos retiraram a “bandeira branca” em sinal de seu compromisso, enfatizando que já haviam passado por muitas dificuldades e que nunca deixaram de “ser MST”, mesmo naquele momento, em que não reconheciam a atuação deste no *Mário Lago*.

Curiosamente, poucos dias após este episódio, as famílias do MLST que se encontravam acampadas próximas à região da mata, vizinhas do *Terra Sem Males*, romperam com o MLST assumindo para si uma “bandeira branca”, um novo acampamento – hoje nomeado *índio Galdino*.

Estes episódios demonstram de certa forma a instabilidade e as tensões no *Mário Lago*. Como já mencionado, estas tensões são parte da situação de acampamento na qual famílias de origens diversas com orientações e disposições culturais ainda mais diferentes são obrigadas a conviver em um novo espaço, em condições precárias e sob regras de convivência razoavelmente rígidas. Para complexificar as relações no acampamento as famílias ficaram de janeiro a agosto de 2006 sem receber as cestas básicas do INCRA e sem perspectivas de doações ou arrecadações como costumava acontecer regularmente na regional de Campinas.

No dia 5 de agosto de 2006 - coincidentemente no dia da comemoração dos 3 anos do acampamento *Mário Lago* (completados em 2 de agosto) - nove famílias do antigo *Terra Sem Males* deixaram o *Mário Lago* para participar de um acampamento do MST em Minas Gerais, no município de Campo do Meio, onde pretendiam juntar-se a outras 20 famílias do antigo *Terra Sem Males* que já se encontravam lá desde outubro de 2005, pois não quiseram ficar no *Mário Lago* desde que lá chegaram.

Grande parte da evasão do *Terra Sem Males* se deu sob a justificativa de que foram levados para Ribeirão Preto a partir de uma “mentira”: a afirmação de que seriam assentados, mas permaneciam no barraco, sem a garantia de que teriam a terra. Além da demora no processo, muitas famílias acostumadas com a forma de trabalho da regional de Campinas, mais aberta ao diálogo, ao questionarem os dirigentes do acampamento e da regional de Ribeirão Preto eram repreendidas com ameaças de expulsão.

Um dos fatores que colaborou para os constantes desentendimentos era o despreparo dos dirigentes do acampamento que além de não terem sido de fato escolhidos como

coordenadores gerais, não moravam no acampamento – alguns deles já eram assentados no *Sépé Tiarajú*, em Serra Azul, cidade vizinha a Ribeirão Preto.

É comum e indispensável o apoio de assentamentos para a constituição e sustentação dos acampamentos, tanto em relação ao exemplo palpável de que o sonho da terra pode ser realizado quanto pelas doações de alimentos. Mesmo a presença dos assentados de *Sumaré II* no antigo *Terra Sem Males* em atividades e cursos para formação, representava o objetivo a ser alcançado e a possibilidade real disto acontecer. De fato, as histórias que aguçavam a curiosidade dos *acampados* eram aquelas contadas pelos assentados sobre seus assentamentos. Como funcionavam e organizam-se revelava a riqueza que se podia apreender a partir da experiência de outros *sem-terra*.

No entanto, a sutileza dessa relação não se reproduzia no *Mário Lago*, uma vez que os *militantes-assentados* não eram mais exemplos e símbolos da trajetória desejada, mas possuíam barracos simbólicos no acampamento que lhes garantiam a legitimidade de atuarem enquanto coordenadores, mesmo que se encontrassem no *Mário Lago*, segundo a direção regional, apenas para contribuir com a *luta* e com a “formação” dos *acampados*.

Diferentemente dos constantes estudos abertos a todos os *acampados* do antigo *Terra Sem Males*, no *Mário Lago* ocorriam espaçados encontros para *militantes* no Centro de Formação Dom Hélder Câmara⁴⁶. No entanto os “militantes” selecionados para estes encontros e reuniões não eram nem mesmo todos os coordenadores (de setor ou núcleo), quando perguntei disseram-me que *militantes* eram aqueles que “colaboravam na luta”, dentro ou fora do acampamento⁴⁷.

A história do *Mário Lago* é conturbada, mas o embate entre estes sujeitos e a própria noção de conflito não são negativos *a priori*. Ao contrário, são fundamentais para o desenvolvimento do assentamento na medida em que representam negociação de projetos e interesses.

No entanto, essas relações guardam em si problemas também estruturais observáveis em situações que muitas vezes passam despercebidas aos olhos do pesquisador. O caso do *Mário Lago* pode apresentar exageros da realidade dos acampamentos e pode até

⁴⁶ Sítio cedido pela Caritas (Igreja Católica) para o uso do MST durante alguns anos sob a condição de que o *Movimento* utilizasse o espaço para realizar atividades, cursos e estudos para todo tipo de organização social.

⁴⁷ Não pude participar destas reuniões e nem mesmo tive acesso para entrevistar os diretores regionais que possibilitasse entender melhor sua noção de militância ou saber outras informações. Os contatos que tive com eles foram em reuniões da coordenação do acampamento ou em eventos rápidos.

ser tomado enquanto tal, mas, ao mesmo tempo, precisa ser analisado e aproveitado na sua qualidade de marcar mais claramente as relações que apresentam-se no cotidiano dos *sem-terra* do país.

A situação do *Mário Lago*, mais conflituosa do que de costume e com diferenças latentes entre *militantes* e *acampados* é peça chave para compreender a dinâmica dos acampamentos e de que forma o que está colocado neste espaço contribui, permanece e até mesmo determina o formato dos assentamentos, que na sua maioria, apresentam-se precariamente desenvolvidos mesmo que representando alguma melhora de vida:

“(...) mesmo em casos onde em termos absolutos as condições de vida podem parecer precárias, quando comparadas à situação vivida anteriormente, ou ainda quando comparada à da população rural em geral na mesma região, os assentamentos representam uma melhoria significativa na vida desta população, que considera promissora suas perspectivas de futuro” (S.Leite, B.Heredia, L.Medeiros et al., 2004:261).

Apesar dos dados animadores acerca dos assentamentos no país, estes não expressam as dificuldades para alcançar alguma estabilidade no assentamento. Por mais que haja a garantia da morada da família em um mesmo lugar, com um projeto de desenvolvimento dos sujeitos a partir de uma atividade da qual todos participam, da possibilidade de envolverem-se ainda em outros projetos com seus vizinhos e de participarem de cursos diversos – como produção e gestão de assentamentos, por exemplo – até conquistarem o assentamento definitivo, estes sujeitos passam por um processo que exige sacrifício e perdas, muitas vezes, não suportando a demora e sem condições de suprir necessidades básicas de suas famílias, eles nem mesmo conseguem ter a oportunidade de tentar melhorar de vida em um assentamento.

Ainda, uma vez conquistado o assentamento inicia-se uma nova “luta” para garantir que os créditos e fomentos do governo sejam correta e rapidamente enviados para que os projetos tenham início. Uma das coisas mais esperadas pelos acampados quando é confirmado o assentamento é a construção do poço artesiano, eliminando a falta d’água, e a

instalação da energia elétrica. Em alguns assentamentos mais distantes das cidades e das estradas a implementação dessa infra-estrutura pode demorar tanto quanto o período de espera de acampamento, levando a outras desistências, mesmo após a “conquista”. É nesse momento que muitos *acampados* percebem que somente a terra, somente a conquista do tão esperado “pré-assentamento” não lhes basta, não é o suficiente para garantir a sua sobrevivência, muito menos a condição de vida esperada.

Como os próprios autores colocam, a melhoria significativa nos assentamentos ainda está limitada a uma condição precária, a mesma que, segundo L.S.Medeiros (2003:83-84), leva os jovens a saírem em busca de oportunidades na cidade e famílias inteiras que não conseguem sobreviver no assentamento, ambos, ainda enfrentando muito preconceito por serem *sem-terra*, sentindo-se obrigados a toda vez que saem do acampamento levarem um par de sapatos limpo em uma sacola para poderem trocar o que estão usando, sujo de terra, quando “chegam à cidade”.

O acampamento *Mário Lago* na sua condição *sui generis* permite não só avaliar seu caso específico, mas usá-lo para pensar o MST enquanto instituição mediadora da *reforma agrária* e, ainda, a viabilidade da reforma almejada.

Lembro aqui que um dos objetivos deste trabalho é, a partir da análise da estrutura de relações em acampamentos, descrever de que maneira as tensões – ou até mesmo a resolução delas – influenciam no futuro assentamento.

Assim, a situação no *Mário Lago* é emblemática: seus *coordenadores gerais* são *dirigentes regionais* que nem mesmo dependem do futuro lote; enquanto a grande maioria dos *acampados*, mesmo envolvendo-se com algumas coordenações dentro do acampamento, não se identifica com o MST. Ao final, produz-se tal distanciamento entres estas condições que o *acampado* nem mesmo reconhece e compreende uma das mais marcantes representações do MST: os seus *militantes*.

Capítulo II – O “Outro” mora no barraco ao lado

“Há uma terrível consequência da produção ininterrupta de positividade. Pois, se a negatividade gera a crise e a crítica, a positividade hiperbólica gera a catástrofe, por incapacidade de destilar a crise e a crítica em doses homeopáticas. Toda a estrutura que encurrala, que expulsa, que exorciza seus elementos negativos corre o risco de uma catástrofe por reversão total, como todo o corpo biológico que encurrala e elimina seus germes, bacilos, parasitos, seus inimigos biológicos, corre o risco da metástase e do câncer, isto é, de uma positividade devoradora das próprias células, ou o risco viral de ser devorado pelos próprios anticorpos, que passam a não ter uso.”
(J.Baudrillard, 1990:113)

Para o *Movimento*, “ser companheiro” é dividir tarefas, é quando um precisa do outro, é o papel dos *militantes* definido enquanto “sentimento de coletividade somado à disciplina”. Esse ideal de coletividade, a necessidade de se estar presente nas atividades, festas e místicas seria, segundo a militância, produtor da coesão do MST.

Vários elementos, como a forma de montar os barracos, a presença da bandeira e do boné do MST, o saber cantar as músicas e pronunciar as palavras de ordem, a participação em reuniões, a legitimação na terra através das plantações e da cooperação na horta coletiva, encontram-se em disputa no processo de construção de uma “identidade *sem-terra*”, eles são apropriados, acessados, (re)significados e (re)produzidos subjetivamente dentro de uma condição objetiva partilhada: a não-posse da terra. Esta condição que os identifica é a mesma que os leva a buscar incessantemente uma condição de vida mais digna e, paradoxalmente, a partir da qual vivenciam momentos e situações de miséria extrema, pois: “sofrer debaixo da lona preta” é o requisito para alcançar a condição de assentados.

O lugar onde estes elementos são produzidos e assumem significados para uma “identidade *sem-terra*” é restrito: são encontros estaduais e nacionais, congressos e cursos de formação. A experiência nestas atividades constrói uma relação direta entre os símbolos do MST, a luta pela reforma agrária e uma possível transformação social. Durante as mesmas, o discurso dito revolucionário a partir de uma matriz marxista-leninista termina fazendo sentido. Mas estes espaços são restritos à militância que efetivamente participa da construção desta “identidade *sem-terra*”, assim como da escolha dos novos termos da *luta*,

os quais serão colocados em prática nos diversos acampamentos e assentamentos espalhados pelo país.

A experiência vivida nestes espaços é depois reproduzida em reuniões nos acampamentos e assentamentos pelos *militantes* que foram representá-los nestas atividades, no entanto, muitas vezes, mesmo com sua forma ritual - onde a proposta de *organicidade* pretende fazê-los participar constantemente e a *mística* pretende sensibilizá-los ao pertencimento acessando os símbolos e histórias do MST – há uma distância crescente entre os *militantes* e os *acampados* que não compartilharam destas experiências, uma vez que tanto a representatividade destes *militantes* quanto sua capacidade de transmitir a experiência vivida são incongruentes com a realidade do acampamento.

Fato é que grande parte dos *acampados* que se envolve nas atividades que lhes são propostas terminam acessando estes símbolos do MST, as idéias, nomes e palavras de ordem, somente nos espaços restritos nos quais eles possam representar algum sentido. No *Mário Lago* a realidade mais comum era ver o *acampado* sair da reunião, retornar para o barraco e não falar mais em MST.

No acampamento *Mário Lago*, apenas em barracos⁴⁸ de *militantes* ou dos *acampados* do antigo *Terra Sem Males*, encontrava-se uma bandeira do MST estendida. E grande parte dos *acampados* do *Mário Lago* referia-se ao MST como “o partido dos *sem-terra*”.

Esta diferenciação entre *militantes* e *acampados* é feita pelos próprios *sem-terra*, sejam eles *militantes* ou *acampados*. Apesar da categorização destes termos e da tentativa de demarcar suas fronteiras, elas são fluidas. Trata-se de condições que possuem nuances e apresentam-se em constante redefinição.

Para ser *acampado* basta fazer parte de um acampamento, mas este “fazer parte” implica em construir um barraco, morar nele e colaborar em alguma atividade. A participação nas atividades tem por objetivo incentivar estes *acampados* a, cada vez mais, integrarem-se na agenda de militância inserindo-se em cursos, estudos e trabalho de base.

⁴⁸ É importante ressaltar que mesmo sendo o barraco a expressão objetivada da presença da família na “luta pela terra”, a militância é insistente ao lembrar que “*barraco não segura terra para ninguém*”, ou seja: a não inserção nos setores, nas atividades externas ao acampamento como encontros e ocupações pode até mesmo levar à expulsão do acampamento. Não basta construir o barraco, ao menos um representante da família deve morar e participar no acampamento.

A condição de *acampado* vai um pouco além da moradia em um barraco de um acampamento, ser um *acampado*, “estar com os *sem-terra*” – como muitos costumam dizer – significa participar da organização desse lugar-acampamento de alguma maneira e os *acampados* são cobrados dessa postura a todo tempo: a moradia efetiva no acampamento, a integração em algum setor, a participação em uma horta coletiva ou em alguma atividade desempenhada pelo grupo.

Como em todo grupo que se reconhece enquanto tal, para fazer parte dele é preciso ser reconhecido e não apenas desejar tornar-se um membro dele. A partir das atividades cotidianas de um acampamento, define-se um *acampado* que, a partir das tarefas que realiza, pode ainda tornar-se um *acampado-militante*.

Ser *militante* independe de um lugar definido. A flexibilidade desta condição pode apresentar-se como: *militante-acampado* e *militante não-acampado*. Em geral considera-se *militante* o sujeito que se dedica ao *Movimento* enquanto uma profissão, daí o termo “militante profissional”, pois, além da disponibilidade requer-se o estudo e a formação do *militante* em cursos intensivos que duram até 3 meses. O *militante* pode atuar de diversas maneiras: realizando trabalho de base com *sem-terra* potenciais; trabalho de base junto a sindicatos, partidos políticos, igrejas e entidades civis, buscando apoio político e financeiro para o MST; organizando diretamente a secretaria regional, estadual ou nacional; coordenando importantes setores nacionais – educação, formação, produção e finanças - e estabelecendo as diretrizes destes ou realizando estágios em acampamentos e assentamentos colaborando com os conhecimentos adquiridos em cursos específicos – gestão administrativa, veterinária, produção coletiva ou política e conjuntura – e até mesmo integrando-se à coordenação de acampamentos, como ocorrera no *Mário Lago*.

Alguns *acampados* identificam-se com a *organicidade*: interessam-se por fazer cursos do MST, participar de atividades fora do acampamento e assumir maiores responsabilidades, outras coordenações no acampamento e até mesmo colaborar com as atividades de sua secretaria regional.

É ainda visível a diferenciação entre a militância restrita ao acampamento e aquela que se estende aos projetos e instâncias do MST. Nem sempre o *acampado-militante* exercerá as mesmas funções e terá o mesmo reconhecimento que um *militante-acampado*, por exemplo. O que se colocou enfaticamente no *Mário Lago* foi justamente a restrição à

alcanha *militante* para os poucos que não só estão inseridos em atividades, como se dedicam integralmente aos projetos da regional⁴⁹.

Os *militantes* que vieram da regional de Campinas e que inicialmente trabalharam junto à coordenação geral do antigo acampamento, aos poucos foram sendo isolados das discussões e muitas vezes convidados a se retirarem dos seus *cargos* no *Mário Lago*, onde tornaram-se apenas *acampados*, afinal, tanto eles não concordavam com os métodos adotados pelos dirigentes do acampamento, quanto os dirigentes não estavam dispostos a mudar sua forma de atuação.

É a partir deste distanciamento e da marcação de posições que, numa situação tensa de um acampamento, aquele que se mostra tão semelhante, que partilha da mesma “luta” e que ocupa a mesma terra se transforma no “Outro” estranho e ameaçador.

A construção deste Outro não foi um episódio esporádico ocorrido no *Mário Lago*, mas sim um procedimento recorrente em acampamentos do MST, onde o desencontro de projetos e opiniões é transformado em suspeita, *picuinhas* e expulsões. Serão reproduzidos aqui três eventos que possibilitam ver as relações entre posições estruturais apresentadas em tempos e lugares distintos.

Durante os três anos de existência do *Mário Lago*, os *acampados* que se destacaram em atividades – marchas, atos e organização interna - foram convidados para compor coordenações de setores e, mais tarde, com a divisão do acampamento, para coordenar os núcleos.

Com o tempo, estes *acampados* se tornaram *militantes* e aos poucos participaram de cursos e estudos organizados pela regional de Ribeirão Preto. Os dirigentes do acampamento não foram escolhidos dentre estes *acampados-militantes*, eles eram *militantes* ligados às atividades externas ao acampamento e que, pouco mais de um ano depois, foram assentados no *Sepé Tiarajú* no município de Serra Azul, há 15 quilômetros do *Mário Lago*.

No entanto, eles permaneceram responsáveis pelo acampamento formando um grupo de coordenação aquém da coordenação geral do acampamento, a qual era composta

⁴⁹ Apesar das diretrizes estabelecidas pela direção nacional do MST, as direções estaduais estabelecem metas e modelos para ocupações, acampamentos e assentamentos que cada regional negocia segundo seus projetos e sua realidade específica. O que significa que cada regional terá uma diferente forma de atuar e mesmo as “atribuições” específicas de *acampados* e *militantes* apresentará consideráveis variações.

pelos coordenadores gerais de cada setor, eleitos pelo próprio setor, e pelos coordenadores de núcleos. Contudo, estes *militantes* sempre representaram uma autoridade maior do que a da coordenação geral do acampamento.

Mesmo durante as reuniões da coordenação geral, eles colocavam-se de tal maneira que suas propostas tornavam-se, automaticamente, “encaminhamentos” e qualquer problema que se apresentasse no *Mário Lago*, mesmo que fosse um pequeno dissenso no núcleo, era motivo de repreensões como: “*Eu vou levar o seu caso para fulano*”⁵⁰ e não para a coordenação, instância máxima de decisão que, segundo o regimento interno sugerido pelos próprios dirigentes, deveria decidir sobre todos os casos.

Há uma crescente inibição dos *acampados* que terminam afastando-se destes espaços onde, de fato, não conseguem inserir-se. Ao passo que o *militante* vê cada vez mais a ausência de participação daqueles que, segundo o projeto do *Movimento*, aos poucos deveriam se interessar pelas discussões da *reforma agrária*. Cada vez mais reclusos em seus barracos, os *acampados* mostram-se insatisfeitos e buscam outros meios de discutir suas idéias e é nesse momento que se inicia a “picuinha”. Por sua vez, o *militante* que já assumira para si a centralidade das decisões e a responsabilidade de dirigir o acampamento começa a desconfiar cada vez mais daqueles que faltam às reuniões, mas continuam tecendo comentários fora delas.

A esta altura, com a diferença entre ‘nós’ e ‘eles’ estabelecida, a desconfiança e as picuinhas difundem-se rapidamente tanto a partir dos *acampados*, que discordam de algumas normas e questionam particularmente a atuação de alguns dirigentes, quanto por parte dos *militantes* que sugerem que aqueles que não participam das atividades, criticando-as, são pessoas que desejam “mal ao *Movimento*”, “espiões”, “inimigos infiltrados”.

2.1. Evento 2: MST, MLST e Índio Galdino

A separação do *Mário Lago* entre MST e MLST ocorreu pouco tempo após o acampamento fixar-se efetivamente dentro da Fazenda da Barra. Com o passar do tempo

⁵⁰ A opção por não mencionar os nomes de dirigentes e militantes dá-se pelo fato da identificação de lideranças do MST representar risco para as mesmas

criou-se a noção de que “do outro lado”, no MLST, viviam na sua maioria ladrões, bêbados e expulsos do MST, por isso deveriam proibir que eles adentrassem a parte da fazenda ocupada pelo MST e, para tanto, os *acampados* do *Mário Lago* também não poderiam passar pelo MLST.

A população dos dois acampamentos era a mesma: famílias provenientes das periferias de Ribeirão Preto - dos bairros Progresso, Flamboyant e Ribeirão Verde – e da região dos municípios de Serrana e Franca. Sendo ainda que a maioria que compunha o MLST era de acampados que deixaram espontaneamente o MST.

Esta extrema proximidade das famílias e casas dos *acampados* em relação ao acampamento foi um dos fatores que colaborou para o rápido crescimento do *Mário Lago*, mas foi também motivo para muitos problemas organizacionais. Diferentemente dos acampamentos onde as famílias encontram-se distantes de suas antigas moradas, de certa forma isoladas, próximas somente a estradas, o *Mário Lago* estava cercado por bairros de uma grande cidade.

Era comum andar pelo acampamento ao entardecer e ver os barracos vazios e fechados, pois as famílias já tinham ido dormir em suas casas na cidade. Reflexo da ausência de trabalho de base e de diálogo com os *acampados*, estes não se preocupavam com o “regimento interno” e muito menos com as atividades políticas do *Movimento*.

No primeiro momento as famílias do *Mário Lago* foram convidadas para “pegar terra e fazer um sítio” e era isto que elas pretendiam fazer. Apesar de preocupada, a militância da regional de Ribeirão Preto não investiu grandes esforços em estudos ou conversas para modificar este quadro. Os poucos *militantes* do acampamento que participavam de alguns cursos não eram nem mesmo incentivados a informar o seu núcleo do que haviam aprendido: fosse sobre a história do MST, a história do país ou técnicas de produção.

Graças a este desencontro de objetivos, cada vez mais os *acampados* do *Mário Lago* questionavam as “regras da militância” e eram expulsos. Enquanto houve espaço na área do MLST, muitos foram recebidos e mantiveram-se na fazenda.

Em torno de vinte famílias do MLST ficavam separadas do grupo, na região da mata próxima ao núcleo *Terra Sem Males*. Um antigo *militante* da regional de Ribeirão Preto que deixou o *Mário Lago* após muitas discussões com a coordenação juntou-se ao MLST com

mais algumas famílias ocupando a região da mata, local da primeira ocupação do *Mário Lago* onde não havia núcleos ou barracos do MST.

No entanto, no mês de maio de 2006, alguns dias após o “racha” do núcleo *Terra Sem Males*, as famílias que ocupavam a região da mata desligaram-se do MLST assumindo para si a “bandeira branca” de um novo acampamento: *Índio Galdino*, como dito anteriormente

Segundo alguns depoimentos dispersos, Paulinho, um ex-coordenador do *Mário Lago* - e então também ex-coordenador do MLST - havia “enlouquecido” e decidiu, junto com as vinte famílias, que não dependeriam de mais nenhum movimento para conquistar um pedaço de terra. Dizia-se também que estas famílias continuavam insatisfeitas com as decisões da coordenação, dessa vez, com a coordenação do MLST.

Segundo o coordenador geral do acampamento do MLST - *Santo Dias da Silva* - e alguns *acampados* com quem conversei, eles não se importavam que o “MST” passasse pelo seu acampamento, pois eram todos “companheiros da mesma luta” e deveriam unir forças para conquistar a área. No entanto, o MLST não encarou da mesma forma - ou com a mesma cordialidade com que se referiam aos “companheiros” do MST - as 20 famílias que ocupavam a região da mata e que disseram preferir resolver sozinhas “a questão da terra”.

Estas famílias foram proibidas pelo MLST de adentrar seu acampamento, mesmo se quisessem visitar seus parentes que nele permaneceram. O coordenador do MLST justificou tal decisão dizendo que “eles” foram os primeiros a proibir o acesso quando decidiram não querer ter mais relações com o MLST. Um dos *acampados* do *Índio Galdino* era o Seu Juarez que escolheu o nome do acampamento do MLST, mas preferiu ficar junto com as 20 famílias da região da mata⁵¹.

Um dado curioso sobre estas divisões é o fato de tanto o MLST quanto o *Índio Galdino* terem mantido parte da estrutura de *organicidade* do MST. Ao menos a organização em núcleos, a divisão de tarefas e palavras de ordem foram reproduzidas após

⁵¹ Muito difícil dizer ao certo o motivo ou os objetivos pelos quais essas famílias desligaram-se de mais um movimento. Não pude conversar com os *acampados* do *Índio Galdino* e nem mesmo ir até seus barracos, pois havia uma portaria separando os acampamentos e minha entrada “no outro lado” poderia representar a minha proibição de freqüentar o *Mário Lago*. Por mais que eu tivesse me apresentado formalmente à direção regional de Ribeirão Preto e que tivesse deixado clara minha intenção de conhecer a história e trajetória das famílias acampadas em toda a Fazenda da Barra, era comum acusar quem passasse “pelo outro lado” de “espião” ou “traidor”, o que possivelmente ocorreria também comigo. Minhas visitas ao MLST eram possíveis pelo acampamento ter uma entrada independente pelo bairro Ribeirão Verde. As poucas vezes que conversei com membros do *Índio Galdino* foram em encontros fortuitos ocorridos no bairro.

a ruptura, sendo a diferença mais visível a eliminação de reuniões constantes e de setores como o da segurança, no qual os *acampados* deviam organizar a guarda do acampamento.

Pode-se concluir que os grupos que deixaram um movimento por discordarem de sua metodologia, ainda reconheciam nas pessoas da legenda que abandonaram uma certa identificação, ao passo que o movimento “deixado” alega que os “outros” são traidores, ou infiltrados: inimigos potenciais.

Os sujeitos que abandonaram uma legenda, uma bandeira para assumir outra estavam apostando em uma nova possibilidade de conquistar o pedaço de terra a partir de outra forma de organização com a qual acreditavam poder agir e produzir de acordo com seus objetivos e sonhos pessoais. No entanto, ao falar das pessoas que “ficaram do outro lado”, por exemplo, quando os *acampados* do MLST referiam-se aos do MST enquanto companheiros de uma mesma luta, viam neles seus antigos vizinhos que passavam pelas mesmas dificuldades, mas que optaram por permanecer o MST.

A outra perspectiva dessa mudança era a do grupo “deixado” no qual havia uma sub-segmentação: sujeitos que partilhavam dos objetivos do movimento e, portanto, não compreendiam e reprovavam o “racha” e sujeitos que também estavam insatisfeitos com sua situação e, apesar de permanecerem, compreendiam os argumentos dos que haviam saído.

No caso do MST essa segmentação era significativa na medida em que muitos *acampados* encontravam-se insatisfeitos, o que conseqüentemente implicava em uma maior cobrança interna por parte dos *militantes* e dos *acampados* que não concordavam com o racha. Por mais que houvesse um constante discurso de proibição da passagem pelo MLST e a ameaça de expulsão por suspeita de espionagem daqueles que se relacionavam com o “ML”, os *acampados*, na sua maioria, não sentiam-se traídos, mas receosos que pudessem ser prejudicados pelo racha no acampamento. Já no MLST onde esboçava-se uma situação mais harmoniosa entre seus *acampados* e também em relação aos *militantes*, todos colocavam-se enquanto “traídos” com maior clareza, pois não entendiam como seus “companheiros” poderiam deixá-los num momento que acreditavam ser decisivo para o assentamento na fazenda.

Quando falavam sobre o MLST, os *militantes* do *Mário Lago* diziam que eles não ficariam na fazenda, pois na hora de negociar, veriam o “movimento” que tinha mais força.

Os *acampados* do *Mário Lago* diziam ouvir, e repetiam, que a recente ocupação que o MLST havia feito no município de Cristais Paulistas era para levar os *acampados* da Fazenda da Barra. O MLST colocava-se como sendo legítimo em sua ocupação e ressaltava que a maioria de seus *acampados* estava ali desde a primeira ocupação, ao passo que um acampamento sem movimento instituído como o *Índio Galdino* não conseguiria terra em uma fazenda tão importante, pois não teria força para negociar. Da mesma forma, os *acampados* do *Santo Dias da Silva* comentavam que “ouviram dizer” que o INCRA conseguiu uma pequena fazenda no município de Barretos para o *Índio Galdino*.

Os rumores sobre o “fim” de cada acampamento aumentaram quando, em 30 de agosto de 2006, foi assinado o documento que determinava a venda da fazenda – cujo decreto de desapropriação já tinha um ano e meio - para o INCRA para fins de reforma agrária.

A situação de tensão criada da Fazenda da Barra fundava-se no risco da perda: nenhum acampado gostaria de deixar ou ser expulso de seu acampamento, mas além do risco da “perda do lote” por conta de uma ordem de despejo havia a ampliação das incertezas a partir da segmentação interna na fazenda.

Todos os depoimentos das pessoas mais antigas do *Mário Lago* destacavam um crescimento das exigências em relação ao regimento interno e à participação nas atividades do MST após o “racha do ML”. A cobrança e o controle em relação aos *acampados* e, conseqüentemente, a proibição do contato e acesso ao MLST e, posteriormente, do *Índio Galdino* expressavam o receio, por parte dos *militantes*, de que a insurgência tivesse continuidade e o acampamento do MST se esvaziasse.

A evitação do contato se dava também em função de impedir um confronto direto entre os movimentos, o que era estratégico para a permanência dos grupos na fazenda, uma vez que o número de famílias acampadas é fator significativo para justificar a demanda por uma área. Em contrapartida, a ausência de um acordo entre os movimentos representava a existência de mais um conflito eminente na área requerida e, assim como a falta de água e de condições de infra-estrutura para a moradia das famílias, é um aspecto levado em conta para acelerar e garantir a desapropriação da terra enquanto meio de solução para muitos

destes problemas⁵². Essa situação paradoxal mantém-se até o presente momento já que a efetivação do assentamento ainda não ocorreu, principalmente pelo INCRA não ter conseguido definir junto com os movimentos e os *acampados* como será dividida a área e quais famílias terão que deixar a fazenda, uma vez que não há espaço para todos.

Essa segmentação obscurecida pela existência de um “objetivo comum”, o assentamento na Fazenda da Barra, perpetua-se por não implicar em uma ruptura, em uma necessidade de se definir posições, pois, no limite, jamais serão posições contrárias. Prolonga-se assim a situação indefinida de acampamento com a transferência de famílias “de um lado pro outro” da fazenda⁵³. O cabo de força travado pelos “movimentos” ou “bandeiras” baseia-se em argumentações diversas para legitimar sua presença na área: tempo de existência no local, tempo de existência na história, número de acampados e rede de apoios políticos.

O MST no estado de São Paulo tem uma forte relação com o INCRA e um forte apoio político tanto por parte de partidos políticos de esquerda, quanto por parte de sindicatos de trabalhadores (metalúrgicos, siderúrgicos, químicos entre outros) e da Igreja Católica através da CPT.

Apesar do também crescimento do MLST e de outros movimentos ou acampamentos de “bandeira branca”, estes ainda carecem de estrutura e articulação para conquistarem a desapropriação de algumas áreas críticas, como a Fazenda da Barra em Ribeirão Preto. De certa maneira, entrar em um confronto declarado do tipo “ou nós ou eles” poderia ser muito arriscado para o MLST, apesar do argumento, também legítimo, que tinham “do seu lado” o maior número de acampados que se encontravam na fazenda desde a primeira ocupação. Enquanto isso a “bandeira branca” era tida como uma presença ambígua, e talvez estratégica, por representar uma possibilidade de adesão a um dos movimentos caso fosse necessário no momento de definir o assentamento.

O fator numérico a favor do MST e o fator da antiguidade na área do MLST terminaram por sustentar a situação da fazenda dividida até hoje. O que de certa forma

⁵² Uma vez desapropriada a fazenda deve-se “cortar” e dividir a terra, construir estradas, providenciar energia elétrica e construir os poços artesianos.

⁵³ No mês de abril de 2007 com a demora do processo de assentamento e da decisão de um projeto que agradasse os *acampados*, famílias do MST dos Núcleos Dom Helder Câmara e Chico Mendes, onde residiam algumas das famílias mais antigas, declaram um “racha” em relação ao MST assumindo uma “bandeira branca” com apoio do MLST.

representa a permanência dos dois movimentos na fazenda culmina com o adiamento constante de um projeto de assentamento para a área que abrigue todas as famílias e permita a divisão da terra e dos recursos para todas, sejam MST, MLST ou bandeira branca.

Assim, o conflito existente na área tomado enquanto aspecto positivo por pressionar as autoridades em função da desapropriação traz consigo a grande dificuldade em organizar um assentamento onde exista mais de um movimento, pois, antes de qualquer coisa, é preciso conciliar os projetos propostos pelos movimentos entre si com os objetivos dos *acampados*.

O trabalho de M.C.Rosa (2004) é interessante para pensarmos essa disputa por legitimidade entre os movimentos na Fazenda da Barra. O autor desenvolveu sua pesquisa no contexto da Zona da Mata Pernambucana onde vários movimentos demandantes de terra e os sindicatos rurais coexistiam, inclusive, com o apoio do superintendente do INCRA do estado.

A situação presenciada pelo autor possuía especificidades no que concerne à organização política local e principalmente pela maneira com que o MST e os outros movimentos iniciaram suas atividades na região, o que implicou na implementação do modelo de ocupação de terras.

Em uma região de engenhos, onde os trabalhadores procuravam esses espaços não somente como possibilidade de trabalho, mas como uma “casa de morada”, um sustento, as regras morais que regiam as relações entre patrões e empregados era regulamentada por sindicatos rurais os quais tinham uma relação de interdependência com o governo do estado.

Segundo M.C.Rosa (2004:15), os primeiros *militantes* que se tornaram “divulgadores das virtudes da reforma agrária” em Pernambuco eram jovens colonos provenientes do sul do país. Eles viam na propriedade da terra uma possibilidade de reprodução de uma condição social, uma preocupação específica das populações do sul que se organizavam a partir da agricultura familiar, realidade diferente da existente no nordeste das “plantations”.

Em 1989, quando o MST organizou sua primeira ocupação na região, além de não “conquistar” plenamente a população com a proposta sulista⁵⁴, os *militantes* do MST não eram nem mesmo recebidos pelos órgãos do governo sem que antes negociassem com a estrutura já vigente: os sindicatos e a FETAPE (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pernambuco). A independência do movimento ocorreu quando, FETAPE e MST organizaram conjuntamente uma primeira e única ocupação e, após a FETAPE abandonar a área, quando esta foi desapropriada o INCRA negociou diretamente com o movimento⁵⁵.

Foi assim que a “forma movimento” (M.C.Rosa, 2004:172) - fazendo alusão ao termo “forma acampamento” de L.Sigaud (2000) - ganhou espaço em Pernambuco. Este formato é imprescindível para compreender a dinâmica do processo de assentamento e, no nosso caso, como a existência de mais de um movimento em uma mesma área complexifica as negociações.

Segundo o autor, os processos são efetivamente abertos quando é enviada uma carta ou fax à superintendência do INCRA requerendo a desapropriação de uma determinada área e esta ação se dá em mais de 90% dos casos por iniciativa de um “movimento”. O superintendente do INCRA de Pernambuco costumava receber pessoalmente os representantes das ocupações/acampamentos e assentamentos – em geral representantes também de movimentos.

Essa relação apresenta-se também no estado de São Paulo onde o reconhecimento de um acampamento em muito se dá pelo “movimento” a que ele está ligado, daí o questionamento dos *acampados* e *militantes* do *Mário Lago* e do *Santo Dias da Silva* em relação à legitimidade da “bandeira branca”⁵⁶. Pois para requerer a desapropriação de uma

⁵⁴ O autor defende a idéia de que não era essa a proposta que mais atraia os camponeses dos engenhos, mas, com a falência da indústria açucareira, estes sujeitos viram-se desprovidos das relações que conheciam, do patriarcalismo e de uma significação social. A possibilidade de exercerem atividades e ocuparem “cargos” no movimento e, até mesmo a possibilidade de criarem seus próprios movimentos tornou-se significativo para as populações locais. Findas as relações de prestígio com os patrões, pertencer aos quadros do MST tornou-se fator distintivo na região.

⁵⁵ A abertura para o MST ocorreu na mesma época em que, a CUT e o PT ganharam espaço dentro da FETAPE, levando consigo a demanda da reforma agrária.

⁵⁶ Apesar da segmentação na Fazenda da Barra, os antigos *acampados* que se encontravam no MLST e no *Índio Galdino* tinham feito seus cadastros junto ao INCRA no primeiro ano de ocupação da Fazenda da Barra como *acampados* do MST. Ao passo que este dado preocupava o coordenador do MLST, era um fator de tranquilidade para os *acampados* da “bandeira branca”.

área, o INCRA exige que o grupo encontre-se organizado em algum tipo de associação, sindicato ou movimento.

Na região estudada por M.C.Rosa havia vários movimentos em operação e grande parte deles surgiu a partir de desavenças de *acampados* com algumas propostas do MST e mesmo a partir da necessidade de alguns grupos (universitários, técnicos agrícolas e líderes comunitários) gerenciarem os acampamentos e assentamentos da maneira que achavam mais correta. A proliferação de movimentos, alguns presentes em um único acampamento, dava-se também por estímulo do próprio superintendente do INCRA que limitava as negociações ao representante do grupo/movimento e que sugeria àqueles que desejavam negociar que “criassem seu próprio movimento”.

“(...) proclamar-se representante de um movimento foi a senha para que este grupo de profissionais tivesse acesso ao universo de políticas públicas para a reforma agrária que foi, e atualmente continua a ser, um dos mais visíveis e importantes da agenda do Estado brasileiro” (M.C.Rosa, 2004:191).

O MST-PE, coordenado por Bruno Maranhão, tornou-se MLST quando um dos líderes do movimento saiu para constituir o MT (Movimento dos Trabalhadores) em 1995, no mesmo período em que o MST tornara-se um dos maiores e mais visíveis movimentos sociais do país. Até este momento, a existência de dois “MSTs” em Pernambuco gerou uma certa confusão quanto à identificação deles.

Em 2002 o MT aliou-se ao MLS (Movimento de Luta Socialista) e ao MLST de Luta (Movimento de Libertação dos Sem-Terra de Luta) para formarem o MTL – Movimento Terra, Trabalho e Liberdade.

Uma socióloga que participou da formação do MT deixou o movimento com outros membros e fundou o MTB (Movimento dos Trabalhadores Brasileiros) em 1999. Estes movimentos foram gerados por dissidências de seus líderes, quase todos universitários e profissionais técnicos agrícolas, que visavam reformular a forma de organizar os acampamentos. Já a CPT, segundo seus agentes, atuava na região apenas apoiando os

acampamentos e assentamentos, diferentemente dos movimentos que pretendiam coordená-los ou dirigi-los.

No entanto, não se pode negar que:

“A força da forma movimento, consagrada nos embates entre o MST e o Estado, levou de roldão até mesmo esse grupo de agentes religiosos que, ao menos em seus princípios, primava pela autonomização dos grupos que assessorava (...) Dez anos depois, os agricultores acampados e assessorados pela CPT somente seriam atendidos pelo INCRA se estivessem numa organização que se responsabilizasse por eles” (M.C.Rosa, 2004:205).

A necessidade de uma organização de um movimento para negociar a reforma agrária com o Estado coloca estes movimentos em uma posição crucial, pois,

“(...) os camponeses, ou qualquer outra forma que usemos para designar os beneficiários dos assentamentos da região, somente emergem para a cena pública a partir da intervenção desses grupos” (M.C.Rosa, 2004:207).

Além destes movimentos articulados por grupos de uma classe de elite, por partidos e igrejas, no cenário pernambucano, M.C.Rosa ressalta o surgimento de movimentos com a liderança de sujeitos conhecidos pela população sendo que estes não demandavam apenas terra para outros, mas também para si, eles dependiam de “seu movimento” para conquistar um pedaço de terra da maneira que pensavam ser a melhor. Este foi o caso de uma “nova linhagem de movimentos”, como sugere o autor (2004:210): MTRUB (Movimento dos Trabalhadores Rurais e Urbanos do Brasil), MTBST (Movimento dos Trabalhadores Brasileiros Sem-Terra) e OLC (Organização de Luta no Campo).

Facilitada pelo incentivo do próprio superintendente do INCRA, a possibilidade de “formar” um movimento apresentou-se como uma saída para alguns agricultores da região que viram frustrado o seu desejo de conquistar um pedaço de terra em ocupações que não

havia dado certo por não haver espaço para todos ou porque não poderiam “fazer do seu jeito”.

Diante de seus pares, estes trabalhadores rurais tinham não só a chance de organizar uma ocupação e demandar benefícios como cestas básicas, mas podiam ir além, conquistando uma “significação social” perante a comunidade e as autoridades com as quais negociavam.

“(..) os movimentos que predominam na Zona da Mata são, sobretudo, instrumentos de significação social para indivíduos que, entre outras coisas já descritas, ao verem seus nomes estampados nos jornais sentem-se recompensados nas estruturas de dar e receber. Enfim, utilizando esses meios, homens e mulheres envolvidos em circunstâncias históricas específicas foram concebendo uma noção, cada vez maior, de seu próprio valor e, dialeticamente, para isso passaram a agir em nome de um coletivo legítimo” (M.C.Rosa, 2004:240).

O contexto pernambucano descrito por M.C.Rosa apresenta uma abertura muito maior tanto para que os pequenos movimentos se desenvolvam quanto continuem surgindo novas organizações por parte da própria população, uma vez que as relações de negociação em torno da “reforma agrária” na região estimulam tais ações.

M.C.Rosa chama a atenção para a ligação visceral e dependente do sindicalismo rural em relação ao governo de Miguel Arraes, sem o apoio do qual as causas dos trabalhadores não seriam resolvidas. No entanto, vale lembrar, como muito bem demonstra o próprio autor, que o desenvolvimento e a sobrevivência dos movimentos tanto em Pernambuco como na maioria dos estados brasileiros está ligada a uma relação de dependência estabelecida com o INCRA.

Longe de serem meros mediadores, esses movimentos e organizações têm uma relação direta com o Estado, com a população e até mesmo com os proprietários de quem demandam a terra: é necessário o diálogo e a interação destes elementos para que a nova linguagem da “luta pela reforma agrária” seja pronunciada e é nesse processo que os

movimentos produzem muito mais do que uma ação eficaz no que diz respeito à conquista de um pedaço de terra, mas produzem também um espaço para sujeitos até então invisíveis.

“(...) para os indivíduos que tomaram um lugar ativo nos movimentos de reivindicação de terra, os padrões de satisfação e realização social mudaram significativamente entre as gerações. Se, em outros momentos da vida destes sujeitos, ou em gerações anteriores, a proteção (admiração, respeito e reciprocidade) do patrão (senhor de engenho) estava no centro da auto-realização individual ou familiar, no período que estudei estes padrões se alteraram significativamente. A proteção social da forma como era realizada no passado já não pode ser socialmente sustentada por duas razões: primeiro, porque os recursos simbólicos (poder de controlar os instrumentos de ação do Estado) que garantiam a subordinação ao patrão foram corroídos nos processos de privatização da comercialização da cana; segundo porque a confiança na forma tradicional de incorporação social pelo sindicato foi abalada quando os expedientes de reivindicação, consagrados nos anos 80, se mostraram pouco eficazes. Foi nesse contexto que ‘lutar pela terra’ passou a ser visto como uma forma de significação” (M.C.Rosa, 2004:247).

Se o sindicalismo pernambucano precisou de Miguel Arraes para dar conta de suas “questões”, sem a legitimação da “reforma agrária” pelo INCRA a forma acampamento/movimento seria mais uma manifestação social sem eficácia.

Essa “forma” desenvolvida pelo MST expressa sua eficácia não somente no número de acampamentos e assentamentos que cresce pelo país, mas, mesmo com a criação de outros movimentos, mesmo dissidências do próprio MST, os seus símbolos, dizeres e projetos perpetuam-se de maneira quase que espontânea; as palavras de ordem e a bandeira, por exemplo, são indispensáveis para que a forma acampamento/movimento exista.

E isto parece independer da relação que ficou entre o MST e o “novo movimento”, pois tanto na descrição de M.C.Rosa - onde a coexistência de movimentos e sindicatos,

mesmo apresentando uma concorrência por legitimidade e visibilidade, não prejudicava o desenvolvimento do processo de desapropriação das áreas – quanto no *Mário Lago* - onde a ruptura, o racha e surgimento de novas legendas se deram imbuídos de rixas políticas e mágoas pessoais, atrasando indefinidamente o assentamento na fazenda -, as bandeiras expressavam os mesmos símbolos, tinham as mesmas cores, as palavras de ordem eram paródias e rimas de uma mesma sentença e até mesmo as músicas do MST eram cantadas como parte de um patrimônio histórico da luta pela reforma agrária, sem endereço e sem legenda.

Não foi pequena minha surpresa quando ouvi, em uma assembléia do MLST, a jovem dupla sertaneja Magno e Luisinho, assentados do *Boa Sorte* (MST e MLST), cantarem e serem acompanhados pelos presentes “*É por amor a essa pátria, Brasil, que a gente segue em fileira*”, uma das músicas mais significativas do MST, emblema de marchas e romarias do *Movimento*.

Essa ambigüidade que atravessava a Fazenda da Barra - e não só ela como demonstra o trabalho de M.C.Rosa - naquele universo segmentado em três “bandeiras”, os sujeitos que um dia partilharam da mesma condição, do mesmo movimento, levaram consigo simbologias que foram reapropriadas, no final, para um mesmo objetivo, a conquista da área. As relações uma vez estabelecidas, apesar das “fronteiras” traçadas pela rede elétrica que cortava a área, circulavam junto com o conhecimento e a experiência na “luta pela terra”, informações e as famosas “picuinhas”.

2.1.1. Evento 3: Acusação de Feitiçaria

A circulação da *picuinha* no acampamento opera da mesma forma que a fofoca. Segundo N.Elias (2000:121), além do fluxo contínuo de mexericos, a fofoca se organiza em duas correntes: depreciativa (aplicada aos outros) e elogiosa (aplicada a si). A fofoca em si, segundo o autor e no contexto por ele analisado, é uma reação quase que involuntária em resposta ao medo que um grupo tem do outro afetar o seu estilo de vida. Desta maneira os “mexericos” dão início a um complexo sistema de intrigas no qual qualquer notícia a

respeito de alguém ou de um determinado grupo de pessoas - o “povo” de Campinas, ou o MLST, por exemplo - tornava-se tema de debates por todo acampamento⁵⁷.

É neste contexto cheio de medos que a picuinha circulava pela Fazenda da Barra, através de seus três acampamentos: *Mário Lago*, *Santo Dias da Silva* e *Índio Galdino*.

É neste contexto que as famílias provenientes do antigo *Terra Sem Males* de Campinas e as famílias de São Paulo - que participaram da ocupação da Fazenda Santa Maria, próxima ao *Mário Lago* – chegam ao acampamento *Mário Lago*: como novas famílias com uma outra concepção de vida e de acampamento.

Apesar desta preocupação, a princípio, ter se difundido em rumores pelo acampamento, os *acampados* do *Mário Lago* não trataram os “novatos” enquanto tais por algum tempo. Primeiro, porque perceberam que eles não eram tão novatos assim na “vida de acampamento” e, segundo, porque rapidamente eles identificaram no novo grupo os mesmos objetivos e preocupações: a conquista de um pedaço de terra para viver com a família.

No entanto, foram os *militantes* do *Mário Lago* que fizeram questão de demarcar a temporalidade e a legitimidade diferenciadas entre eles e os “novatos”, pois estes também eram identificados enquanto *militantes* em seus antigos acampamentos, onde sempre exerceram coordenações de setores, núcleos e realizavam trabalhos de base.

A reação por parte dos *militantes* do *Mário Lago* foi semelhante ao que ocorrera entre as famílias de Winston Parva, no estudo de caso de N.Elias:

“O grupo de antigos residentes, famílias cujos membros se conheciam havia uma geração, estabelecera para si um estilo de vida comum e um conjunto de normas. Eles observavam certos padrões e se orgulhavam disso. Por conseguinte, o afluxo de recém-chegados a seu bairro era sentido como uma ameaça a seu estilo de vida já estabelecido, embora os recém-chegados fossem seus compatriotas” (N.Elias, 2000:25).

⁵⁷ Da mesma forma que N.Elias fora referenciado durante sua pesquisa enquanto “o homem que entrevistou fulano”, por diversas vezes tornei-me alvo de fofocas, principalmente por conversar muito com “o povo de Campinas”.

Apesar de uma tímida tentativa da secretaria regional dividir as atribuições no *Mário Lago* entre as famílias locais e as provenientes de outros acampamentos, as picuinhas realizaram o seu papel e aos poucos os *acampados* do *Mário Lago*, que não costumavam questionar os dirigentes, não iriam se contrapor, por exemplo, aos rumores de que as “famílias de Campinas” pretendiam tomar a direção do acampamento e expulsar os “antigos” *acampados*.

Após anos de ocupações, em menos de um ano que estavam no *Mário Lago*, algumas famílias do antigo *Terra Sem Males* desistiram. Outras vinte famílias organizaram-se e, com o apoio da direção estadual do MST de Minas Gerais, deixaram o *Mário Lago* para realizar uma ocupação em Campo do Meio, sul de Minas, há 300 quilômetros de Ribeirão Preto e aproximadamente à mesma distância de Campinas.

No dia seguinte, já circulava pelo acampamento os comentários de que eles haviam sido expulsos, que eram “traidores” do MST e que jamais poderiam entrar novamente no *Mário Lago*.

De certa forma, os *militantes* do *Mário Lago* encontravam-se em seu território, estavam lá há mais tempo e, de fato, possuíam poder, meios, e uma legitimidade muito maiores para transformarem uma fofoca em uma verdade determinante.

Quase um ano depois da saída destas famílias do *Mário Lago*, em agosto de 2006, outras dez famílias organizaram-se para mudar de acampamento indo também para Minas Gerais. Além de seis famílias do antigo *Terra Sem Males*, foram outras quatro provenientes de São Paulo.

Os *acampados* do *Mário Lago* estavam desanimados em um clima de descrença, pois ainda não havia sido decretada a desapropriação efetiva da fazenda. Quando comemoravam os três anos da primeira ocupação do acampamento, no dia 5 de agosto, mais de dez famílias soltaram um rojão para chamar uma assembléia e dizer que estavam indo embora do *Mário Lago* para participarem do acampamento do MST em Campo do Meio, Minas Gerais.

Durante esta viagem houve um acidente com o caminhão que transportava as famílias em meio aos tapumes de seus barracos. Além dos vários feridos, Jerônimo - o rapaz novo que militava em acampamentos da regional da Grande São Paulo e que fora

para o *Mário Lago* após ter participado da ocupação da Fazenda Santa Maria - morreu ainda no local do acidente.

A notícia transtornou todo o acampamento. Além da gravidade do acidente em si, Jerônimo, havia conquistado a simpatia de muitos *acampados* com suas intervenções e questionamentos nas reuniões e assembléias, principalmente por ele colocar aspectos que incomodavam a maioria, a mesma maioria que não se manifestava com medo de retaliações. Os depoimentos entristecidos lembravam da bondade e dedicação do rapaz com os seus companheiros.

Jerônimo era coordenador do núcleo *Padre Jancem*, no qual moravam seis famílias do antigo *Terra Sem Males* e tinha com estas uma relação de compadrio e identificação, pois, assim como “o povo de Campinas”, Jerônimo foi com outras cem famílias de São Paulo participar de uma ocupação e terminou abrigado em um outro acampamento, o *Mário Lago*, no qual enfrentaram desde a dificuldade de diálogo com os dirigentes até a seca que os impediu de iniciar qualquer processo produtivo.

Alguns dias depois do acidente, durante a distribuição de cestas básicas, após meses sem este benefício, os *acampados* do *Mário Lago* enfrentaram alguns problemas: desde a desorganização das listas que previam a divisão dos 21 núcleos nos turnos da manhã e tarde até discussões e ameaças por causa do acidente com as famílias que foram para Minas Gerais.

Ficou determinado a partir da reunião da coordenação do acampamento que somente o representante da família poderia retirar a cesta mediante apresentação de documento. Na falta da família, esta perderia o direito à cesta. Nem os coordenadores de núcleo puderam retirar as cestas dos *companheiros* que se encontravam em tratamento de saúde ou até mesmo em atividades do MST (alguns *acampados* encontravam-se em ocupações e trabalhos em outras regionais).

Algumas pessoas permaneceram o dia inteiro esperando sua cesta básica na antiga sede da fazenda, local de reuniões, assembléias e encontros do acampamento.

No entardecer do dia em que as cestas básicas eram distribuídas, Wanderley, um rapaz do núcleo *Padre Jancem* chegou na sede gritando: “*Vocês mataram o Jerônimo, vocês fizeram um feitiço! Foi feitiço! Foi feitiçaria! Quem está falando através de mim é o Espírito Santo!*”.

Os *acampados* que assistiram às acusações de Wanderley disseram que ele acusou os *militantes* de terem matado Jerônimo através de feitiçaria. Os depoimentos citavam a fúria do rapaz que tecia as acusações e o susto e preocupação dos dirigentes presentes. Alguns tentaram segurá-lo, mandando-o calar-se, mas ele os empurrou e só depois de algum tempo o levaram de lá.

Mais curioso do que a descrição da tensão do momento, foi o fato dos *acampados* enfatizarem que: “*mesmo tendo problemas mentais, Wanderley parecia muito lúcido aquele dia*”⁵⁸.

Desde o início de minha pesquisa de campo do mestrado, em abril de 2006, Jerônimo colocava-se nas reuniões da coordenação questionando de forma bem articulada algumas normas e atitudes dos dirigentes do *Mário Lago*. Quando ele deixou o acampamento junto com as outras famílias e quando ocorreu o acidente durante essa viagem, um dos dirigentes comentou em seu núcleo que “isso foi castigo”.

No dia da distribuição das cestas básicas, já passado o aniversário do acampamento, sem novidades acerca da situação da fazenda e cada vez mais excluídos dos processos de decisão, os *acampados* do *Mário Lago* presenciaram a acusação de Wanderley, que gritava na antiga sede da fazenda que os culpados pela morte de Jerônimo eram os *militantes*.

Apesar da acusação parecer um tanto absurda de início, os mexericos sobre o feitiço espalharam-se pelo *Mário Lago*.

A acusação de feitiçaria ocorrida no *Mário Lago* deve ser considerada no que concerne às relações entre os sujeitos inseridos: quem acusava e quem era acusado. O livro clássico de E.Evans-Pritchard (1978) trata da noção de bruxaria entre os Azande que pode ajudar a pensar este evento.

Não se trata aqui, evidentemente, de comparar os estudos de E.Evans-Pritchard e a acusação de feitiçaria no acampamento, mas de utilizar de sua fecundidade heurística, até porque, interessa aqui a noção de bruxaria e não de feitiçaria entre os Azande. A feitiçaria para os Azande implica na morte rápida enquanto que a bruxaria provoca a situação que pode levar à morte.

⁵⁸ Wanderley é um jovem evangélico que, segundo os *acampados*, é portador de algum distúrbio mental que o faz ter rompantes de descontrole nos quais ele grita muito alto. Ele é morador do *Padre Jancem*, também de São Paulo e tinha um carinho especial por Jerônimo que mesmo em dificuldades procurava meios de ajudar não só a si, mas a todas as famílias de seu núcleo.

“A bruxaria põe um homem em relação com eventos de tal maneira que ele sofre danos” (1978:60).

O que interessa aqui é justamente o uso de uma explicação marcadamente especial para um infortúnio grave através de uma acusação entre sujeitos de posições conflitantes. A acusação de feitiçaria no *Mário Lago* foi endereçada ao inimigo, a quem teria motivos para desejar tal acidente, operando como as acusações de bruxaria entre os Azande:

“O rapaz que deu uma topada em um toco de árvore não justificou o toco por referência à bruxaria, e tampouco sugeriu que sempre que alguém dá uma topada em um toco isso se dava necessariamente à bruxaria; também não explicou o corte como se fosse causado pro bruxaria, pois sabia perfeitamente que fora causado pelo toco de árvore. O que ele atribuiu a feitiçaria foi que, nessa ocasião em particular, exercendo sua costumeira cautela, ele bateu com o pé em um toco de árvore, enquanto que em centenas de outras ocasiões isso não aconteceu; e que nessa ocasião em particular, o corte, que ele esperava resultar da topada, infeccionou, enquanto ele tivera dúzias de cortes que não infeccionaram” (1978:60)⁵⁹.

As interpretações de E.Evans-Pritchard são importantes no que concerne à simetria de uma operatória que ocorreu tanto no *Mário Lago* quanto no cotidiano Azande: uma explicação necessária para um infortúnio ou coincidência vinculada aos conflitos da estrutura social.

Wanderley não acusou o MST, ou a secretaria regional, ou ainda os diretores da regional pelo acidente que matou Jerônimo: ele acusou aqueles que considerava responsáveis pela saída das famílias daquela maneira. Mesmo sendo a regional, de fato, responsável pelo desenvolvimento das diretrizes do acampamento, em Ribeirão Preto os

⁵⁹ Talvez seja um problema de tradução, mas a edição brasileira da tese sobre os Azande utiliza as palavras feitiçaria e bruxaria sem grandes distinções.

acampados tinham um contato mínimo com os dirigentes, um contato tão restrito e regulado que muitos nem lembram seus nomes.

O que se coloca é que as relações entre estes “estabelecidos” e os “outsiders” - os *militantes* do *Mário Lago* e os “outros”, os *acampados* (novos ou não) - geram tamanha tensão que qualquer acontecimento fora do comum que venha a prejudicar um dos grupos, provavelmente, vai ser pensado enquanto ação do outro.

O clima de tensão e desconfiança já havia se tornado insustentável para algumas famílias do *Terra Sem Males*, que decidiram deixar o *Mário Lago*. Destas, algumas participaram desde a primeira ocupação e sempre tiveram uma atuação constante no acampamento, uma delas, que estava no acidente junto com Jerônimo, foi a família de Seu Zé Antônio. Nos vários depoimentos é recorrente a menção à insatisfação com a forma de trabalho dos *militantes* do *Mário lago* e uma grande decepção em relação ao MST, pois após anos de ocupações e atividades junto ao *Movimento*, eles sentiam-se ameaçados de serem expulsos e perderem a terra.

Seu Zé Antônio sempre foi uma figura polêmica nos acampamentos. Segundo seus vizinhos ele era “encrenqueiro”, mas um “companheiro” de todas as horas. Ele, sua mulher Geni e sua filha Meire viviam no acampamento, mas precisavam fazer “bicos”; seu trabalho mais conhecido era a famosa cocada que faziam e vendiam no acampamento e na região. Sua trajetória mostra seu percurso “do campo para a cidade” e, posteriormente, na tentativa de viver novamente na “roça”, mas não sozinho e, também, não somente com sua família.

“Eu praticamente cresci na roça, porque comecei trabalhar na roça com 7 anos, no Paraná, na cidade de Cianorte. Aí viemos parar em Campinas eu tinha 12, 13 anos. Casei com 15 pra 16. Aí fomos pra roça de novo, na Fazenda Santa Genebra em Campinas, aquela fazenda grande que é o centro de experiência hoje lá. Moremos ali na parte do centro. Aí depois fui trabalhar de caseiro também por um bocado de ano. Depois disso, aí sim eu vim pra Feraesp, em Ribeirão Preto. Da Feraesp eu voltei pra Campinas e fui trabalhar com o pessoal do Sindicato de Limeira. Aí de lá fui pra Iaras, tava junto com a coordenação lá da Fazenda Santo Dias. Fui através do MST da Regional de Campinas, só que a gente tinha pouco contato com a Regional, tinha mais contato com o próprio Sindicato (...) A Regional é nova, mas as pessoas já trabalhavam naquela região pra tentar estruturar a Regional de Iaras, que é mais velha. A de Iaras já era pátio, mas era estadual, não era regional. Aí fomos pra lá, fiquemos lá, depois voltei de lá, aí fui fazer parte da Associação de bairro de Limeira, CMP, quando nasceu a CMP (...) aí eu voltei

pra Limeira, aí fui ajudar no Sindicato de Limeira, aí entrei pra CMP, que é a Central de Movimentos Populares, quando nasceu a CMP. Aí nós estavámos organizando o assentamento “Terra Sem Males”. A Regional de Campinas já tava com estrutura, quem coordenava na época era um rapaz por nome de Teco. A Regional de Campinas mandou ele pra lá e a gente acabou trabalhando junto. Aí nasceu o “Terra Sem Males”, aí eu assumi a Secretaria do “Terra Sem Males” na época. Aí fomos fazendo nossas andanças (...) Saiu mais uma negociação lá que a gente não sabe qual foi ao certo. E a gente com um monte de garantia de chegar aqui e ser assentado, acabemos vindo parar aqui em Ribeirão Preto, aonde nós deparemos com um processo muito diferente daquilo tudo que a gente começou do começo, daquilo que eu aprendi dentro do MST. Eu aprendi lá em Iaras, normas, alguma coisa, fiz cursos em vários lugares do Estado, centro de formação de São Paulo, viajei pra Pernambuco, pra um monte de lugares representando o MST. E cheguemos aqui demos com uma coisa muito diferente. Não quero criticar, porque eu acho que a gente também tem um pouco de culpa, porque a gente tinha de ter analisado um pouco melhor também as propostas também. Mas quando falou em assentamento, o pessoal fica afoito. 'Opa, vai saí assentamento. Então vamos pro assentamento nosso, vai ser uma maravilha'. Aí chegemos aqui, com um mês que a gente estava aqui fomos chamados. O pessoal que era da militância antiga foi chamado pra militar. Fizemos com afinco todo o trabalho que precisava fazer (...) Que nós chegemos aqui que tinha uma briga interna entre dois. Nós chegemos na verdade pra poder ver se ajudava a organizar. (...) Porque a questão aqui é a seguinte, tem uma política... Você já viu aquele ditado do macaco quando pega o milho dentro do buraco da caixinha? Ele sabe que ele vai ficar preso naquilo dali, mas ele sabe que ali dentro tem alguma coisa que é boa pra ele, então ele prefere ficar preso, mas não abrir mão daquilo. Então aqui nesse acampamento tem muito disso, não abrir mão do poder que a pessoa tem e exerce sobre as pessoas. Mesmo que ele administre errado, mas ele sabe que ele tem poder sobre as outras pessoas, então ele não abre mão disso. Ele não quer abrir mão, as pessoas não querem. Então isso acaba acarretando muitos problemas como você vê que a maior parte do pessoal mais velho desse acampamento já não estão mais aqui. Eles estão indo embora (...) Cansei porque eu vi as pessoas que fazem parte da minha família... Que eu ajudei criar o “Terra Sem Males”, ajudei criar parte do MST durante esses tempo... Porque se eu vou na favela e eu faço o trabalho de base, eu trabalho numa secretaria, eu trago gente pro acampamento, elas têm de fazer parte da minha família. Aí quando alguém fala que essas famílias num servem e simplesmente vão descartando uma atrás da outra... Pra mim me dói, porque é minha família, é o que eu aprendi gostar, são deles. Não aprendi gostar do Gilmar Mauro, do... eles a gente vê cada.. Mas sim daquelas pessoas que eu vejo no acampamento ali plantando, aquelas pessoas que estão passando necessidade que a gente sente... É de respeito, claro, mas já não é aquela relação íntima que você tem no dia-a-dia com um acampado. Aí se maltrata um acampado eu fico consternado, eu não gosto. Eu já.. toda reunião que eu sempre pude eu falei: “Se quiser comprar uma encrência, ver alguma coisa, pelo amor de Deus não mexe com as pessoas que a gente faz trabalho de

base e traz pra cá. Discute primeiro o problema da pessoa, se a pessoa tem um problema vai lá, senta aqui, vamos conversar o problema”. Aí depois ó, tá gostando tá, tá não tá. Esse é um relacionamento de família. Pra mim eu sinto os acampados no normal de todos eles como se fosse uma família minha.”

Seu Zé Antônio participou de seu primeiro acampamento em 1996 quando quase foi assentado em Iaras, mas ficou doente e teve que voltar para Limeira para tratar de sua saúde. No seu tempo de acampamento, Seu Zé fez cursos de militância, realizou trabalho de base e sempre assumiu coordenações nos acampamentos, mas quando chegou no *Mário Lago* não pôde mais exercer as funções de que tanto se orgulhava. Em seu depoimento observa-se o enfrentamento entre os *antigos* e os *novos militantes* no *Mário Lago* e ainda o conflito metodológico que se colocou no encontro das formas diferenciadas de cada regional organizar e tratar de seus acampamentos. Seu Zé era o *outsider*, o “novato” cuja forma de trabalhar ameaçava o estilo de organização hegemônico.

Quando Seu Zé decidiu que iria para Minas Gerais participar do mesmo acampamento que seus outros *companheiros* que, segundo ele, saíram humilhados do *Mário Lago*, outros *acampados* do antigo *Terra Sem Males* disseram que iriam junto⁶⁰.

Começou a circular pelo acampamento uma nova *picuinha*: Seu Zé estaria fazendo trabalho de base dentro do *Mário Lago* para levar famílias com ele para Minas. Os dirigentes passaram a vigiar Seu Zé Antônio onde ele fosse e citaram na reunião da coordenação que se descobrissem com quem ele estava fazendo trabalho de base seriam todos expulsos.

Aqueles que foram para Minas com a família de Seu Zé Antônio eram próximos a ele e aos *acampados* do antigo *Terra Sem Males*, no caso, os moradores do *Padre Jancem*. Não era preciso realizar trabalho de base para que estas famílias - companheiras de acampamento há pelo menos quatro anos ou que em seu pouco tempo de acampamento conviviam e partilhavam da mesma *condição*: novatos, diferentes e ameaçadores – decidissem ir juntas para uma outra localidade na qual não seriam os *outsiders*, ou que

⁶⁰ Nem todos tiveram condições de preparar a mudança e também por motivos pessoais, inclusive por causa dos familiares próximos, terminaram desistindo da viagem. Seguiram com Seu Zé Antônio: Antônio Preto, Tiago, Arlindo, Garrado e Tiãozinho do *Terra Sem Males* e mais 3 famílias do *Padre Jancem* que foram para Ribeirão Preto por causa da ocupação de outra fazenda, a Santa Maria: Jerônimo, o irmão Luizão, Ailton e Odair que era morador do Padre Jancem mas fora para Ribeirão com o *Terra Sem Males* onde acampou pela primeira vez em Itu.

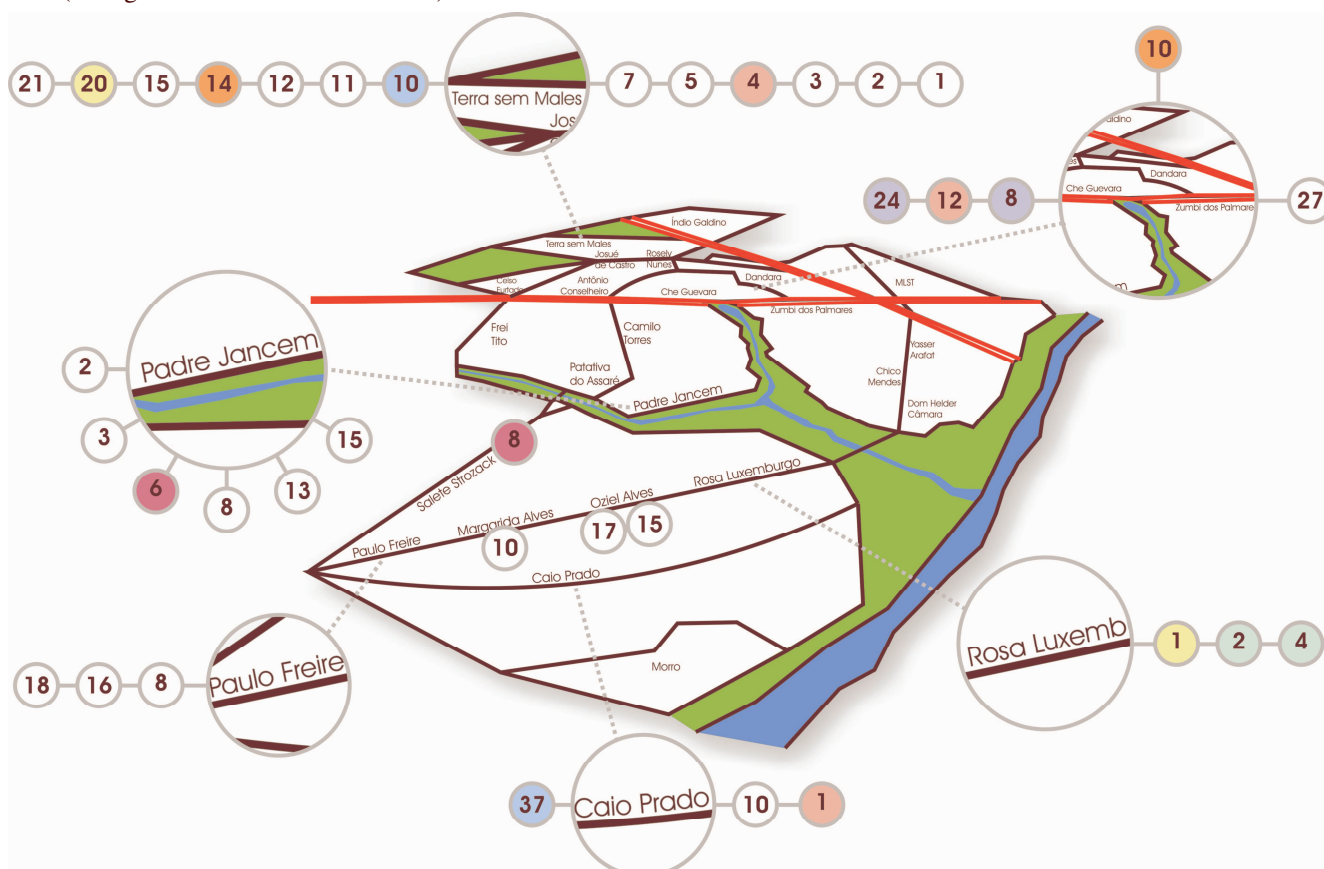
acreditavam que lá não seriam “cativos”. Pois a rede essencial de solidariedade, as relações fundamentais que os faziam permanecer no acampamento, um com o apoio do outro, era a mesma que então, os faria deixar o *Mário Lago*.

Mesmo o trabalho de base para iniciar um acampamento, como já foi explicitado, opera de maneira a acessar redes pré-existentes, pois é a partir delas, do conhecimento prévio destes sujeitos em relação a outros acampados e assentados, ou até mesmo em relação a um amigo ou parente que conhece um acampamento ou assentamento, que eles se dispõem a se deslocar em busca de uma melhor condição de vida.

2.2. Découpage – Esses outros companheiros

Redes de relações das famílias do *Terra Sem Males* no Mário Lago

(Arte gráfica Leandro Sobral Barra)



No *Terra Sem Males*:

- 1 – Donizete
- 2 – Antonio Preto
- 3 – Tiago
- 4 – Lúcia e o marido
- 5 – Nelsinho e Fátima
- 7 – Zé Antônio
- 10 – Carlos Bispo
- 11 – Zilda
- 12 – Josino
- 14 – Adileuza
- 15 – Zé Ribeira
- 20 – Muchinho
- 21 – Arlindo e Luciene

No *Che Guevara*,

- 8 – Laurito e Neuza
- 12 – Ariovaldo e Sandra
- 24 – Marcelo e Andressa

No *Padre Jancem*:

- 2 – Gaúcha
- 3 – Chicão
- 6 – Rosaldo
- 8 – Pop
- 13 – Odair
- 15 – Zé Carlos

No *Zumbi dos Palmares*:

- 27 – Garrado

No *Dandara*:

- 10 – Nilton Preto

No *Caio Prado*:

- 1 – Ana e Benedito
- 10 – Lira
- 37 – Geraldo e Geruza

No *Rosa Luxemburgo*:

- 1 – Ditinho
- 2 – Lindrino
- 4 – Rose e Toninho

No *Oziel Alves*:

- 15 – Neide
- 17 – Nilton

No *Margarida Alves*:

- 10 – Donizete

No *Paulo Freire*:

- 8 – Tião
- 16 – Nelson
- 18 – Cícero

No *Salete Strozack*:

- 8 – Marlene e José Carlos

Algumas famílias - cujos membros já eram adultos e pretendiam posteriormente, ou já possuíam um outro núcleo familiar - montaram barracos diferentes dos seus familiares.

Josino e Zilda são irmãos e fizeram barracos vizinhos no *Terra Sem Males* (11 e 12). Zilda já tem um filho e Josino pretendia também iniciar uma outra família.

Seu Laurito e Dona Neuza também conseguiram morar bem próximos do filho Marcelo, no núcleo *Che Guevara*, nos barracos 8 e 24. Já Sandra, esposa de Ariovaldo, era sua vizinha no barraco 12, mas ficou muito distante de seus pais, Ana e Benedito que moravam no barraco 1 no *Caio Prado* e de sua irmã Lúcia que morava no barraco 4 do *Terra Sem Males*.

As Famílias do *Terra Sem Males* foram chegando aos poucos no *Mário Lago*. As primeiras que tinham também parentes acampados, ou mesmo velhos amigos, conseguiram ficar próximos, mas, depois da decisão do critério de renucleação, aonde o parentesco não seria considerado, as famílias tinham que fazer seus barracos nos núcleos que ainda tinham vagas seguindo uma rotação dos mesmos.

Seu Lindrino morava no barraco 2 ao lado do de sua filha Rose e o marido Toninho (4) e de frente para o grande amigo Ditinho, que morava no barraco 1 do *Rosa Luxemburgo*.

O sobrinho de Ditinho, Muchinho, permaneceu no núcleo *Terra Sem Males*, no barraco 20.

Nilton Preto morava no *Terra Sem Males*, ao lado do barraco de Adileuza (14), mas, segundo ele, queria se afastar das perseguições em relação ao “povo de Campinas” e mudou-se para o *Dandara* (10).

Maria, que foi para Minas Gerais, tinha seu barraco no *Padre Jancem*. Lá ficou o seu cunhado Rosaldo no barraco seis e sua filha, casou-se, teve um filho e foi morar no *Salete Strozack* (8) ao lado da sogra.

Carlos Bispo morava no *Terra Sem Males*, no barraco 10, enquanto seu irmão Geraldo vivia do outro lado do acampamento no barraco 37 do *Caio Prado*. A distância entre seus barracos era de 8 quilômetros.

A magnitude do acampamento, a falta de água, de alimentos e mesmo a distância entre parentes e amigos eram fatores que também dificultavam a vivência no *Mário Lago*.



Geni, Zé Antônio e Meire.

Zé Antônio – Seu Zé gosta de dizer que “nasceu e cresceu na roça”, na cidade de Cianorte no Paraná, onde começou a ajudar o pai desde os 7 anos de idade. Aos 15 conheceu Geni com quem fugiu e casou-se. Foram morar na Fazenda Santa Genebra em Campinas, na “roça”. Trabalhou de caseiro, foi para Ribeirão Preto onde atuou em um sindicato rural e depois retornou para Campinas e trabalhou em um sindicato de associação de bairro em Limeira e posteriormente na CMP, Central dos Movimentos Populares. Após alguns anos participou de uma ocupação em Iaras, município do estado de São Paulo, com as pessoas que mais tarde fundariam a Secretaria Regional do MST de Campinas. Quando ficou doente e deixou Iaras, retornou para Limeira. Lá iniciou o trabalho de base que criaria o *Terra Sem Males*. Desde o início do acampamento, Seu Zé tinha ao seu lado sua esposa Geni e sua filha Meire, que, segundo ele, sustentaram a “luta” por muito tempo fazendo e vendendo cocadas. Seu Zé sempre cuidou da “secretaria” do *Terra Sem Males*, sendo responsável pela documentação e cadastro dos acampados, sem nunca deixar a atividade de militância no trabalho de base. Participou de diversos cursos de formação e congressos do *Movimento*.



Tiago e Antônio Preto. Em dias diferentes, ambos quiseram tirar uma foto no lugar onde criavam galinhas juntos.

Antônio Preto: Nascido na Bahia, foi para São Paulo ainda menino e em seguida a família mudou-se para o Paraná onde os pais perderam tudo, “perderam a roça”. Com 18 anos voltou para a Bahia com seu pai e seus irmãos e depois de quatro anos trabalhando em uma fazenda onde tinha um pedaço de terra para o subsídio, foram expulsos pelo proprietário. Antônio foi para o Mato Grosso, trabalhou na construção de uma barragem depois voltou para São Paulo onde trabalhou nas obras do metrô. Todo esse tempo a esposa dele o esperava no Paraná aonde ele ia a cada dois meses. Ele retornou para buscá-la e foram morar em Votorantin, perto de Sorocaba. Antônio “sentia falta da terra” e resolveu participar das reuniões para formação do *Terra Sem Males*. Sua família “não gosta de sem-terra”, mas ele não queria desistir. Tornou-se muito amigo de Tiago, que, além de ser da mesma região, tinha uma trajetória parecida com a sua: ambos foram para o sul trabalhar, casaram, voltaram pra São Paulo e já mais velhos, sem emprego, com “saudades da roça”, aceitaram o convite do MST. Quando perguntei para Antônio se pensava em ir pra Minas Gerais - no mencionado acampamento em Campo do Meio - já que encontrava-se tão insatisfeito, ele disse que seria muito longe pra sua família, mas, no dia seguinte, quando Tiago disse que iria ele mudou de idéia, pois com o amigo de confiança não teria receio de viajar, pois um ajudaria o outro, cuidando da plantação e das criações de animais.



Donizete na frente de seu barraco

Donizete: Também de Sorocaba, juntou-se ao *Terra Sem Males* através da Igreja, a mesma de Dona Neuza. Seu sonho era ir para região de Andradina e só não acompanhou a mudança com o pessoal em maio de 2003 porque tinha um bom emprego na época, na região de São Paulo e não sabia como viveria em Andradina. Donizete queria criar gado e plantar café, pensou em ir para Minas, mas disse que lá seria muito difícil porque a terra “não tem valor”. Pensou em desistir muitas vezes depois de ter chegado em Ribeirão Preto, mas disse ter encontrado apoio nos “companheiros”

Dona Neuza – Nasceu em Minas onde casou-se antes de mudar-se para São Paulo, onde morou por muitos anos. Quando já vivia em Sorocaba começaram a ocorrer reuniões convidando para fazer uma ocupação de terra. Ela tinha receios, mas viu nessa oportunidade a chance de realizar o sonho com o marido de terem “terra para plantar”. Seu filho Marcelo, morava em Campinas e foi também para a ocupação. Lá conheceu Andressa, com quem casou-se e, após chegarem em Ribeirão Preto, tiveram uma filha. As famílias ocuparam o mesmo núcleo do acampamento: Che Guevara.



Andressa, nora de Dona Neuza, e sua filha.

Fátima: Seu marido, Nelsinho, já somava quase 15 anos de ocupação, um envolvimento que ele abriu mão apenas por motivos de saúde da família, e também por não haver espaço para todos os acampados serem assentados. Quando o *Terra Sem Males* foi para Ribeirão Preto ela e os filhos resolveram acompanhar o marido, pois a distância entre eles durante outros acampamentos e a demora sempre dificultava a permanência no *barraco*. Agora perto da cidade, segundo ela, era possível manter os filhos na escola, conseguir tratamento de saúde e emprego temporário. Na primeira ocupação em que Nelsinho participou, também estavam Arlindo e sua esposa, que seriam posteriormente seus vizinhos do *Terra Sem Males* (barraco 21). Amigos desde então, Arlindo e ele participaram juntos das reuniões do trabalho de base em Campinas e estavam no mesmo núcleo, o *Terra Sem Males* no *Mário Lago*.



Lindrino – cavando um poço em seu lote com a ajuda de Seu Ditinho.

Lindrino - Nasceu em Pernambuco onde o pai o deixou junto com a mãe e os irmãos passando fome. Com 6 anos começou a ajudar a mãe e quando o pai voltou tinha apenas o dinheiro da passagem para a família ir com ele para o município de Vila Queiroz, em São Paulo. De lá mudaram-se para Andradina e depois foram para o Paraná. Lindrino voltou pra Andradina onde conheceu sua mulher, Dalva, em uma festa de “Santo Rei”. Ele foi trabalhar em Sumaré e Águas de Lindóia (ambas cidades na região de Campinas) e, posteriormente, fixou residência em Sumaré por 28 anos. Ele tem dois irmãos assentados no Pará. Em 1993, retornou para Andradina onde construiu uma casa e, segundo ele, ajudou muitos *sem-terra* naquela região. Teve dificuldades de emprego e voltou para Sumaré, onde, com uma idade já avançada, não tinha mais a mesma facilidade para conseguir um emprego. Foi então que Lindrino decidiu que “ia pro *sem-terra*”. Após um tempo no acampamento, quando estavam em Cajamar ele foi procurar emprego na cidade pra manter a mulher e a filha no acampamento, enquanto, sua mulher passou a atuar na militância do acampamento e quando surgiu a oportunidade de ir pra Andradina, lugar de sua infância, a mulher foi na frente para preparar sua ida. Mas, de acordo com sua narrativa, ela se

envolveu com um *militante* e o deixou. Apesar disso, sua grande tristeza era não ter mais condições de retornar para Andradina. Quando o *Terra Sem Males* foi para Ribeirão Preto ele foi morar de vez no acampamento com sua filha Rose a qual logo depois casou-se com Toninho, *militante* da regional, e juntos tiveram um filho. Ambos são hoje responsáveis pela Secretaria do MST em Ribeirão Preto.



Ditinho

Ditinho: Morou em Campinas a maior parte da vida com os pais, desde os 6 anos cuidava da horta, das galinhas e ajudava a “tocar gado”. Quando casou-se foi para Sumaré e lá ficou por 30 anos. Ditinho já fez de tudo, jardineiro, motorista, açougueiro e por muito tempo cuidou de chácaras. Há uns 20 anos atrás ele havia sido convidado para participar de uma ocupação pelo pai de um colega que era coordenador de um movimento. Ditinho vendeu um terreno que tinha e foi para essa ocupação em Promissão levando a família e a mãe que morava com ele. Ficaram no acampamento 8 meses onde, de acordo com seus relatos, observou haver muita colaboração entre os acampados, de forma que nunca faltava nada para ninguém. A mãe de Ditinho ficou doente e foi levada para a casa de um sobrinho em

Bauru, mas dois meses depois sua mulher também adoecera e então ele teve que deixar o acampamento. Voltando para Sumaré Ditinho encontrou dificuldades para conseguir trabalho, mudou-se para Sumarezinho e depois participou de uma ocupação sem-teto onde conseguiu sua casa em Hortolândia, isso há 10 anos. Após tantas mudanças e doenças na família, Ditinho resolveu ir sozinho na ocupação do Terra Sem Males. Com a idade e o problema de coluna, parado e sem emprego ele decidiu que iria “lutar pela terra” quando algum movimento aparecesse e a mulher ficaria com os filhos. Segundo Ditinho, sua esposa também gostava da “roça” pois foi criada em uma fazenda. Ditinho era amigo de Lindrino em Hortolândia e desde então sempre foram vizinhos de barraco, junto com Nelsinho, um “companheiro” que faleceu assim que chegaram em Ribeirão por causa do coração. Além do desejo de irem juntos pra Andradina, Lindrino e Ditinho fazem muitos planos de plantações e criações que pretendem fazer juntos. A relação de seu Ditinho com Lindrino é muito mais intensa do que com seu “sobrinho”, Muchinho. A afinidade dos dois é tal que eles enfatizam terem acordado ir aonde o outro for.



Muchinho

Muchinho: Edivalto nasceu em Lençóis Paulistas, onde foi “criado na roça” com mais quatro irmãos até completar 22 anos de idade. Nessa idade o pai lhe falou que ele e os irmãos precisavam “seguir seus caminhos” pois ali não teriam condições de viver. Muchinho foi então viver em Campinas/Sumaré com um tio “de consideração”, Seu Ditinho. Muchinho trabalhou como cobrador e motorista de ônibus até que se tornou caminhoneiro, mas com a nova legislação dos pedágios disse que ficou impossível trabalhar sozinho. Ele foi pra ocupação do *Terra Sem Males* a convite de um amigo que já estava lá, mas, por problemas financeiros não ficou por muito tempo. O tio, Ditinho, foi logo no início também a partir de um trabalho de base realizado pelo Gordo, um antigo *militante* da região, no bairro onde moravam. Lindrino, a então esposa Dalva, Ditinho e Muchinho freqüentaram as mesmas reuniões do trabalho de base. Ele vendeu o caminhão pra se sustentar no acampamento. Apesar de desanimado com a condição em que se encontrava em Ribeirão Preto, disse que ainda “acredita no MST”, que conheceu muitas pessoas boas e que ali pode ter uma vida mais digna.

Benedito da Silva: Nasceu na casa de parentes, num assentamento sem-terra em Itapeva, São Paulo, quando o MST ainda nem existia. Depois de ter ido pra Sorocaba e ter vivido grande parte de sua vida lá, Seu Benedito conheceu o MST através do irmão que o chamou para irem juntos “tentar um pedaço de terra” em Iperó, próximo a Sorocaba, onde ele conhecia um dos coordenadores do MST. Segundo Benedito “voltando pra roça” ele poderia ter uma vida melhor, ficar perto dos filhos durante o dia e trabalhar junto com eles. Ele participou de sua primeira ocupação em setembro de 1996. Porém, Benedito adoeceu e teve que ir embora pouco antes de ser decretado o assentamento. Em 2001 começou a freqüentar reuniões do MST na região a convite de William, um *militante* do assentamento de Iperó. Benedito e sua irmã, Dona Lourdes, participaram da primeira ocupação do *Terra Sem Males*. A irmã foi assentada em Serra Azul, no *Sepé Tiarajú*, há poucos quilômetros do *Mário Lago* junto com outras 8 famílias de Campinas.



Sandra, Ariovaldo e a filha

Ariovaldo – Cearense, ainda criança mudou-se com sua família para São Paulo. Ele e os irmãos foram junto com a mãe para a primeira ocupação do *Terra Sem Males*, uma idéia de seu irmão mais velho. Ele conheceu sua esposa em Polvilho: Sandra, filha mais velha de Seu Benedito da Silva. Quando o acampamento foi para Itu eles voltaram para a cidade, pois Ariovaldo perdeu dois de seus irmãos. O “Gordo”, militante da regional de Campinas foi chamá-los de volta e o casal retornou quando o *Terra Sem Males* ainda estava em Itu, partindo logo em seguida para Ribeirão Preto. Ariovaldo e Sandra tinham acabado de ter sua primeira filha, alguns dias antes dessa entrevista. Ele não se cansava de repetir que se não fosse Sandra ele não teria continuado no acampamento.



Nilton

Nilton Preto: Nilton diz em seu depoimento que o motivo para ter ido participar de um acampamento do MST era pra lutar por justiça, contra a polícia e os proprietários de terra. Ele nasceu em Feira de Santana, Bahia, mas saiu de casa cedo, porque não se entendia com os pais. Segundo ele, sua família era de classe média, mas, quando os pais se separaram ele passou a ter que ajudar o pai a “cuidar do gado”. Ele não gostava de receber ordens, e quando ficou mais velho decidiu sair de casa. Nilton contou que chegou a usar drogas muito tempo, mas conheceu “a palavra de Deus” através de uma igreja evangélica e “se libertou”. Mesmo assim, diz não ter assumido a religião. Nilton sempre sonhou em ter terra para “criar gado”. Ele teve muita vontade de ir para Andradina com parte do *Terra Sem Males*, mas, na época, precisava trabalhar para sustentar a família que estava em São Paulo, o que ainda conseguia fazer quando o acampamento estava em Cajamar. Nilton “entrou para o movimento” a partir da Regional de São Paulo. Pouco tempo após o convite para ir para Andradina sua mulher faleceu, segundo ele, consequência da depressão por ele estar longe, no acampamento. Nilton ainda tinha esperança e acreditava que a terra seria conquistada por eles, pois acreditava na “luta do *Movimento*”.



Maria e seu neto

Maria: nasceu em Malacacheta, Minas Gerais. Participou de sua primeira ocupação em 92, era sonho seu e de seu marido, mas deixaram o acampamento por causa de uma doença da filha mais nova. Em 2001 ela começou a frequentar as reuniões do trabalho de base do *Terra Sem Males*, mas dessa vez era ela quem estava doente. Posteriormente ela e o marido foram chamados para irem para Andradina, junto com as 70 famílias do *Terra Sem Males*, mas só em 2004 teve a oportunidade de se juntar ao acampamento através do núcleo *Padre Jancem*. Seu cunhado também foi com eles. Quando chegaram em Ribeirão Preto ficaram apenas alguns meses e seguiram com outras 15 famílias para Minas Gerais onde eles estão assentados hoje. Maria então começou a fazer cursos de militância e hoje viaja pelo estado e pelo país. Está fazendo um curso supletivo para estudar veterinária no sul do país com a ajuda do *Movimento*. Sempre que pode ela vai a Ribeirão Preto visitar a filha que casou e ficou por lá. Maria queria levar a filha e o neto para Minas, onde teria também oportunidade de estudar, mas o genro prefere ficar em Ribeirão com sua família, que também está no *Mário Lago*.

Manoel Bispo – Nasceu na Bahia onde viveu em um sítio com os pais e os 12 irmãos até que, quando cresceram, tiveram que buscar outras atividades porque o sítio era pequeno demais para todos. Manoel mora em São Paulo desde 1969. A partir de 2000 começou a ter dificuldades para arrumar emprego e quando recebeu o “convite” do MST participou de seis meses de reuniões e foi para a primeira ocupação. Não concordou quando os acampados aceitaram ir para Ribeirão Preto, mas teve que seguir com o grupo porque não havia outra opção, outra área. Sua família, inclusive suas esposa, mora em Hortolândia. Ele “entrou no acampamento” junto com o irmão Geraldo e a cunhada Geruza, mas encontram-se em núcleos distantes na fazenda.



Geruza

Geruza – sempre esteve acampada ao lado do marido, mas uma vez em Ribeirão Preto, longe de sua cidade, Sorocaba, sentia muita falta dos filhos, e dizia querer ir embora. Ela estava empenhada em conseguir a documentação para sua aposentadoria por invalidez, por problemas de saúde. Assim, se conseguisse, ela teria uma renda que viabilizaria ficar com o marino no acampamento, pois teria condições de viajar para ver os filhos.



Zilda

Zilda – Nasceu em Rio Pardo, Minas Gerais e viveu com o irmão Josino no sítio da família até que seus pais faleceram e ela foi morar com a avó até completar 18 anos. Seu irmão vendeu o sítio do pai e eles foram pra São Paulo, em Conchal na casa de uma tia. Após alguns anos o irmão pegou uns “bilhetes” do MST convidando para o *trabalho de base*. Nessa época ela já era casada e foi com o marido e o filho para a Fazenda da Capuava. Zilda se separou e o marido levou o filho para morar com ele e a sua irmã no assentamento de Mogi Guaçu, *Horto Vergel*. Zilda em seus depoimentos dizia não poder mais esperar para ser assentada e poder levar o filho para morar com ela.

Roni - Ex-coordenador do *acampamento* Terra Sem Males, marido de Neide, ambos baianos mudaram-se para São Paulo para trabalhar. Sua irmã era assentada em Sorocaba, no *Carlos Lamarca* e seu irmão no assentamento *Sumaré II*. Ele ingressou no *Movimento* fazendo muitas críticas e dizia querer continuar assim. Em 2004 ele e a esposa assumiram a tarefa de criar uma sub-sede da Secretaria Regional de Campinas em Americana, onde, segundo ele, a demanda da população em relação ao MST cresceu após eles terem ocupado

uma área na região por 22 dias, onde hoje é o assentamento *Milton Santos*. Roni era *militante profissional*, assim como Neide, sua esposa, mas antes de seguirem para Ribeirão Preto ele, insatisfeito com algumas decisões políticas do MST deixou o *Movimento* e também separou-se de Neide.



Neide

Neide – Neide seguiu, junto com seus dois filhos, o *Terra Sem Males*. Vizinha de Nilton no *Mário Lago*, juntos desenvolveram muitas atividades no acampamento, mas encontraram as já relatadas dificuldades dos companheiros “militantes de Campinas”. No final de 2006, ela e Nilton foram convidados para trabalhar novamente na regional de Campinas e receberam a oferta de “trocar” seus lotes no *Mário Lago* por um no *Milton Santos*. Eles aceitaram a oferta. Ambos passaram a colaborar tanto com a regional na cidade quanto no assentamento.



Nilton, colhendo mandioca em seu lote.

Joaquim - Joaquim nasceu em Portugal, na Ilha de Oliveira. Em seu depoimento dizia ter 74 anos. É conhecido como o marido de Dona Maria Baiana. Ele chegou ao *acampamento* no final de 2003 quando o *acampamento* encontrava-se no lote cedido por um *assentado* de *Sumaré II*. Dona Maria Baiana não chegou a ser *militante profissional* do Movimento Sem Terra, pois nunca viajou para cursos de formação, mas sempre esteve envolvida em *coordenações do acampamento* e, principalmente, na animação de atividades políticas e nas *místicas*. Joaquim diz não ter participado desde o início com a esposa porque estava na cidade esperando a filha deles terminar a escola. Joaquim delega à Maria Baiana todas as decisões relacionadas ao *Movimento*, inclusive sua condição de *acampado*. Na época desta entrevista, quando estavam em Itu, Dona Maria Baiana precisava fazer uma cirurgia e por isso estava na sua cidade, Monte Mor, para realizar exames médicos. Quando chegaram em Ribeirão Preto não gostaram do lugar e foram uma das famílias que seguiram para Minas Gerais em 2005. Segundo Maria, que foi para Campo do Meio junto com Joaquim e Dona Maria Baiana, a horta deles é a mais famosa do assentamento.

Cleonice - Esposa de Seu Irauto, ingressou no *Movimento* por causa de seu marido, um homem já ligado a atividades políticas, inclusive realizando trabalhos para partidos políticos de esquerda. Irauto era *militante de base* do Movimento Sem Terra, sempre envolvido em tarefas que o MST lhe delegava. Cleonice chegou a participar ativa e animadamente das reuniões e atividades do *acampamento* nas duas primeiras *ocupações* do *Terra Sem Males*, mas depois afastou-se por estar cansada da espera. Nas vésperas da mudança para Sumaré, em Novembro de 2003, eles deixaram o acampamento porque seus dois filhos haviam conseguido um emprego em sua cidade, Hortolândia.

Maria de Souza - Dona Maria de Souza tinha uma ligação bem antiga com o MST, anterior, inclusive, à sua inserção no *Movimento* enquanto *acampada* e *militante*. Dona Maria participava das CEBs e colaborou na fundação do PT e do MST. Dona Maria estava sempre envolvida em *coordenações do acampamento* e no *trabalho de base*. Decidiu “lutar por um pedaço de terra” para garantir um futuro para sua filha e seu neto, pois tinha medo de criá-lo na cidade. Durante as eleições de 2004 Maria arranhou um emprego em Campinas e quando o *Terra Sem Males* ia deixar Itu para seguir para Ribeirão Preto ela decidiu ficar.

Roni, Cleonice e Maria de Souza desistiram da “luta pela terra”. Entre a espera, as dificuldades do acampamento e a discordância em relação a algumas regras e projetos do MST, decidiram percorrer outros caminhos para buscar a vida digna pela qual batalhavam. O sonho do retorno à terra, a uma condição camponesa perdera para as novas possibilidades que lhes foram apresentadas pela cidade. A mesma de onde anteriormente queriam sair.

2.2.1. Trajetos entrecortados na teia da luta

A *regional* de Campinas formou-se com um “quadro” de “*militantes de base*”: assentados – principalmente de *Sumaré* -, acampados mais experientes de outras regionais e *militantes* que trabalham diretamente com a “base”: acampados e assentados. Para a formação do *Terra Sem Males* foi feito um longo *trabalho de base* com as famílias até organizarem a primeira *ocupação*.

Neste trabalho, busca-se não somente convidar os futuros *acampados*, mas introduzi-los às noções do MST em relação à Reforma Agrária e prepará-los para serem *sem-terra*.

Cada reunião desta, cada encontro do grupo de *militantes* com os *sem-terra* potenciais funciona como uma grande *mística*, na qual a história do Brasil, a história da “luta pela terra”, a reforma agrária, o MST e eles, os presentes, formam um contínuo que busca justiça e a concretização de uma dívida com as populações desfavorecidas através da luta pela terra.

M.Macedo (2005) descreve uma série de reuniões de “frente de massa⁶¹” que acompanhou em sua pesquisa no estado do Rio de Janeiro. Para formar um acampamento ocorreram reuniões em municípios vizinhos pelo período de sete meses em casas de pessoas conhecidas e prestigiadas na comunidade ou em locais de apoio político ao MST: casa de assentados, quintal de casas onde a população costumava se reunir para outras atividades e casas de presidente e associados de sindicatos de trabalhadores rurais.

O lugar onde essas reuniões acontecem já sugere a importância da conexão entre os *sem-terra* potenciais, a existência de relações de compadrio e confiança a partir das quais projetos e decisões, como a de acampar, precisam de apoio e incentivo de amigos e parentes.

Cleonice, ex-acampada do *Terra Sem Males* teve na sua casa em Hortolândia⁶², algumas das reuniões de preparação para a primeira ocupação. Seu marido, Irauto, era pessoa conhecida na vizinhança, fazia parte da associação do bairro e costumava trabalhar

⁶¹ As reuniões de trabalho de base são também chamadas de reuniões de “frente de massa”.

⁶² Município da região de Campinas de onde muitas famílias saíram para acampar em Bragança.

junto com vereadores e deputados da região, fazendo campanha e desenvolvendo projetos sociais.

“A Verônica e o Joaquim que ficou insistindo, insistindo... e eu odiava essas reuniões! Eles são pré-assentados, já. Eles estão assentados já. Eles marcaram a reunião lá em casa, num perguntou nada pro Irauto se eu ia gostar, se eu num ia gostar, seu eu ia achar ruim, se num ia, nada. Apenas marcaram com Irauto. Se ele marcava, estava marcado e acabou, entendeu? Quando ele decide é aquilo e aquilo mesmo. Eu também não caço encenca não porque sei que a maneira dele é essa. Toda vida. Então marcou essa reunião, foi o Joaquim, foi a Verônica e conversou bastante na reunião, logo depois da reunião eles ficaram e tomaram um cafezinho com nós, ficaram conversando, e tal. E pouco a pouco ela foi me convencendo e foi indo e foi indo... olha eu participando de reunião e vim parar aí.” (Cleonice).

Essas relações que vão se amarrando, essa “espiral” (N.R.Loera, 2006 e L.Sigaud, 2004 e 2005) que parte de redes já existentes e complexifica-se ao criar novos laços no tempo de acampamento, é fundamental durante o trabalho de base, pois, sem ela, dificilmente os sujeitos arriscariam uma mudança de certo brusca em função de algo duvidoso. A crença na possibilidade do sucesso do acampamento não se conquista somente com as histórias da luta pela terra, da luta contra o inimigo, o latifúndio, a opressão e a proposta de uma nova vida em um assentamento; a decisão pela ocupação suporta-se na maioria dos casos, em relatos de amigos, familiares e vizinhos que tentaram e conseguiram um pedaço de terra.

A presença de acampados e assentados em reuniões de trabalho de base dão o exemplo do que está por vir: permitem associar a uma experiência palpável o discurso de uma luta, cujos ideais muitas vezes são distantes da realidade daqueles sujeitos.

M.Macedo diz que,

“(...) a participação nas reuniões ocorreu a partir do funcionamento de redes baseadas em relações de amizade, parentesco e vizinhança, as quais informaram sobre a existência dos encontros e criaram espaços de discussão sobre as ocupações e os acampamentos” (2005:483).

No entanto, muito mais do que divulgar e estimular a presença nessas reuniões, o apoio dessa rede, e a existência de sujeitos com experiências em acampamentos e assentamentos são peças chave para a ocupação de fato. Como se pode ver nas trajetórias de Donizete e Dona Neuza, “irmãos de igreja” em Sorocaba:

“Lá em Sorocaba o rapaz falou comigo sobre o sem-terra, sobre o movimento. Só que eu olhava assim o lado do sem-terra, sabe, eu via assim uma dificuldade muito grande, eu achava que no sem-terra só tinha... era só muita bagunça, era só morte, essas coisas assim, era muito vandalismo.. (Era o que a senhora via na TV?) Isso. Eu tinha muito medo. Eu confesso pra você que eu tinha medo assim de encarar. Aí ele falava ‘Não, isso aí é conversa! O povo fala o que vem na cabeça, não está nem aí para as coisas. Mas não é nada disso não. O caso é que a gente pode ir lá ver e se gostar a gente fica’. Foi quando nós decidimos ir pro sem-terra” (Neuza).

“Então, aí passei pra igreja, hoje sou evangélico, aí conheci uns irmãos também que já eram assentados também. Aí eu perguntava pra ele ‘O, meu irmão e aí? Não, é bom? Mas Deus permite isso?’, ‘Ah, isso aí é a luta da terra mesmo, a luta do povo’. Aí tem um irmão também da igreja, obreiro da igreja, você conheceu o irmão Francisco, pai do Lucimar (Conheci.) Então.. (Ele é da mesma igreja que você?) Isso. Aí ele que trouxe eu, ele que levou eu pra igreja. (E pro sem-terra também?) Então, aí eu vim ficar. Eles convidaram eu, você vê, eu batizei em 2001, finalzinho de 2001 e no começo de 2002, ele falava: ‘Olha a militante vai vim aí’, que era a Maria Rodrigues, mas pra mim mesmo era Maria Doida. ‘Vai vim aí...’, era o William lá de Sorocaba. Aí ele fazia reunião na casa desse irmão, aí eu comecei a participar da reunião, aí vai, começou falar da luta da terra, aí falava assim que a fazenda Ipanema que eu conheço, diz que saiu com 11 meses, eu não lembro, é a história que eu sei, que saiu com 11 meses. Aí eu falei: ‘Ah, então está bom, dentro de um ano conquistar um sítio, vai ser uma maravilha!’ (Mas eles chegaram a falar alguma coisa nas reuniões, eles explicavam como que funcionava, quanto tempo que levava?) Eles explicavam, ele explicou, falou assim: ‘Olha, tem caso que, tem lugar, tem terra que é mais fácil. Os fazendeiros abrem mais fácil. A luta, a conquista se torna mais rápida. Mas tem lugar que é mais demorado, vai depende da sorte’. Aí eu falei: ‘Ah, como eu fui criado na roça, a cidade estava muito violenta e eu via esses irmãos lá da igreja, e esse irmão vindo também, já veio de idade vindo pra luta da terra, aí eu falei, ah, eu vou também’. Aí foi onde que.. (Veio mais gente da igreja?) Veio. Aí eu buscando confirmação com Deus, pra ver se era de Deus mesmo. Aí o dia que o ônibus encostou lá, aí eu falei: ‘eu vou lá pro ponto, vamos ver’, as coisas meio arrumadas, falei: ‘qualquer coisa eu não vou, vamos ver como é que é, se tiver muita gente eu vou’. Cheguei lá o ônibus lotadinho, aí encontrei a irmã Neuza, não sei se você conhece a irmã Neuza, é lá do Che Guevara lá, mulher do Seu Laurito, um baixinho. Então, ele era da mesma igreja também, até hoje da mesma igreja minha. Aí eu falei: ‘Uai!’ Eu

buscando com aquele pensamento em Deus, 'Será que é pra eu ir?'. Daqui a pouco vem a irmã Neuza com o colchãozinho nas costas, cabelinho branco... Essa velhinha também vai! Aquela época eu não chamava ela de irmã, porque era novo. Essa irmã é da igreja, ela vai também..., acho que nem pensei, falei, acho que ela vai mandar pro marido dela, né, não vai não, falei: 'Irmã, a irmã vai também?', 'Vou, é Deus que está confirmando já pra mim ir', não ela falou assim: 'Deus usou irmão na igreja e falou que tem uma terra, que vai sair uma terra no meu nome, eu não tenho parente que tem terra, não tenho herdeiro, não tenho nada, da onde que vai sair essa terra? Vai sair é daqui...' aí eu falei: 'Ah, é Deus que está confirmando pra mim também'. Aí foi aonde que eu fui em casa peguei mais coisa minha, o ônibus ficou esperando, era um dia de sábado. Aí vim, aí estamos aí, até hoje aí, lutando" (Donizete).

A troca de experiências durante essas reuniões representa um dos momentos de maior curiosidade por parte dos *sem-terra potenciais*, é nesse momento que eles têm idéia de como as coisas podem acontecer e saber que elas de fato ocorrem - pois estão conversando com acampados e assentados: a ocupação transforma-se de uma idéia obscura em uma ação real - mais do que isso - é nesse momento que as histórias longínquas e desconhecidas dos sujeitos em questão tornam-se palpáveis e próximas, já que os sujeitos que se conhecem e partilham coisas em comum estão juntos, se encontram.

Sem dúvida a decisão de acampar não se trata de espontaneidade ou violência, como bem mostrou M.Macedo (2005). A produção dessa luta vai além de *militantes* preparados em cursos, reproduzindo os ideais apreendidos: ela é articulada às experiências conhecidas pelos sujeitos e transformada em uma nova possibilidade.

Seu Zé Antônio falava com paixão de ser *militante*, de fazer trabalho de base e buscar uma vida melhor para a sua e outras famílias. Ele encarava como sua responsabilidade e seu papel não só levá-las para o acampamento, mas mantê-las no barraco segundo os ensinamentos que conhecera nos cursos do MST.

"Porque quando eu vim pro MST, eu comecei trabalhar eu tinha uma idéia o seguinte, 'só assentar minhas filhas'. Aí depois um dia eu tava conversando com a minha esposa, é mais num tem respeito só às minhas filhas, tem muita família precisando. Que muitas famílias depende é... de outras pessoas que apontem 'Ó, nós temos essa condição aqui, tem ali'. Aqui, nós temos famílias que estão indo embora pra favela de volta. Fazer o quê lá? E sendo que a opção no campo, ela é a opção da...Então eu acho que tem que continuar o trabalho de base. Se aqui num deu certo pra mim ou num deu certo pras outras famílias, tem jeito de dar noutro lugar. O MST tá no país inteiro. O que não pode é o

próprio MST se restringir a uma regional, achar que ela é soberana às outras. Quem sai dessa regional, num tem mais...ó, a bandeira, qual é a bandeira? A bandeira é nacional. (...) Se a família que num está contente aqui quer ir pra lá, outra família que está na beira da pista ou na favela e eu puder apontar.. se eu estou achando que aqui num é bom pra mim eu num vou apontar outra pessoa pra vim aqui. Só aponto quando quero ficar (...) Agora nós temos outra área que é melhor, lá a gente pode estar fazendo um trabalho lá e a gente plantar, a gente colher, a gente..tem de crescer, o movimento tem de crescer. Não é só nas grandes capitais, tem de crescer no interiorzão, tem muita terra disponível.(...) Que o Brasil é de fora a fora. O MST está de ponta a ponta. Não é pra ficar aqui, que não se adaptou com o sistema, se adapta num outro. Porque cada região, cada direção ela tem sua coordenação num jeito diferente de trabalhar. É mesma coisa de igreja. Existe centenas de igreja por quê? Porque você se dá bem numa e num se dá bem na outra, então você vai frequentar qual? Aquela que você se dá melhor. Então a gente tem que trabalhar mais ou menos nessa linha. É o que eu aprendi quando eu fiz o curso.. Que o movimento ele é... Hoje ele é internacional! Tem Venezuela, Cuba, México, a maior parte dos países está tendo um intercâmbio... Eu mesmo volta e meia recebo visitas de pessoas que são de outros países, que vêm visitar a gente porque está sabendo da convivência que a gente foi tendo no dia-a-dia. Maior parte dos estudantes também que freqüentava nossos acampamentos, muita gente não era brasileiro... Vinham fazer cursos no Brasil e acabavam indo pro acampamento, que se encantavam com a organização, com o jeito de ser, porque o movimento ele tem essa característica” (Zé Antônio)

Muito mais do que a terra ou das próprias regras e a organização da regional de Ribeirão Preto, um dos maiores motivos de Seu Zé Antônio mudar-se com sua família que o acompanhava nos acampamentos era ele não poder mais ser o *militante* que levava as famílias para as ocupações, ser a referência para os *acampados* de um *companheiro* que lutava pelo assentamento, até porque, ali, no *Mário Lago*, nem ele mesmo acreditava mais que seria assentado.

Seu Zé tinha grandes amigos do *Terra Sem Males* lhe esperando em Minas Gerais. Alguns deles foram em outubro de 2005 para a região e hoje fazem parte da Secretaria Estadual do MST de Minas Gerais. Destes, muitos voltaram a estudar, a frequentar cursos para *militantes* e seus filhos preparavam-se para vagas em cursos técnicos, de informática e línguas cujas vagas o MST conseguiu com ONG's e projetos de políticas públicas.

Uma dessas pessoas era Maria que, com seu marido, seguiu para Campo do Meio deixando sua filha recém-casada no *Mário Lago*. Maria foi visitar a filha no *Mário Lago* e conhecer seu neto em julho de 2007. Maria participou de sua primeira ocupação em 1997,

na Fazenda Caíque, no município de Sorocaba. Por causa de uma doença da filha mais nova ela teve que deixar o acampamento para fazer o tratamento de saúde. No final de 2001 ela começou a freqüentar as reuniões do *Movimento* através de um amigo, *militante* da regional de Campinas, o Gordo.

“Aí a gente..o Gordo falou pro Luís assim: 'Ó, Luís, se você quiser ir pra Andradina, nós te levamos essa semana', aí o Luís falou: 'Olha, não dá pra mim ir', porque eu tinha que fazer uma cirurgia e eu precisava da Unimed. Aí a gente não foi. Aí ele pegou e falou assim: 'Ó, então nós vamos levar vocês pra Polvilho. Assim que ela fazer a cirurgia, daí a gente leva você pra Polvilho'. Aí eu fiz a cirurgia, ele saiu da firma, aí a gente foi pra Polvilho. De Polvilho a gente veio pra Americana (...) levaram nós pra Americana e quando nós chegamos em Americana, a liminar de despejo já estava pronta. Antes de tirar as coisas do caminhão, já tava eliminado pra nós. Ai nós fomos pra Itu. Aí Itu nós ficamos 3 anos, aí de lá nós viemos pra cá. (E quando você chegou aqui, foi tudo bem?) Não, tanto eu como meu marido odiou isso aqui. Eu nunca gostei daqui. Nunca, nunca gostei. O primeiro dia que nós chegamos aqui, nós chegamos dia 11 de fevereiro de madrugada, duas horas da manhã, quando o dia amanheceu, menina, que o meu marido olhou esse mundo, falou 'Não, num pode. Eu num fico aqui'. (...) Aí a gente veio aqui pro núcleo Padre Jancem aqui, que não tinha ele né, nós que fundamos. (Como que dividiram vocês nos núcleos?) Não, porque tinha os pedaços já cortados. Não, os outros núcleos já tinha, porque já tinha gente aqui quando nós viemos. Aí o Padre Jancem não tinha e lá onde nós estávamos tinha vindo o Padre Jancem, o núcleo Padre Jancem, nós chegamos aqui e colocamos o mesmo nome, (...) foi o Padre Jancem que levou a gente, aí em homenagem a ele puseram o nome. Nós ficamos um ano, nós chegamos em fevereiro, quando foi ano passado em outubro que nós saímos daqui, nós ficamos um ano e pouquinho aqui (E lá em Minas? Como que funciona a organização do acampamento?) Lá são assim, cada um tem seu cargo, exerce ele muito bem, que nem eu sou de articulação política, eu saio mais pra fora, eu fico mais pra fora do que dentro do acampamento mesmo. O meu marido é da produção. E lá não tem esse negócio de 'eu sou militante', lá nós falamos militonto, lá não existe. Não, lá é assim, tem o coordenador do acampamento, que são 2, um homem e uma mulher, tem o da Ciranda, tem o da Educação, tudo tem, só não tem o da Segurança, que lá não existe guarda. (E a direção regional?) É boa, muito boa. Eles estão sempre junto com a gente, assim que tem novidade eles chamam o pessoal....coordenador geral da área, passa pra ele. Que nem agora, foi formado lá um grupo de políticos, e o grupo de políticos discute problemas de acampamento, aí eles vão lá, discutem com eles, depois vêm e passam pra gente no assentamento. De vez em quando que eu to lá eu participo também.” (Maria)

Quase todas as famílias que seguiram para Campo do Meio em Minas Gerais, o fizeram não somente por estarem insatisfeitas com o *Mário Lago*, ou pelas possibilidades de maior extensão de terra na região, mas porque não iriam sozinhas.

Arlindo, sua esposa e as duas filhas disseram ter encontrado apoio com os amigos Zé Antônio e Geni enquanto Antônio Preto e Tiago, amigos desde a primeira ocupação preocupavam-se com a distância de suas famílias, ambas em Sorocaba, mas acreditavam que indo juntos podiam um apoiar o outro e cuidar da criação de animais e da produção quando um ou outro precisasse viajar.

Antônio Preto residiu grande parte de sua vida em Sorocaba e sempre quis ficar perto da família. Decidiu ir para Minas Gerais quando Tiago voltou de Campo do Meio, após conhecer a região⁶³.

“Nós chegemos, entremos aqui e fomos indo. E agora chegou essa, com todo mundo. Agora nessa reunião mesmo, dois do Padre Jancem estão ameaçados aí, já, eu havia falado que aqueles caras eles vão pegar no pé e vai acabar mandando os caras embora. Que os caras falaram a verdade que eles estão aqui presos, que eles são acostumados no movimento, que eles estão novos aqui, mas nos outros eles conhecem O cara não pode passar aqui, não pode passar ali, e isso aqui é tudo aberto, aqui nós não podemos passar, mas ali beira do mato, meio do pasto aqui sai naquela vila ali, passa ali, sai na Anhanguera. Agora nós não podemos passar por causa da briga deles? Nós não temos nada que ver com essa briga não, gente, deixa o povo aí, nós vamos passar é na estrada. Se nós conversarmos com um cara daqueles ali, diz que é pra mandar embora. E eu to queimado, porque eu falei que eu converso e vou pra todo canto, porque eu não to na cadeia, eu sei que aqui eles num vai dar terra pra mim mesmo, eles vão queimar eu (...) o Seu Antônio está indo embora, não está mexendo com ninguém. Ta indo embora, vai pra Minas, porque num aceitaram a família dele, as outras filhas, a família revoltou, quer ir pra Minas, ele vai encontrar a família, a família vai juntar a ele. Agora eu, se pudesse ir seria muito bom, mas pra mim lá num serve, eu quero é ir pra perto da minha casa, vou ficar mais longe ainda? Minha família num vai. Agora o Tiago não, mas como eu num indo, se eu voltar ele vai embora. Se eu sair daqui, se a gente sair daqui já num tem mais nenhum. Então eu estou preso por causa dos meus companheiro, aí eu agüentando aqui pra ver se eles cansam, se eles pegam uma idéia aqui né, se não faz que nem eu, vai embora tudo. E eu não quero que fazer isso, então estou aqui, esperando um pouco, mas eu vou embora pra casa,

⁶³ As famílias que seguiram para Minas encontraram seus antigos “companheiros” e em fevereiro de 2007, 16 famílias do antigo *Terra Sem Males* foram assentados no município de Guapé, próximo a Campo do Meio e hoje encontram-se já construindo as casas e recebendo os créditos para o desenvolvimento de seus roçados e de um projeto de agrofloresta.

minha bolsa que eu levei de roupa pra casa nem trouxe, deixei lá. (Mas você vai embora pra casa, desistir de vez?) Não, eu vou embora pra casa que eu vou pra aquele acampamento de Itapetininga, vou pra lá e vai ficar muito chato se eu voltar pra minha casa. (Vai ficar chato por quê?) Vai ficar chato pra mim, meus filhos uma hora vão me tacar na cara e eu num quero, não pra mim não é isso não, já lutei, eu tenho que ganhar essa terra. E lá, eu fui lá gostei, o cara é legal, não é que eu vou começar de novo, já tem gente que eu conheço.”
(Antônio Preto)

A trajetória de Antônio demonstra o quanto a situação de acampamento leva esses sujeitos a buscarem formas de organizar os seus projetos, a sua permanência e a sua mudança de acordo com suas relações: a partir do fluxo da itinerância e a partir das redes constituídas antes e durante os deslocamentos.

Para a grande maioria dos *acampados* é inviável manter-se no acampamento com todos os membros da família ou do grupo doméstico responsável pela sua sobrevivência. A distância dos acampamentos em relação às cidades, logo, a dificuldade de acesso a serviços de saúde, educação e até mesmo de emprego torna a separação dos membros uma alternativa para conciliar a necessidade da geração de renda e a permanência no barraco para a conquista da terra.

A separação por causa do acampamento não é novidade para as famílias de origem rural, uma vez que a dispersão dos sujeitos iniciou-se, provavelmente, quando eles - ou sua geração anterior - precisaram “deixar a roça” em busca de emprego nas cidades.

Segundo J.Vincent (1983) a manutenção da sociedade agrária implica na necessidade de estratégias para a reprodução da mesma. E as características dessas estratégias podem ser observadas justamente a partir da movimentação, do fluxo de categorias negligenciadas em muitas análises: não-proprietários de terra, jovens, crianças, mulheres e o setor artesanal.

Estes, segundo a autora, têm papel fundamental na estruturação da população agrária por mostrarem, exatamente, a instabilidade e o fluxo necessários para a reprodução de uma condição tida como estável e estática.

“Paradoxalmente, este focus em indivíduos, e não na relação entre homem e terra, tão familiares na literatura, incita a um exame mais detido da essência supostamente estável dessas relações, permitindo-nos

perceber mudanças e avaliar a ilusória aparência de estabilidade estrutural enquanto o conteúdo está em fluxo” (1983:381).

A proposta metodológica da autora visa deslocar o foco de análise do homem e da propriedade rural familiar, por estes refletirem apenas a estabilidade e a continuidade de um universo que excede os limites da propriedade e o papel do “chefe de família”. Ao contrário, o foco na mulher e nos filhos, por exemplo, demonstra a descontinuidade e o movimento.

O foco no processo, portanto, amplia as possibilidades de análise ao alargar o universo estudado no tempo e no espaço. Centrar o olhar no processo e, mais ainda, no processo das relações evidencia a existência de um “fluxo organizado”.

“O processo de desenvolvimento do grupo doméstico e residencial agrário exige que seu pessoal seja distribuído: os filhos emigram para tornarem-se assalariados nas cidades, as filhas dedicam-se ao serviço doméstico, as crianças são emprestadas a parentes – a organização do fluxo é uma questão estratégica para indivíduos, bem como um aspecto estrutural que acompanha todo o processo de transformação da sociedade agrária” (J.Vincent, 1983:388).

No entanto, ao contrário do que se pensa, a força motriz que leva o trabalhador a migrar não está necessariamente ligada a um fato novo, mas;

“(…) a emigração aparece como resposta a condições normais de existência. O trabalhador abandona a zona rural quando percebe que ‘não pode melhorar de vida’, isto é, que a sua miséria é uma condição permanente. Isto não quer dizer que calamidades naturais ou acidentes não sejam fatores que precipitem a emigração. Mas, fundamentalmente, a emigração decorre de uma situação desfavorável que é vista como permanente. Quando o migrante diz que a vida na roça era difícil, não se

refere a uma dificuldade passageira, mas a uma condição inerente à vida rural” (E.Durham, 2004a:170).

Esse mesmo caminho que levou milhares de trabalhadores para as cidades a partir de 1920 (E.Durham, 2004b:183), hoje apresenta-se em sua face inversa: descrentes de que seja possível ter uma vida melhor nas cidades e com a oportunidade da posse da terra através do engajamento em movimentos como o MST, o número de ocupações de terra no país cresceu rapidamente.

Mesmo antes de decidir pela emigração e a busca de uma melhor condição de vida nas cidades a posse da terra já apresentava-se enquanto uma solução, mas uma solução impossível:

“A posse da terra se coloca como a única forma de aumentar a renda e ascender socialmente. Desse modo, as aspirações do homem rural definem-se em termos de propriedade, e a crise da sociedade rural se apresenta para ele como impossibilidade de se tornar (ou dificuldade em se manter) proprietário” (E.Durham, 2004a:173).

A face inversa faz com que o trabalhador rural, então trabalhador da cidade, se veja novamente no mesmo dilema: ter a posse da terra ou migrar. A ocupação de terra, o acampamento oferecido por pessoas de confiança do seu bairro, da sua igreja ou por amigos e parentes surge como uma alternativa que, ironicamente, une as opções do agora *sem-terra potencial*; migrar para ter a posse da terra.

Os trabalhos já citados de M.W.B.deAlmeida (1986), A.R.Garcia Jr. (1989), M.A.deMenezes (2002) analisam movimentos migratórios enquanto estratégias e demonstram a existência desse fluxo organizado, confirmando não só a condição predominantemente itinerante dessa população caracteristicamente rural, mas a constituição de redes que sustentam e possibilitam esse fluxo além dos laços de parentesco.

O lugar para onde se vai e o que se pretende fazer na maior parte das vezes é orientado por experiências pré-existentes de parentes e amigos que podem ser a referência

da nova morada ou o exemplo do que se pretende conquistar quando estes retornaram bem sucedidos para a terra natal em seus esforços.

A.R.Garcia Jr. (1989) fala da compra do terreno ou de uma casa enquanto essenciais para a emancipação dos trabalhadores, um dos maiores objetos de desejo no agreste, o significado da liberdade.

Como descreve M.A.deMenezes:

“Os diferentes tipos de migração realizados pelos indivíduos ao longo de suas vidas não se restringem aos deslocamentos geográficos, mas antes representam uma articulação histórica entre espaços de reprodução social dos camponeses-trabalhadores migrantes” (2002:74).

Ainda,

“A migração de camponeses não é apenas consequência da inviabilização de suas condições de existência, mas é parte integrante de suas próprias práticas de reprodução. Migrar, de fato, pode ser condição para a permanência camponesa” (K.Woortman, 1990:35).

Retomando M.A.deMenezes, *“migrar não se dissocia do projeto de ficar”* (2002:83), e, uma vez que a cidade já não mais permite a sustentação desse ou de outros projetos de manutenção de um estilo de vida ou de melhora do mesmo, o convite para ocupar um pedaço de terra torna-se não só mais uma possibilidade, mas a oportunidade de retomar uma condição há muito afastada.

Vale ressaltar que a trajetória dos *acampados* do *Terra Sem Males*, e certamente a trajetória de muitos *sem-terra*, sugere que essa itinerância e as extensas redes de socialidade estabelecidas dão-se não somente em função de sua condição majoritariamente camponesa e da necessidade de reproduzir essa condição, mas por encontrarem-se numa condição sobrepujante de marginalidade ou liminaridade, a qual exige qualquer estratégia disponível para a sobrevivência humana.

Em alguns depoimentos era visível o desconforto em assumir que o desemprego ou as péssimas condições de trabalho vivenciadas foram fatores decisivos pela opção de ingressarem na *luta pela terra*, enquanto isso, em outras falas era clara a conexão entre o desemprego e a desilusão permanente com as oportunidades na cidade e a possibilidade de conseguir um pedaço de terra “através do *sem-terra*”.

“Olha eu entrei no Movimento Sem Terra acreditando de fazer uma revolução por igualdade nesse país. É coisa que está só no papel, na Constituinte e papel num saiu até hoje. Se a gente não lutar pra ver essa igualdade a gente nunca vai vê, mas é difícil. Então foi o que me levou a crer e vir lutar pela dignidade de cada um que está jogado na sarjeta e a gente luta, mas infelizmente não está conseguindo nada. (...) Eu saí na luta pra fazer essa transformação, acabou tudo o que tinha, falei em vez de a vida melhorar, está piorando e eu creio que a gente vai conseguir um pedaço de terra pra gente criar nossos filhos, ser livre desse mundão velho que é cheio de patrões..patrões e patroas .. Agora, está meio duro, tem muito desentendimento que é dentro de nós mesmos, que é do movimento, mas eu creio na transformação ainda, que é cada um da gente conseguir a nossa vitória. Então, quando eu vim pro sem terra, não foi porque eu tava precisando, não tinha onde morar, porque graças a Deus eu tenho onde morar e tinha emprego, tinha tudo (...) Não, eu pensava de ir, mas não tinha... Porque eu tinha minha família em São Paulo, tinha minha mulher, eu tinha de bancar essa família, eu não poderia sair e deixar essa família passando dificuldade ou necessidade pra ir atrás de um sonho que era conseguir um pedaço de terra e criar gado, ao contrário...Então, Deus prepara as coisas tudo na hora certa” (Nilton Preto)

“Eu fui criado na roça e éramos família de cinco irmãos e fomos nascidos na roça, criados na roça até a idade de 22 anos. Aí, a partir de 22 anos não achava mais que tinha condição de viver, cada um seguiu o seu caminho, nós nos dividimos e eu vim pra Campinas. Vim pra Campinas na casa de um tio meu, que é o parente meu que é o Seu Dito, que você conhece lá também, fiquei uma temporada com ele.. É de uma família distante, mas considerado como tio. Aí a gente pegamos, fiquei pra cá, fui trabalhar numa firma, depois eu entrei de cobrador numa empresa de ônibus, depois de cobrador passei a motorista, trabalhei na CTC, 2 anos na CTC de motorista. Parei na CTC, fui trabalhar com caminhão. Trabalhei mais uns 5 anos, 6 anos com caminhão. Depois comecei trabalhar por conta própria. Fazia Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio de Janeiro.. Gostava.. Viajei bastante, até Fortaleza eu já fui! E com o passar do tempo começou os problemas que nós não esperávamos: os pedágios. Dinheiro que a gente ganhava o pedágio comia (...) Aí fui me irritando com isso aí, aí falei: 'Não, o dinheiro que a gente ganha fica tudo no pedágio'. Aí teve um amigo da gente que entrou no movimento, falou: 'Ah, vamos parar com isso aí de caminhão'. Ele já desistiu, mas eu continuo e ele

pegou, falou: “Ah, vou entrar no movimento’. E vai fazer 5 anos, eu comecei dentro da primeira fazenda que foi em Capuava” (Muchinho).

“Então eu estava desempregado e eu num tinha mais assim, pra trabalhar por causa do meu problema de coluna então é difícil pra trabalhar, eu trabalho assim, entendeu, mas eu tenho que dar um tempo pra parar, que nem agora eu tava trabalhando pro preparo aqui, arrumar alguma coisinha aqui, então fazer, mudar, agora se eu pegar um serviço ficar parado o dia inteiro de pé não agüento. Se eu pegar peso também, já não dá mais. Meu serviço era direto peso, então..A idade também né, você sabe que hoje pessoa com 40 anos já é velho. Não aceita mais. Então apareceu daí um...até fiz um comentário com a minha esposa, falei olha, se aparecer um movimento sem-terra eu vou. Ela falou: 'Ah, eu num sei se vou poder, porque eu tenho problema de saúde'. Falei: 'Não, você não vai não. Você fica com as criança aí, eu vou'. Não tem problema né, falei, estou parado, se eu ficar aqui ou ficar lá não vai fazer diferença nenhuma, então eu vim pra cá (...) Praticamente nós vem desde Polvilho, que eu conheci Lindrino lá em Polvilho. E a gente veio junto. Aí tem o Muchinho e o Nelsinho, um colega que morreu aqui (...) então até o Muchinho, ele morava perto de casa, só que em outro bairro, Bom Retiro. Então quando ele vinha pra cá às vezes ele me dava carona, às vezes ele vinha comigo, então a gente tem muita amizade né, a gente tem criação junto, criava porco, galinha, a gente tem muita amizade. (Vocês estão longe agora, separados, né?) Não, porque nós (Seu Dito e Lindrino) viemos pra cá porque aqui tinha água, onde ele queria o terreno dele era... lá num tem água, lá é difícil água. Então como a gente tinha, tinha minha porca, tinha 2 porcas dele também, falei então é melhor ficar mais perto de onde tem água, se não é problema, vai que uma hora ele sai, num tem carro na hora, vai que ele sai, depois eu fico sem água e baldear água de onde.. com meu problema ainda, falei não, não vou poder não. Aí ele conversou com o coiso lá, daí arrumaram, eu fiquei aqui, Seu Ciço passou ali, depois ele foi lá pra cima. Aí ficou assim” (Seu Dito, “tio” de Muchinho).

“Nós casou e veio pra Sumaré. Em 93 eu voltei pra Andradina. Ela diz que queria vim embora porque diz que lá era muito quente. Tem problema de pressão, né, mas tudo frescura dela, de vim pra cá. Ela gosta de igreja católica. Aí depois nós resolvemos voltar pra trás, aí eu fiquei de idade.. Aí eu fui procurar serviço num achava, falei vou pro sem-terra. Mas antes já ajudei bastante gente do sem-terra também.. Só que eu não queria negócio de terra, tinha um emprego bom... Aí resolvi entrar no sem-terra.. (Mas como que você ajudava o pessoal?) Que tinha um colega da gente que foi pra lá pro sem-terra. Então, quando eu pegava férias, eu ia pra lá, ficava lá, direto lá com eles. Eu achava legal pra caramba. Inclusive ela ia também. Aí ficou idade, procurava serviço num achava, falei vou pro sem-terra. Aí foi que eu vim pro sem-terra. Aí passado um tempo eu falei vou arrumar um serviço e você volta pro sem-terra pra segurar terra. Aí ela voltou, e com isso ela arrumou outro cara e a gente se largou.” (Lindrino).

A necessidade representa uma força motriz para essa itinerância incansável, no entanto, esses sujeitos que permaneceram no barraco tantos anos precisaram de algo mais que os motivasse do que uma simples alternativa às condições permanentemente negativas ou estagnadas de trabalho nas cidades. Os *acampados* do *Terra Sem Males* percorreram esse árduo e longo caminho em busca de um projeto de vida específico: quase todos estavam tentando “retornar para a roça”.

O caminho para esse retorno, muitas vezes sem a família, terminava por agir de forma contrária ao próprio objetivo: unir a família numa outra condição, pois a inconstância do acampamento e o tempo de espera podem desestruturar as famílias. Por outro lado, essa mesma inconstância produz novas relações que podem ser um novo pilar de sustentação da sofrida *luta pela terra*.

M.A.deMenezes (2002:76) identifica uma mudança na característica da emigração em busca da reprodução da condição camponesa na década de 1970, quando a partida de um único membro da família não era mais suficiente para gerar as economias necessárias para a compra da terra, sendo possível apenas a supressão das necessidades básicas da família. As famílias do *Terra Sem Males* entrevistadas que eram oriundas de outros estados, vieram a partir desta época para São Paulo. Alguns vieram sozinhos a procura de trabalho e terminaram ficando e constituindo família, enquanto outros vieram ainda crianças com seus pais quando a família inteira mudou-se para cá.

Para a conquista do assentamento a estratégia da separação dos membros da família é retomada, com o intuito de garantir tanto o lote quanto a renda da família.

2.2.2. Evento 4: Reunião Suspeita

Em setembro de 2006, os *acampados* do *Mário Lago* encontravam-se bem mais animados com sua nova situação de “quase assentamento”. Os dirigentes regionais organizaram uma “rodada nos núcleos” para conversar sobre projetos de assentamento. Em dois dias, na antiga sede da fazenda, os diretores regionais reuniram os 21 núcleos divididos em grupos de cinco ou seis para realizar uma conversa sobre pontos importantes que deveriam ser levados em conta na hora de pensar o projeto de assentamento. Os dirigentes

orientaram que deveriam discutir sobre a questão ambiental, a relação na comunidade, produção, geração de renda e organização do futuro assentamento. Segundo um dos diretores da regional, eles haviam feito um acordo com o INCRA no qual a agência iria respeitar as decisões do acampamento em relação ao projeto que escolhessem.

Para tanto, eles deveriam conversar muito, antes de tomar uma decisão, mas fazê-la logo para que quando os técnicos chegassem eles já tivessem um projeto pronto. Apesar da anunciada novidade, esta é uma política adotada pelo INCRA há alguns anos: respeitar as decisões e sugestões dos *acampados*.

Os dirigentes sugeriram os pontos de discussão e pediram que os *acampados* se reunissem em núcleos para discutirem melhor suas dúvidas e sugestões e, posteriormente, apresentassem um resumo para todos que estavam presentes na reunião.

Para a grande maioria dos *acampados* era a primeira vez, em 3 anos, que eles sentavam com seus vizinhos para discutir como e onde construiriam as casas, o que plantariam e de que forma o fariam.

Nos resumos dos núcleos havia uma sintonia em relação às preocupações com o reflorestamento de parte da área da fazenda com árvores nativas e frutíferas, reciclagem do lixo e reaproveitamento da água. Além das questões ambientais, os *acampados* colocaram que pensavam na importância de construir uma sede social do assentamento, quadra de esportes, escola, posto de saúde e um centro de distribuição dos alimentos produzidos por eles, para que não dependessem de mercados ou atravessadores.

Apesar dos problemas vividos no acampamento, muitas relações de confiança e amizade foram estabelecidas no decorrer dos anos e todos os núcleos preferiram manter a organização do acampamento para que as moradias fossem próximas, mas construídas nos respectivos lotes. Estas observações, quase unânimes, confrontavam as sugestões da direção regional que na assembléia realizada no dia em que souberam da conquista definitiva da fazenda, disse que o *Mário Lago* deveria ser organizado em agrovilas⁶⁴.

Ao encerrar as atividades (ocorridas sexta e sábado) os *dirigentes* lembraram aos *acampados* que aquele era o momento deles conversarem sobre tudo, pois o futuro do assentamento dependia da organização deles. Ainda no sábado à noite começou a circular nos “núcleos de cima” do acampamento – *Caio Prado, Paulo Freire, Oziel Alves*,

⁶⁴ Ver mapas da organização em núcleo e agrovilas no anexo III.

Margarida Alves, Salete Strozack, Rosa Luxemburgo, Camilo Torres e Patativa do Assaré – um convite para uma reunião debaixo da mangueira do *Salete* para os núcleos conversarem e trocarem idéias sobre seus projetos de assentamento.

Muito felizes com a idéia, os coordenadores e outros moradores dos núcleos citados compareceram à reunião, mas quem havia convidado, o coordenador do *Patativa*, não apareceu e os outros ficaram inibidos de iniciar a conversa. Passado um tempo, Nilton, morador do *Oziel* e *acampado* do antigo *Terra Sem Males*, começou contando uma parábola sobre a migração dos pássaros no inverno para falar da importância da organização e união na conquista de um objetivo. Ele lembrou também que no momento em que assinassem o termo do assentamento estariam tomando uma atitude definitiva, pois se não fosse no *Mário Lago* que realizariam seus sonhos e seus projetos, nunca mais o fariam, pois uma vez abandonando um assentamento nunca mais poderiam fazer um cadastro no INCRA.

A conversa seguiu com cada núcleo colocando os projetos de produção que pensaram para si. Dentre eles falou-se muito em plantação de maracujá, mamão, café, mandioca e milho, além de organizar os núcleos de forma que os criadores de animais morassem perto para reaproveitarem o esterco.

Fora os projetos expostos, todos se referiram à importância de morarem próximos como já se encontravam nos núcleos, mas mantendo os lotes individuais e a moradia nestes. Alguns núcleos já tinham projetos de separar os fundos dos lotes como uma área coletiva na qual produziriam uma cultura mais simples, deixando livre quem não quisesse participar. Na medida em que os *acampados* colocavam os projetos de seus núcleos percebiam as semelhanças entre si e, espontaneamente, naquele momento, já começaram a pensar no que poderiam fazer juntos, integrando outros núcleos.

No meio da reunião chegou um dos coordenadores de segurança do acampamento - que há alguns meses trabalhava muito próximo aos dirigentes – para questionar quem havia marcado aquela reunião e sobre o que eles estavam falando. Segundo ele, haviam ligado em seu telefone para informá-lo que ocorria uma “reunião contra a agrovila”, contra o projeto do MST e contra os diretores regionais.

Assustados e indignados com as acusações os *acampados* responderam que estavam seguindo a orientação dos *militantes* de que deviam conversar e fazer projetos juntos e que

quem quer que tenha sugerido que eles estavam “contra alguém”, era essa pessoa que estava contra o MST, pois com esta atitude apenas criava um clima de desconfiança.

De fato, após a aparição do *militante* não houve mais a mesma espontaneidade na reunião e a vontade de falar havia se esmorecido.

No dia seguinte, na segunda-feira, quando ocorreu a reunião da coordenação do acampamento, os coordenadores que estavam presentes na então já denominada “reunião do racha” cobraram dos dirigentes presentes uma resposta sobre o que havia acontecido no dia anterior.

Os dirigentes disseram que eles estavam coincidentemente reunidos no centro de formação discutindo “coisas da militância” quando chegou uma pessoa para lhes dizer que os *acampados* iriam se reunir contra o projeto de assentamento da direção. Assim, quando ouviram falar de uma reunião que não fora previamente comunicada naquela reunião da coordenação, imaginaram-se revivendo o momento do racha do acampamento entre MST e MLST.

Quando questionados sobre a sugestão que fizeram de que os *acampados* se reunissem e conversassem, os dirigentes ressaltaram que falaram que eles deveriam conversar dentro de seus respectivos núcleos, pois após o racha foi estabelecida a regra no *Mário Lago* de que toda e qualquer reunião que envolvesse pessoas de mais de um núcleo deveria ser informada à coordenação.

Após alguns protestos a respeito da liberdade de expressão, os coordenadores que participaram da reunião não-informada repetiram o objetivo e os assuntos da mesma e avisaram que pretendiam se reunir no final de semana seguinte e que todos do *Mário Lago* estavam convidados.

Os dirigentes disseram que gostariam de comparecer à reunião para conhecer seus projetos e colaborar na discussão. No entanto, na semana seguinte, apenas os mesmos *acampados* e alguns mais se reuniram novamente para falar de seus projetos e não mais com a mesma tranquilidade e vontade de discutir. Aquela já era a última de suas reuniões descontraídas debaixo da mangueira.

O medo e a desconfiança já predominavam no acampamento e qualquer iniciativa no sentido de inovar as discussões, especialmente o formato delas, era tida como elemento de ruptura e discórdia. A situação no *Mário Lago* permaneceu a mesma até abril desse ano:

ainda acampados, sem um projeto de assentamento, expulsões ocorriam costumeiramente e pairava a incerteza de quando ou quem seria assentado na Fazenda da Barra: MST, MLST, *Índio Galdino*, velhos ou “novos *sem-terra*” - que continuavam a “entrar” no acampamento mesmo após a assinatura da desapropriação em 30 de agosto de 2006.

O distanciamento entre estes *acampados* e *militantes* os tornou tão reativos que dificultou não só o diálogo e a negociação de projetos, mas os impossibilitou de ver que, em alguns momentos, poderiam nem ser tão divergentes assim, como se delineou na conversa debaixo da mangueira.

2.4. Regionalidades, rituais, regras e projetos: faces da diferença

Ambos os acampamentos, *Terra Sem Males* e *Mário Lago* viveram rachas em sua história. Todas as etnografias de acampamentos citam desentendimentos quanto à forma de organizá-los, algo até mesmo natural, num processo de decisão de projetos que pretensamente permanecerão por toda vida. No entanto, além dos contextos específicos e das relações existentes neles, a maneira de conduzir estes conflitos também representa um aspecto fundamental para determinar os desfechos deles, como o caso do racha da *Comuna* no *Terra Sem Males* e dos rachas do MLST e da “bandeira branca” no *Mário Lago*, por exemplo.

O desencontro de objetivos e a separação de grupos, como costuma ocorrer em acampamentos, são conseqüências comuns quando se trata de definir papéis e organizar um grande número de pessoas com orientações culturais e políticas diversas.

Muitos destes conflitos emergem, principalmente, pela incompreensão de alguns dirigentes regionais e coordenadores de acampamento, e, ainda, graças às diferentes concepções envolvidas na luta pela reforma agrária.

Isto significa que a resolução destes e de outros conflitos fica um pouco mais difícil quando os projetos apresentados não são flexíveis e mais ainda quando não há um preparo dos *militantes*, que são quem desde o início organiza esses sujeitos e propõe a forma, o lugar e o tempo das ações. Por mais dinâmica que se construa essa relação e os sujeitos *acampados* não sejam passivos - afinal, se há conflito, é porque expressam e praticam suas

opiniões – os *militantes* exercem uma função articuladora junto às agências governamentais para que os projetos sejam implementados, por exemplo. E esse papel é decisivo no que concerne à concretização e viabilização do assentamento.

A ação dos militantes é orientada por um aparato teórico que alicerça os objetivos do MST (e de outros movimentos) e determina sua forma de atuação. É esta forma de atuação que algumas vezes afasta os sujeitos com quem, antes de qualquer um, precisa-se dialogar: os *acampados*. Além das dificuldades que se apresentam à implementação da organização de uma reforma agrária pretensamente “revolucionária”, movimentos sociais que baseiam-se em matrizes socialistas deparam-se, *a priori*, com a necessidade de negociar diretamente e depender da atuação do Estado e da colaboração do Poder Judiciário, assim como dos próprios proprietários de terra para conquistar seus objetivos primeiros, no caso do MST, a desapropriação de uma área.

L.Sigaud (2000 e 2005), M.Rosa (2004) e N.R.Loera (2007) ressaltam a existência de uma rede também entre o movimento social, o Estado e o proprietário para que o processo de assentamento, de fato, se desenrole. Não se trata de uma ação isolada de um grupo, ou muito menos da confrontação desse grupo em relação aos outros. Por mais revolucionária que possa ser uma proposta, no caso, de “reforma agrária” ela se dá hoje em consonância com políticas públicas e com a estrutura estatal, uma vez que a “forma acampamento/movimento” discutidas por L.Sigaud (2000) e M.Rosa (2004) baseia-se nos argumentos do *Estatuto da Terra* para requerer a vistoria e desapropriação das áreas e funciona de acordo com a “agenda de atividades” do INCRA, logo, organiza-se também a partir do processo burocrático implicado nesta.

Essa relação com o Estado permite que os movimentos de “luta pela terra” continuem expandindo-se, pois é na confirmação desta ação a partir da criação de assentamentos que o argumento da ocupação ganha legitimidade, principalmente, perante os sujeitos que irão compor novos acampamentos.

O fechamento deste ciclo é muito importante, pois sem a conclusão de uma “luta”, sem a efetivação de um assentamento e mais, sem o sucesso desse assentamento perde-se uma das mais importantes peças da rede que sustenta os movimentos: o assentado que convida seu parente, amigo e vizinho para uma nova ocupação de terra.

Assim como o Estado tem sua “agenda” em relação às desapropriações de terra e liberação de recursos para acampamentos e assentamentos, o MST, por exemplo, também tem a sua, inclusive, visando pressionar o Estado.

Existem ações que, além da ocupação que demanda uma determinada área, comunicam ao Estado o objetivo do *Movimento*, dentre elas: ocupações em sedes do INCRA, marchas, acampamentos em frente a fóruns e outros órgãos do judiciário, legislativo e executivo e atos públicos. Recentemente o MST tem recorrido com maior frequência a uma nova estratégia que consiste em organizar encontros *sem-terra* a partir de uma ocupação em fazendas, fábricas ou indústrias e, mais especificamente, ocupar uma área para pedir a desapropriação de outra, muitas vezes, sendo ambas do mesmo proprietário.

Essas ocupações não visam o estabelecimento de um acampamento, mas informar uma demanda. Essa característica efêmera desses “acampamentos-atos” lhes confere uma dinâmica diferenciada, pois conta com sujeitos que já fazem parte de outros acampamentos e assentamentos, logo, não há um processo de *formação* ou *trabalho de base*, pois se trata de uma atividade do *Movimento* da qual devem participar. Algumas dessas ocupações aproveitam a efervescência e a repercussão da situação para convidar a população local para fazer parte de um acampamento o que pode ocasionar, a partir dali, a incorporação desses “novos acampados” em acampamentos já existentes ou na criação de um novo⁶⁵.

O que isto significa é que, de alguma maneira, abre-se neste momento a possibilidade do próprio MST prescindir de um de seus alicerces que é o trabalho de base, a preparação do *sem-terra potencial* para que ele saiba não só como funciona o acampamento, como também, prepare-se para exercer atividades no *Movimento* e conheça alguns dos ideais e projetos que sustentam a organização da qual fará parte.

No entanto, não é sempre e nem em todos os lugares que essa preocupação com uma prévia *formação* do *acampado* é posta em prática. Na verdade, como bem coloca B.M.Fernandes (1999:169), quando o MST optou por uma intensa massificação das ocupações em 1988/89, muito do *trabalho de base* foi deixado de lado o que conseqüentemente dificultava a pretendida “formação das famílias” e, com o grande

⁶⁵ Agradeço à Profa. Sônia Maria Pessoa Pereira Bergamasco (Feagri/Unicamp) por chamar minha atenção para a importância de qualificar e diferenciar os “tipos” de ocupação.

número de *acampados* tornava-se difícil o desenvolvimento de um “espaço interativo” de discussões nos acampamentos. Certamente, as ocupações massivas contribuíram para o aumento de desistências e rachas em acampamentos.

O que a pesquisa de campo evidenciou foi uma visível diferença entre as posturas das regionais (Campinas e Ribeirão Preto) quanto à importância e aos esforços no sentido de realizar uma *formação* das famílias acampadas, tanto antes quanto durante o tempo de acampamento. Fatalmente estas posturas refletiam em seus acampamentos e, mais ainda, nos problemas de seus acampamentos.

Ambos os acampamentos, *Terra Sem Males* e *Mário Lago* viveram um racha pouco depois de um ano de existência, no entanto, apesar da motivação desta ruptura estar ligada à “metodologia” do MST, ela apresentou-se e encerrou-se de maneiras diferenciadas.

O racha da *Comuna* no *Terra Sem Males* iniciou-se a partir de um pequeno grupo que não queria trabalhar em um sistema de cooperativa como era proposto no projeto. Vários *acampados* começaram a questionar porque não poderiam ter uma maior porção de terra para realizarem um projeto diferenciado da *Comuna*. A regional justificou dizendo que não conseguiriam terra suficiente para garantir grandes lotes para todos na região de Campinas, que era o objetivo de assentamento do *Terra Sem Males*.

Foi assim que a regional articulou para que parte das famílias fosse para Andradina onde esse outro projeto seria possível. Os “líderes” do racha foram expulsos por terem desencadeado *picuinhas* ao invés de discutirem nos espaços apropriados para tal.

Após a resolução, com a expulsão dos líderes e a transferência de parte das famílias para Andradina, os coordenadores propuseram ao *Terra Sem Males* retomar a discussão sobre a *Comuna* e, mesmo receosos, os *acampados* conversaram sobre o assunto e junto com os coordenadores reformularam a organização do grupo em *núcleos de afinidade* sem a obrigatoriedade da produção coletiva na maior parte do assentamento, possibilitando lotes individuais maiores.

Mesmo os *acampados* que não concordavam com o projeto da *Comuna*, não concordaram com a disseminação da *picuinha* e, muito menos, ficaram satisfeitos com o desfecho: a separação do grupo e a expulsão dos “companheiros”.

De certa maneira, apesar de pequenos desentendimentos e discussões por causa da distribuição de doações ou escalas de algumas atividades, o *Terra Sem Males* possuía de

fato uma *organicidade* aonde a grande maioria participava e colaborava em algum setor e se esforçava para participar de estudos e cursos dentro e fora do acampamento. Muitos *acampados* referiam-se entusiasmados com relação ao *Movimento* pela oportunidade que o acampamento abriu em suas vidas e também pelas relações e atividades que incorporaram nessa experiência. Os depoimentos citavam muita decepção em relação ao tempo de espera, mesmo que tivessem falado sobre isso nas reuniões de *trabalho de base*.

Já no *Mário Lago*, não havia nenhuma referência à qual os *acampados* pudessem aludir enquanto parâmetro para as situações que viviam, inclusive o racha, pois não participaram de nenhum trabalho de preparação para viverem a “forma acampamento/assentamento”. Os *acampados* referiam-se cotidianamente com indignação por terem que participar de reuniões de setores e de atividades fora do acampamento. Eles colocavam-se contrários à necessidade de qualquer uma dessas ações.

Quando ocorreu o racha do MST/MLST no *Mário Lago*, curiosamente, o questionamento do *militante* que discordava das ações no acampamento ocorreu em uma reunião da coordenação e os dirigentes decidiram pela sua expulsão sem nenhuma consulta aos *acampados*. Como já foi exemplificada, a exclusão dos *acampados* de praticamente todas as decisões no *Mário Lago* não só refletia o despreparo dos *militantes*, mas também dos *acampados* que não sabiam que sua participação em tantas atividades lhes conferia o direito de participar também das decisões.

A ocupação na Fazenda da Barra ocorreu de forma muito semelhante à maneira com que o MST tem pressionado o Estado para assentar determinadas áreas. O assentamento de Serra Azul, *Sepé Tiarajú*, encontrava-se em processo de desapropriação quando o *Mário Lago* foi criado. No dia em que conversava com os *acampados* do *Mário Lago* sobre o projeto de assentamento, um dos diretores da regional de Ribeirão Preto disse que eles não imaginavam que conseguiriam, primeiro, permanecer tanto tempo na área e, segundo, conquistar o assentamento ali na Fazenda da Barra, propriedade de uma renomada família produtora de cana-de-açúcar, em Ribeirão Preto.

No entanto, por mais que o *Mário Lago* possa ter se originado de uma ocupação estratégica, o que parece ser um artifício muito usado na regional de Ribeirão Preto, não houve nem mesmo uma preocupação posterior em realizar discussões com os *acampados*. Ocorreram apenas alguns poucos e rápidos cursos para os *militantes*.

A ausência do *trabalho de base* invariavelmente vai causar conflitos mais graves pois tanto os *acampados* não conhecerão as etapas do processo e as “exigências” do *Movimento*, quanto os próprios *militantes* não saberão quem são e quais são os projetos, motivações e necessidades dos *acampados*, suas dúvidas e o quanto eles estão dispostos ou têm a oferecer para essa “luta”.

O formato e o conteúdo das reuniões do *trabalho de base* vão além do convite para a ocupação: eles recontam a história do Brasil inserindo os *sem-terra potenciais*, ali presentes, enquanto portadores de um direito que lhes foi expropriado e agora deve ser requerido; explicam os ideais do MST e falam da importância da *organicidade* e da disciplina para o sucesso da ocupação; falam das dificuldades, do tempo e das distâncias e, mesmo que o sujeito que os escuta decida não ir para a ocupação, constrói-se uma base de apoio que de alguma maneira fará parte dessa rede de relações em torno do acampamento, seja suportando um parente ou vizinho ou até mesmo na arrecadação de alimentos, roupas e outras doações para o MST⁶⁶.

Na regional de Campinas foram realizadas diversas reuniões deste formato nos bairros da cidade e em outros municípios da região: Hortolândia, Sumaré, Monte Mor, Limeira, Americana e Sorocaba para compor o *Terra Sem Males*. Nos depoimentos dos *acampados*, que ingressaram nesse processo em momentos e locais diferentes, o *trabalho de base* é descrito como um momento ambíguo, pois, após anos de espera, a ansiedade e expectativa daquele momento misturam-se à decepção da longa espera e à dúvida de que as “promessas” eram verdadeiras.

Apesar do cansaço e das perdas após tantas mudanças, os *acampados* do *Terra Sem Males* tinham um preparo e uma resignação diferenciados em relação aos *acampados* do *Mário Lago*, dos quais a maioria fora convidada para ocupar a Fazenda da Barra a partir de uma entrevista na televisão. Por mais que o trabalho de base tenha por objetivo convencer os *sem-terra potenciais* a engajarem-se no *Movimento*, o próprio *Movimento* lhes é apresentado naquele momento, assim como as regras e formas de discussão também. E isto tende a ser feito de uma maneira intensa, com a presença de *militantes* de várias regionais e até mesmo da secretaria estadual.

⁶⁶ M.Macedo (2005) descreve uma série de reuniões de trabalho de base, ou “frente de massa” como são mais comumente chamadas no Rio de Janeiro, as quais também se apresentam nesse formato aplicado pelo MST.

Os *acampados* do *Terra Sem Males* sabiam o quanto podiam e deviam participar das discussões e as instâncias às quais poderiam recorrer caso fosse preciso. Nenhum *acampado* do antigo *Terra Sem Males* foi expulso do *Mário Lago* e, quando ameaçados, respondiam que estavam agindo de acordo com o regimento.

Após o racha da *Comuna*, como já descrito, pode-se dizer que os coordenadores do *Terra Sem Males* perceberam a importância de ouvir os *acampados* e discutir com eles os projetos que seriam implementados. Foi após essa ruptura e muita discussão no acampamento que definiu-se a instituição de grupos de afinidade dentro dos quais poderiam realizar alguma atividade de produção coletiva: compra de materiais, insumos, plantação, cultivo, colheita ou comércio.

A importância do diálogo antes da ocupação, esse espaço do “trabalho de base” para que os grupos se conheçam é fundamental, porque a preparação dos *acampados* para a ocupação é, de certa maneira, a preparação para um ritual de passagem.

2.3.1. O ritual-ocupação: a instauração da *communitas*

A ocupação que visa à instauração de um acampamento e ocorre após um considerável período de *formação* das famílias *sem-terra potenciais*, funciona como um ritual de passagem a partir do qual inaugura-se uma nova condição na vida desses sujeitos, cujas especificidades e os necessários avisos e conselhos são repetidos durante as reuniões do *trabalho de base*. A instauração da condição de *sem-terra* dá-se no *ritual-ocupação*.

As reuniões prévias ao *ritual-ocupação* já possuem também um formato ritual: iniciam-se com uma *mística* na abertura e/ou no fechamento da reunião fazendo a leitura de um texto, um poema, uma música ou mostrando gravuras e vídeos que referenciam a “luta pela terra” segundo os ideais do MST⁶⁷; no decorrer da reunião a organização é feita a partir de uma “mesa” que define pautas, marca as inscrições de fala e define propostas, votações e encaminhamentos e é encerrada ao menos com uma palavra de ordem do *Movimento*.

⁶⁷ Alguns exemplos de autores muito utilizados nesses momentos são Bertold Brecht, Lenin, Karl Marx, Sebastião Salgado, Paulo Freire, Rosa Luxemburgo, Dom Pedro Casaldàliga, e as próprias publicações do MST.

Por mais que estas reuniões durem meses, como ocorreu para formação do *Terra Sem Males*, os presentes não são considerados pela militância, e muito menos se consideram, *sem-terra*⁶⁸. Até porque a participação na ocupação só é definida no dia de ocupar. Como foi descrito, é fundamental para grande parte destes *sem-terra potenciais* ter uma companhia ou pessoas conhecidas participando da ocupação, como foi o caso das pessoas de uma mesma igreja que esperaram até o último minuto para ver quem ia.

As *místicas* e os estudos desenvolvidos durante o trabalho de base proporcionam uma introdução do *sem-terra potencial* ao universo de significados do MST. Mas é o *ritual-ocupação*, a primeira ocupação, que representará o engajamento do sujeito no movimento. Esse momento é tão marcante que nas trajetórias dos *acampados* do *Terra Sem Males* a “entrada para o movimento” é sempre referida a partir da primeira ocupação e não dos meses de reunião de *trabalho de base*. Muitos *acampados* quando perguntados sobre a melhor lembrança que tinham do acampamento falavam da primeira ocupação, da *mística* de chegada e da ajuda mútua do primeiro momento, momento no qual estavam construindo sua nova condição de vida. Para grande parte desses sujeitos, o *Movimento* é o acampamento.

“Aquilo me interessou. Falei até dois anos dá, trabalho é duro ficar acampado... que eu já conhecia, acampamento assim, eu já via, tinha mais ou menos uma noção como que era o movimento. Nunca tinha participado, mas tinha uma noção. Falei até dois anos dá, dois anos dá pra agüentar. Mas embaixo da lona preta dois anos é muita coisa, mas dá. Aí vim. Vim, aí nós fomos ocupando a Fazenda da Capuava lá, foi um sucesso. Foi uma ocupação excelente. Nós saímos em comboio do assentamento de Sumaré, não sei se lembra, foi uma coisa bonita, até me arrepiava quando eu lembro, mas também foi uma coisa linda, eu gostei. Aquilo você olhava tava no ônibus, eu fui um dos primeiros do ônibus, você olhava tava aquela fila até na mata. Chegamos lá que entramos lá quase cinco horas da manhã por pouco. Entramos lá, aquilo pra mim foi um sucesso, excelente” (Manoel Bispo).

“Nossa luta já é muita grande, eu já perdi quase tudo o que eu tinha no movimento, minhas coisa sumiu, eu já perdi tanta coisa (...) Ah, eu adoro o movimento, eu peguei amor por esse MST, o povo, não todos, mas tem muita gente que é legal, que a gente acostuma, parece até família da gente, a gente

⁶⁸ São poucos os *acampados* que afirmavam “eu sou sem-terra”. *Sem-terra* para a grande maioria é a entidade, o *Movimento* ou o próprio acampamento. N.R.Loera (2006) identificou como afirmação muito comum utilizada pelos *acampados*: “eu estou com os *sem-terra*”. Como pode ser visto neste trecho do depoimento de Dona Neusa: “Foi quando nós decidimos ir pro *sem-terra*.” (p.127).

acostuma. Eu acho muito bom aqui, só num acho assim muito bom por causa de falta de água, graças a Deus até hoje nunca passei falta do que comer, sempre teve” (Zilda).

“Aí no dia 12, teve a última reunião à noite. A reunião ficou desde de tarde até uma hora da manhã. Conversando com o pessoal, animando o pessoal, encorajando, porque muitos têm medo. Eu também num tava muito empolgado não. A gente fica com aquele receio né, primeira vez... A gente não sabia de nada. Aí uma e pouco da manhã chegou os ônibus, lotou os ônibus, aquela fileira de ônibus, trezentas e tantas pessoas, trezentos e setenta mais ou menos. Aí, eu acho que foi quatro e pouco da manhã nós chegamos lá, Fazenda Capuava, região de Bragança Paulista.. Chegamos lá cinco e pouco da manhã, no escuro. O pessoal acendeu um monte de fogueira. Entramos em fileira, cortaram a cerca, entramos em fileira, subindo. Alguns indicando onde a gente devia pisar, porque às vezes tinha buraco, machucar. Aí subimos, aquela subida imensa. Chegamos lá, o pessoal sentou tudo lá, fizeram fogueira, tava frio, bosta de vaca pra todo lado.. no começo é tudo difícil. Aí ficamos lá depois começou, reuniões, assembléia, mais assembléia pra organizar o pessoal né.. porque realmente a chegada é difícil, fazer barraco, cortar bambu, é difícil pra nós (...) Quando eu entrei lá que eu olhei tudo aquilo e eu vi o sol nascendo naquela serra, uma serra bonita, e o sol nascendo assim, foi emocionante, eu lembro até hoje, nunca vou esquecer” (Ariovaldo).

“Aí teve um amigo da gente que entrou no movimento, falou ‘ah, vamos parar com isso aí de caminhão’. Ele já desistiu, mas eu continuo e ele pegou, falou ‘ah, vou entrar no movimento’. E vai fazer cinco anos, eu comecei dentro da primeira fazenda que foi em Capuava (...) Porque como eu tava falando pra você eu tinha um dinheirinho, eu saí, quando eu parei de trabalhar, tinha um caminhão, vendi e investi tudo aqui no sem-terra porque acreditava no sem-terra. Eu acredito no movimento MST.” (Muchinho).

“Entre no movimento no dia 13 de abril de 2002. Primeira ocupação foi na Fazenda Capuava, Bragança Paulista” (Nilton Preto).

“Mas a mais bonita mesmo eu acho que é quando você vai pra ocupação que você vê aquele povo empolgado. Você traz, você ponha no ônibus, você chega você vê aquele pessoal todo cortando madeira... a noção deles está ali ‘ó, to começando construir o pedaço do meu mundo, meu mundo está começando agora’. Aí começa fazer aqueles barraquinhos tudo meio torto, meio... ele nunca fez né, ponhando a lona.. Então eu acho que essa é a parte... Porque ali você vê o sonho da pessoa que ele está tentando concretizar aquele sonho na..já vem já um tempo e ali você se sente parte daquilo ali... você ajuda a fazer a comida, você ajuda a carregar bambu, carregar água. Essa eu acho que é a parte mais bonita. Porque aí depois a gente vai vendo algumas dificuldade que vai tendo, e muita gente vem com o sonho já de chegar e achar que aquilo é rápido...” (Zé Antônio).

“Aí então a gente foi, saiu a ocupação do Terra Sem Males, fui conhecê-lo e despertou em mim uma curiosidade de como é morar em um acampamento, porque a primeira noite eu cheguei no acampamento eu vi uma coisa diferente, eu vi muitos fogos, fogões, fogo, fogueira, muita gente cantando e aquilo me envolveu de uma forma, a mística daquela noite e eu nunca tinha visto aquilo. Jantei na primeira vez numa noite, numa barraca comunitária e no dia seguinte eu vi todo mundo fazendo o barraco, aquela coisa toda, todo mundo se ajudando, um lugar onde tinha orientação para todos, uma cozinha a disposição pra muita gente e todo mundo disputando a solidariedade, quem era mais solidário do que o outro. Eu nunca tinha visto aquilo, eu vim de um meio evangélico, fui batista por 10 anos e uma opinião particular minha é que eu nunca tinha visto aquilo nem na igreja” (Roni).

A entrada no acampamento representou a entrada no *Movimento* e o início do processo de construção de um sonho. No entanto, chama a atenção nas descrições a importância que o narrador dá a um outro fator das ocupações: a *mística* e a organização da entrada na fazenda e das atividades coletivas.

Apesar do momento do *ritual-ocupação* ser lembrado por todos, ele é marcado de forma diferente na narrativa das trajetórias e tem um valor diferenciado, destacado, para aqueles que envolveram-se mais ativamente no decorrer de sua experiência no acampamento ou em outras atividades do MST. E isto se dá porque o *ritual-ocupação* tem como objetivo marcar esse momento, essa passagem: a entrada para o acampamento é de fato a entrada para o *Movimento*, pois é a partir desse momento que estes sujeitos são considerados e alcunhados *sem-terra* pelo MST e pela sociedade.

Quando foi realizado o “estágio de vivência” no *Terra Sem Males* em 2003, a chegada dos estudantes no acampamento, inclusive a minha, deu-se em forma de ocupação:

“Chegada ao acampamento 23hs do dia 11 de julho de 2003. Fomos recepcionados com uma mística preparada pelos acampados. Eles insistiram que deveríamos chegar sexta à noite ao invés do sábado pela manhã, como planejado. Queriam que sentíssemos o frio da noite e a ansiedade de não saber onde dormiríamos – a mesma sensação que tiveram quando ocuparam uma área pela primeira vez há mais de um ano atrás, na madrugada de 13 de abril de 2002. Os ‘pais’ apresentaram-se e depois os futuros ‘filhos’, nós, os vivos. Os acampados estavam com um envelope abraçado contra o peito contendo nossos nomes. Cada um falava um pouco do que sentia e o que esperava do ‘filho’. Dona Maria Baiana disse que havia construído um banheiro especial para sua ‘filha’. Dona Carmesita disse que havia deixado a

louça do jantar para sua 'filha' lavar, pois se era para viver tudo o que ela vivia, então devia começar aprendendo a cuidar do barraco. Valderci disse que queria que seu 'filho' fosse com ele cortar lenha. Nilton queria que sua 'filha' pudesse um dia conhecer sua 'filha de verdade' que não estava acampada com ele” (Diário de Campo).

Fez-se ali a evocação/produção do *sentimento de pertença* que toda *mística* carrega e transmite aos participantes. Ali estava ocorrendo a admissão simbólica pelo grupo, através da “adoção ritual” para que nos sentíssemos “filhos”, ou fôssemos aceitos como parte do grupo. A adoção representava naquele momento nossa incorporação ao grupo, e para alguns, nossa “entrada para o movimento”.

Esse *ritual-ocupação*, portanto, engloba o objetivo de construir um sentimento de pertença ao MST e apresenta em sua forma a concepção de organização que o *Movimento* idealiza.

O *ritual-ocupação* opera, num primeiro momento, no sentido de instaurar um sentimento de pertença “comunitário”: a viagem pela madrugada cujo destino é desconhecido, a chegada ao local, a fileira dos ônibus na estrada e a entrada na fazenda também em fileira após “cortar a cerca”, o processo de montagem dos barracos e as refeições feitas coletivamente. Tudo para que os “novos acampados” sintam-se parte de um grupo e de uma nova condição.

Neste processo os sujeitos devem ser deslocados de suas referências, levados conjuntamente para o novo *lugar social*, onde será iniciada uma outra fase, uma outra condição de vida. As etapas desse *ritual-ocupação* assemelham-se a um ritual de passagem⁶⁹ muito específico, cuja etapa que aqui interessa é a criação do estado de *communitas*.

A *communitas* é um momento ritual que surge no período liminar, no qual a ausência de estruturas mantém a comunidade indiferenciada onde os indivíduos, iguais, encontram-se em comunhão submetendo-se apenas à autoridade dos “anciãos rituais” (V.Turner, 1974:119).

⁶⁹ Um ritual de passagem é composto de três etapas: separação, margem ou liminaridade e reagregação. O ritual pode ter o objetivo de reversão ou elevação de status, quando o neófito assumirá uma nova posição social ou de reiteration da ordem em momentos de crise na sociedade. No ritual de elevação de status, por exemplo, as etapas funcionam de maneira a isolar da sociedade o indivíduo que passará pelo ritual, fazê-lo passar por um momento de liminaridade no qual é humilhado, desconsiderado de qualquer posição social para provar seu merecimento e depois ser reincorporado ao grupo assumindo um novo status.

Esta etapa do ritual almeja a uniformização e subjugação dos indivíduos para que, uma vez igualmente despojados de suas posições sociais, possam alcançar um novo status. O objetivo desse processo de liminaridade encerra-se no reconhecimento de “*um laço humano e genérico sem o qual não poderia haver sociedade*” (V.Turner, 1974:119). O que o autor pretende destacar é a implicação da liminaridade expressar as oposições e a necessidade do oposto para o reconhecimento do outro: pois, como exemplifica o autor, o alto não existe sem o baixo e aquele que ocupa o alto deve experimentar estar embaixo:

“É como se fossem (entidades liminares) reduzidas ou oprimidas até uma condição uniforme, para serem modeladas de novo e dotadas de outros poderes, para se capacitarem a enfrentar sua nova situação de vida. Os neófitos tendem a criar entre si uma intensa camaradagem e igualitarismo. As distinções seculares de classe e posição desaparecem ou são homogeneizadas” (V.Turner, 1974:118).

Ao descrever a condição das entidades liminares ou dos neófitos em ritos de passagem, V.Turner ressalta a importância deste momento no qual eles são colocados em situações extremas e desenvolvem uma “relação sem estruturas”, este é o momento de instauração da *communitas*.

O *ritual-ocupação* funciona desta maneira: ele separa os *sem-terra potenciais* de suas referências, os leva para um lugar distante, desconhecido, onde todos serão tratados igualmente e serão expostos à mesma situação, aos mesmos riscos para depois darem início a uma nova condição de vida.

A viagem à noite, pela madrugada, é simbolicamente referência de liminaridade, pois é na escuridão, na invisibilidade, que se dá o deslocamento dos sujeitos de um lugar ao outro, de uma condição para a outra; é a separação, o início da passagem na qual se abandona a vida social anteriormente estruturada.

A chegada à área do futuro acampamento é repleta de *místicas*. As orientações para a chegada já foram passadas nas reuniões do *trabalho de base*, sobre como proceder na entrada da área e na construção dos barracos. Após cortarem a cerca, momento simbólico de subversão e tomada de posse, os *sem-terra potenciais* adentram a área em fileira, assim

como cruzaram as estradas nos ônibus, e iniciam a montagem dos barracos que significará, comunicará, a apropriação do espaço e a sua nova condição: *acampado*.

Em geral organizam-se algumas leituras e músicas, fogueiras e a construção dos barracos. Os primeiros barracos construídos não são todos definitivos, são feitos de forma mais simples para que montem o maior número possível em menos tempo. É feito também um barracão para abrigar as famílias e fazer a “cozinha coletiva”.

Há o intuito de criar não só o sentimento de pertença, mas a identificação dos sujeitos uns com os outros. O tratamento de todos os *acampados* como iguais, todos viajando à noite, homens, mulheres, idosos, jovens e crianças, independente do tempo que participaram de reuniões ou o quanto conseguiram contribuir ou arrecadar de doação para a ocupação, todos participam das mesmas atividades, todos carregam água, madeira e constroem os barracos ou ajudam na refeição coletiva.

É este o momento da produção do “sentimento de pertença” ao MST que está diretamente ligado à noção de organização proposta pelo *Movimento*, a qual discursa acerca de um “modelo igualitário” dando especial importância à “ausência de propriedade”, pois, segundo o *Movimento*, a concessão de uso da terra desapropriada pelo Estado tem seu melhor aproveitamento com o uso coletivo.

A proposta do MST, ao menos em sua teoria, aproxima-se do ideal de *communitas* com certa coerência, da mesma maneira que os franciscanos cuja doutrina da pobreza conservava uma liminaridade permanente (V.Turner, 1974:177). Segundo V.Turner, os companheiros de São Francisco organizaram-se para fazer durar a *communitas* mesmo quando tornaram-se uma Ordem da Igreja Católica, pois mantiveram a “memória da *communitas* original”, por exemplo, abrindo mão dos direitos de propriedade.

A existência de uma organização não exclui automaticamente o estado de *communitas*, no entanto, como demonstra o autor, é a normatização, a instituição de regras posições, funções e cargos que impedem a continuidade da *communitas* ao introduzirem o legalismo. É a partir de então que a *communitas* entra em declínio:

“A *communitas* em pouco tempo se transforma em estrutura, na qual as livres relações entre os indivíduos convertem-se em relações governadas por normas, entre pessoas sociais” (V.Turner, 1974:161).

No amanhecer da ocupação, quando alguns barracos já estão montados, realiza-se uma assembléia na qual todos participam, definem o regimento interno do novo acampamento e escolhem algumas pessoas para representá-los como seus coordenadores. A princípio, essa organização não significaria o fim do estado de *communitas*, mas a *organicidade* do *Movimento*, quando posta em prática, reproduz hierarquias que se propunha não existirem.

É neste momento que a *communitas* deixa de ser espontânea, torna-se normativa e em pouco tempo ideológica, pois ao estabelecer as funções e tarefas, ao definir posições e cargos, institui-se novamente a estrutura. A suspensão de estruturas no ato da ocupação onde, simbolicamente, todos despem-se de suas categorias, classes e funções para, igualmente, construírem uma nova condição é o que estou qualificando de o estado de *communitas*, o momento ritual de liminaridade que exaure-se ao reiterar as estruturas.

Como um ritual de passagem, o *ritual-ocupação* cumpre suas etapas: separação, margem e reagregação. O período da margem, da liminaridade, é central pois carrega novos valores e uma nova proposta que, apesar de permanecer apenas no horizonte utópico, permanece como referência e pode estimular, na prática da ação, alguma mudança, pois:

“O ritual, na verdade, tem o efeito a longo prazo de salientar de maneira mais decisiva as definições sociais do grupo” (V.Turner, 1974:207).

A leitura desse momento através de um estado de *communitas* instaurado pela ocupação e a sua dissolução com a aplicação de metodologias organizativas do *Movimento* interessa aqui por representar, em última instância, um embrião do processo de produção do Outro em acampamentos: a transformação da chegada mágica na primeira ocupação – a qual desperta sentimentos de camaradagem e solidariedade entre estes *acampados* da busca de um lugar social no qual a posse da terra lhes permita sobreviver digna e autonomamente para a realidade de um espaço repleto de regras e projetos alheios às suas aspirações e que muitas vezes os excluem de participar e entendê-los.

O programa de Reforma Agrária do MST requer muito mais do que a terra. As demandas vão desde créditos a projetos ambiciosos que visam uma nova forma de relação mercantil: um novo modelo de desenvolvimento. Esse modelo, ainda assim, não se restringe ao campo produtivo, mas propõe um novo modelo de sociedade que se desenvolva com ele, um projeto de Nação.

A própria história do MST é contada no *trabalho de base* e nas *místicas* a partir de parágrafos conhecidos da colonização, desde a chegada dos portugueses, a expulsão e genocídio de índios, a escravização e marginalização dos negros, o surgimento de quilombolas, as lutas separatistas, Contestado, Canudos e tantos outros episódios que representam opressão e luta em resposta. A identidade *sem-terra* é também construída em analogia a estes grupos excluídos da história brasileira de forma a tornar legítima mais essa luta, a luta pela terra empreendida pelo MST (C.deA.Chaves, 2000:120).

Assim a “luta”, sintetiza em si os diversos projetos individuais a partir do que há de comum neles: a terra. Ao menos no momento em que se pretende conquistar a terra, as heterogeneidades são catalisadas em torno deste objetivo (C.deA.Chaves, 2000:103).

Essa é a motivação primeira que reúne os *sem-terra potenciais*, a qual, se mantida isoladamente, é objeto de crítica pelos “ideólogos do Movimento”, cujo projeto visa transformar a sociedade a partir de uma “revolução cultural” (A.Bogo, 1999), através de uma reforma agrária que priorize as ações coletivas, inclusive no que concerne à produção. Essa necessidade não é partilhada por todos, sendo foco de intermináveis conflitos ao traçar o projeto do futuro assentamento.

Esse paradoxo, em si, gera dificuldades, pois, além de lidar com estas contradições internas, o *acampado* termina tendo que enfrentar uma concepção pré-determinada de “campesinato” a qual sustenta uma visão negativa no que diz respeito à sua forma de produção baseada na família, cunhada como “individualista”. Muitos *acampados*, *apriori*, opõem-se ao projeto de coletividade do MST, logo, qualquer divergência é dada como “indisciplina”, uma ameaça aos ideais do MST e, muitas vezes, motivo de expulsão (C.deA.Chaves, 2000:109).

Interessante ainda pensar que a mesma justificativa de “indisciplina” e “vícios” é colocada pelo *Movimento* enquanto causa dos problemas internos; um ciclo sem fim que toma como causa dos problemas a resposta dada pelos sujeitos, assim, para resolver tudo

bastaria que os *acampados*, por exemplo, aumentassem seu “espírito solidário” (C.deA.Chaves, 2000:134).

Portanto, não é desconexo o fato das assembléias gerais ocorrerem de forma a aliviar momentos de tensão, pois levam ao grupo a possibilidade de decisão, a então proclamada democracia. O caráter *místico* presente nessas reuniões é mais um elemento para fortalecer a solidariedade e a “pertença” ao MST. Operando como um ritual, essas reuniões e assembléias são reestruturantes (V.Turner, 1974:211), pois transformam as crises nas quais os acampados sentem-se excluídos em um momento no qual todos participam.

Os acampamentos, especialmente, têm um caráter agregador inusitado. A convivência destas pessoas por um tempo prolongado num local sabidamente provisório, porém potencialmente definitivo cria um vínculo maior e até mesmo gesta atividades e solidariedades conjuntas entre as famílias *acampadas*.

Porém, o que o *ritual-ocupação* permite verificar é que, assim como a liminaridade, o momento da *communitas* é apenas uma etapa logo superada, o próprio acampamento e as experiências nele vivenciadas também operam como um “rito de passagem” e, irônico ou não, ele passa.

Uma vez nos acampamentos, essa nova possibilidade começa a ser trabalhada e organizada, através da implementação da *organicidade*, para, a partir desta, realizar as discussões e executar os projetos almejados pelo MST. Quando assentados o trabalho que inicialmente visava a construção de uma identidade *sem-terra* desloca-se para a tentativa de implementar as cooperativas de produção agrícola.

O trabalho de base dos acampados ou a formação dos militantes não são soluções para estes conflitos. Eles podem colaborar em alguns contextos, mas a necessidade maior, em vista das experiências aqui descritas, é a revisão de algumas prioridades do *Movimento* que permitam, antes de mais nada, incluir os *acampados* nas discussões dando-lhes voz e espaço de fato.

2.3.2. Cooperação e *Organicidade*

Tive acesso a três séries de publicações do *Movimento*: *Cadernos de Formação*, *Cadernos de Cooperação Agrícola* e *Caderno das Experiências Históricas da Cooperação*. Lançados cronologicamente nesta ordem, os primeiros *cadernos* datam da fundação do MST em 1985.

Inicialmente o *Movimento* publicava apenas alguns “planos” e os *Cadernos de Formação*⁷⁰.

Posteriormente, com a criação da CONCRAB (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil) em 1992, iniciou-se a publicação dos *Cadernos de Cooperação Agrícola* pelo Setor de Produção do MST - o “setor cooperativista dos assentamentos” - com o intuito de organizar a discussão sobre uma “opção de desenvolvimento rural”.

Desde os primeiros textos ressaltava-se a preocupação com a necessidade da cooperativa ser uma “opção” por parte dos trabalhadores, ou ela não iria funcionar. Para tanto, havia sugestões de etapas de discussão e aplicação de medidas que colaborariam para o desenvolvimento de uma reorganização dos trabalhadores em um sistema de cooperação, como a construção de agrovilas e pequenas experiências de trabalho coletivo.

“O desafio, para viabilizar o bem estar dos trabalhadores rurais é reorganizá-los. A re-organização precisa ser uma opção das pessoas envolvidas, como precisa ser uma opção a metodologia que irão assumir e o tipo ou modelo de cooperação que irão adotar. O processo tende a passar por algumas fases” (CONCRAB, 1993:27).

É interessante notar que com o passar dos anos os *Cadernos* apresentam mudanças nas discussões sobre cooperação agrícola em dois sentidos: há o aprofundamento de algumas discussões de cunho socialista e o reflexo de discussões ocorridas em acampamentos e assentamentos. O primeiro apresenta a reformulação dos projetos de

⁷⁰ Dentre os exemplares analisados, os *Cadernos de Formação* números 10 (1986) e 17 (1989) – ambos tratam de cooperação agrícola - tiveram seu material organizado, respectivamente, pela *Comissão Nacional dos Assentados* e pela *Coordenação Nacional do MST*. Na década de 90 os *cadernos* passaram a ser produzidos através dos Setores de Educação e de Formação do MST.

cooperação a partir dos encontros, congressos e reuniões dos *dirigentes* do *Movimento*. O segundo incorpora as conseqüências de algumas experiências em acampamentos e assentamentos. Aos poucos os projetos de assentamento delineavam as discussões teóricas e o projeto de *Movimento* que vinha sendo construído pela militância.

Em 1989 o MST assumiu um “nível intermediário” de cooperativa, a SCA (Sistema Cooperativista dos Assentados) no qual o assentado empregaria parte de sua terra e de seu trabalho na produção coletiva por meio de associações.

Em seguida, já na década de 90, assumindo um caráter mais empresarial, as CPAs (Cooperativa de Produção Agropecuária), inspiradas nas CPAs Cubanas, romperam com as bases familiares da produção agrícola:

“A CPA é considerada uma empresa na qual não existe uma ‘família’ incorporada ao projeto, mas ‘indivíduos’ possuidores de ‘cotas-partes’” (S.M.Bergamasco e L.A.C.Norder, 2003:134).

O foco nas discussões sobre “cooperativas” deu-se em 1990 quando alguns *militantes* do MST haviam retornado de Cuba interessados na forma de produção que lá conheceram, e, após uma “consulta” a alguns assentados, anunciaram a “coletivização da produção” no formato de cooperativas (S.Branford e J.Rocha, 2004:133).

O objetivo das *lideranças* era transformar estas cooperativas em verdadeiras “ilhas de produção socialista”⁷¹. Em 1993, foi editado o primeiro exemplar dos *Cadernos de Cooperação Agrícola* ao passo que o tema de discussão do *Cadernos de Formação* n. 20 era “A Cooperação Agrícola nos Assentamentos”.

Em 1994, as crises nas CPAs demandaram a preparação de instruções para seus *militantes* e *coordenadores* lidarem com a documentação e as desistências das CPAs⁷² e ainda produziram uma cartilha especial “*Como organizar os assentados individuais*” (MST, 1994). O MST precisou realizar um seminário no final do ano no qual concluíram que uma

⁷¹ Desde o início, os assentados apresentaram resistência a este formato. Segundo depoimentos colhidos por S.Branford e J.Rocha (2004:134), as *famílias* exigiam uma área para subsistência, mas a *militância* rejeitava a idéia, defendendo a “coletividade”.

⁷² CONCRAB. *Vínculo empregatício, Previdência, Legislação Fiscal, Acerto das desistências nas CPAs: Que fazer?*, Cadernos de Cooperação Agrícola no. 03, Outubro de 1994.

alternativa para a implementação da cooperação seria unir condições objetivas e subjetivas dos assentamentos em projetos específicos:

“As condições objetivas que determinam a possibilidade de realizar-se com sucesso formas de cooperação agrícola nos assentamentos estão relacionadas com diversos fatores de produção, ou seja: a situação da terra, os meios de produção, o mercado e as potencialidades econômicas da região (...) As condições subjetivas que determinam a possibilidade da cooperação agrícola num assentamento estão relacionadas com as características dos assentados, da pessoa humana. São elementos fundamentais: a questão da voluntariedade em participar de formas cooperativas, o nível de conscientização, a capacidade de organização e o grau de qualificação enquanto mão-de-obra” (CONCRAB, 1995:5-6).

No entanto todas as saídas e formas de discussão elaboradas nessa época ou posteriormente não consideram em momento algum que a “inadaptabilidade” dos assentados dá-se por eles também terem um projeto, às vezes diferente do proposto pelo MST, ou seja, não se trata simplesmente de falta de conscientização ou organização.

Mesmo em 2001, quando o MST edita um material direcionado especialmente sobre as discussões de projetos de assentamento nos acampamentos, as orientações vão no sentido de buscar incorporar os chamados “individuais” em outras formas de cooperação (como as associações e as cooperativas de comercialização) e não unicamente na produção coletiva. Isto seria feito através de *místicas* – utilizando aspectos culturais, religiosos e ideológicos dos acampados – da *formação político-ideológica*, da *organicidade*, da capacitação técnica, do *trabalho de base* e da substituição de agrovilas por “núcleos de famílias.

O projeto *Comuna da Terra*, por exemplo, foi uma sistematização desta proposta feita pelo MST que visava, inicialmente, corrigir estes “erros passados”, garantindo uma pequena área para cada lote familiar, mas ainda sim reservando a maior parte das terras para a produção coletiva (Cf. S.M.Bergamasco e L.A.C.Norder, 2003).

Os dados aqui apresentados indicam que, apesar de muitos *acampados* rejeitarem formas coletivas de produção, alguns projetos que garantem a moradia nos lotes e que permitem a livre associação dos *acampados* por “afinidade” surgiram de maneira espontânea se houvesse maior abertura para tal, como ocorreu na “reunião suspeita” debaixo da mangueira no *Mário Lago*. O que ocorre é que a forma de organização dos acampamentos, a metodologia da *organicidade* trabalha a partir de metas traçadas pelo MST e ainda visando projetos específicos desenvolvidos pelas secretarias estaduais e regionais do *Movimento*, não dando espaço para o desenvolvimento de projetos pelos próprios *acampados* e até mesmo tachando o seu surgimento de *picuinhas*.

O que as trajetórias do *Terra Sem Males* e do *Mário Lago* e dos assentamentos que visitei: *Sumaré I* e *Sumaré II*, *Carlos Lamarca* em Sorocaba, *Sepé Tiarajú* em Serra Azul e *Milton Santos* em Americana, assim como as atividades do MST que pude acompanhar – encontro estadual, marcha e ocupações – suscitam, é que há um problema de compreensão e comunicação nesses espaços que afasta cada vez mais os sujeitos desses processos quando, após tantos anos de estudos e as mais diversas experiências, o *acampado* ainda é visto segundo a concepção de um “campesinato passivo” que necessita de “formação ideológica”.

Para avançar nestas discussões, é preciso compreender melhor o que é a *organicidade*, essa metodologia empregada na organização de acampamentos e assentamentos e na *formação* dos acampados e assentados⁷³.

A *organicidade* encontra-se como um dos elementos mais debatidos nos conteúdos dos *Cadernos de Formação* editados pelo próprio *Movimento*. A publicação sistematicamente repetida sobre o tema e a importância de assumi-lo como forma indispensável para a transformação da sociedade data do nascimento do próprio MST.

Um texto produzido pelo MST, de 1986⁷⁴ foi re-editado em 2004⁷⁵ visando “*aperfeiçoar o processo de construção do cooperativismo nos assentamentos*”, através do levantamento dos “*vícios e desvios ideológicos determinados pelas formas de trabalhos*”

⁷³ Cf. CONCRAB, 1993 a 2004.

⁷⁴ Santos de Moraes, Clodomir. *Elementos sobre a teoria da organização no campo*, 1986.

⁷⁵ CONCRAB. *A constituição e o desenvolvimento de formas coletivas de organização e gestão do trabalho em assentamentos de reforma agrária*, Cadernos de Cooperação Agrícola no. 11, Maio de 2004.

artesanais” e de quais instrumentos deveriam combatê-los, norteados por dois princípios: a *unidade* e a *disciplina*.

No *Plano Nacional do MST*⁷⁶, editado a partir do V Encontro Nacional do MST em 1989, previa-se tarefas para serem colocadas em prática nos próximos cinco anos. Dentre estas, metade dos itens encontrava-se no capítulo “organização interna do MST”. Estes são alguns destes itens:

- *Expandir o MST para novas regiões prioritárias dentro dos estados.*
- *Desenvolver métodos de organização que garantam: direção coletiva, divisão do trabalho, profissionalismo, disciplina, responsabilidade e estudo, planejamento, crítica e autocrítica, vinculação com as massas.*
- *Desenvolver uma mística da nossa luta junto às massas.*
- *A coordenação Nacional e as Executivas Estaduais devem ser compostas por lideranças de massa e organizadores do MST na luta pela terra.*
- *Definir uma política de aproveitamento dos quadros existentes, de modo a atender as necessidades do MST a nível nacional e nos estados. E para os que já estão assentados, definir melhor a participação na organização do Movimento e na produção.*⁷⁷

Estes elementos encontram-se presentes em todas as publicações que tratam da *organicidade* e da *unidade* do MST - termos que apareceram nos documentos do Movimento entre 1993 e 1994.

No *Documento Básico do MST*⁷⁸ de 1994 tanto o termo quanto a discussão da *organicidade* aparecem mais claramente sistematizados e pela primeira vez associando a estrutura organizacional à necessidade de uma *formação* continuada e profissional da *militância*.

O termo originou-se da noção de “trabalho orgânico” requerido aos militantes, uma dedicação “vital” às funções, aos setores e instâncias do MST. O uso do termo

⁷⁶ *Plano Nacional do MST 1989 a 1993*, Cadernos de Formação no. 17, Junho de 1989, p. 15.

⁷⁷ Itens do Plano Nacional, respectivamente, de números: 66, 67, 68, 69, 70 e 71.

⁷⁸ *Documento Básico do MST – documento para debate e revisão durante 1994/95*, julho de 1994, p. 28.

organicidade, portanto, é datado e inicia-se na mesma época em que os intelectuais “amigos do MST” tornam-se “intelectuais orgânicos”, o que sugere reflexos dos estudos da teoria gramsciana junto ao MST⁷⁹.

Como coloca o próprio A.Gramsci (1978:14), há diferentes filosofias e concepções de mundo, a partir das quais se faz uma escolha sobre qual se quer assumir, mas há uma contradição dada entre o fato intelectual (pensar) e a norma de conduta (agir). Não seria diferente no que concerne às matrizes teóricas do MST ou mesmo em relação à própria noção de *organicidade* apropriada da teoria gramsciana.

Um exemplo dessa diferença é visto na análise dos movimentos do Renascimento e da Reforma. O autor coloca que apesar do sucesso destes por terem tido êxito ao revelarem aos “simplórios” o entusiasmo da “*elevação a uma forma superior de cultura e de concepção de mundo*” (A.Gramsci 1978:17), faltou-lhes *organicidade*:

“(...) a organicidade de pensamento e a solidez cultural só poderiam ocorrer se entre os intelectuais e os simplórios se verificasse a mesma unidade de que deve existir entre teoria e prática, isto é, se os intelectuais fossem organicamente, os intelectuais daquela massa, se tivessem elaborado e tornado coerentes os princípios e os problemas que aquelas massas colocavam com a sua atividade prática, constituindo assim um bloco cultural e social” (A.Gramsci 1978:18).

Esta noção de uma “filosofia da práxis” proposta pelo autor consiste em uma “crítica do senso comum”, o que quer dizer inovar e tornar “crítica” uma atividade já existente ao invés de introduzir uma teoria ou um grande projeto revolucionário na vida dos sujeitos.

“Trata-se, portanto, de elaborar uma filosofia que – tendo já uma difusão ou possibilidade de difusão, pois já ligada à vida prática e implícita nela – se torne um senso comum renovado pela coerência e

⁷⁹ Na página da internet do MST, há uma “biblioteca” do *Movimento* onde há uma sessão denominada “lutadores e lutadoras do povo” na qual encontra-se, dentre outras biografias, um breve texto sobre a vida e obra de Antonio Gramsci (Cf. <http://www.mst.org.br/mst/listagem.php?sc=8>).

pelo vigor das filosofias individuais. E isto não pode ocorrer se não se sente, permanentemente, a exigência do contato cultural com os ‘simplórios’” (A.Gramsci 1978:19).

Contudo, como ressalta o autor logo em seguida, esse processo de criação dos “intelectuais orgânicos” - essa elite sem a qual a “massa” jamais se organizaria por si só - é cheio de contradições, avanços, recuos, cisões e agrupamentos.

É visível o objetivo e a tentativa do MST “formar” seus *militantes* a partir desse conceito de “organicidade” e “intelectuais orgânicos”: além dos estudantes universitários, sindicalistas e representantes de comunidades que deixam suas atividades para engajarem-se no MST atuando como *militantes*, são escolhidos *acampados* que apresentam “vocação” para a militância para participarem de cursos de formação do *Movimento*, como ocorreu com os ex-coordenadores do *Terra Sem Males* que após alguns meses de acampamento foram convidados pela regional de Campinas para estudarem e prepararem-se para a nova função.

A compreensão que estes coordenadores tinham das necessidades dos *acampados* e do acampamento era considerável, uma vez que eles eram originários dessa mesma “massa”. No entanto, em sua nova condição de *militantes*, aprendem que há uma forma de organizar o acampamento, o assentamento e o mundo e o papel deles é, como uma vez relatou Roni: “*mostrar para os acampados o que é melhor para eles*” (então coordenador do antigo *Terra Sem Males*).

Assim, como ocorre em outros acampamentos, a dificuldade do diálogo entre eles, então *militantes*, e os *acampados* é que por mais que os coordenadores fossem capazes de identificar as aspirações e potencialidades dos sujeitos que coordenam, há um projeto que deve ser implementado e que, paradoxalmente, desconsidera esse demorado processo de *formação* de uma *organicidade* entre “massa” e “intelectuais” cujo objetivo seria inovar as atividades existentes e não implementar teorias exteriores.

A filosofia da práxis não tem funcionado em acampamentos e assentamentos por que a prática é sobreposta pela teoria: em nenhum *caderno de formação* há procedimentos sugeridos para conhecer as práticas dos sujeitos acampados em função de trabalhar alguma

teoria em cima destas. No entanto, todos os estudos dão-se no sentido inverso: construir estratégias a partir de aspectos culturais dos *acampados* para aplicar os ideais do MST.

Desconsidera-se, portanto, que;

“Uma parte da massa, ainda que subalterna, é sempre dirigente e responsável, e a filosofia da parte precede sempre a filosofia do todo, não só como antecipação teórica, mas também como necessidade atual”
(A.Gramsci 1978:24).

A busca incansável pela implementação de uma proposta socialista idealizada, dos projetos vanguardistas de cooperativas do MST acaba por apagar o sentido de “pertença” construído na formação da ocupação: instaurado o acampamento inicia-se a produção da estrutura da *organicidade*, colocando em prática ideais que não existem no universo simbólico dos sujeitos que de fato compõem os acampamentos, ao passo que desperdiça-se outros conceitos e potencialidades que poderiam resultar em experiências muito mais transformadoras do que as que hoje se apresentam nos diversos assentamentos espalhados pelo país.

Como ressalta B.M.Fernandes,

“A falta do processo de avaliação do espaço de socialização política não possibilitava a construção da práxis efetiva e nem da elaboração dos fatores objetivos e subjetivos, fundamentais para a conscientização dos trabalhadores, como sujeito coletivo, e para a criação de uma identidade política” (1999:172).

Durante o “XXI Encontro Estadual do MST de São Paulo⁸⁰”, em abril de 2006, acompanhei um “grupo de trabalho” no qual *acampados* do *Mário Lago* discutiam projetos de assentamento com dois jovens *militantes* assentados na região de Sorocaba há 11 anos.

⁸⁰ Esse encontro possuiu uma característica muito peculiar por ser um “encontro massivo”, no qual não participam apenas *militantes*, mas um número representativo de *acampados* e *assentados*. O tema do encontro ocorrido em Osasco, região da Grande São Paulo, era a “construção do poder popular”, tema que será

A proposta da discussão no grupo era apresentar diversos modelos de assentamento e experiências de cooperação⁸¹ implementadas na história para, a partir destas desenvolver um projeto para o grupo. Enquanto os *militantes* falavam sobre modelos de assentamento os presentes não mostravam muito interesse e, até mesmo, não demonstravam compreender grande parte do que era exemplificado naquela discussão. Por mais que se falasse em assentamentos, produção, etc., todos aqueles modelos e experiências e os resultados fantásticos que obtiveram pareciam tão distantes e desconexos da realidade deles, do *Mário Lago*, que algumas senhoras chegaram a cochilar durante a conversa.

Em um dado momento um dos *acampados* do *Mário Lago* perguntou sobre o modelo de assentamento do jovem *militante* em Sorocaba; pediu que ele contasse como foi o processo de assentamento deles, quanto tempo demorou, como escolheram os lotes e o que iriam produzir. O jovem *militante* comentou então sobre as dificuldades, os projetos e as decisões que tomaram e como que, mesmo assim, com o passar do tempo, encontraram novos problemas em seu assentamento, e agora, após mais de dez anos pensavam em uma maneira de reorganizar o assentamento, o qual encontrava-se dividido em agrovilas.

A reunião tomou outra forma imediatamente. A partir do momento em que os *acampados* do *Mário Lago* perceberam que aquele *militante* também vivia de fato em um assentamento, produzia e tinha problemas como eles, ocorreu uma identificação imediata e os sujeitos ali presentes que dificilmente se manifestavam em reuniões no seu próprio acampamento, sentiram-se a vontade para falar e iniciaram uma rica discussão.

O grupo de discussão terminou sua atividade fazendo desenhos do futuro assentamento, sugerindo projetos de produção dentro do núcleo de famílias, exatamente como ocorreu na reunião de *acampados* debaixo da mangueira no *Mário Lago*: espontaneamente os *acampados* propuseram formas de produzir em conjunto com famílias com as quais tinham afinidade, em uma parte dos lotes.

Ao invés de serem captadas e discutidas a partir dos termos conhecidos por esses sujeitos, essas experiências nem mesmo são ouvidas. Ao final desses encontros de cinco dias chega para estes *acampados*, um pacote de atividades e projetos que foi “tirado” pela

retomado no “V Congresso Nacional do MST” em junho de 2007. O encontro em São Paulo reuniu cerca de três mil pessoas segundo os organizadores.

⁸¹ CONCRAB. *As experiências clássicas de cooperação agrícola – Kolkhoz, Sovkhoz, Kibutz, Comuna Chinesa, CPAs Cubanas*, Caderno das Experiências Históricas da Cooperação no. 03, Agosto de 2001.

coordenação segundo a “conjuntura” e será “passado” para cada regional “encaminhar” junto à “base”.

Termos como esses e o formato das reuniões, definitivamente, não são favoráveis para o desenvolvimento do diálogo. Mas é somente através destes códigos, destes espaços que as regras e os projetos são definidos; é a partir de encontros, congressos e seminários que a militância define a “agenda” do *Movimento*, as prioridades de ação, quantas ocupações devem ser feitas, quais são os apoios e os “inimigos”, e, até mesmo, quais eventos recentes ou históricos, símbolos e personagens históricos devem ser lembrados em músicas e em homenagens do MST.

Em grande medida, este desencontro parece resultar da busca por uma “revolução social” e socialista, enquanto projeto do MST, sobrepor-se ao próprio sucesso dos assentamentos, pois, uma vez que os projetos desenvolvidos pelos próprios *acampados* devem adaptar-se às “agendas políticas” do *Movimento*, perde-se a inventividade e mesmo a dedicação destes sujeitos, afinal, após esperarem tanto tempo “debaixo da lona preta” para conquistarem um pedaço de terra, é natural que desejassem trabalhar esse espaço à sua maneira.

No entanto, camponesa ou não, uma “revolução” que pretende reformular toda a sociedade esbarra-se nos limites de sua própria forma, como no caso dos “conflitos demandantes de terra” no Brasil, onde a inicial conquista da área de assentamento depende do aval do próprio Estado proclamado como um dos grandes inimigos da “Reforma Agrária”.

O MST tem como orientação teórica de suas diretrizes, a concepção de que os meios de produção e as condições objetivas de existência determinam a consciência das pessoas, logo, o *sem-terra* de origem camponesa que visa a autonomia familiar e uma pequena propriedade rural jamais poderá fazer a revolução, pois tende a tornar-se um “pequeno burguês”. Contudo, são estes sujeitos de uma certa origem camponesa que possibilitam formas outras de produção a partir de relações construídas no tempo de acampamento.

É isto que mostram os estudos sobre populações rurais e, especialmente, as etnografias sobre acampamentos e assentamentos: é o pobre lavrador e o sem-terra que, majoritariamente, irão compor acampamentos pelo país em busca de uma nova condição de vida, questionando a propriedade da terra. Não é a posse ou o vínculo objetivo mantido

com o campo que determinará o quanto estes sujeitos são capazes de negociar para reproduzirem uma condição de vida.

De fato, como já foi discutido, se não há uma espontaneidade desses sujeitos em relação à organização de uma ocupação, há uma motivação e determinação consideráveis que percebem na “forma acampamento/movimento” a única possibilidade para integrarem-se à “luta pela terra”.

É a persistência, o sonho de reconstituir uma condição de vida perdida pelo sujeito ou por suas gerações anteriores e, até mesmo, o desejo de construir uma nova condição de vida que leva estes *sem-terra* a permanecerem nos barracos de lona preta, longe de seus familiares, muitas vezes privados de água e alimentação. E se é preciso que organizações e movimentos despertem esta motivação, estas mesmas entidades precisam desses despossuídos, que são, eles mesmos, o maior valor a ser negociado para que estas “lutas” continuem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As disputas que se colocam em torno dos projetos de assentamento definem um debate mais profundo por um projeto de MST: o que está em disputa é o próprio modelo de *Movimento*.

Embora esses sujeitos, hoje acampados, não tenham iniciado esta jornada em busca de um pedaço de terra “espontaneamente”, no momento em que decidem participar de uma ocupação e resistir às adversidades do tempo de acampamento é posto em prática um projeto de autonomia, o qual se aplica também ao espaço limitado e temporário do acampamento. Enquanto isto, os dirigentes, coordenadores e militantes que definem as diretrizes do MST almejam uma revolução através da “reforma agrária”.

A divergência destes projetos de vida gera uma separação, um distanciamento que ocorre ao produzir-se o Outro, o *acampado* e o *militante* em detrimento da então proclamada identidade uniforme e nacional de *sem-terra*. A instauração da *communitas*, do *sem-terra* companheiro e socialista nas ocupações de terra, encerra-se junto com o ritual. Quando estabelecidas as primeiras regras, funções e “cargos” delimita-se a ação dos sujeitos e determina-se o lugar de ação de cada um. Como exposto no texto, V.Turner (1974) aponta para a importância da não existência de hierarquias e estruturas no estado de *communitas*, o que se torna inevitável, por exemplo, com o estabelecimento da *organicidade*, das *coordenações* no acampamento, da noção de que algumas pessoas coordenarão outras. O papel primeiramente funcional desdobra-se ainda em posições de prestígio perante o grupo, posições estas que qualificam o quanto o sujeito faz parte do grupo, o quão engajado ele se encontra.

Ao fazer esta classificação, invariavelmente, a militância define quem é do *Movimento* e quem não é. Com o estabelecimento dessas posições e funções inicia-se a formação de grupos diferenciados, aproximando cada vez mais o *acampado* de um “outsider”. Estes sujeitos terminam paradoxalmente não se vendo como parte do MST, constituindo a distinção “nós” e “eles: o *Movimento*”. No entanto, os *acampados* são o movimento tanto quanto os *militantes* e demonstram isso questionando o formato de

organização de seu acampamento ou assentamento, logo, as diretrizes do movimento do qual fazem parte.

Esses sujeitos questionam e assim o fazem por saberem que o espaço do acampamento ou as regras em discussão já fazem parte do projeto de vida no qual decidiram investir e suas ações e participação crítica são necessárias para o sucesso desse projeto. No entanto, essas intervenções, ao menos grande parte delas, como o caso do racha da *Comuna da Terra*, são compreendidas pelas lideranças enquanto oposições ao *Movimento* e não enquanto uma ação de questionamento ao movimento do qual fazem parte.

Desta maneira eles não só participam do processo como, de certa maneira, o tomam para si ao discutirem como devem se organizar. Esta ação - que seria tida enquanto natural caso eles fossem vistos e aceitos como parte ativa do movimento que formam – torna-se uma ameaça por representar não só o questionamento da hegemonia de um projeto político e de reforma agrária, mas uma iniciativa de tomada de poder.

Esta ameaça é o processo de apropriação política do “movimento” por parte desses sujeitos, sem os quais o movimento não existe, mais do que isso, é a objetivação do fato de que os *acampados* são o movimento.

Estes sujeitos acampados possuem uma outra perspectiva do seu *Movimento*. Eles ingressam no MST, em sua maioria, para reconstituir sua condição camponesa e por isso uma expulsão é tão grave: não é expulso alguém que não se adaptou ao movimento, mas se exclui parte do movimento, uma parte que questiona diretamente os planos e objetivos dos militantes e dirigentes, o “*Movimento profissional*”.

Há práticas culturais distintas em contato no *Movimento*: os *acampados* que visam o estabelecimento de uma condição de vida mais digna a partir do uso e posse da terra⁸² enquanto a visão dos *militantes* centra-se na possibilidade da transformação social, na construção de um projeto de nação a partir de uma forma específica de organização e divisão do trabalho entre os assentados. Essas práticas, como em qualquer situação, influenciam-se e modificam-se, agregando valores e ressignificando termos, como a própria noção do que é ser acampado, militante, sem-terra e o que é o próprio MST.

⁸²A noção de posse apresenta-se como referência à herança, ao bem deixado como garantia de sobrevivência para os filhos e não fonte de acumulação ou troca.

Ora, mesmo as músicas e palavras de ordem do MST são reapropriadas por outros movimentos como constatou-se nos usos que o MLST faz dos símbolos do movimento a partir do qual se originou. Apesar dos significados não serem tão distintos na prática cotidiana, termos como estes modificam-se e passam a ser utilizados em contextos diferentes. A própria noção do que é ser “militante”, como foi mostrado, classificava diferentes grupos de sujeitos na regional de Campinas e de Ribeirão Preto, ocasionando alguns dos desentendimentos descritos.

A estrutura do acampamento abriga grupos sociais distintos. Se tomarmos o acampamento *Mário Lago* como um exemplo para análise, nele pode ser verificada uma mudança nas relações a qual é percebida pela necessidade de outros termos - “novos acampados” e “novos militantes” – para classificar, por exemplo, os sujeitos que em outros contextos eram e neste então não são considerados mais enquanto *militantes*.

Quando os acampados do *Terra Sem Males* foram introduzidos no *Mário Lago* duas noções de militância encontraram-se: na primeira, qualquer atividade desempenhada, seja em função da organização do acampamento ou das secretarias era tida como uma atividade do *Movimento*, enquanto a segunda, a noção vigente em Ribeirão Preto, tomava como militância a atividade desempenhada majoritariamente fora do espaço do acampamento, ou segundo as orientações da diretoria regional. O termo “militante” era tomado em um outro sentido pelos acampados do *Terra Sem Males*, os quais acreditavam-se militantes do MST após quatro anos de trabalho de base e coordenações dentro do acampamento, e, neste novo contexto, entravam em confronto com a noção já utilizada, se vendo obrigados a reorganizar suas práticas e categorias.

O que é ser *sem-terra*, *acampado* ou *militante*, não está dado e nem mesmo pode ser definido de maneira genérica e homogênea, como os próprios dirigentes do MST gostariam. Apesar dos termos guardarem em si um significado em muito ligado a funções e atividades a serem desempenhadas, na prática, eles se modificam.

A reorganização então dos objetos e signos que se apresentam no contexto truncado desse acampamento recortado, reestruturado, “rachado” e “renucleado” diversas vezes, impõe aos sujeitos o risco da prática, a renegociação e ressignificação⁸³ dos muitos conceitos anteriores ao seu ingresso no MST. O cotidiano da *organicidade*, planejada em

⁸³ Noções trazidas de M.Sahlins (1979).

cursos e cartilhas do MST, enfrenta primeiramente as dificuldades de infra-estrutura de uma situação de acampamento, as necessidades e as impossibilidades dos sujeitos dedicarem-se aos projetos e atividades propostos e terminam por tornarem-se anacrônicas ao desconsiderarem as orientações culturais dos sujeitos que ali se encontram. Estes sujeitos, ainda, negociam seus projetos de vida e as possibilidades de realizá-los com um arcabouço teórico marxista muitas vezes incompreensível que lhes exige, em última instância, a negação de seus projetos em prol de um projeto maior.

Este desencontro agrava-se com a ausência de diálogo e de uma negociação efetiva que vise o equilíbrio de tão diversos projetos. Assim, o conflito inerente ao processo pode representar uma ruptura a partir do momento em que o *militante* deixa de representar a conexão destes sujeitos com a estrutura burocrática, sem a ajuda dos quais, primeiro, não aconteceria a primeira ocupação, e, segundo, não dariam continuidade ao processo de negociação do desejado pedaço de terra perante as instâncias do governo. O *militante* torna-se, em muitos casos, uma figura opressora que os afasta do projeto pelo qual estão lutando, do movimento no qual estão lutando.

Ao passo que, neste momento, os *militantes* enxergam nestes sujeitos a ameaça ao projeto que idealizaram e no qual trabalharam por tanto tempo. Expulsar estes sujeitos sob a justificativa de que eles opõem-se ao *Movimento* apresenta-se enquanto uma lógica natural, considerando as regras estabelecidas e o conceito de movimento de que partilham. Portanto, as censuras nas reuniões, as acusações em relação às picuinhas e a expulsão destes sujeitos é uma tentativa de eliminar as contradições do processo e preservar a estrutura então concebida.

No entanto, a eliminação da diferença, o esforço por expulsar do movimento os questionamentos e conflitos, pode terminar por enfraquecer a própria estrutura que se quer preservar, uma vez que o que se elimina é uma parte da estrutura e não apenas alguns sujeitos. Estes sujeitos - como os *militantes-acampados* do antigo *Terra Sem Males*, ou os *coordenadores-acampados* do *Mário Lago*, por exemplo - representam um grupo com o qual os acampados se identificam, afinal, estes sujeitos são acampados e são ainda dotados de legitimidade e confiança por parte do grupo enquanto lideranças. Eles são uma liderança voltada, na maioria das vezes, para os mesmos objetivos do grupo e apresentam-se enquanto representantes dos acampados, capazes de dialogar e transitar entre os grupos,

acampados e *militantes*. Quando esta conexão de desfaz e não há mais posições intermediárias, a segmentação explícita entre *acampados* e *militantes* pode levar a uma ruptura⁸⁴.

A expulsão de alguns sujeitos, como ocorrera no *Mário Lago*, pode iniciar este processo de ruptura: os sujeitos desvinculam-se do movimento assumindo a autogestão do assentamento ou aliando-se a uma outra organização, por exemplo.

Os eventos posteriores a um episódio de racha revelaram um curioso paradoxo: além do continuado esfacelamento das relações que pode culminar com a destituição do movimento, assumindo ou não uma outra bandeira, ou até mesmo com o fim do acampamento no local, apresenta-se uma situação de reprodução das estruturas então desfeitas ao constituir outros movimentos, como o MLST e o *Índio Galdino*.

Este quadro demonstra o quão forte é a forma acampamento/movimento e a legitimidade deste modelo, que é hoje condição quase que indispensável para início do processo de desapropriação de terras. A eficácia do modelo o faz recriar-se nas mais adversas condições, como também descreveu M.Rosa (2004) em seus exemplos de campo, pois ele garante, em última instância, a concretização do sonho do pedaço de terra e de reprodução da família.

Além da funcionalidade do modelo forma acampamento/movimento, as características das condições de *militantes*, *acampados*, e suas variações são tão multifacetadas e fluídas que tornam-se muito mais do que funções meramente burocráticas para a existência de um acampamento, elas dão um outro significado à dinâmica do acampamento e à vida destes sujeitos ao tornarem-se elementos de um sistema de prestígio, uma possibilidade de significação social, respeito e poder frente à comunidade.

A trajetória do *Terra Sem Males* revela que a resistência ao tempo de acampamento requer não somente condições objetivas de permanência no movimento – infra-estrutura, renda e disponibilidade para as atividades –, mas também a prioridade do sonho pela terra que consiga resistir às oportunidades de emprego que possam surgir durante a espera, à distância e dificuldades da família em relação à situação de acampamento e aos desencontros entre *acampados* e *militantes*.

⁸⁴ Análise inspirada em M.Gluckman (1987)

Esse objetivo, ainda assim, por mais enfático que ele possa ser, depende também das redes e relações que são produzidas e mantidas entre o *sem-terra*, sua família e seus “companheiros”: sem um apoio dentro (e fora) do acampamento, sem um suporte que incentive e viabilize a vivência no acampamento, dificilmente o sujeito permanece por muito tempo na condição de acampado.

Para tanto, as relações estabelecidas na condição de acampamento não só colaboram para a persistência como definem o quão significativo ser *sem-terra* tornou-se na vida desses sujeitos e, conseqüentemente, de que maneira este movimento continuará. Essas relações que estimulam atualizações da estrutura e reinvenções do espaço e mesmo do projeto de vida que está em construção, podem levar a rupturas ao invés de transformações, quando a diferença entre as condições e o grau de distanciamento entre os sujeitos produzido no tempo de acampamento são muito profundos.

A trajetória do *Terra Sem Males* ressalta o quanto terras férteis, apoio político e perspectiva de projetos e financiamentos prósperos não são suficientes para garantir a realização de um assentamento “modelo”, mas, antes de mais nada, é o capital simbólico, os sujeitos envolvidos e sua capacidade de acreditar e realizar os projetos em questão que determinam a continuidade do movimento.

ANEXOS

I. Por uma terra sem males.



- Fonte da figura: www.cnbb.br

II. Matérias de jornal sobre a Fazenda da Barra

Ribeirão Preto, 30 de abril de 2004

CIDADES

A CIDAD

Acampamento do MST é esvaziado

Nove meses após a criação em Ribeirão Preto, número de famílias cai de 427 para cerca de 100

Nicola Tornatore

Em agosto do ano passado, quando teve início a luta do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra) por um assentamento da reforma agrária em Ribeirão Preto, eram 427 as famílias que se dispunham a enfrentar os rigores da vida em um acampamento em troca da esperança de ganhar um lote de terra. Quando o MST deixou de aceitar novas inscrições para o acampamento "Mário Lago", então localizado no sítio Braghetto, ao lado da almejada fazenda da Barra, o Incra fechou seu cadastro com 427 famílias, distribuídas em mais de 400 barracos, totalizando mais de duas mil pessoas.

Passados quatro nove meses e cinco mudanças de local, o acampamento nem de longe lembra o original. Restam pouco mais de cem famílias (cerca de 1/4 do total de agosto do ano passado), em menos de 150 barracos, muito deles vazios a maior parte do tempo - seus donos estão na cidade, fazendo ou procurando "bicos" que ajudem na subsistência enquanto o sonho de ganhar um pedaço de terra não se realiza.

Para o coordenador do acampamento "Mário Lago", Edivar Lavratti, membro da direção estadual do MST, o esvaziamento é um fenômeno bastante natural. "No Brasil a luta pela terra

é um processo muito desgastante, então a desistência de famílias é algo esperado e normal", diz. Segundo ele, o fenômeno tem até aspectos positivos. "Ocorre uma espécie de purificação, quem resiste e fica são aquelas famílias realmente dispostas a ganhar um lote e viver da terra", analisa Lavratti.

Para o líder do MST em Ribeirão, não existe risco de a espera pelo assentamento definitivo se prolongue a ponto de mais e mais famílias desistirem, fazendo com que o acampamento definh e acabe simplesmente por desaparecer. "De forma alguma. Não existe chance de o acampamento 'Mário Lago' desaparecer. Ele só acaba quando as famílias foram assentadas em definitivo", sustenta Lavratti.

O alvo do MST em Ribeirão é a fazenda da Barra, com 1.600 hectares. Segundo Lavratti, estão ocorrendo negociações entre a superintendência estadual do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) em São Paulo e a desembargadora do TRF (Tribunal Regional Federal) que concedeu liminar interrompendo o processo de desapropriação da fazenda da Barra, que já tinha inclusive certidão de "grande propriedade improdutiva" emitida pelo próprio Incra. Enquanto o TRF não julgar o recurso apresentado pelo Incra, o processo continua parado.



Pouco mais de cem famílias, em menos de 150 barracos, permanecem no acampamento do MST em Ribeirão Preto



MUDANÇA

Famílias acampadas já estão no quinto 'endereço'

O acampamento "Mário Lago" começou a ser montado em 2 de agosto de 2003, quando famílias arregimentadas pelo MST invadiram o sítio Braghetto, localizado às margens da rodovia Anhanguera e vizinho da fazenda da Barra. O dono conseguiu reintegração de posse na Justiça, mas fez um acordo para a desocupação de sua área até 10 de dezembro. Em 20 de novembro as famílias deixaram o sítio Braghetto e invadiram o parque administrativo "Maurílio Biagi", onde fica a Câmara Municipal de Ribeirão Preto. Pressionada, uma semana mais tarde a Prefeitura autorizou a transferência do acampamento para um terreno público no Parque dos Flamboyants. As famílias deixaram essa área no início do mês e ocuparam uma estrada que corta a fazenda da Barra - que a Prefeitura diz pertencer ao município, e que os advogados do dono da fazenda sustentam fazer parte da propriedade. Na semana passada a PM mobilizou centenas de homens para cumprir uma ordem de reintegração de posse. As famílias deixaram o local pacificamente e ocuparam uma área de 10.000 mil², vizinha à fazenda da Barra e pertencente a um advogado simpatizante do MST.

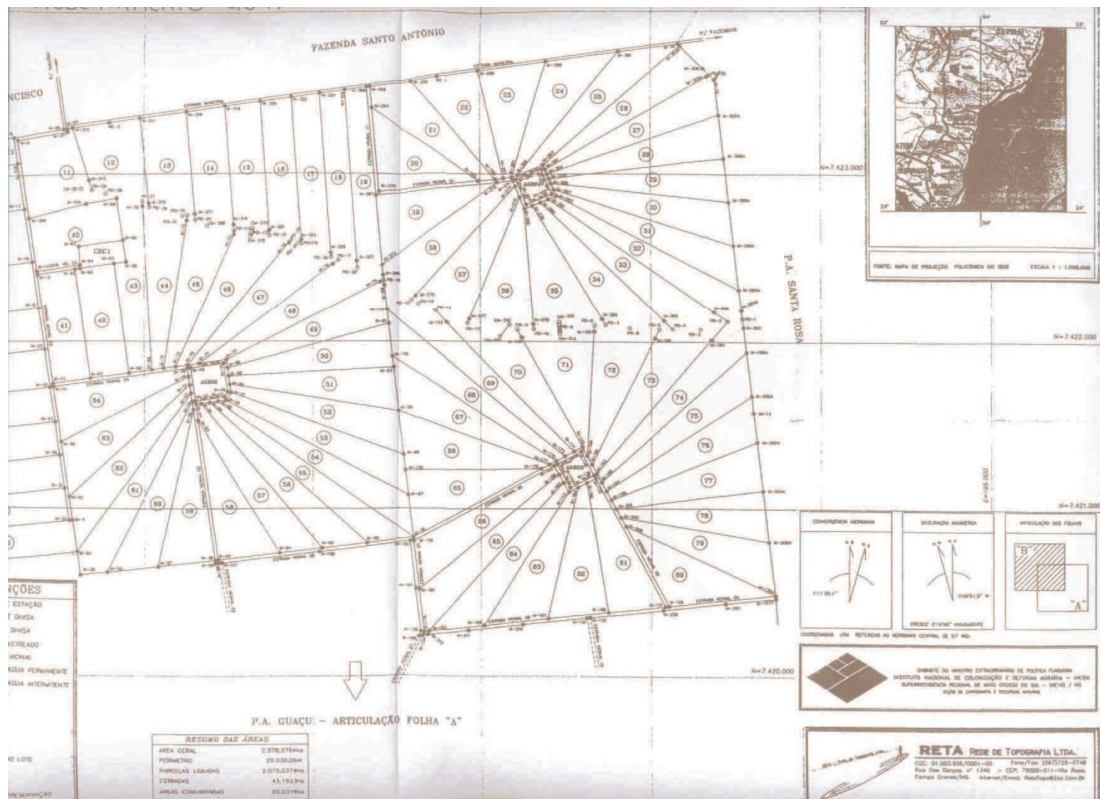
As ocupações de áreas pelo MST em Ribeirão tiveram início em agosto do ano passado: cinco endereços

- Material cedido pela Secretaria Regional do MST de Ribeirão Preto

III. Projetos de assentamentos: Núcleos e Agrovilas.



- Agrovila: moradias próximas desassociadas dos lotes individuais ou coletivos
- Fonte: www.srh.ce.gov.br



- Organização em *núcleo familiar*: moradias próximas e nos respectivos lotes.
- Fonte: CONCRAB. *O que levar em conta para a organização do assentamento – a discussão no acampamento*, Caderno de Cooperação Agrícola no. 10, Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra maio, 2001.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. “Redescobrimdo a família rural” in: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ANPOCS, no. 1, vol. 1, 1986.

BARTH, Fredrik. “Grupos Étnicos e suas fronteiras” in: POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade*, São Paulo: Edunesp, 1998.

BAUDRILLARD, Jean. *A transparência do mal: ensaio sobre os fenômenos extremos*, Campinas: Papirus, 1990.

BOTT, Elizabeth. *Família e Rede Social*, Rio de Janeiro: F.Alves, 1976.

BOURDIEU, Pierre. *O desencantamento do mundo*, São Paulo: Perspectiva, 1979.

_____. *A economia das trocas simbólicas*, São Paulo: Perspectiva, 1998.

BOGO, Ademar. *Lições de luta pela terra*, Salvador: Memorial das Letras, 1999.

BRANFORD, Sue e ROCHA, Jan. *Rompendo a Cerca. A história do MST*, São Paulo: Casa Amarela, 2004.

BRENNEISEN, Eliane. *Da luta pela terra à luta pela vida: entre os fragmentos do presente e as perspectivas do futuro*, São Paulo: Annablume, 2004.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. “Etnicidade: da cultura residual mas irreduzível” in: *Antropologia do Brasil. Mito, história, etnicidade*, São Paulo, Brasiliense, 1986.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela e VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. “Vingança e temporalidade: os tupinambá” in: *Anuário Antropológico/85*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

CHAVES, Christine de A. *A Marcha Nacional dos Sem Terra: um estudo sobre a fabricação do social*, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

CLASTRES, Hélène. *Terra sem mal: o profetismo tupi-guarani*, São Paulo: Brasiliense, 1978.

CLASTRES, Pierre. *A Sociedade contra o Estado*, São Paulo: Cosac & Naif, 2003.

COHN, Norman Rufus Colin. *Na senda do milênio: milenaristas revolucionários e anarquistas místicos da Idade Média*, Lisboa: Presença, 1981.

COMERFORD, John Cunha. “Reuniões camponesas, sociabilidade e lutas simbólicas”, in: PEIRANO, Mariza, G. S. (org.). *O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais*, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

COSTA SALES, Ivandro da (org.). *Canudos na Paraíba; luta por terra/desejo de vida*, João Pessoa: Ed. Universitária, 2000.

CUNHA, Euclides da, *Os Sertões: campanha de Canudos*, São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

DURHAM, Eunice Ribeiro. “Comunidades Rurais Tradicionais” in: *A Dinâmica da Cultura: ensaios de antropologia*, São Paulo: Cosac&Naif, 2004a.

_____. “Migrantes Rurais” in: *A Dinâmica da Cultura: ensaios de antropologia*, São Paulo: Cosac&Naif, 2004b.

ELIAS, Norbert e SCOTSON, John. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

EVANS-PRITCHARD, E. *Bruxaria Oráculos e Magia entre os Azande*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

ESTEVES, Paulo Luiz Moreaux Lavigne. “Paisagens em ruínas: exotismo e identidade nacional no Brasil oitocenista” in: *Dados*, vol. 41, n.4, Rio de Janeiro, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *MST: formação e territorialização*, São Paulo: Ed. Hucite, 2^a. ed., 1999.

GARCIA Jr., Afrânio Raul. *O Sul: caminho do roçado. Estratégia de reprodução camponesa e transformação social*, São Paulo: Marco Zero, Brasília: EdUnB, CNPq e MCT, 1989.

_____. *Terra de Trabalho*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GLUCKMAN, M., *Uma Análise Situacional da Zululândia* in: FELDMAN-BIANCO, B., *Antropologia das Sociedades Contemporâneas*, São Paulo: Global, 1987.

GRAMSCI, Antonio. *A Concepção Dialética da História*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

KOFES, Maria Suely. *Uma trajetória em narrativas*, Campinas: Mercado das Letras, 2001.

LEITE, Sérgio, HEREDIA, Beatris, MEDEIROS, Leonilde [et al.]. *Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*, Brasília: NEAD, São paulo: UNESP, 2004.

LOERA, Nashieli Rangel. *A espiral das ocupações de terra*, São Paulo: Polis, Campinas, SP: Centro de Estudos Rurais do IFCH – UNICAMP, 2006.

_____. “Limpando os *maus elementos*: disciplina e acordos num acampamento do MST” in: FERNANDES, Maria Inês; ROSA, Marcelo; SIGAUD, Lygia e GRINBERG, Mabel (orgs.) *Estado, política y movimientos sociales: enfoques teórico-metodológicos en antropología social*. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2007 (no prelo).

MACEDO, Marcelo Ernandez. *Zé Pureza: etnografia de um acampamento no norte fluminense*, Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: UERJ, 2003.

_____. “Entre a ‘violência’ e a ‘espontaneidade’: reflexões sobre os processos de mobilização para ocupações de terra no Rio de Janeiro” in: *Mana*, vol. 2 no. 11, 2005.

MARTINS, José de Souza. *Reforma Agrária: o impossível diálogo*, São Paulo:EdUSP, 2004.

_____. *Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos*, Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

MARTINS DE CARVALHO, Horácio. “A emancipação do movimento no movimento de emancipação continuada (resposta a Zander Navarro)” in: SANTOS, Boaventura de Sousa. *Produzir para Viver: os aminsos da produção não capitalista*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MATHEUS, Delveque. *Uma outra concepção de assentamento de reforma agrária: A Comuna da Terra*, Trabalho de conclusão do curso de Realidade Brasileira a partir dos Grandes Pensadores Brasileiros, Faculdade de Serviço Social, UFJF, Juiz de Fora (MG), 2003.

MEDEIROS, Leonilde Servolo. *Reforma Agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra*, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

MENEZES, Marilda Aparecida de. *Redes e intrigas nas trilhas dos migrantes: um estudo de famílias de camponeses-migrantes*, Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

METRAUX, Alfred. *A religião dos Tupinambá*, São Paulo:EdUSP, 1979.

MORISSAWA, Mitsue. *A História da luta pela terra e o MST*, São Paulo: Expressão Popular, 2001.

NIUMENDAJU, Curt. *As lendas da criação e destruição do mundo como fundamentos da religião dos Apapocuva-guarani*, São Paulo: Hucitec, 1987.

PEIRANO, Mariza. *O Dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais*, Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

PESSOA, Jadir de Moraes. *A Revanche Camponesa*, Goiânia: Ed. UFG, 1999.

PINA CABRAL, João de. “A Difusão do limiar: margens, hegemonias e contradições na antropologia contemporânea” in: *Mana*, vol. 2 no. 1, 1996.

POMPA, Maria Cristina. “O mito ‘mito da terra sem mal’: a literatura ‘clássica’ sobre o profetismo tupi-guarani” in *Revista de Ciências Sociais*, vol. 29, n.1/23, 1998.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. *O discurso materializado o MST: a ferida aberta na nação* Ribeirão Preto, Legis Summa, 2002.

RADCLIFFE-BROWN, Alfred Reginald. *Estrutura e função na sociedade primitiva*, Petrópolis: Vozes, 1973.

ROSA, Marcelo Carvalho. *O engenho dos movimentos: reforma agrária e significação social na zona canavieira de Pernambuco*. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.

SAHLINS, Marshall. *Esperando Foucault, ainda*, São Paulo: Cosac Naif, 2004.

SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*, Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

SIGAUD, Lygia. “A Forma Acampamento: notas a partir da versão pernambucana” in: *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, no. 58, novembro de 2000, pp. 73-92.

_____. “As condições de possibilidade das ocupações de terra.” In: *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, vol. 17, no. 1, 2005.

TURNER, Victor. *O processo ritual: estrutura e antiestrutura*, Petrópolis: Vozes, 1974.

VELHO, Otávio Guilherme. *Besta-fera: recriação do mundo: ensaios críticos de antropologia*, Rio de Janeiro: Relume-Damara, 1995.

VIEIRA, Maria Antonieta da Costa. *A procura das Bandeiras Verdes: viagem, missão e romaria – movimentos sócio-religiosos na Amazônia Oriental*, Campinas: IFCH/UNICAMP, 2001.

VINCENT, Joan. “A Sociedade Agrária como Fluxo Organizado: processos de desenvolvimento passados e presentes” in: FELDMAN-BIANCO, Bela. *Antropologia das Sociedades Contemporâneas*, São Paulo: Global Ed., 1987.

WOLF, Eric. *Guerras Camponesas do Século XX*, São Paulo: Global, 1984.

_____. “Fases do protesto rural na América Latina” in: FELDMAN-BIANCO, Bela e RIBEIRO, Gustavo Lins (orgs.). *Antropologia e Poder. Contribuições de Eric R. Wolf*, São Paulo: Ed. Unicamp, 2003.

_____. “A Virgem de Guadalupe: um símbolo nacional mexicano” in: FELDMAN-BIANCO, Bela e RIBEIRO, Gustavo Lins (orgs.). *Antropologia e Poder. Contribuições de Eric R. Wolf*, São Paulo: Ed. Unicamp, 2003.

WOORTMANN, Klass. *Amor e celibato no universo camponês*, Campinas: Unicamp/NEPO, 1990.

PUBLICAÇÕES DO MST

SANTOS DE MORAIS, Clodomir. *Elementos sobre a teoria da organização no campo*, 1986.

Secretaria Nacional do MST, *Documento Básico do MST – documento para debate e revisão durante 1994/95*, julho de 1994.

SCA – Sistema Cooperativista dos Assentados, *Como Organizar Assentados Individuais*, julho de 1994.

CONCRAB. *Reforma Agrária, uma luta de todos. CONCRAB: Quatro anos organizando a cooperação*, 1996.

Cadernos de Formação

A Luta Continua: como se organizam os assentados, Cadernos de Formação no. 10, Junho de 1986.

Plano Nacional do MST 1989 a 1993, Cadernos de Formação no. 17, Junho de 1989.

A Cooperação Agrícola nos Assentamentos, Cadernos de Formação no. 20, Abril de 1993.

Questões Práticas sobre Cooperativas de Produção, Cadernos de Formação no. 21, Março de 1994.

Programa de Reforma Agrária, Cadernos de Formação no. 23, Novembro de 1998.

Cadernos de Cooperação Agrícola

CONCRAB. *Uma Concepção de Desenvolvimento Rural*, Cadernos de Cooperação Agrícola no. 01, Agosto de 1993.

CONCRAB. *Vínculo empregatício, Previdência, Legislação Fiscal, Acerto das desistências nas CPAs: Que fazer?*, Cadernos de Cooperação Agrícola no. 03, Outubro de 1994.

CONCRAB. *Sistema cooperativista dos Assentados*, Cadernos de Cooperação Agrícola no. 05, 2ª. Ed. Junho de 1998.

CONCRAB. *A emancipação dos assentamentos. Os direitos e cuidados que os assentados devem ter*, Cadernos de Cooperação Agrícola no. 06, Março de 1998.

CONCRAB. *Enfrentar os desafios da organização nos assentamentos*, Cadernos de Cooperação Agrícola no. 07, Novembro de 1998.

CONCRAB. *O sistema de crédito corporativo*, Cadernos de Cooperação Agrícola no. 08, Novembro de 1998.

CONCRAB. *A evolução da concepção de cooperação agrícola no MST (1998 A 1999)*, Cadernos de Cooperação Agrícola no. 08, Agosto de 1999.

CONCRAB. *O que levar em conta para a organização do assentamento – a discussão no acampamento*, Cadernos de Cooperação Agrícola no. 10, Maio de 2001.

CONCRAB. *A constituição e o desenvolvimento de formas coletivas de organização e gestão do trabalho em assentamentos de reforma agrária*, Cadernos de Cooperação Agrícola no. 11, Maio de 2004.

Caderno das Experiências Históricas da Cooperação

CONCRAB. *O cooperativismo na China*, Caderno das Experiências Históricas da Cooperação no. 01, Novembro de 1998.

CONCRAB. *O cooperativismo no Pensamento Marxista – Marx, Rosa, Karl, Lênin, Mao*, Caderno das Experiências Históricas da Cooperação no. 02, Junho de 2000.

CONCRAB. *As experiências clássicas de cooperação agrícola – Kolkhoz, Sovkhoz, Kibutz, Comuna Chinesa, CPAs Cubanas*, Caderno das Experiências Históricas da Cooperação no. 03, Agosto de 2001.